

**OLGÁRIO PAULO VOGT**

**A PRODUÇÃO DE FUMO EM SANTA CRUZ DO  
SUL, RS (1849 - 1993)**

Dissertação apresentada para obtenção  
do título de Mestre em História do  
Brasil, opção História Social. Setor  
de Ciências Humanas, Letras e Artes.  
Departamento de História da Universi-  
dade Federal do Paraná.

**CURITIBA**

**1994**

A Olga, minha mãe,  
*in memoriam*,  
e  
aos meus alunos de  
História da UNISC.

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Carlos Roberto Antunes dos Santos, pela orientação e paciência com que aguardou o término desta dissertação.

Aos colegas do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul, pelo estímulo e cobrança.

Ao professor Hardy Martin e ao Sr. Roberto Steinhaus, por permitirem o acesso à documentação existente no Arquivo Histórico do Colégio Mauá.

À Alba Olmi, pela revisão do português.

Aos professores Paulo Pinheiro Machado, Jorge Luiz da Cunha, Virgínia Etges e Maria Hoppe Kipper, pelo incentivo inicial dado.

À CAPES, pelo financiamento dado através do PICD.

À Universidade de Santa Cruz do Sul pelo estímulo, apoio e esforço que tem feito para qualificar seu corpo docente.

À Janice, esposa, pelo auxílio, compreensão e torcida.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE GRÁFICOS.....	viii
LISTA DE MAPAS .....	ix
INTRODUÇÃO .....	1
NOTAS .....	18
1. BREVE HISTÓRICO DO FUMO NO BRASIL .....	20
1.1 - O fumo e as relações de produção na formação social escravista brasileira .....	22
NOTAS .....	31
2. O INÍCIO DA CULTURA DO FUMO NO RS, ESPECIFICAMENTE EM SAN- TA CRUZ DO SUL .....	34
2.1 - A colonização em Santa Cruz do Sul .....	36
2.1.1 - Dificuldades iniciais encontradas pelo i- migrante .....	41
2.2 - A produção de fumo em Santa Cruz (1850-1916) .....	45
2.3 - A acumulação de capitais .....	63
NOTAS .....	71
3. O CULTIVO DE FUMO EM SANTA CRUZ ENTRE 1917 E 1993 .....	81
3.1 - A internacionalização do setor.....	99
NOTAS .....	110
4. O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL NA FUMICULTURA E A PRODUÇÃO INTEGRADA .....	116
4.1 - As fases da produção do fumo em folha .....	116
4.2 - Mecanização e estrutura agrária do município .....	130
4.3 - A força de trabalho na produção do fumo.....	136
4.4 - A modernização da agricultura brasileira .....	144
4.5 - A produção integrada e a subordinação do colono ao capital .....	149
4.5.1 - A propriedade da terra .....	160
4.6 - O Trabalho dos Safristas .....	170
NOTAS .....	179



5. AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES E AS TENDÊNCIAS DA FUMICULTURA.....	185
5.1 - Pequeno histórico da AFUBRA.....	185
5.2 - A negociação do preço do fumo.....	197
5.3 - As tendências da fumicultura.....	214
NOTAS .....	224
CONCLUSÃO .....	229
ANEXOS .....	237
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	247

## LISTA DE TABELAS

1	- Gêneros exportados pela Colônia de Santa Cruz em 1856/57	.48
2	- Principais produtos cultivados em Santa Cruz (1858/1866)	.50
3	- Principais produtos agrícolas exportados pela Colônia de Santa Cruz (1860/1864)	.....50
4	- Valores da importação e exportação da Colônia de Santa Cruz (1859/1866)	.....51
5	- Valor do fumo expedido comparado com a exportação global de Santa Cruz	.....52
6	- Arados existentes em Santa Cruz em 1868	.....54
7	- Produção e exportação de fumo em Santa Cruz (1870/1904)	..57
8	- Exportação de fumo, feijão, banha e erva mate por Santa Cruz	.....59
9	- Estabelecimentos de fumo preparado existente em Santa Cruz em 1916	.....69
10	- População de Santa Cruz (1850/1866)	.....76
11	- Produção de fumo e rendimento médio no RS (1915/1930)	.....91
12	- Exportação de fumo e cigarros por Santa Cruz (1915/1935)	..92
13	- Valores auferidos por Santa Cruz com a expedição de fumo, banha e cigarros (1931/1937)	.....93
14	- Exportadores de fumo do RS em 1947	.....97
15	- Portos de destino do fumo do RS em 1947	.....98
16	- Produção e exportação de fumo no RS (1961/1975)	.....102
17	- Fumageiras existentes em Santa Cruz em 1956	.....105
18	- Arados por estabelecimento agrícola em Santa Cruz do Sul, microrregião e estado do RS	.....129
19	- Tamanho médio das propriedades em Santa Cruz (1870/1985)	131
20	- Número de estabelecimentos e área ocupada no município de Santa Cruz do Sul segundo o tamanho da área	.....132
21	- Grupos de área segundo o tamanho das propriedades (1980)	134
22	- Percentual das propriedade e área segundo o tamanho das explorações agrícolas	.....135
23	- Condição do produtor em Santa Cruz (1970/1985)	.....142

24 - Número de safristas contratados pelas fumageiras de Santa Cruz nos anos de 1985 e 1986 .....	177
25 - Número de trabalhadores safristas empregados nas fumageiras de Santa Cruz (1989/1994).....	178
26 - Preço por arroba do fumo de estufa (1942/1952) .....	187
27 - Trabalhadores efetivos empregados nas fumageiras de Santa Cruz do Sul.....	216

## LISTA DE GRÁFICOS

1 - Fumo exportado por Santa Cruz (1908/1921).....	60
2 - Produção de cigarros no Brasil (1911/1938) .....	94
3 - Fumo em folha exportado pelo Brasil (1965/1985) .....	109
4 - Calendário de operações de cultivo do fumo .....	128
5 - Plantadores que asseguraram as lavouras de fumo no se- guro mútuo da AFUBRA .....	194
6 - Produção de fumo no Sul do Brasil (1988/1993).....	213
7 - Ocupação da mão-de-obra familiar em diferentes ativi- dades agrícolas .....	218

## LISTA DE MAPAS

- 1 - Localização da Microrregião Fumicultora no Rio Grande do Sul.....3
- 2 - Divisão Distrital do Município de Santa Cruz do Sul.....4
- 3 - O Município de Santa Cruz do Sul após as Emancipações ocorridas em 1992.....5

## INTRODUÇÃO

A Região Sul do Brasil é atualmente responsável pela produção de 90% de todo o tabaco cultivado no território brasileiro. Este fumo tem sua origem nas cerca de 150 mil pequenas explorações agrícolas que estão espalhadas pelos estados do RS, SC e PR. Obtida basicamente mediante o emprego da força de trabalho da unidade produtiva familiar, a cultura do fumo é uma atividade essencialmente mercantilizada. E isto ocorre porque o produto, por se constituir em matéria-prima para as indústrias de cigarro e empresas de exportação de fumo em folha, é destinado na sua íntegra para o mercado e não para o autoconsumo dos produtores diretos.

O trabalho implica, necessariamente, relações sociais entre os homens e, ao mesmo tempo, com os meios de produção. Nas unidades de produção familiar do tabaco, onde a vinculação do trabalhador aos meios de produção é mediada por uma relação de parentesco<sup>1</sup>, embora o produtor direto não esteja divorciado do principal meio de produção e reprodução, a terra, não está, em absoluto, entrando em contradições com o livre desenvolvimento das forças produtivas na agricultura. Pelo contrário, está inserido no mercado capitalista que, inclusive, tem interesse na sua manutenção e reprodução.

Nesta monografia, parte-se do pressuposto de que as relações de produção na unidade familiar, consagrada à cultura da *Nicotiana tabacum*, mesmo não sendo de natureza tipicamente capitalista, não se configuram como algo externo ao modo de produção dominante. Ou melhor, que a adoção do trabalho familiar, ao invés de frear o desenvolvimento tecnológico e o incremento da produtividade, possibilita a constante reprodução ampliada do capital.

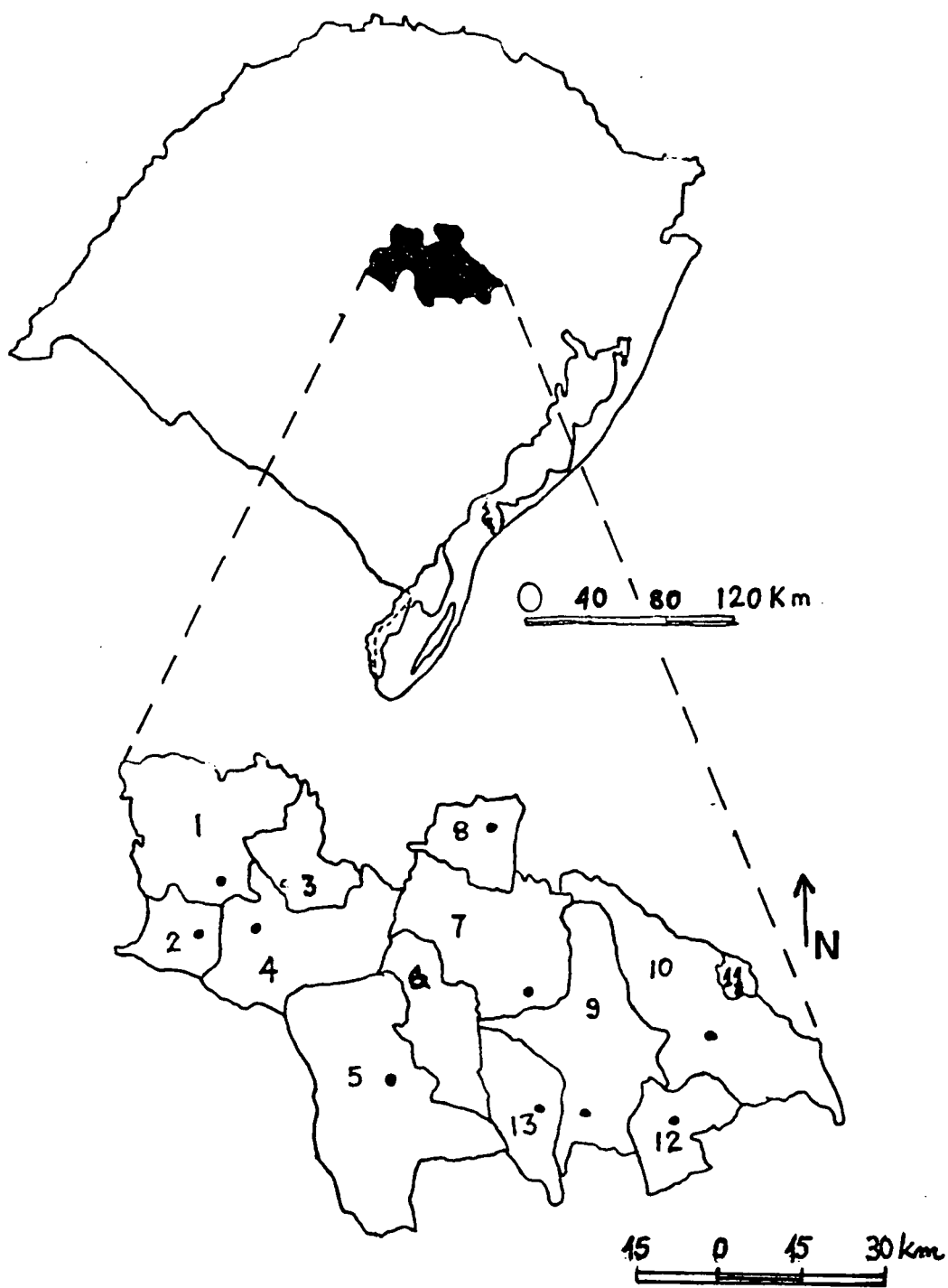
Neste sentido, entende-se que o capital agroindustrial se apropria e extorpe sobretrabalho destas unidades econômicas em condições muito mais favoráveis do que se extraísse a mais-valia propriamente dita, o que se daria caso houvesse o emprego da mão-de-obra assalariada para o plantio e manuseio do fumo. Destarte, pretende-se analisar, ainda que deixando em aberto uma série de lacunas, as relações sociais que se engendraram ao longo do tempo, no processo da produção e da circulação da matéria-prima fumo. Para evitar generalizações e abstrações inócuas, recorreu-se ao estudo de caso, para que pudesse haver uma melhor apreensão dos diferentes estágios em que se processou este vínculo num contexto histórico concretamente dado.

O alvo da pesquisa recaiu sobre o município gaúcho de Santa Cruz do Sul. O município localiza-se na parte central do território do Rio Grande do Sul, estando a meio-caminho de Porto Alegre e Santa Maria. Situa-se entre 29°15'00'' e 29°49'46'' de latitude sul e entre 52°15'56'' e 52°47'05'' distante do Meridiano de Greenwich. Seu espaço territorial, até 1992, estava dividido em 13 distritos que somavam, aproximadamente, 1.837,33 Km quadrados<sup>2</sup>.

De acordo com a classificação estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Santa Cruz é um dos integrantes da microrregião homogênea 314. Atualmente fazem parte ainda da microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul os municípios de Vera Cruz, Candelária, Venâncio Aires, Sobradinho, Segredo, Ibarama, Arroio do Tigre, Mato Leitão, Passo do Sobrado, Sinimbu, Vale do Sol e Gramado Xavier. A microrregião, como sua própria denominação já revela, caracteriza-se por possuir certo grau de especialização no cultivo de tabaco e por ter na produção fumageira o esteio da sua economia. É responsável por cerca de 45% da produção global de fumo do Estado gaúcho.

Colônia provincial criada em 1849 e povoada por imigrantes alemães, Santa Cruz, desde a sua fundação, dedicou-se à cultura do fumo. Quando da sua transformação em município, o que ocorreu

LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE SANTA CRUZ DO SUL NO RIO GRANDE DO SUL  
E SUA DIVISÃO MUNICIPAL



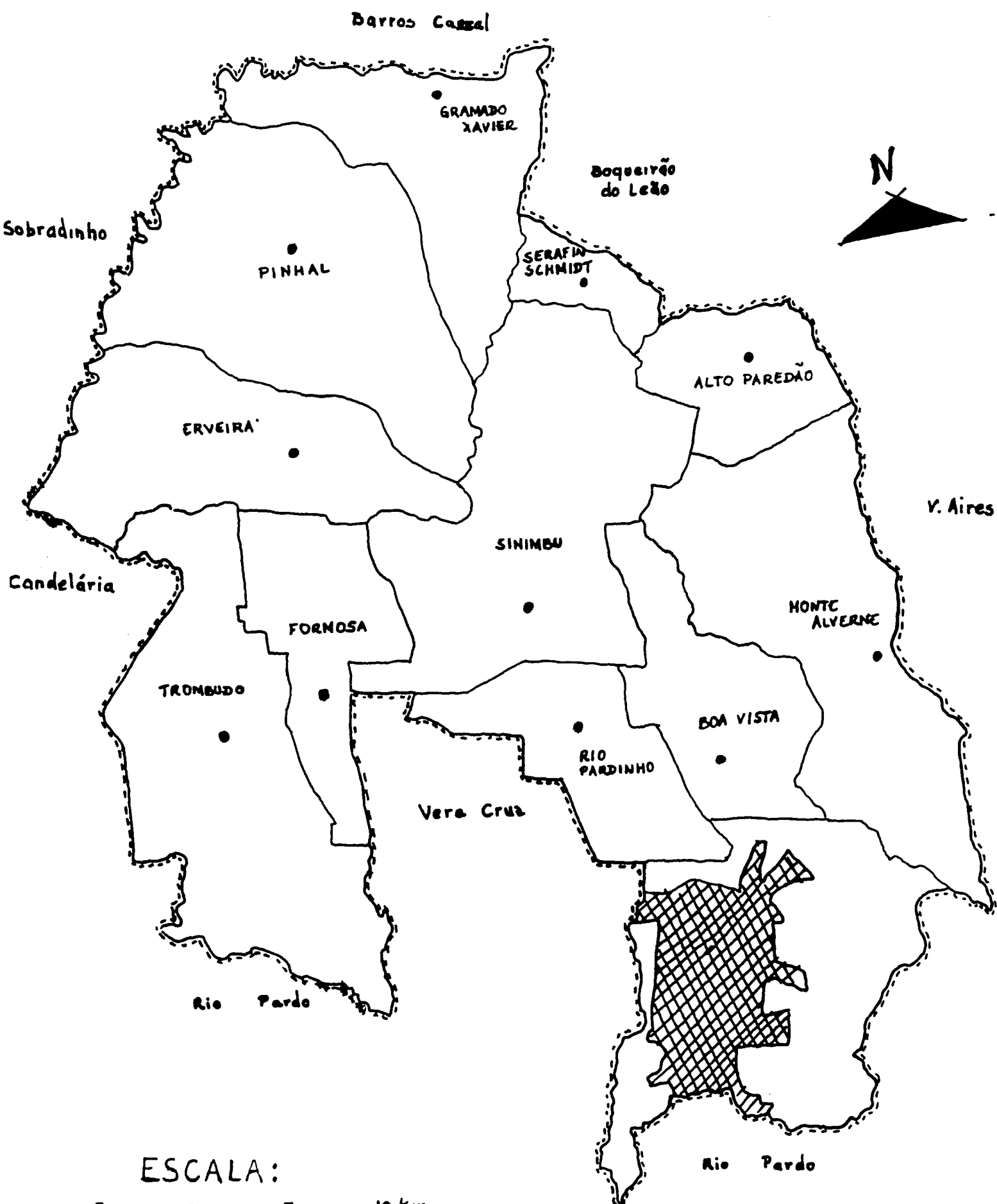
LEGENDA:

- |                    |                      |                      |
|--------------------|----------------------|----------------------|
| 1- Arroio do Tigre | 6- Vale do Sol       | 11- Mato Leitão      |
| 2- Ibarama         | 7- Sinimbu           | 12- Passo do Sobrado |
| 3- Segredo         | 8- Gramado Xavier    | 13- Vera Cruz        |
| 4- Sobradinho      | 9- Santa Cruz do Sul |                      |
| 5- Candelária      | 10- Venâncio Aires   |                      |

Fontes: Estado do Rio Grande do Sul - Divisão Municipal 1993  
Governo do Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

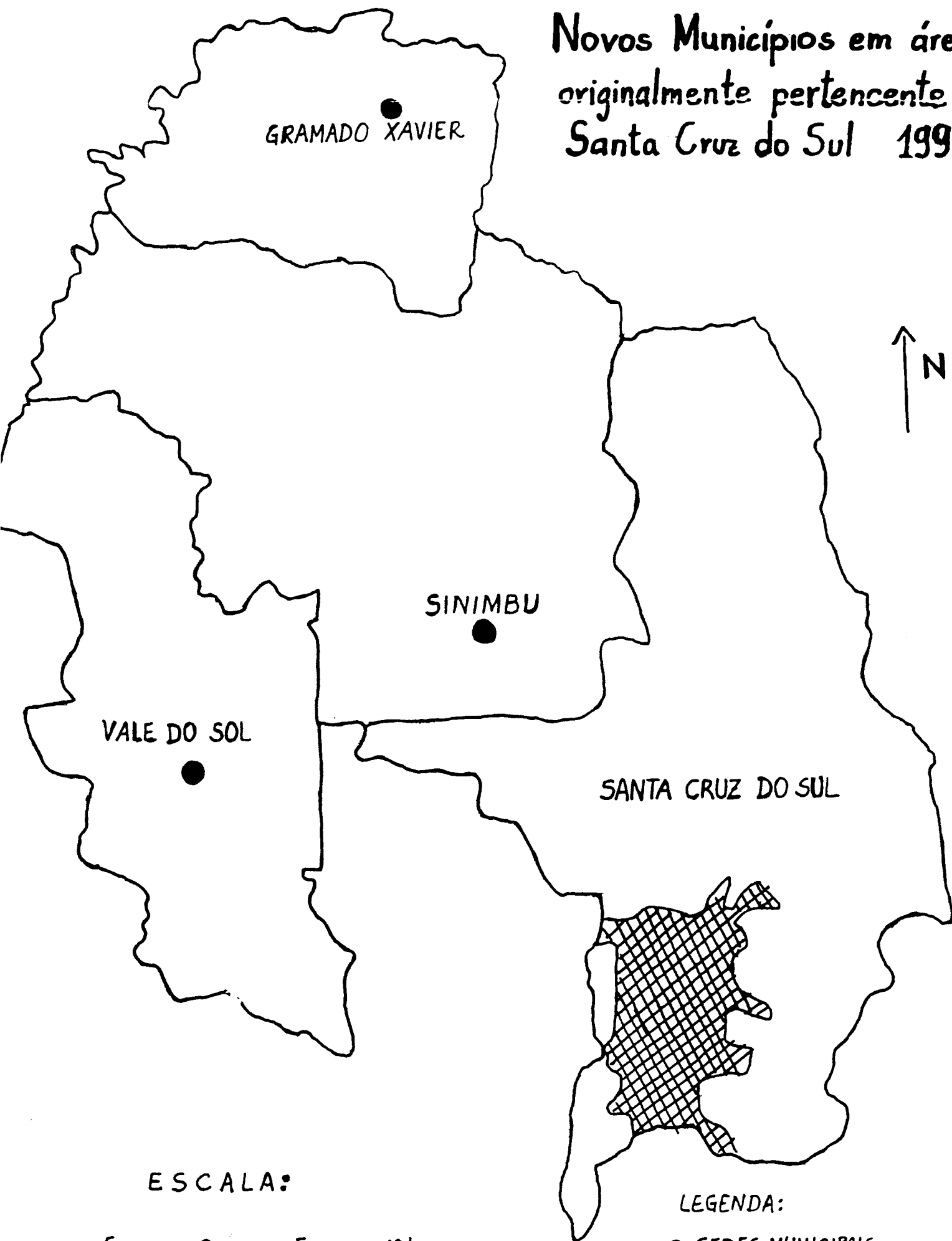


# MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL

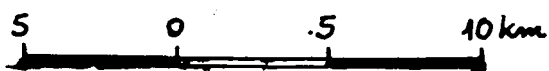


DNTE = PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO  
- 1971 -

Novos Municípios em área  
originalmente pertencente a  
Santa Cruz do Sul 1992.



ESCALA:



LEGENDA:

- SEDES MUNICIPAIS
- LIMITES MUNICIPAIS
- ▣ ÁREA URBANA DE SANTA CRUZ DO SUL

FONTE: GAZETA DO SUL - ESPECIAL  
SANTA CRUZ DO SUL, 29/11/91

em 1878, a especialização no plantio da solanácea já estava consumada no local. Em torno da atividade fumageira passou a girar toda a vida econômica do município que veio a se tornar pólo regional. Por ter-se tornado o maior produtor de fumo do Brasil e por concentrar grande número de fábricas cigarreiras e de indústrias de beneficiamento de folhas de tabaco, o município passou a ser alcunhado de Fumocap ou capital nacional do fumo.

Em 1992, Santa Cruz produziu aproximadamente 12% do fumo gaúcho. Nas usinas de beneficiamento instaladas no município foram processadas mais de 220 mil toneladas de tabaco, o equivalente a metade da produção nacional. Juntamente com Vera Cruz e Venâncio Aires, concentra o maior complexo agroindustrial de fumo do mundo.

A cidade também sedia as entidades representativas dos interesses dos grupos sociais antagônicos envolvidos na produção, fixação dos preços e comercialização do produto. Ou seja, a AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil); o SINDIFUMO (Sindicato das Indústrias do Fumo) e o SINTRAFUMO (Sindicato dos Trabalhadores na Cultura do Fumo). Conseqüentemente, é o palco canalizador das queixas, das pressões, das reivindicações e das disputas políticas dos plantadores e das suas entidades. A ressonância dos acontecimentos, dependendo de sua intensidade, atingem a região, o estado e o país através de 2 jornais de abrangência regional, 4 estações de rádio (duas AM e duas FM) e um canal de televisão da Rede Brasil Sul de Comunicações, afiliada à Rede Globo.

Na análise bibliográfica a respeito da produção de fumo em Santa Cruz do Sul, se apresentam 4 obras, de diferentes áreas, que abordam a questão. Todas elas têm em comum um rótulo indelével: são dissertações de mestrado. Além destas, também o trabalho de Veraluz Z. Cravo, que retrata a situação dos colonos-fumeiros de Irati, é apontado por abordar situações e realidades similares às encontradas no município em questão.

O primeiro trabalho acadêmico sobre o tema surgiu em 1977. Trata-se de uma pesquisa sociológica desenvolvida na Universidade de Brasília. É de autoria de Élide Rubini Liedke e se intitula "Capitalismo e camponeses (relação entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul)". A autora parte da premissa de que o processo de dominação e da expansão do capitalismo na agricultura não implica necessariamente sua homogeneização, isto é, o desaparecimento das relações não tipicamente capitalistas. De acordo com este raciocínio, no que tange especificamente à fumicultura, coloca que neste ramo ocorre *"um processo de dominação do capital sobre a produção agrícola, através de um processo de concentração vertical, em que o setor industrial, controlando a produção e comercialização do fumo, determina os níveis de remuneração dos camponeses, segundo as suas necessidades de acumulação"*<sup>3</sup>. E, como para os camponeses não se coloca a obtenção de um lucro médio e a renda da terra, há no setor uma relação de exploração específica em que os industriais extraem, no momento da compra da produção, sobretrabalho dos camponeses plantadores de fumo. Ainda, segundo a pesquisadora, como o trabalho familiar do camponês está subordinado ao capital industrial que, através da ação dos instrutores, interfere e controla a produção agrícola pequeno-proprietária, desde o processo produtivo até a comercialização do produto, *"o capital neutraliza a renda da terra"*<sup>4</sup>, fazendo com que a propriedade dos meios de produção seja apenas formal. Assim, quando a indústria fumageira adquire a produção do camponês, remunera na realidade a sua força de trabalho (através do pagamento da mercadoria), mas com um custo mais baixo do que se ela fosse mercantilizada. Isto porque os preços precisam apenas cobrir parcialmente as necessidades de sobrevivência e de reprodução do estabelecimento, haja vista que a sobrevivência da unidade é garantida, também, pela produção da subsistência com a venda de excedentes.

Liedke, no último capítulo da sua obra, analisa as potencialidades de ação das entidades dos fumicultores. Percebe a não e-

xistência de participação dos camponeses nos ajustes do preço do fumo e elege o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul como o verdadeiro defensor dos interesses dos plantadores de fumo.

O segundo trabalho sobre o tema é o de Lília Montali, cuja dissertação de mestrado em Sociologia foi apresentada em 1979 na USP. Com o fito de estudar as transformações impostas pelo desenvolvimento do capitalismo e a coexistência de relações capitalistas e não capitalistas na agricultura e na indústria, tendo como eixo a produção de fumo em Santa Cruz, recompõe a história do município dividindo-a em 5 fases:

- 1º) instalação do núcleo colonial (1849 - 1859);
- 2º) início da produção simples de mercadorias (1860 - 1881), período em que se estruturam o artesanato e o comércio, e inicia a mercantilização da agricultura, o que vincula a economia local ao mercado capitalista;
- 3º) integração no mercado capitalista e acumulação do capital comercial (1882 - 1917). Nesta fase há a integração da área na divisão inter-regional do trabalho, através da sua incorporação ao mercado capitalista, iniciada no período anterior. Dá-se, igualmente, uma maior acumulação de capital comercial criando-se as pré-condições para a dominação capitalista da produção;
- 4º) início da dominação da produção pelo capital (1918 - 1965), época em que surgem e se consolidam as empresas em moldes "verdadeiramente capitalistas";
- 5º) domínio do capital monopolista (1965 - 1977), fase caracterizada pela crise da indústria fumageira santa-cruzense e o processo de desnacionalização da mesma.

Montali classifica as unidades de produção de fumo como não capitalistas e produtoras simples de mercadorias. Ainda de acordo com a autora, embora subordinados ao capital, são os produtores independentes, auxiliados por sua família, os agentes da produção, participando de todas as etapas do processo de trabalho, da

administração à execução. Os fumicultores, em consequência, detêm a propriedade dos meios de produção e o controle do processo de trabalho, dispondo do seu tempo para executar as atividades programadas<sup>5</sup>. No que se refere à fixação dos preços, também aponta, de passagem, o envolvimento da AFUBRA com o interesse das indústrias fumageiras e indica o Sindicato dos Trabalhadores Rurais como legítimo representante dos fumicultores.

O professor Jorge Luiz da Cunha é o autor de "Os colonos alemães de Santa Cruz e a fumicultura", dissertação de História defendida em 1988 na Universidade Federal do Paraná. O autor, após analisar a desagregação do campesinato na Alemanha e a colonização teuta no RS, dedica algumas páginas ao cultivo do tabaco: o faz ao abordar o desenvolvimento econômico da Colônia de Santa Cruz no período que vai da sua instalação em 1849 até 1881, ano em que Carlos Trein Filho concluiu o recadastramento de todos os lotes coloniais distribuídos na Colônia. O recadastramento de TREIN, importante fonte com a qual manipula o pesquisador, foi realizado para que a Província executasse a cobrança dos que não haviam quitado suas dívidas com o governo provincial.

CUNHA subdivide o período pesquisado em dois: o da economia de subsistência, que teria abarcado os dez anos iniciais da Colônia e o da produção simples de mercadorias, que teria se dado entre 1860 e 1881. Neste segundo período, a produção de fumo teria sido incentivada pelos diretores da Colônia para que os imigrantes pudessem fazer um pecúlio e zerar suas dívidas com o poder público.

Na esteira do marco teórico proposto por WANDERLEY<sup>6</sup> para o estudo do campesinato brasileiro, qualifica as relações de produção, existentes à época na Colônia, como sendo de "*natureza essencialmente capitalista, embora não explicitamente*". Assim, a pequena propriedade produtora de fumo não poderia ser analisada como sendo algo estranho ou externo ao capital, mas como estando inserida no capitalismo, como parte integrante dele mesmo. Sendo a produção capitalista, a mais-valia seria extraída ao nível da

circulação e apropriada pelos negociantes que, a partir da década de 1880, teriam sido "*os responsáveis pela organização da agroindústria local e pela introdução de relações mais explicitamente capitalistas de produção*"<sup>7</sup>.

Tratando dos colonos-fumeiros de Irati, Sul do Paraná, Vera-luz Zicarelli Cravo, em "A lavoura de fumo em Irati; a produção familiar & capitalismo" - obra que constitui uma versão da sua tese de mestrado em Ciências Sociais (Antropologia) defendida na PUC de São Paulo - radiografa uma situação muito parecida com a vivida pelos fumicultores locais.

O objetivo principal do trabalho é mostrar como as formas familiares de produção são utilizadas para a reprodução e ampliação do capital. Para tanto, fundamenta-se nas pesquisas de campo que realizou no pico da safra 77/78, nas pequenas propriedades produtoras de tabaco. Na obra, detecta o valor que os camponeses atribuem à posse jurídica da terra como forma de manutenção da autonomia do processo produtivo, embora esses estejam subordinados aos donos de depósitos e às indústrias fumageiras; a superexploração do trabalho da família do colono que combina, imprescindivelmente, a produção mercantil do fumo com a lavoura de subsistência; o real significado do seguro mútuo mantido pela AFUBRA e o comprometimento desta com as indústrias; o individualismo dos fumeiros que, por estarem totalmente desorganizados para objetivar uma solução para as questões comuns, estão longe de concretizar uma consciência de classe. Analisa, ainda, as táticas adotadas pela Souza Cruz quando da sua penetração na região, em 1962, a assistência técnica dos instrutores da companhia e alguma coisa sobre o dia-a-dia dos plantadores de fumo.

"Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo" é a dissertação de mestrado em Geografia Humana-Agrária apresentada por Virgínia Etges na USP, em 1990. O estudo da pequena propriedade realizou-se a partir de um grande número de entrevistas que a professora realizou nos diferentes distritos do município com colonos que plantavam fumo, com os que haviam

deixado de cultivá-lo e com aqueles que nunca o tinham plantado. Ao procurar analisar como a pequena produção familiar, especificamente os camponeses produtores de fumo, se insere no contexto dominado pelo capital monopolista, segue a corrente que interpreta o campesinato como uma classe social que é criada e recriada na lógica contraditória do desenvolvimento capitalista<sup>8</sup>. Assim, o sistema geraria relações não capitalistas de produção na fumi-cultura, não ocorrendo, em consequência, a sujeição formal do trabalhador ao capital e sim, a sujeição da renda da terra. Centrando os estudos no período que vai de 1986 a inícios de 1989, depara-se com uma conjuntura política bastante diferenciada daquela em que haviam sido desenvolvidos os trabalhos de MONTALI, LIEDKE e CRAVO. Ao invés de serem comparados com os camponeses franceses, aos quais Marx se referiu no 18 Brumário,<sup>9</sup> ETGES vê os fumicultores mobilizados e em luta. A resistência, segundo a autora, concretizava-se, individualmente, na negativa ou abandono do plantio de tabaco e, coletivamente, pelos boicotes da comercialização ocorridos nos anos de 1986 e 1989, quando os plantadores obstruíram os portões das fumageiras.

O presente trabalho, por ter a pretensão de examinar os vínculos que se estabeleceram ao longo do tempo entre os produtores da matéria-prima e o mercado, remonta parcialmente a história de Santa Cruz. Centrado na premissa de que a pequena produção autônoma, auto-suficiente e independente jamais existiu na região, aspira-se a evidenciar como historicamente o colono produtor de fumo, ainda que detendo a posse dos meios objetivos e subjetivos da produção, sempre esteve subordinado às regras do capital que lhe estorquiou e continua a lhe extrair sobretrabalho. Neste sentido, embora privilegiando o segundo, dividiu-se o trabalho em 2 subperíodos.

No primeiro, que vai da implantação da Colônia até por volta de 1916, a unidade de produção familiar está completamente sob a dependência de um verdadeiro potentado local, personificado na figura do comerciante. O dono da casa comercial, por deter as in-



formações relativas aos preços, realizava um intercâmbio comercial que lhe era altamente vantajoso, remunerando minimamente o produto de origem colonial que dava entrada no seu estabelecimento e supervalorizando os artigos que vendia aos colonos. Sendo normalmente o proprietário dos meios de transporte, abocanhava outro montante a título de frete. Por desenvolver o mecanismo de contas correntes, atrelava econômica e ideologicamente os moradores da redondeza. Por fazer a guarda do numerário e realizar empréstimos, tornava-se usurário. Por fim, ostentando a condição de líder comunitário, orientava sobre quais variedades plantar, socializava novas técnicas de produção, etc.

No segundo, que inicia em 1917, há a subordinação do fumicultor ao capital agroindustrial. A dependência transfere-se, não de chofre, mas paulatinamente, do comerciante para a agroindústria fumageira que, já no final da segunda década do presente século, implanta o sistema da produção integrada de fumo. Através da montagem deste sistema, que nos anos 70 encontra-se totalmente consolidado e solidificado, a produção do tabaco deixa de ser algo específico e circunscrito ao setor agrícola e passa a constituir um anel da cadeia industrial. Os plantadores começam a adquirir insumos provenientes da indústria e fornecem a matéria-prima diretamente para a agroindústria beneficiadora a que estão ligados, eliminando os intermediários. A agroindústria passa a controlar cabalmente os estágios da produção e da comercialização da matéria-prima sem precisar se apropriar da terra e dos demais meios de produção. Interfere na forma de produzir e no tempo da produção ao fornecer sementes, insumos, assistência técnica, adiantar meios para a construção de estufas para a secagem das folhas de tabaco, etc., com o intuito de obter a qualidade e a quantidade do produto desejado. O colono, como sócio menor desta relação, torna-se quase um funcionário da fumageira, um agregado, que vive e produz sob as ordens da empresa. No final da safra entrega, mediante o pagamento de um valor estipulado pela companhia, o fruto do seu trabalho e o da sua família, empreendido na

sua terra, à agroindústria com a qual mantém vínculos contratuais ou morais.

Subjazem, a este eixo central, as seguintes variáveis:

- a) apesar de não possuir plena autonomia e controle do processo produtivo, o fumicultor continua mantendo não apenas a posse formal, mas a propriedade real da terra. Por conseguinte, não pode ser considerado um assalariado da agroindústria;
- b) o plantador de tabaco, ainda que subordinado ao capital, cava espaços onde desenvolve uma autonomia relativa. Esta consubstancia-se, por exemplo, no apego à terra - bem que conjuga valor de uso com fonte de reserva - na especialização da produção, na substituição da cultura e na reivindicação de melhor preço à sua mercadoria;
- c) a inserção da exploração familiar no modo de produção capitalista condiciona a sua reprodução à acumulação capitalista. Os produtores familiares de fumo, embora não constituindo uma categoria social homogênea, começam a passar por um processo de maior diferenciação sócio-econômica. As agroindústrias, possivelmente, farão um processo de triagem e seleção dos seus fornecedores, descartando os que não se enquadrarem nos novos padrões tecnológicos de produtividade e qualidade exigidos. Sabe-se que o trabalho familiar não é incompatível com o emprego de máquinas e tecnologia moderna em geral. Quanto a isso, WANDERLEY ressalta que *"a utilização da tecnologia moderna tem constituído uma exigência, uma condição necessária, imposta, para que o pequeno produtor possa sobreviver enquanto tal"*.<sup>10</sup>
- d) a mobilização e a organização dos plantadores na sua luta contra a espoliação capitalista têm sido freadas e aplacadas pela AFUBRA, a mais poderosa entidade que congrega os fumicultores, tendo em vista que esta está submeti-

da política, ideológica e economicamente ao interesse das agroindústrias do ramo.

Esta dissertação de mestrado, portanto, justifica-se plenamente por procurar trabalhar não um período conjuntural específico, o que ocorre com as pesquisas acima apontadas, mas por analisar um período relativamente de longa duração, ainda que deparando-se com certas descontinuidades e escassez de fontes. Pretende trazer à tona novos elementos para o debate, como o do início e desenvolvimento da produção integrada de fumo e o do trabalho do operário temporário, o safrista. Tem, ainda, o fito de aprofundar, retomar e reinterpretar outras questões a respeito da produção, comercialização e organização dos trabalhadores na cultura do fumo. E mais, na convicção de que o papel do historiador consiste em estudar o passado em função do presente, procura-se interpretar e explicar a realidade contemporânea e ousa-se mesmo projetar tendências para o futuro próximo. Tendências que dizem respeito a alterações na forma de produzir e na própria estrutura agrária da região, como decorrência do incremento tecnológico e das necessidades de reprodução do sistema capitalista de produção.

Como assevera o professor Carlos Roberto A. dos Santos, "*a interpretação histórica da sociedade rural e das estruturas agrícolas continua sendo raramente abordada pelos historiadores*". Assim, "*os estudos sobre as estruturas agrárias e propriedade da terra continuam sendo objeto de estudos de economistas, sociólogos e antropólogos*"<sup>11</sup>. Um pouco premido por esta contingência e muito porque não se julga ser aconselhável compartimentar demasiadamente as diferentes áreas de conhecimento - já alertava Jules Michelet: "*Ai daquele que tenta isolar um ramo do saber de outro. (...) Toda ciência é una: linguagem, literatura e história, física, matemática e filosofia; assuntos que parecem os mais distantes um do outro são na realidade interligados; ou melhor todos formam um único sistema*"<sup>12</sup> - é que a presente pesquisa caracteriza-se como sendo interdisciplinar, buscando contribuições

na Teoria Econômica, na Geografia, na Sociologia, na Antropologia, na Estatística e outras. Neste sentido, o trabalho também contribui para o incremento dos estudos de História Agrária.

Para a captação dos dados qualitativos e quantitativos sobre a fumicultura santa-cruzensa trabalhou-se, basicamente, com as seguintes fontes:

- a) Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e anexos;
- b) Relatórios dos Presidentes do Estado do Rio Grande do Sul e anexos;
- c) Mensagens apresentadas ao Conselho Municipal de Santa Cruz pelos Intendentes Municipais;
- d) Relatórios apresentados aos Interventores Federais do Estado do Rio Grande do Sul pelos Prefeitos Municipais de Santa Cruz;
- e) Relatórios de Atividades da AFUBRA;
- f) imprensa escrita local: Gazeta de Santa Cruz (26/01/1945 a 31/12/1956); Gazeta do Sul (01/01/1957 a 31/12/1993); A Voz do Progresso (15/09/1954 a 12/10/1958); Riovale Jornal (22/09/1976 a 31/12/1993); Peleia (1990 a 1994), Pé de Fumo (1990 a 1994) e O Produtor de Fumo (1983 a 1994);
- g) Censos Agropecuários e Demográficos do IBGE.

Além da documentação arrolada, foram feitas visitas e entrevistas assistemáticas com colonos e lideranças das entidades de classe e consultados documentos diversos existentes no Arquivo Histórico do Colégio Mauá.

O termo camponês, propositadamente, não é empregado no transcorrer do trabalho. Pode, no entanto, aparecer esporadicamente em alguma citação ou quando houver referência a alguma análise realizada por determinado autor. Ao invés de camponês, trabalha-se com a terminologia colono.

Seguindo as pegadas de KERSTEN,<sup>13</sup> o colono local pode ser definido como o sujeito de origem ou ascendência germânica que,

através da utilização da força de trabalho familiar, dedica-se à produção agrícola numa pequena propriedade. É com este vocábulo que os documentos oficiais da Província classificam e caracterizam todos os imigrantes que vieram a ocupar os lotes existentes nas colônias. Posteriormente, em toda a Região Sul, a expressão passou a ser usada como sinônimo de agricultor, mesmo para os de ascendência lusa. No caso dos pequenos proprietário em questão, é com esta terminologia que se autodefinem e nunca como camponeses.

Por outro lado, a categoria "camponês" é demasiadamente genérica e ampla. Encontramos camponeses nas sociedades que estavam sob o manto do modo de produção asiático, como é o caso do Antigo Egito. Estão presentes no escravismo das pólis gregas e do Império Romano. Estão presentes no modo de produção feudal, na figura dos servos e vilões. Continuam existindo sob o capitalismo brasileiro, na forma de posseiros, agregados, moradores, pequenos proprietários e várias outras designações regionais. Ou seja, trabalhadores agrícolas que se reproduzem nas franjas dos grandes latifúndios, posseiros que reproduzem sua condição social nas frentes pioneiras, produções familiares altamente tecnificadas e ligadas por via dupla ao mercado (indústrias a jusante e a montante) e explorações familiares de subsistência podem ser colocados num mesmo "saco", sob a denominação genérica de "camponeses". Não bastasse isso, politicamente o termo está bastante desgastado, porque, de alguma forma, aparece associado a concepções do tipo feudal ou semifeudal, pré-capitalista, protocapitalista ou, o que é ainda pior, como sendo um modo de produção específico.

No primeiro capítulo da obra, procura-se fazer uma pequena retrospectiva da produção do fumo no período colonial, dentro dos quadros da formação social escravista brasileira. No segundo, trata-se da produção do tabaco no RS, mais particularmente do seu cultivo em Santa Cruz entre 1849 e 1916. Nesse tempo, além de ser criado um espaço geográfico para a reprodução do capital, ocorre a especialização na produção de fumo em folha - matéria-prima que vai ser o carro-chefe da economia local - e a acumulação do

capital comercial em decorrência da subordinação dos colonos ao mercado. O terceiro capítulo aborda a consolidação da agroindústria fumageira, de caráter efetivamente capitalista; o surgimento da produção integrada e a subordinação do produtor ao capital industrial e a transnacionalização do ramo fumageiro. No quarto capítulo analisa-se o complexo agroindustrial fumícola, enfatizando as atividades do trabalhador na agricultura e no beneficiamento industrial da produção; trabalha-se questões teóricas como subordinação e autonomia relativas e a extração do sobretrabalho. Por fim, no quinto capítulo objetiva-se mostrar como acontece a negociação do preço do fumo, tratar das mobilizações e das recentes lutas dos produtores integrados de tabaco, bem como da política adotada pelas entidades que se proclamam defensoras dos interesses dos fumicultores. Além disto, tenta-se projetar uma provável reorientação na forma de produzir o tabaco na região.

## NOTAS

- 1 - LOVISOLO, Hugo Rodolfo. *Terra, trabalho e capital*: produção familiar e acumulação. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989. p. 15.
- 2 - Em 1992 houve a emancipação política de 3 novos municípios os quais se desmembraram de Santa Cruz do Sul. São eles: Vale do Sol, Sinimbu e Gramado Xavier. Os dados referentes ao município de Santa Cruz do Sul, constantes no presente trabalho, ignoram os desmembramentos recém ocorridos.
- 3 - LIEDKE, Élide Rubini. *Capitalismo e camponeses* (relação entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul). Brasília: mimeog., 1977. p. 19.
- 4 - Ibidem. p. 97.
- 5 - MONTALI, Lilia T. *Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista*: produção de fumo em Santa Cruz do Sul. São Paulo: USP, 1979. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1979. p. 94.
- 6 - WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O camponês: um trabalhador para o capital*. Campinas: mimeog., 1979.
- 7 - CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz e a fumicultura*: Santa Cruz do Sul; Rio Grande do Sul- 1849/1881. Curitiba: UFPR, 1988. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1988. p. 187.
- 8 - ETGES, Virginia Elizabeta. *Sujeição e resistência*: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991. p. 37.
- 9 - "Os camponeses detentores de parcelas constituem uma massa imensa, cujos membros vivem em situação idêntica, mas sem que entre eles existam múltiplas relações. O seu modo de produção isola-os uns dos outros, em vez de os levar a um intercâmbio mútuo. (...) Cada família camponesa basta-se, pouco mais ou menos, a si própria, produz imediatamente ela própria a maior parte do seu consumo e obtém assim os seus meios de vida mais na troca com a natureza do que com o intercâmbio com a sociedade. A parcela, o camponês e a família; e ao lado, uma parcela, um outro camponês e uma outra família. (...) Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcelas uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não formam uma classe. São, portanto, incapazes de fazer valer o seu interesse de classe em seu próprio nome (...)" MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa: Avante, 1982. p. 126 e 127.
- 10 - WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Trajetória social e projeto de autonomia*: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1989. p. 75.
- 11 - SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Alimentar o Paraná Província*: a formação da estrutura agro-alimentar. Curitiba: mimeog., 1992. p. 1 e 4.
- 12 - Citado por WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia*: escritores e atores da história. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 11 e 12.

- 13 - KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *O colono-polaco: a recriação do camponês sob o capital*. Curitiba: UFPR, 1983. Dissertação (Mestrado em História Econômica do Brasil) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1983.p. 5.



## 1 - BREVE HISTÓRICO DO FUMO NO BRASIL

O tabaco é uma erva da família das solanáceas cujas folhas, depois de preparadas, servem para fumar, cheirar ou mascar. É nativo da América, tendo sido descoberto pelos europeus em 1492, quando do aportamento da esquadra de Cristóvão Colombo à Ilha de Cuba.<sup>1</sup>

De acordo com NARDI,<sup>2</sup> o fumo teria surgido nos vales orientais dos Andes bolivianos e se espraiado, devido às migrações dos aborígenes, mormente os Tupi-Guarani,<sup>3</sup> pelo atual território brasileiro. Já segundo um documento da T.I.E.,<sup>4</sup> há mais de 4.000 anos o tabaco já existia na América Central, nas regiões onde hoje se situam o México e a Guatemala. Os Maias, antigos habitantes da área, queimavam as folhas secas de tabaco em seus templos, como uma espécie de incenso, durante as cerimônias religiosas. Acreditavam que o fogo era um Deus e achavam que através da inalação da fumaça era possível adquirir alguma forma de poder mágico. Quando os Maias migravam, levavam consigo sementes de tabaco. Assim, outros povos da América do Norte e do Sul aprenderam a cultivar e lidar com o fumo. O cachimbo era a principal forma de uso do tabaco, mas também confeccionavam, conforme a mesma fonte, cigarros simples a partir de folhas secas cilindricamente enroladas. Com estes cigarros, os índios teriam presenteado Colombo quando este ancorou em San Salvador, em 1492.

Quando da chegada dos portugueses ao Brasil, o uso e cultivo do fumo já haviam se difundido entre os índios que habitavam o litoral da Terra de Santa Cruz, sendo o fumo aproveitado nos ritos mágico-religiosos<sup>5</sup> e como planta medicinal.<sup>6</sup> No princípio, ele era fornecido aos brancos pelos nativos, através do escambo. Mas, em virtude da deterioração das relações entre os brancos e

os silvícolas, por volta de 1570 em diante<sup>7</sup> os portugueses tomaram definitivamente para si a tarefa de cultivá-lo.

Introduzido na Europa, o fumo paulatinamente foi fazendo grande número de adeptos, tornando-se vício generalizado a partir do século XVII - embora combatido pela religião e pelos governantes - o que fez com que fosse aumentando gradativamente o montante a ser produzido no continente americano.

Na economia colonial brasileira, o fumo figurou em segundo lugar, vindo em seguida ao açúcar<sup>8</sup>. Na sua maior parte, o produto colhido era exportado, sobretudo porque inexistiu no Brasil-Colônia um mercado interno, tendo em vista o sentido que a colonização portuguesa assumiu dentro do contexto mercantilista que caracterizou os tempos modernos<sup>9</sup>. Assim, o fumo produzido no Nordeste correu o planeta, deixando o Brasil conhecido "*em todas as quatro partes do mundo*"<sup>10</sup>. Segundo NARDI,<sup>11</sup>

*"O fumo brasileiro tomou três direções. O de primeira e segunda qualidades era mandado para Lisboa e sua maior parte era reexportada - o resto ficava para o consumo em Portugal e ilhas adjacentes - para os países europeus. A Europa representava então 60% das exportações do fumo brasileiro. E servia também de moeda no período colonial, para o comércio de escravos com a África, mais particularmente entre a Bahia e a Costa da Mina. A terceira parte destinava-se ao consumo interno".*

Levando em consideração que o fumo brasileiro, negociado na costa africana, alcançou o expressivo montante de 30% do total exportado no período colonial<sup>12</sup> e tendo presente o fato desta transação realizar-se diretamente entre os comerciantes baianos e as praças fornecedoras de escravos na África, chega-se à conclusão de que o pacto ou exclusivo colonial foi, aqui, violado<sup>13</sup>. Em outras palavras, Portugal tolerou e, inclusive, tornou lícito o comércio entre as duas costas, porque foi esta a operação comercial que, efetivamente, propiciou o abastecimento regular da mão-de-obra escrava para o Brasil. Como é sabido, esta mão-de-obra foi indispensável para a exploração das grandes lavouras de cana-de-açúcar e algodão, para o trabalho nas minas, etc. Logo, não houve, na prática, o desenvolvimento de um sistema econômico

absolutamente fechado entre o Brasil e sua metrópole. Através desta transação, pelo menos boa parte do fumo de terceira escapava do esquema mercantilista, sem considerar-se o de primeira qualidade que, nestas operações, era ilicitamente trocado nas costas africanas por manufaturados estrangeiros com comerciantes europeus<sup>14</sup>.

Mas não é este comércio ou as restrições a ele colocadas pelo governo luso o escopo da presente reflexão. O que se tenciona fazer, ainda que de maneira assaz sintética, em relação ao tabaco no período colonial brasileiro, é discorrer a respeito das relações de produção no cultivo e beneficiamento do fumo, durante a fase de formação social e econômica escravista no Brasil. Ou seja, pretende-se ver se o produto era obtido através do emprego da força de trabalho escrava e se o plantel mobilizado era de pequena ou grande envergadura. Ou ainda, refletir sobre o grau de participação dos pequenos proprietários (moradores, arrendatários e sitiantes) na obtenção do fumo.

### 1.1 - O fumo e as relações de produção na formação social escravista brasileira

O tabaco, em que pese a extrema importância que teve e continua a ter para a economia nacional<sup>15</sup>, não foi ainda aqunhoado com um número compatível e proporcional de estudos. São ainda reduzidas as teses e monografias a seu respeito. Mesmo os já clássicos e consagrados livros de história econômica do Brasil<sup>16</sup> não lhe dedicam maior atenção. Destarte, na falta de documentação mais elucidativa, os doze capítulos de ANTONIL<sup>17</sup> sobre a lavra do tabaco, publicados inicialmente em 1711, e os dois trabalhos de CASTRO<sup>18</sup> - do último quartel do século XVIII -, ambos analisados por LAPA, são imprescindíveis para o trato do assunto.

Assim como persiste, ainda hoje, a produção do fumo sempre exigiu muitos cuidados e o emprego intensivo de mão-de-obra. O autor da "Cultura e Opulência do Brasil" relata detalhadamente

todas as fases e tratos pelos quais passava a produção, "*(...) o que consiste, por sua ordem, em se semear, plantar, alimpar, capar, desfolhar, colher, espinicar, torcer, virar, ajuntar, enrolar, encourar e pisar (...)*".<sup>19</sup>

Se, no que tange ao regime da propriedade em que se dá o cultivo, ou da área ocupada pelo plantio, ANTONIL nada informa, declara, por outro lado, que as pessoas ocupadas "*(...) na fábrica e cultura do tabaco, ela é tal que a todos dá que fazer, porque nela trabalham grandes e pequenos, homens e mulheres,feitôres e servos*".<sup>20</sup> E, ao descrever as atividades dos ocupados na sua obtenção, alude claramente ao emprego da força de trabalho escrava quando coloca que

*"(...) capar a planta já crescida, isto é, tirar-lhe o olho ou grela na ponta da hastea é ofício dos negros mestres (...) Torcer as folhas, fazendo delas corda, encomenda-se a algum negro mestre; e o que anda com a roda ou engenho de torcer há de ser negro robusto; e também botar a capa à corda, para que fique bem redonda, é obra de negro experimentado (...) O passar as cordas de um pau para outro corre por conta de dous negros (...) Os que viram ou mudam a corda de um pau para outro são negros mestres, e em cada virada são necessários três (...) Ajuntar, que é pôr a corda de três bolas em um pau, é obra dos negros mais destros, e são três, e às vezes quatro (...)"*.<sup>21</sup>

Também CASTRO aponta a existência de relações escravistas de produção na lavoura tabaqueira, ao registrar que a matança dos insetos que atacam as mudas da solanácea - caso do grilo, do gafanhoto e da lagarta - são ocupações de negros nas escuras e tenebrosas noites.<sup>22</sup> Um pouco adiante, o autor do mesmo manuscrito menciona que "*(...) o maior trabalho que há na preparação do terreno é em lavrar a terra, o que fazem os lavradores daquele país com os braços de seus escravos desprezando o uso do arado que lhes seria muito útil (...)*".<sup>23</sup>

As citações acima não deixam dúvidas a respeito da utilização de escravos na produção do fumo. A questão que se coloca é saber se as relações escravistas eram preponderantes ou se tinham caráter subsidiário, acessório. Se os plantadores da *Nicotiana tabacum* eram grandes proprietários de terra e de escravos ou não;

e de que forma o campesinato ou os pequenos produtores familiares participavam na obtenção do fumo em corda.

O tabaco, indubitavelmente, era uma cultura que, ao mesmo tempo em que necessitava de abundante mão-de-obra, prescindia de grandes aplicações de capitais. Requeria, além da terra, apenas investimentos de pequenos custos, para a construção de galpões para a secagem das folhas e outros gastos menores para o beneficiamento e enfardamento do produto. Assim, podia ser plantado em pequena escala e tornar-se, inclusive, *"ponderável fonte de riquezas para os pequenos agricultores"*.<sup>24</sup> Só que a estrutura econômica brasileira assentava-se, no período colonial e mesmo imperial, sobre o tripé que combinava e conjugava a grande propriedade, a monocultura e a mão-de-obra escrava.

PRADO JR., no que concerne a participação dos pequenos produtores no cultivo da planta, destaca que

*"Apesar das oportunidades que a cultura do tabaco oferece ao lavrador modesto, em contraste frisante com a produção do açúcar e do algodão, elas não foram a ponto de transformarem a feição predominante do campo brasileiro. Sabe-se alias que em toda América Tropical e subtropical onde se cultivou esta planta, o tipo 'fazenda' é sempre a regra. Assim nas colônias subtropicais inglesas na América do Norte: a plantation surgiu lá com esta cultura; o arroz, o anil e o algodão só vieram depois".*<sup>25</sup>

Para este historiador, ao lado dos grandes produtores (os que fabricavam até 200 rolos) havia os pequenos (aqueles que não fabricavam além dos 20 rolos), mas a tendência era a grande produção predominar e mesmo sobrepor-se à pequena. Em obra anterior, publicada pela primeira vez em 1945, Caio Prado tinha sido mais enfático ao escrever que a cultura do fumo se dava nos moldes da "plantation".<sup>26</sup>

A obra organizada por HOLLANDA também envereda por este caminho. Mesmo reconhecendo especificidades, quanto aos tratos culturais - como a adubação animal e todos os cuidados exigidos pela lavoura que demandavam grande soma de trabalho e vigilância infatigável, o que era uma anomalia no sistema de produção imperante -, afirma que *"as características da organização da produ-*

*ção são análogas ao do açúcar, isto é, predomínio absoluto da monocultura escravista voltada para os interesses do mercado exterior".<sup>27</sup>*

GORENDER, que prefere a utilização do termo *plantagem* ao de *"plantation"*,<sup>28</sup> acredita terem existido concomitantemente grandes plantagens e pequenas explorações:

*"(...) Ao lado de verdadeiras plantagens, a lavoura do tabaco incluía (...) numerosas explorações de pequenos escravistas, cujos familiares também participavam no trabalho agrícola, mormente na colheita e nas secagens das folhas".<sup>29</sup>*

Nota-se, entretanto, que o autor fala de *"pequenas explorações escravistas"*.<sup>30</sup> Não toca na possibilidade da plantação ser feita exclusivamente com a força de trabalho livre da unidade familiar. A parte mais pesada e suja do beneficiamento, como a torcedura e o tempero, eram, conforme GORENDER, tarefas dos escravos. Classifica, ainda, as explorações fumageiras menores como sendo uma forma híbrida de plantagem e economia familiar, mas que *"a própria lucratividade da lavoura, sobretudo nas fases mais intensas do tráfico de africanos, induziria o fortalecimento da plantagem em sua forma pura"*.<sup>31</sup> Ou seja, em épocas de conjuntura favorável, a grande propriedade se expandia, e as pequenas plantações ou se agigantavam ou eram absorvidas pelas maiores. É de se supor que, em épocas conjunturais desfavoráveis para o fumo, ocorresse uma inversão deste mecanismo, aumentando, conseqüentemente, a quantidade numérica das pequenas explorações escravistas. Os grandes produtores, nestas fases, passavam a investir em outras atividades, onde os rendimentos econômicos eram mais favoráveis ou se desfaziam de parte do plantel escravo.

De acordo com LAPA, que se fundamenta nos trabalhos anteriormente mencionados de Joaquim de Amorim Castro, o tabaco

*"(...) estava longe de exigir o aparato, a extensão de terras, pois eram muitas as pequenas propriedades que o cultivavam, a numerosa mão-de-obra, a maquinaria e o empate de capital que a produção açucareira não dispensava. Antes até, ele permitia mais a democrática participação dos colonos em sua cultura (...)".<sup>32</sup>*

Contudo, a exemplo de GORENDER, LAPA não descarta em absoluto o trabalho compulsório do escravo. O fato deste empreendimento agrícola e manufatureiro, quando comparado com o do açúcar, ser proclamado como "mais democrático", por tolerar a participação dos colonos na sua cultura, não significa que os totalmente despossuídos pudessem também se dedicar à sua produção. Isto parece ficar bem mais claro e nítido no parágrafo abaixo, que versa sobre a força de trabalho necessária no processo produtivo:

*"(...) exigia menor número de escravos, assim como permitia também num sentido mais democrático a participação de indivíduos de poucos recursos em sua faina. No tocante a estes, principalmente, requisitava o concurso de toda família para boa parte de suas fases de produção, ficando apenas tarefas que exigiam mais forças a cargo dos escravos".<sup>33</sup>*

Aspecto muito importante suscitado por LAPA concerne à concorrência que a lavoura tabaqueira fazia à lavoura de subsistência. Justifica as campanhas existentes contra a produção do fumo, proibição da cultura nas terras à beira mar, por exemplo, como sendo não em benefício da grande lavoura de exportação, mas da agricultura de subsistência, isto é, daquela voltada à produção de alimentos para o consumo da população. Neste sentido,

*"Os alvarás de 25 de fevereiro de 1688 e 27 de fevereiro de 1701, bem como a Provisão de 1767 obrigavam os lavradores do Recôncavo a plantarem 500 covas de mandioca para cada escravo em serviço, obrigação essa que tinha atingido a lavoura de tabaco e açúcar (...) a produção de 500 covas de mandioca estava muitíssimo acima da capacidade anual de consumo de um escravo (...) no início do século XVIII temos em mais de uma oportunidade providências governamentais em favor da lavoura de mandioca, incluindo ordens aos sargentos-mores e outros funcionários para que destruíssem as plantações de tabaco que achassem a fim de que os agricultores só se dedicassem à plantação da mandioca. Mesmo que os lavradores alegassem que suas terras só serviam ao tabaco, essa lavoura seria destruída. Os infratores seriam presos e remetidos à cadeia da Bahia (...)"<sup>34</sup>*

Sempre foi problemática a questão do abastecimento durante o Brasil-Colônia. E, se de fato as leis de mercado atraíram para outros plantios, em determinadas épocas, as pequenas unidades dedicadas à produção de subsistência, evidentemente que a falta de gêneros alimentícios se agravava nestes períodos, fazendo com

que as autoridades adotassem medidas para debelar a situação. A produção de alimentos não foi, definitivamente, tarefa primordial das "plantations". Daí porque incidiam, com maior veemência sobre a lavoura tabaqueira, as providências governamentais que objetivavam aumentar a quantidade de mandioca plantada.

A produção do fumo, por outro lado, imprescindivelmente esteve associada à atividade criatória. Quando a lavoura ocupava uma terra virgem, ao cabo de duas ou três colheitas, o solo ficava exaurido. Em decorrência, ou adentrava-se o território na busca de solos férteis, ou tratava-se de repor à terra, através da adubação animal, os nutrientes que haviam sido extraídos ao solo. Sabe-se que a primeira alternativa tinha certos limites geográficos<sup>35</sup> e econômicos. Quanto mais longe do litoral, maiores se tornavam os custos do transporte. Assim, por contar com a estrutura bovina, terras ditas imprestáveis e inférteis<sup>36</sup> para outros cultivos puderam ser aproveitadas para o plantio do tabaco. Além do excremento, também o couro do gado era aproveitado, pois servia de invólucro para os rolos ou fardos de fumo exportados.<sup>37</sup>

Portanto, de acordo com LAPA, o produtor de fumo precisava dispor de terra, de gado e de um pequeno número de escravos. Isto significa dizer que, durante o século XVIII, na Bahia, eram as pequenas explorações escravistas que, majoritariamente, dedicavam-se à obtenção da *Nicotiana tabacum*. Esta posição já se diferencia um pouco daquela exposta por GORENDER. Está mais afastada, ainda, das abordagens feitas por PRADO JR. e HOLLANDA.

Já para o pesquisador francês Jean Baptiste Nardi, a produção do fumo no período colonial "*era do tipo familiar e minifundiária*".<sup>38</sup> Destaca ele a existência de três categorias de produtores:

*"A primeira se compunha dos pequenos colonos, moradores ou arrendatários, que produziam também os gêneros alimentícios (...) A família era a base da unidade de produção. Todos, homens, mulheres e crianças participavam do trabalho. Cultivavam uma ou duas tarefas (uma tarefa= 0,436 ha) de fumo e torciam as folhas a mão, sem ajuda de maquinaria. Podiam produzir até cem arrobas por ano de um fumo de baixa qualidade (...) Nesta categoria ainda se*



*encontravam os escravos, que cultivavam para seu próprio consumo os mantimentos e o fumo".<sup>39</sup>*

Várias objeções podem ser levantadas sobre esta fração de produtores rurais aludida pelo "brazilianist": 1º) seria um trabalho assaz penoso e árduo para a unidade produtiva familiar combinar o cultivo do fumo com a lavoura de subsistência, porque, sabida e reconhecidamente, o manuseio do tabaco exigia muita mão-de-obra durante, pelo menos, dois terços dos meses do ano;<sup>40</sup> 2º) a quantidade produzida nestes termos é pequena, levando em consideração que cada rolo de fumo pesava entre 14 e 17 arrobas.<sup>41</sup> Assim sendo, a produção podia alcançar a modesta quantia de seis rolos de fumo de baixa qualidade; 3º) a adubação do solo muito provavelmente inexistia, pois é improvável que os "pequenos colonos", e os escravos referidos, tivessem as cabeças de gado necessárias para adubar o viveiro de mudas e o terreno ou a área do fuma; 4º) sobre o próprio cultivo dos escravos dentro das chamadas "brechas camponesas", infere-se que, no escravismo brasileiro, a concessão de lotes de terra, para o cultivo do próprio escravo, tenha sido mais freqüente nas plantações de algodão e café, atividades que não ocupavam os braços durante o ano todo. *"O mesmo não se dava com a cana, exigente de trabalho intenso o ano inteiro"*<sup>42</sup>. E era exatamente a cana-de-açúcar a lavoura preponderante no Nordeste. Ademais, não se pode olvidar o fato de que a produção do fumo destinado ao consumo próprio ou ao reduzido mercado interno *"absorvia uns 10% da produção nos últimos anos do período colonial"*.<sup>43</sup>

A segunda categoria de lavradores, conforme NARDI,

*"(...) Era também composta por pequenos produtores, mas de maior porte que os da categoria precedente. Possuíam, geralmente, algumas cabeças de gado que lhes forneciam a adubação das terras (...) Possuíam ainda alguns escravos que trabalhavam com a família na roça e na fabricação dos rolos. Podiam cultivar cerca de duas a dez tarefas e chegar a produzir umas 500 arrobas de fumo ao ano".<sup>44</sup>*

GORENDER, fundamentando-se no autor do "Discurso Preliminar...", concluiu que os produtores de 20 rolos não possuíam menos de três escravos.<sup>45</sup> Note-se que o tipo de produtor acima alu-

dido chegava a beneficiar o equivalente a 30 rolos, podendo, em consequência, sua unidade produtiva ser classificada como de pequena exploração escravista.

Finalmente, a terceira categoria de produtores de NARDI era composta pelos grandes proprietários, senhores de engenho ou criadores de gado. Estes, entretanto, não se dedicavam diretamente ao cultivo da solanácea, mas reuniam a produção de várias famílias de moradores das suas terras chegando, dessa forma, a produzir até quatro mil arrobas,<sup>46</sup> ou seja, mais de 200 rolos.

A tese formulada pelo pesquisador francês não é, de forma alguma, despropositada ou descabida. É possível que esta forma de obtenção do tabaco tenha permeado toda a história colonial brasileira e, inclusive, despontado nos períodos conjunturais economicamente desfavoráveis ao fumo. Mas, certamente, não cabia à escória<sup>47</sup> da sociedade colonial, os moradores ou agregados e os sitiantes, lidar com a preciosa planta que, no dizer de ANTONIL, *"tem dado e dá anualmente grandes cabedais aos moradores do Brasil"*.<sup>48</sup>

Na formação sócio-econômica escravista brasileira, as relações sociais escravistas de produção eram as predominantes. O trabalho compulsório era o responsável maior, mas não único, pela produção dos bens materiais e acumulação de capitais. A tese exposta por NARDI procura ideologicamente enaltecer o caráter "democrático" da cultura que, teoricamente, poderia ser realizada até mesmo pelos mais miseráveis. Só que, ao não se referir à forma de propriedade e ao escamotear a discussão a respeito das relações de produção - ou seja, da relação existente entre o trabalhador e os meios objetivos e subjetivos de produção - força uma conceituação, a do tipo "familiar e minifundiária", para caracterizar a força de trabalho empregada no cultivo do tabaco. No nosso entender, esta conceituação está divorciada da realidade histórica concretamente dada, isto é, o Brasil no período colonial. Acredita-se que o grosso da produção de fumo tenha sido obtido, fundamentalmente, pela exploração da força de trabalho es-

crava combinada com a livre - familiar dos agregados - de forma acessória e subsidiária. Em outras palavras, eram as pequenas explorações escravistas as maiores responsáveis pela obtenção do fumo. No entanto, nas fases da produção em que uma maior quantidade de mão-de-obra era solicitada, o pico da produção, entrava, como complemento, a prestação de serviço dos moradores que assim pagavam em trabalho (renda trabalho) pelo direito de ocupação de uma pequena parcela da sesmaria pertencente aos "homens bons". Também a renda em produto (entrega de uma parte da produção), quando ocorria, tinha, no fumo, caráter acessório. Tal argumentação não invalida, absolutamente, as possibilidades cíclicas de expansão e retração das atividades tabaqueiras defendidas por GORENDER. De acordo com a máxima smithiana, quando plantar tabaco tornava-se um bom negócio, muitos fazendeiros direcionavam seu empreendimento para este ramo; o contrário também sucedia quando outras atividades davam maior retorno comparativamente aos investimentos feitos.

## NOTAS

- 1 - MOREAU, Raymond. *La culture du tabac*. Paris: Société de Presse et D'édition Tabacole / Editions Delmas, 1951. p. 15.
- 2 - NARDI, Jean Baptiste. *A história do fumo brasileiro*. Rio de Janeiro: ABIFUMO, 1985. p. 05.
- 3 - O narcótico era fumado pelos guaranis na forma de cigarros ou em cachimbos. Cfe. MÉTRAUX, Alfred. The guarani. In: STEWARD, Julian H. (ed.). *Handbook of South American Indians: the tropical forest tribes*. Washington: United States Government Printing Office, 1948. p. 89.
- 4 - TRANSNATIONALS INFORMATION EXCHANGE. *Tabaco*. Belo Horizonte: mimeog., Seminário sobre Cadeias Alimentares, 1991. p. 01.
- 5 - "O fumo era utilizado para a iniciação dos pajés e nas cerimônias tribais. Por meio dele, o pajé entrava em transe no qual contactava com deuses, espíritos, almas dos mortos, ou ainda predizia o melhor momento para ir à caça, viajar ou atacar o inimigo. A fumaça do fumo era considerada purificadora: protegia dos maus espíritos o jovem guerreiro, a roça, a selva ou a comida". NARDI, J. B. Op. cit. p. 05.
- 6 - "Esta erva santa serve para várias enfermidades, como feridas, catarros, e principalmente serve para doentes da cabeça, estômago e asmáticos (...) As mulheres também o bebem, mas são as velhas e enfermas, porque é ele muito medicinal, principalmente para os doentes da asthma, cabeça ou estômago (...)". CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia / USP, 1980. p. 43 e 92.
- 7 - NARDI, Jean Baptiste. *O fumo no Brasil Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 08.
- 8 - HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo I - A época colonial. São Paulo: DIFEL, 1960. p. 211. Para PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1963. p. 147, o tabaco era a terceira grande lavoura da colônia. Já para ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980. p. 379, o fumo seria o quarto produto na hierarquia da exportação colonial.
- 9 - Há inúmeras obras que relacionam a colonização com a política mercantilista. A título de ilustração, pode-se citar: PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1963. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1984. LAPA, José Roberto do Amaral. *O antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1983. ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- 10 - ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª ed. p. 237.
- 11 - NARDI, J. B. (1985), op. cit. p. 06 e 07.
- 12 - Ibidem. p. 08. "O tabaco inferior não se podia exportar para a Europa: porém, sim para a África, quando não se consumisse no país". VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos / MEC, 1975. p. 239.

- 13 - No mercantilismo "(...) a colônia existe em função e para a metrópole (...) A produção das colônias só é válida na medida em que possibilite lucros elevados aos comerciantes metropolitanos, detentores do monopólio do comércio de importação e de exportação das colônias. (...) Na prática as colônias constituem uma espécie de território privilegiado, reservado (...)". FALCON, Francisco. *Mercantilismo e transição*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 80. Ver a respeito também NOVAIS, F. A. Op. cit. p. 72-92.
- 14 - Cfe. ARRUDA, J. J. A. Op. cit. p. 322.
- 15 - Não é por um mero acaso que os ramos de café e fumo aparecem no escudo brasileiro. São emblemas da riqueza agrícola nacional.
- 16 - Ver, por exemplo, PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983. FURTADO, Celso. op. cit. SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil: 1500/1820*. São Paulo: Nacional, 1977.
- 17 - ANTONIL, A. J. Op. cit. p. 235-253.
- 18 - CASTRO, Joaquim de Amorim. "Memória sobre as espécies de tabaco que se cultivam na Vila da Cachoeira com todas as observações relativas a sua cultura, fabrico e comércio e com a breve descrição botânica das mesmas espécies" e "Manufatura do tabaco". In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 187-213 e 215-229.
- 19 - ANTONIL, A. J. Op. cit. p. 238.
- 20 - Ibidem. p. 243.
- 21 - Ibidem. p. 243 e 244.
- 22 - CASTRO, J. A. Op. cit. p. 194.
- 23 - Ibidem. p. 197.
- 24 - SIMONSEN, R. C. Op. cit. p. 368.
- 25 - PRADO JR., C. (1963), op. cit. p. 149.
- 26 - PRADO JR., C. (1983), op. cit. p.
- 27 - HOLLANDA, S. B. Op. cit. p. 211 e 212.
- 28 - GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1988. p. 77.
- 29 - Ibidem. p. 86.
- 30 - São considerados pequenos escravistas os proprietários que ocupam menos de 10 cativos no processo de produção. Segundo o autor, este tipo de empreendimento concorre com os setores plantacionistas da cana, do algodão e do tabaco. GORENDER, J. Op. cit. p. 559.
- 31 - Ibidem. p. 86.
- 32 - LAPA, J. R. A. Op. cit. p. 158.
- 33 - Ibidem. p. 159.
- 34 - Ibidem. p. 155.

- 35 - Ainda assim, "(...) como lavoura para a exportação, a do fumo era a que mais se afastava do litoral, penetrando na Bahia, pelo sertão, até o limite das áreas úmidas do Recôncavo, sem disputar terras à economia açucareira". CANABRAVA, A. P. João Antônio Andreoni e sua obra. In: *Cultura e opulência do Brasil*. Op. cit. p. 75.
- 36 - Cfe. LAPA, J. R. A. Op. cit. p. 159-163 e SIMONSEN, R. C. Op. cit. p. 368.
- 37 - LAPA, J. R. A. Op. cit. p. 161. CASTRO, J. A. Op. cit. p. 208. ANTONIL, A. J. Op. cit. p. 243. GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 68.
- 38 - NARDI, J. B. (1987), op. cit. p. 12.
- 39 - Ibidem. p. 10.
- 40 - Cfe. HOLLANDA, S. B. Op. cit. p. 212. *"Nenhuma outra lavoura colonial requeria tantos cuidados, nenhuma demandava tão grande soma de trabalho monótono e contínuo e de vigilância infatigável. O ano do fumo tem treze meses dizia um refrão do sul dos Estados Unidos resumindo a implacável continuidade das tarefas que se prosseguiram durante todos os meses do ano"*.
- 41 - LAPA, J. R. A. Op. cit. p. 159.
- 42 - GORENDER, J, Op. cit. p. 256.
- 43 - NARDI, J. B. (1985), op. cit. p. 08.
- 44 - NARDI, J. B. (1987), op. cit. p. 10.
- 45 - GORENDER, J. Op. cit. p. 85 e 86.
- 46 - NARDI, J. B. (1987), op. cit. p. 10 e 11.
- 47 - *"O grosso da população livre era constituída por indivíduos sem nenhum recurso, os moradores ou agregados que representavam 19/20 da população, excluindo-se os escravos (...) Esta classe livre é hoje o verdadeiro povo (...) O morador recusa-se a trabalhar, cultiva um pouco de mandioca e vive na ociosidade"*. TOLLENARE, apud WANDERLEY, Maria Nazaré B. *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 29.
- 48 - ANTONIL, A. J. Op. cit. p. 149.

## 2. O INÍCIO DA CULTURA DO FUMO NO RS, ESPECIFICAMENTE EM SANTA CRUZ DO SUL

Quando, há cerca de dois mil anos atrás, os índios Guaranis principiaram a ocupação do atual território do Rio Grande do Sul, trouxeram consigo várias espécies vegetais que cultivavam como o milho, a mandioca, o aipim, o fumo e o algodão.<sup>1</sup>

Até a chegada dos europeus - portugueses e espanhóis -, em inícios do século XVII, os grupos guaranis se multiplicaram e se expandiram pelo solo gaúcho. Por esta época, os cerca de 200 mil bugres que falavam o guarani estavam distribuídos pelas áreas de mata subtropical que se estendia ao longo do Rio Uruguai e seus afluentes, ao longo do Rio Jacui e seus tributários, ao longo da costa marítima e suas lagoas.<sup>2</sup>

As tribos Guaranis viviam da caça, da pesca, da coleta e de uma agricultura itinerante que era a base da economia.

*"O cultivo era feito com uma tecnologia primitiva com as seguintes etapas: o corte do mato, a queimada, o cultivo nesta roça sem remover os troncos e sem afofar o chão, a colheita, enquanto o inço não cobria os cultivos, o abandono do terreno inçado, para cortar novo trecho de mato. O ciclo fechava-se em 3 anos."*<sup>3</sup>

A derrubada da mata cabia ao homem; o plantio e a colheita eram atividades femininas. Quanto ao fumo, cultivado juntamente com os demais produtos agrícolas, suas folhas, após secadas e trituradas, eram colocadas em cachimbos feitos de barro, sendo a fumaça inalada.<sup>4</sup>

Escavações realizadas em sítios arqueológicos, situados próximos a Santa Cruz do Sul, têm confirmado o uso do cachimbo pelos guaranis que ocupavam a região. O professor MENTZ RIBEIRO, do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade de Santa Cruz do Sul, analisando as técnicas de confecção da ce-

râmica encontrada na Aldeia de São Nicolau, município de Rio Pardo, concluiu que, entre os fragmentos de cachimbo ali coletados, havia os que tinham sido confeccionados antes do contato dos índios com os lusos e havia os que tinham sido modelados após o contato daqueles com estes.<sup>5</sup> Também na redução Jesus Maria<sup>6</sup>, situada no atual município de Candelária, foram encontrados cachimbos de cerâmica, o que induz ao uso do fumo nas reduções jesuíticas.<sup>7</sup>

O tabaco, portanto, já era usado no Brasil meridional por ocasião da chegada do elemento de cultura européia. No entanto, servia somente à satisfação das necessidades dos grupos guaranis aí estabelecidos.

Segundo PIMENTEL,<sup>8</sup> a primeira exportação de fumo em folha produzido em território rio-grandense, ocorreu em julho de 1804, durante o governo de Paulo da Gama, quando o bergantim "Animo Grande" conduziu um carregamento destinado ao Velho Continente. A cultura estava então se desenvolvendo experimentalmente na capitania, mormente no Vale do Rio Taquari e no Vale do Sinos, na antiga Feitoria do Linho e Cânhamo, com sementes que haviam sido trazidas dos Estados Unidos. Não existindo mercado interno para a colocação dos excedentes produzidos, o governo, que temia o aniquilamento do emergente cultivo, empenhou-se para abrir as portas do mercado europeu para os fumos gaúchos. Em outubro de 1805, *"outro grande carregamento de fumo de Virginia deixava a barra do Rio Grande, demandando os mercados europeus"*.<sup>9</sup>

Contudo foi com a chegada dos colonos alemães à província, o que se deu a partir de 1824, que a cultura do tabaco se intensificou e se consolidou, tornando-se, inclusive, uma das mais importantes contribuições das colônias alemãs para a economia gaúcha.<sup>10</sup> E, dentre as regiões de ocupação teuta, foi a ex-colônia provincial de Santa Cruz que se destacou e se especializou no cultivo e manufatura do fumo em folha, razão pela qual o atual município passou a ser cognominado de FUMOCAP.



Para analisar o processo de desenvolvimento da cultura do fumo em folha e tentar compreender as razões do sucesso da sua produção, em Santa Cruz e adjacências, há necessidade de imbricar este estudo num contexto mais amplo que é o do processo histórico da ocupação da área em estudo. Como se verá, este será determinante, em parte, para a forma de ocupação do espaço e, por consequência, para a base na qual se assentou a economia local.

## 2.1 - A colonização em Santa Cruz do Sul

A ocupação de Santa Cruz está vinculada diretamente com a política de colonização levada a efeito, no século XIX, pela ação oficial dos governos imperial e provincial. No Brasil meridional, diferentemente daquilo que ocorreu nas áreas dominadas pelas oligarquias canavieira e cafeeira, o processo imigratório objetivou fixar diretamente à terra os elementos vindos da Europa, com a conseqüente criação de colônias de pequenos produtores rurais.<sup>11</sup> E, devido às peculiaridades da economia gaúcha - já então integrada à economia nacional de forma subsidiária conforme os ciclos econômicos<sup>12</sup> -, a elite dominante local não esboçou uma resistência tenaz e contundente contra o projeto colonizatório. E isto não se deu sobretudo porque a perspectiva de abolição não assumiu proporções tão desastrosas para a economia do charque, haja vista que este setor ocupava relativamente pequeno contingente de trabalhadores sob o regime da escravidão. Assim, enquanto que no Centro do país o fluxo imigratório visava a obtenção de mão-de-obra para a lavoura, no Sul o intuito era o de povoar o território através do estabelecimento de comunidades agrícolas sedentárias e autônomas que: 1º) pudessem constituir uma agricultura voltada para o mercado interno; 2º) ocupassem a província que, historicamente, fora palco de conflitos entre luso-brasileiros e castelhanos; 3º) mantivessem o equilíbrio de ordem política, formando uma classe de pequenos e médios pro-

prietários não ligados, política e ideologicamente, aos interesses dos grandes estancieiros. <sup>13</sup>

Neste sentido, as atividades econômicas das colônias não representaram uma concorrência ao complexo criatório já existente. Ademais, os imigrantes foram fixados nas regiões serranas e de florestas, portanto fora das áreas reservadas ao gado, *"significativamente distantes das áreas da grande propriedade, de modo a não apresentar uma ameaça à sua hegemonia política e econômica."*<sup>14</sup>

A primeira tentativa de colonização levada a efeito no Rio Grande, a dos açorianos, deu-se quando o Brasil ainda era Colônia de Portugal. O objetivo inicial da coroa lusa era a substituição do índio dos 7 povos missioneiros pelo elemento originário da Ilha de Açores, atentando ao que preceituava o Tratado de Madri de 1750.<sup>15</sup> Após seguiu-se um povoamento mais metódico que, no final das contas, *"teve maior significado para a formação da campanha pecuarista do que para as regiões agrícolas, isto porque não houve persistência na agricultura açoriana."*<sup>16</sup>

A partir da independência do país, o governo imperial empenhou-se mais decididamente para conseguir trabalhadores europeus, preferencialmente de origem germânica, para se radicarem como pequenos proprietários produtores familiares na Província de São Pedro. A iniciativa da imigração deu-se sob os auspícios do governo central que orientou e conduziu todo o processo inicial. Já em 1824 (25 de julho), quase dois anos após o 7 de Setembro, era fundada a primeira colônia de imigrantes alemães em São Leopoldo, na margem esquerda do Rio dos Sinos, no local onde desde 1788 funcionava a Real Feitoria do Linho Cânhamo.<sup>17</sup> Sucederam-na a fracassada tentativa de implantação da Colônia de São João das Missões,<sup>18</sup> em 1825, e a instalação, em 1826, da Colônia Católica de São Pedro de Alcântara (Torres) e a protestante de Três Forquilhas (Osório). A partir de 1830, o fluxo imigratório para o solo gaúcho foi interrompido e só reativado no final de

1844. Em 1846, foram fundadas as colônias de Feliz, Santa Maria da Boca do Monte e Mundo Novo.<sup>19</sup>

Em 1848, o governo imperial delegou às províncias maior participação no processo de povoamento do país, o que fez surgir as colônias provinciais de Santa Cruz, Santo Ângelo, Monte Alverne, Nova Petrópolis e outras.

A Colônia de Santa Cruz, a primeira fundada e gerida pela Província de São Pedro, recebeu seus primeiros colonizadores alemães, num total de 12 pessoas, em 19 de dezembro de 1849.<sup>20</sup> A região destinada aos colonos foi a depressão central, junto à encosta inferior da serra, para que ocorresse o povoamento da recém aberta estrada que ligava a cidade de Rio Pardo com Cruz Alta, "A Estrada de Cima da Serra".<sup>21</sup> As terras ocupadas foram aquelas previstas e cedidas pelo II Império através da Lei 514, de 1848, que incentivava a imigração e atribuía ao governo provincial o direito de colonizar:

*"A cada huma das Províncias do Império ficção concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, sete léguas em quadra de terras devolutas, as quaes serão exclusivamente destinadas a colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos".<sup>22</sup>*

De conformidade com a legislação vigente, a administração provincial distribuiu, gratuitamente, lotes coloniais que possuíam 160.000 braças quadradas (77 hectares) a cada família. A partir do momento em que passou a vigorar a Lei Provincial 229 de 04 de dezembro de 1851, a área destinada aos colonos passou a ser de 100.000 braças quadradas, o equivalente a 48,4 hectares. Já a partir de 1854, com a Lei Provincial nº 504 que regulamentava a Lei de Terras de 1850, os lotes passaram não mais a serem doados, mas vendidos, podendo ser pagos num prazo não superior a 5 anos. Até o advento desta lei, os imigrantes, além das terras, recebiam sementes, instrumentos de trabalho, indenização de viagem e ajuda em dinheiro. A partir desta lei, o dinheiro recebido para o custeio das despesas iniciais era não mais doação do governo, mas adiantamento reembolsável.<sup>23</sup>

Quando os imigrantes chegavam à colônia, então parte integrante do município de Rio Pardo, cada família recebia um lote colonial. Neste, deveria ser edificada a residência do colono e ser efetuada a derrubada da mata e o cultivo num prazo não superior a dois anos, sob pena de a terra reverter ao domínio do poder público. Conforme a Lei 514, de 1848, e 304, de 1854, os contemplados com um prazo colonial estavam proibidos de se valer da força de trabalho escrava, razão pela qual empregavam intensivamente a mão-de-obra do grupo familiar. Em decorrência, praticamente inexistiram atividades artesanais durante os primeiros anos, na Colônia, em virtude de todos, impreterivelmente, se dedicarem à agricultura.

Os lotes coloniais foram demarcados, inicialmente, a partir da estrada existente - A Estrada de Cima da Serra - no "Alt Pikade" (Picada Velha).<sup>24</sup> Esses lotes ou prazos, segundo MENEZES<sup>25</sup>, faziam frente para a picada com 100 braças de largura (220 metros) e fundos para o Rio Pardinho, com 1600 braças (3.520 metros). Posteriormente, em consonância com as leis acima epigrafadas, as metragens dos terrenos foram diminuindo. A demarcação dos lotes, entretanto, persistiu sendo a mesma. Eram individuais, retangulares, estreitos e paralelos uns aos outros, traçados desde uma picada no sentido norte-sul ou leste-oeste, com 110 ou 220 metros de largura e 2.200 a 3.200 metros de comprimento. Mesmo as colônias particulares que se desenvolveram nas circunvizinhanças da Colônia de Santas Cruz, também adotaram semelhante procedimento no parcelamento das terras.<sup>26</sup>

WAIBEL<sup>27</sup> relaciona este tipo de propriedades, dispostas ao longo de certas linhas, com a distribuição e povoamento que eram feitos, no final da Idade Média, nas regiões montanhosas do Leste da Alemanha. Ou seja, o geógrafo alemão vê certa semelhança entre a "Waldhufendorf" e a forma de constituição espacial das colônias germânicas do Sul do Brasil. Na "Waldhufendorf", "Wald" significa floresta; "Hufe" designa uma faixa comprida e estreita de terras entregue a cada colono; "Dorf" quer dizer vila.

Esta forma de divisão das propriedades não tem, entretanto, vinculação com o local de procedência dos imigrantes. Ainda que a "Waldhufendorf" não fosse desconhecida para a esmagadora maioria dos imigrantes alemães de Santa Cruz, que haviam nascido, conforme CUNHA, na Pomerânia (42,53%) e na Renânia (37,86%)<sup>28</sup>, o sistema foi adotado por necessidade prática. A medição de terras em áreas cobertas por espessas florestas só era viável a partir de uma picada inicial ou de um curso da água. Os estudos de LA SALVIA e HANDSCHUNCH<sup>29</sup> ressaltam que nas demais áreas coloniais do RS houve idêntico procedimento na formação e demarcação das propriedades rurais. A "Dorf", entretanto, está ausente em todas elas.

Para SEYFERTH<sup>30</sup>, este tipo demarcatório de terras, quando feito em zonas montanhosas e ao longo de um vale, o que está presente no caso em estudo, socializava de certa forma o espaço natural, porque *"garantia não apenas uma certa paridade na distribuição das terras de várzea, como também o proprietário de cada lote teria garantido um meio de comunicação, seja pela picada ou curso d'água"*.

Como decorrência deste tipo linear de demarcação dos prazos coloniais, as moradias, em geral, ficaram localizadas nas extremidades da propriedade, de frente para a estrada, formando o que ROCHE denomina de *"habitat em fileira"*.<sup>31</sup>

WAIBEL classifica este tipo de povoamento rural de disperso e, ao compará-lo com o tipo de povoamento aglomerado, a das "villages", assevera:

*"O tipo de povoamento disperso tem a vantagem de o agricultor viver em sua terra, e de a casa dele ser cercada pelas suas lavouras, seus pastos, suas matas etc. Isto torna a administração da propriedade mais fácil. A desvantagem é que o colono fica separado dos seus vizinhos e que os contatos sociais e culturais entre os membros de uma comunidade se tornam muito difíceis de manter, especialmente quando são pioneiros"*.<sup>32</sup>

Note-se, no entanto, que como as casas surgiam próximas à picada em ambos os lados e, dada a reduzida largura e dimensão das propriedades, o aventado isolamento entre vizinhos é no mí-

nimo questionável. Sabe-se, inclusive, que o mutirão e a troca de serviços entre colonos vizinhos eram, até poucos anos atrás, costumeiros na região, facilitados, quiçá, pela forma de ocupação do espaço pelos pioneiros, o que permitia o contato dos moradores de determinado local. É evidente, também, que uma casa encontrava-se separada da seguinte, no sentido longitudinal, em dois lotes, o que dá uma considerável distância, se levarmos em conta que cada gleba tinha em média entre 2.200 a 3.200 metros de comprimento.

#### 2.1.1 - Dificuldades Iniciais Encontradas pelo Imigrante

Os imigrantes, procedentes da temperada Europa, vinham completamente iludidos quanto ao tipo de vida que teriam no Sul do Brasil. A propaganda esparramada na Alemanha pelos agentes designados pela Província, para angariar pessoas para os núcleos coloniais, afirmava a existência de um verdadeiro paraíso subtropical onde todos seriam proprietários de terras. Entretanto, os colonos mostraram-se completamente despreparados para enfrentar as agruras da vida que os aguardavam:

*"Vinham exaustos por uma longuíssima e penosa viagem de mezes e mezes em barcos de vela, sem conforto, com alimentação deficiente, vítimas do enjoo e da falta de recursos. Quando aqui chegavam viam-se numa terra inculta e bravia, coberta de densas e impenetráveis florestas ou de campos rasos e intermináveis, recortados de águas caudalosas e fundas, sem pontos, sem estradas, sem abrigos e sem proteção (...)"*.<sup>33</sup>

Quando largados na picada, em frente ao inculto e inexplorado lote de terras, tinham a realidade a cercá-los e o trabalho a esperá-los, pois

*"De um a outro lado elevavam-se árvores monstruosas, estreitavam-se os arbustos e as plantas do sub-bosque, enlaçavam-se os cipós. Era a obscuridade misteriosa, a umidade sufocante do dia a ameaça confusa da noite, a angústia e o desespero (...) A terra arável, o espaço, a luz, tudo devia ser conquistado à floresta"*.<sup>34</sup>

Os imigrantes, além de não conhecerem a floresta, não sabiam como com ela lidar. A situação agravava-se, porque também

não dispunham suficientemente dos bens materiais indispensáveis para a sobrevivência. Faltavam-lhes dinheiro, ferramentas, alimentos e conhecimentos a respeito dos recursos que a própria selva poderia propiciar. Ainda que muitos deles não tivessem sido agricultores na Europa, o governo provincial fez deles agricultores por bem ou por mal. *"Em 1853, em 71 chefes de famílias mandadas para Santa Cruz, há 25 artesãos e 46 agricultores; todos, entretanto, recebem um lote de terras e não podem viver senão do cultivo deles".*<sup>35</sup> O ex-artesão de indústria vítrea, Josef Umann, assim se manifesta a respeito do assunto em sua autobiografia:

*"A escura floresta virgem com suas árvores colossais e a impenetrável vegetação rasteira que tínhamos de conquistar palmo a palmo, abrindo caminho com o facão, exigia de nós um serviço árduo e não habituado (...) muitos teriam regressado à pátria, se tivessem tido os meios para tal. Mas esta hipótese estava fora de cogitação e por isto só restava pegar no duro".*<sup>36</sup>

Desorientados e entregues à própria sorte, os colonos passaram a executar o desflorestamento nos moldes do índio e do caboclo, ou seja, à base do fogo. Durante a primeira fase da colonização, que é a da adaptação ao meio, derrubada da mata, construção de uma choupana e plantio do roçado, o trabalho é árduo e extremamente difícil.

*"A maioria no início fica sem saber o que fazer, e querem desanimar quando as mãos estão feridas e cheias de bolhas. Mesmo assim é preciso continuar o trabalho, por mais que aperte a dor. Não há outra alternativa para o indefeso colono senão minimizar o sofrimento e trabalhar, trabalhar e novamente trabalhar, até que a primeira roça esteja queimada e plantada e a primeira choupana erguida, de maneira que se possa pela primeira vez dormir sobre telhado próprio".*<sup>37</sup>

O sentimento de saudade da terra natal aflorava na medida em que as desagradáveis e difíceis adversidades iam sendo enfrentadas. Não podendo haver o regresso, devido às precárias condições materiais de existência, alguns abandonavam o lote,<sup>38</sup> perdendo, conseqüentemente, o trabalho nele executado. Os retirantes dirigiam-se, normalmente, para os centros urbanos, notadamente Porto Alegre.

Mesmo os imigrantes que haviam sido camponeses na Europa, e portanto afeitos às lides agrícolas, não entendiam a época e a maneira de semear e transplantar.

*"Tudo era novo e desconhecido, tudo era diferente do meio habitual. Não conheciam nem plantas nem os animais, não conheciam as sementes que lhes eram dadas para plantar nem os alimentos que lhes eram fornecidos para se sustentar. Viam-se isolados, perdidos na imensidade das suas colônias".<sup>39</sup>*

De acordo com WILLEMS, muito cedo os alemães imigrados tiveram, por uma questão de necessidade e sobrevivência, que alterar o seu padrão alimentar.

*"O camponês que se alimentava na Pomerânia ou no Palatinado de batatas, de carne de porco, de certos legumes e massas de farinha de trigo, tem que habituar-se à farinha de milho, ao arroz, a mandioca, ao feijão preto, ao cará; a carne rareia e a farinha de trigo não está, muitas vezes, ao alcance de seu bolso".<sup>40</sup>*

Outro aspecto a salientar, no que tange ao processo de adaptação do colonizador ao meio, diz respeito à indumentária germânica. Um dos traços típicos dos povos alemães, a vestimenta multissecular, também desapareceu rapidamente nas regiões coloniais. Para MORAES,<sup>41</sup> a

*"substituição dos tecidos de lã e linho, que marcavam a vestimenta característica das regiões de que procediam, pelas fazendas de brim, algodão e chita, tem sua causa predominante na falta de recursos dos colonizadores".*

GRESSLER, referindo-se às roupas dos avós de sua família, aponta que *"todo belo vestuário trazido da Alemanha, em breve tinha-se esfarrapado. Substituí-la por nova não era possível. A receita dos primeiros anos era reduzida, pois mal dava para adquirir os utensílios mais necessários para os trabalhos agrícolas".<sup>42</sup>*

É muito difícil dar, em poucas linhas, um panorama geral dos primeiros tempos da Colônia de Santa Cruz. Sabe-se que o governo, inicialmente, despreocupou-se completamente com a educação, condições de infra-estrutura e assistência médica da população. Não havendo escolas onde os filhos dos colonos pudessem ser alfabetizados, um dos próprios moradores se desincumbia da



tarrafa. Assim, foram pipocando escolas, todas de caráter comunitário, por toda a área colonial, sendo as aulas ministradas em vernáculo alemão.<sup>43</sup>

O desamparo da Colônia no campo da saúde não passou despercebido por AVÉ-LALLEMANT que, em 1858, portanto 9 anos após sua fundação, a percorreu.

*"Encontrei também doentes, ajudei-os tanto quanto pude e prometi visitar algumas ao passar pelas picadas. Vive esta pobre gente tão longe de qualquer socorro médico, que temos de ajudá-la de qualquer forma, por pouco que se possa fazer numa única visita".<sup>44</sup>*

O naturalista alemão também relatou as dificuldades encontradas pelos homens solteiros da Colônia para encontrar uma parceira.

*"Sozinho, na mata, nem o diabo pode suportar (...) não há moças na colônia. Apenas se emplumam, batem asas. É geral a queixa sobre a falta de moças vigorosas, dessas que podem reunir na mesma pessoa a criada e a senhora, a mãe e a ama ao mesmo tempo".<sup>45</sup>*

A falta de moças era consequência do aporte de maior contingente de elementos do sexo masculino do que do feminino à Colônia.

A assistência religiosa era outro drama: ineficiente para os católicos; inexistente para os protestantes. Mas os colonos foram se virando, quase sempre sem a colaboração oficial.<sup>46</sup>

Outra grande adversidade enfrentada pelos pioneiros foi a das comunicações. Santa Cruz não era banhada por rio navegável e estava distante cerca de 40 km da cidade de Rio Pardo, seu principal mercado, e do Rio Jacuí que era a principal via de transporte para o escoamento da produção. As primeiras estradas, verdadeiras picadas de mulas, não passavam de cortes de 5 a 6 metros de largura no meio da floresta. Constantemente os caminhos encontravam-se obstruídos pelos cepos de árvores abatidas, estando a conservação dos mesmos somente ao encargo do pisotear das mulas e cavalos e, depois, também pelo rodado das carroças.

*"Além de mal abertas, as estradas, em geral, estavam repletas de atoleiros, o que as tornava freqüentemente intransitáveis".<sup>47</sup>*

Isto tudo tornou muito difícil e oneroso o transporte dos produ-

tos e se constituiu num sério obstáculo ao desenvolvimento econômico da Colônia.

A precariedade das comunicações fazia com que o lombo da mula fosse, pelo menos durante os primeiros tempos, a única maneira viável de deslocar as mercadorias. Em decorrência, o frete era elevado, o que achatava o preço dos gêneros vendidos pelo colono e aumentava demasiadamente o preço das mercadorias vindas de fora da área colonial. Com o passar do tempo, as estradas foram sendo melhoradas, muitas vezes às expensas dos próprios colonos, o que permitiu o uso da carroça de quatro rodas, significado de possibilidade para a formação de pecúlio. Mas é somente no século XX que os problemas das vias de transporte são resolvidos efetivamente. Em 1905, o município foi ligado à via férrea Porto Alegre / Uruguaiana por um ramal ferroviário que ligou a cidade à Estação do Couto (Ramiz Galvão). No final da década de 60, Santa Cruz passou a ser servida pela BR 471 e RS 287, estradas estas que aproximaram-na das demais regiões do estado.

## 2.2 - A Produção de Fumo em Santa Cruz (1850-1916)

Pretende-se nas próximas páginas discorrer, de forma assaz sucinta, a respeito da produção tabaqueira no período que abarca desde os primeiros tempos da Colônia, a chamada fase da agricultura de subsistência, até o momento em que se estruturam e consolidam definitivamente as empresas capitalistas do ramo fuma-geiro. Tratar-se-á de analisar o período em que ocorre a acumulação prévia de capitais e no qual se dá a estruturação da mercantilização da agricultura, o que faz com que o colono se subordine ao capital comercial em virtude da sua vinculação com o mercado. É, por decorrência, a etapa em que são criadas as pré-condições para a dominação da produção capitalista no setor.

A agricultura de subsistência foi, indubitavelmente, a primeira etapa pela qual passaram os imigrantes que se radicaram na Colônia. Tal fato deu-se em virtude do insulamento em que esta

se encontrava e, sobretudo, porque anteriormente não existia qualquer atividade econômica no local.<sup>48</sup>

A primeira plantação antecedia, necessariamente, o desmatamento,<sup>49</sup> a queima e a limpeza de um pequeno roçado. Via de regra este roçado situava-se na parte da frente do lote colonial, isto é, próximo à picada, local onde também era erguida, provisoriamente, a cabana que servia de abrigo e morada durante os tempos iniciais para os recém-chegados. As sementes eram lançadas entre os troncos e cepos chamuscados pelo fogo, sendo a terra exclusivamente amanhada, pelo menos durante os primeiros anos, com a enxada. Segundo CUNHA,<sup>50</sup> no princípio despontavam, entre os produtos cultivados, aqueles consumidos e utilizados na Europa. Era o caso da batata inglesa, aveia, centeio, cevada, rábano e das ervilhas utilizadas na alimentação; fumo para o próprio gasto; colza para a fabricação de óleo de iluminação e linho para a confecção de rústicos tecidos. Deduz-se, de tal dado, que o imigrante, além das sementes recebidas do governo provincial, também plantou espécies trazidas do solo pátrio.

Cumprindo a promessa assumida no que diz respeito à distribuição gratuita de sementes,<sup>51</sup> o poder público, através do administrador da Colônia, forneceu sementes de trigo, algodão, linho, fumo, etc. aos moradores. Ao que tudo indica esteve presente, na concepção inicial, a necessidade de propiciar aos pioneiros as condições mínimas indispensáveis para que pudessem obter a própria subsistência, o que aliviaria os cofres provinciais do ônus de persistir subvencionando-os. Desde o início, portanto, foi adotada a policultura. E isto se deu em virtude do isolamento da colônia e da dificuldade de obter mercadorias de primeira necessidade. Assim, o colono produziu o necessário à sua subsistência na sua própria propriedade, exceção feita ao sal, roupas e ferramentas. Por outro lado, esteve presente, também, o estímulo a cultivos de boa aceitação no mercado, o que possibilitaria aos colonos saldarem suas dívidas com o tesouro provincial e melhorarem suas condições materiais de existência.

Tendo em vista que a Colônia de Santa Cruz fora a primeira fundada pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ela deveria ser uma espécie de vitrine capaz de atrair novos contingentes de estrangeiros<sup>52</sup> e tornar-se uma nova São Leopoldo. O processo colonizatório iniciado em 1824 já acumulava, até então, várias experiências, dentre elas os relativamente mal sucedidos ensaios de São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas. Daí a necessidade do diretor da Colônia, também ele um alemão, de orientar os imigrantes sobre o que e de que forma produzir. O sucesso do projeto de colonização no RS dependia, em grande escala, do bom êxito das colônias oficiais em torno das quais espocavam os empreendimentos de caráter privado.

Dentre as plantações testadas, o fumo, a médio e longo prazos, proporcionou os resultados mais satisfatórios. Em 1850, o subdiretor da Colônia, Evaristo Alves de Oliveira, prognosticava no seu relatório enviado ao presidente da Província, que *"os principais ramos da agricultura virão a ser: o fumo, algodão, cana, batatas, mandioca e outros vegetais que terão de abastecer o Município de Rio Pardo e outros lugares"*.<sup>53</sup> Informava, ainda, que no mês de janeiro de 1851 já se poderia tratar do fabrico do fumo, fazendo-se indispensável a presença de uma pessoa que entendesse do assunto para ensinar os produtores do local. Estes, ao que tudo indica, nada entendiam sobre o processo de beneficiamento do produto, embora em algumas regiões da Alemanha o tabaco já fosse cultivado em pequena escala.

O relatório do diretor Buff, de 1851, registra não haver ainda grandes plantações na Colônia, exceto fumo em rama, produto do qual poderia haver a exportação<sup>54</sup> de algumas arrobas. Portanto, além dos víveres para a subsistência das unidades familiares (feijão, abóbora, milho e batata) aparecia o fumo já na primeira colheita como mercadoria de valor de troca destinado ao comércio.<sup>55</sup>

Entre os meses de janeiro e setembro de 1854, a Colônia tinha exportado, segundo Buff, 218 sacos de feijão, 1.000 sacos de

milho e 265 arrobas de fumo.<sup>56</sup> A população, naquela época, era de apenas 891 pessoas.

No ano agrícola de 1856/57, a exportação dos principais produtos agropecuários atingiu o montante de 37:318\$640, sendo assim constituída:

TABELA 1: GÊNEROS EXPORTADOS POR SANTA CRUZ NO ANO DE 1856/57

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (réis)
Feijão	2835 sc	22:680\$000
Milho	1313 sc	3:939\$000
Batata	100 sc	200\$000
Fumo	309 ar	1:545\$000
Toucinho	1303 ar	7:818\$000
Carne de porco	294 ar	1:136\$640

FONTE: Relatório do Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul o comandante Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 11 de outubro de 1857. Porto Alegre: Mercantil, p. 21.

Embora o feijão, durante os anos iniciais, liderasse a pauta das exportações, não se pode negligenciar a respeito da importância do plantio do milho. *"O milho cria tudo"* é uma expressão típica das regiões coloniais. O cereal servia de alimento para os homens - principalmente na forma de farinha - e como forraginosa para animais domésticos como os porcos, galinhas, vacas e os animais de tração. O cultivo do milho conjugado com a suinocultura resultava na produção da carne, do toucinho e da banha. Apesar de não aparecerem na tabela, outros mantimentos também já eram comercializados pela Colônia, ainda que em menor escala, como a banha, os charutos, os ovos, a manteiga, etc.<sup>57</sup> O destino dos gêneros alimentícios era, na sua maior parte, a cidade de Rio Pardo. Possivelmente boa parte do tabaco já atingia, então, a capital Porto Alegre, através dos comerciantes instalados em Rio Pardo ou na povoação de Santa Cruz.

Quanto à povoação, ela deu origem à atual cidade de Santa Cruz, a sede do município. Sua história iniciou em 1852, quando o governo provincial desapropriou uma área de terras de um quarto de légua de campos e faxinais sitos no município de Rio Pardo. Uma vez comprada e delineada, a área foi incorporada à Colônia de Santa Cruz. Em fins de 1854, iniciaram-se os trabalhos de

demarcação e medição do local que viria a centralizar as principais atividades econômicas, sociais e administrativas desta região colonial. Os 12 quarteirões medidos tinham 132 metros de face e eram produto do cruzamento de um punhado de ruas retilíneas e paralelas entre si que corriam no sentido norte-sul, com um jogo de ruas idênticas que foram traçadas de leste para oeste. Nos pontos de interseção das ruas, formaram-se ângulos perpendiculares, o que pode ser observado na cópia da planta da cidade (anexo 2). O miolo da cidade teve conservado o traçado original, mas na medida em que os bairros foram aparecendo, o esquadrinhamento inicial não mais foi obedecido.

Enquanto que a área colonial (Alt Pikade) se desenvolvia mais para o alto da serra e se espraiava para oeste, onde iam sendo abertas as Picadas de Rio Pardinho, Dona Josefa e outras, a superfície destinada a ser o sítio urbano localizava-se numa depressão relativa, ladeada de morros ao norte, leste e sul, e por uma região pantanosa da várzea do Vale do Rio Pardinho na direção do poente. O Faxinal do João de Faria (local onde aparece a cidade) era um legítimo "panelão" situado cerca de 7 km antes do "Alt Pikade" para quem ia de Rio Pardo à Colônia, utilizando-se da Estrada de Cima da Serra. Em 1855, iniciaram-se as primeiras edificações no povoado que foi elevado à categoria de Freguesia em 1859. Em 1877, o povoado passou a ser Vila e, em 1878, com a instalação da Câmara Municipal, sede do novo município de Santa Cruz do Sul. Finalmente, em 1905, foi elevado à condição de cidade.

Com o correr do tempo, novos contingentes de imigrantes afluíram a Santa Cruz.<sup>58</sup> Em decorrência, maior número de lotes passaram a ser ocupados, e as roças foram, pouco a pouco, substituindo as florestas. A produção, em vista disso, cresceu paulatinamente.

TABELA 2: PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS EM SANTA CRUZ (1858 - 1866)

ANO	FEIJÃO	MILHO	FUMO
1857/58	7.724 SACOS	197.998 MÃOS	287 AR.
1858/59	5.192 SACOS	25.730 SACOS	929 AR.
1859/60	12.700 SACOS	27.705 SACOS	3.000 AR.
1960/61			5.500 AR.
1961/62			7.300 AR.
1962/63	26.000 ALQ.	100.000 ALQ.	8.000 AR.
1963/64	32.000 ALQ.	100.000 ALQ.	17.300 AR.
1964/65	31.000 ALQ.	70.000 ALQ.	15.750 AR.
1865/66	42.225 ALQ.	62.113 ALQ.	25.858 AR.

FONTE: Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Para o ano de 1861/62 cfe. KRAUSE, Silvana. *Economia política e religião em Santa Cruz do Sul na República Velha*. Porto Alegre: UFRGS, mimeog. 1991. p. 54.

A quantidade de tabaco colhido e beneficiado aumentou de ano para ano, exceção feita à safra de 1864/65, quando a região foi assolada por uma prolongada e famigerada seca. A quantidade produzida em 1866 superou em mais de 9.000% o total produzido na safra de 1858. Embora não se tenham os dados referentes aos valores da produção e do montante auferido pelos exportadores, para cada gênero nos diferentes anos, pode-se ousar afirmar que o fumo, em meados da década de 60 do século passado, em termos de valor financeiro, desbancou o feijão como principal produto agrícola de cultivo e comercialização da Colônia.<sup>59</sup> A tabela abaixo evidencia a estagnação e queda da quantidade de milho e feijão vendidos pela Colônia no início dos referidos anos 60.

TABELA 3: PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS EXPORTADOS PELA COLÔNIA DE SANTA CRUZ (1860 - 1864)

ANO	FEIJÃO	MILHO	FUMO
1860/61	14.000 SACOS	16.000 SACOS	4.700 ARR.
1861/62	8.000 SACOS	12.000 SACOS	6.500 ARR.
1862/63	8.900 SACOS	13.000 SACOS	7.000 ARR.
1863/64	9.000 SACOS	14.000 SACOS	14.500 ARR.

FONTE: Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Quanto ao tabaco, ao se cruzarem os dados da produção com os da exportação, chega-se ao percentual do fumo expedido e consumido na Colônia. Assim, nas respectivas safras, foram

vendidos para fora de Santa Cruz 85,45% do total colhido no ano agrícola de 1860/61; 89,04% no de 1861/62; 87,50% no de 1862/63 e 83,81% no da safra 1863/64. Estes percentuais provavelmente não espelhem exatamente a realidade. Possivelmente a população fumante de Santa Cruz não consumiria todo o fumo restante, o que daria um consumo per capita muito elevado, se consideramos que crianças e mulheres não pitavam. É provável que parte do fumo, que teoricamente se supõe fosse consumido no próprio local, saísse da Colônia na forma de charutos. Isto explicaria, inclusive, a razão da importação de fumo pela Colônia.<sup>60</sup> O tabaco comprado fora era possivelmente misturado ao local ou então usado como capa, como invólucro no fabrico de charutos.

Acordando com a ampliação das colheitas, o comércio de importação e exportação da Colônia ia-se fazendo maior:

TABELA 4: VALORES DA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ (1859 - 1866)

ANO	IMPORTAÇÃO EM RÉIS	EXPORTAÇÃO EM RÉIS
1859	54:000\$000	90:000\$000
1860	69:000\$000	121:000\$000
1861	92:650\$000	195:000\$000
1862	107:700\$000	130:000\$000
1863	110:000\$000	150:000\$000
1864	113:238\$000	108:000\$000
1865	135:000\$000	140:280\$000
1866	166:700\$000	180:000\$000

FONTE: Relatório da administração central das colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, apresentado ao Illm. e exem. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello dignissimo presidente da mesma província pelo agente intérprete da colonização Carlos de Kosseritz. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1867. p. 17.

As transações comerciais, por sua vez, engendraram crescentes arrecadações tributárias. Em 1865, quando o governo ainda desembolsava para manter a Colônia, esta já propiciava uma arrecadação de 60:812\$059<sup>61</sup> réis em impostos para os cofres do Império, Província e município de Rio Pardo. *"Estas receitas, progressivamente chegaram a somar, só no ano de 1885, em 126:500\$000 réis. Até este ano já estava recuperado e com usura todo o capital empregado; pois que todas as receitas reunidas excediam de 1.814:617\$000 réis."*<sup>62</sup>



Conforme anteriormente apontado, foi a partir da safra 1865/66 que Santa Cruz se especializou na produção de fumo em folha. O tabaco alavancou o processo de desenvolvimento da Colônia que, em 1869, já contava com 900 fogos, 816 dos quais dedicados exclusivamente à agricultura.<sup>63</sup> O fumo ia solidificando, ano após ano, sua primazia na pauta dos produtos expedidos.

TABELA 5: VALOR DO FUMO EXPEDIDO COMPARADO COM A EXPORTAÇÃO GLOBAL DE SANTA CRUZ EM RÉIS

ANO	FUMO	TOTAL EXPORTADO	% FUMO /TOTAL
1869	270:000\$000	394:000\$000	68,53
1870	292:500\$000	442:500\$000	66,10
1874	388:000\$000	520:000\$000	74,61

FONTE: Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Em 1869 a exportação do tabaco atingiu 40.000 arrobas; em 1870 passou para 45.000; já, em 1874, saíram 1.028.272 kg de fumo de Santa Cruz. O tabaco tornou-se concretamente o carro-chefe da economia local. Já era notória, em 1870, a especialização da Colônia na obtenção da solanácea:

*"A cultura em grande escala de um certo artigo de exportação enraizou-se unicamente na colônia de Santa Cruz; os seus moradores em toda a parte da colônia em que o solo e os meios de transporte recomendarão a cultura d'esta planta, tem concentrado quasi exclusivamente as suas forças n'esta produção, e hoje podem elles apresentalo no mercado em grande quantidade e qualidade recomendavel.  
O estado prospero d'essa colônia é devido em grande parte a este systema."*<sup>64</sup>

Efetivamente o tabaco desta região colonial do Rio Grande foi se firmando no mercado interno e externo. Os países do Prata e da Europa, mormente a Alemanha, apareciam como destacados importadores do fumo gaúcho.<sup>65</sup> A razão de Santa Cruz se especializar na produção do tabaco talvez possa ser tributada a uma necessidade histórica. Isto é, o fato de cultivar exatamente os mesmos produtos que as demais colônias situadas nos arredores de Porto Alegre - como no caso de São Leopoldo ou, quando mais distantes as colônias, próximas de rios absolutamente navegáveis como o Sinos, Caí ou o Taquari - fazia com que aquela não pu-

desse competir comercialmente com estas. E isto era devido aos menores custos monetários por elas agregados ao valor das mercadorias no escoamento da produção para o grande centro consumidor de então. Situada mais distante da capital e não servida por rio navegável, Santa Cruz, para superar a concorrência, especializou-se na obtenção de um produto cujo transporte era relativamente facilitado, pela forma em que era acondicionado, e cujo rendimento monetário, proporcionalmente ao volume, era superior, se comparado com o milho, o feijão, a batata, a banha, etc. e cuja matéria-prima impôs-se no mercado exatamente pela sua qualidade. A qualidade do fumo originava-se não só da especialização dos colonos, mas também, e sobretudo, devido à ação dos comerciantes. Estes, além de beneficiarem adequadamente o produto, também passaram a orientar os colonos sobre quais variedades plantar, como colher ... enfim, passaram a funcionar como uma espécie de técnicos agrícolas. SANTOS<sup>66</sup> já havia chegado a esta conclusão no que se refere à região colonial italiana e sua especialidade no cultivo de uvas e produção de vinho.

Portanto, foi fundamentalmente graças ao trabalho dispensado na produção do fumo que Santa Cruz alcançou o seu progresso material. Em decorrência desta pujança econômica, no dia 8 de novembro de 1872, dando cumprimento ao artigo 16 da Lei nº 807, de 30 de outubro de 1872, a Colônia foi emancipada.<sup>67</sup> Contudo, o município foi criado apenas 5 anos mais tarde, através da Lei nº 1.079, de 31 de março de 1877.<sup>68</sup>

Embora a especialidade fosse o plantio de fumais, a tecnologia empregada no processo produtivo era assaz rudimentar. No ano de 1868, quando viviam 5.212 almas em Santa Cruz, o número total de arados era de apenas 153 havendo, ainda, 125 carros e carretas.<sup>69</sup> A partir dos dados encontrados para o ano de 1868 cruzados com os de 1869, pode-se projetar o número provável de estabelecimentos dedicados exclusivamente à agricultura em 1868, bem como o percentual de arados por exploração. Assim teríamos:

TABELA 6: EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS E Nº DE ARADOS EXISTENTES EM SANTA CRUZ EM 1868

HABIT.	FOGOS	FOGOS EXC. AGRIC.	ARADOS	ARADOS/ESTAB.EXC.AG.
5.212	865	784	153	0,195

FONTE: Calculado a partir dos Relatórios (1869) e (1870) op. cit. p. 07 e 09, respectivamente.

Observe-se que o percentual de arados, virtualmente atribuído aos fogos exclusivamente agrícolas, seria menor ainda se, nos levantamentos realizados, constassem os arados pertencentes às explorações mistas - como a dos comerciantes das picadas e dos artesãos (ferreiros, marceneiros, pedreiros, moleiros) - que combinavam outras atividades com a agricultura. Tais empreendimentos, teoricamente, tinham maiores condições de adquirir estes implementos, especialmente quando se tratava do envolvimento de comerciantes.

Para compensar a carência dos equipamentos agrícolas que poderiam ter tornado mais leve e rentável o trabalho, a unidade de produção familiar passou a explorar sua força de trabalho num limite extremo. O fumo obtido naquela época, o que sói ocorrer ainda hoje, necessitava de intenso trabalho que não dispensava nem as mãos dos velhos, nem as das crianças. O opúsculo de KLEUDGEN,<sup>70</sup> de 1852, já enfatizava este viés do cultivo do tabaco ao destacar que

*"(...) o plantio do fumo é cada vez mais promissor; os colonos estão, agora, de posse das sementes do fumo mais fino de Havana. Esta cultura é mais rendosa, principalmente para famílias, porque as crianças menores facilmente podem ajudar em serviços leves".*

Em capítulo posterior, quando serão descritas minuciosamente as várias fases pelas quais passa atualmente o processo de produção do fumo, poder-se-á aquilatar melhor a importância da força de trabalho da unidade familiar para a obtenção do produto. Na época em enfoque, a preparação das sementeiras se dava nos meses de junho, julho e mesmo agosto; o transplante ocorria entre o final de agosto até fins de outubro; o cultivo se dava entre os meses de fevereiro e abril. Mas, neste ínterim, os tra-

tos culturais eram incessantes, passando pelos cuidados com o viveiro das mudas, as várias capinas do fumaço, o afofamento constante do solo em torno das plantas, o combate às pragas (especialmente o pulgão e as lagartas, mas também as formigas, os caramujos, os grilos e as lesmas), a capação, a desolha e todo o trabalho de secagem e classificação das folhas.<sup>71</sup>

O ciclo vegetativo das plantações dependia, em grande parte, dos fatores climáticos naturais, tendo em vista que o tabaco exige umidade e calor relativamente altos e que a geada lhe é fatal. Também a variedade semeada, o tipo de solo e a altitude tinham sua influência neste aspecto. Assim, nos solos aluviais das baixadas, o plantio e a colheita antecediam, em várias semanas, o dos fumais localizados nas regiões de maior altitude.

O início da cultura em Santa Cruz deu-se com os tipos "Havana", cujas sementes procediam da Ilha de Cuba. Ainda nos primeiros anos plantou-se o "Chileno", depois o "Gigante" - que os colonos chamavam de "Língua-de-Vaca", em virtude das longas folhas que atingiam 1,20 metros de comprimento - e outras variedades locais genericamente chamadas de "crioulo". Por volta de 1870, desenvolveu-se na região o cultivo de fumos claros mediante a importação de sementes do tipo "Chinês", o qual posteriormente deu origem ao "Amarelinho". Segundo HARNISCH,<sup>72</sup>

*"Foi com o cultivo do 'Amarelo' que o fumo começou a assumir importância econômica para o Rio Grande-do-Sul e o Brasil. Tornou-se evidente que todas aquelas variedades de fumos claros (turcos e chineses), importados pelo Brasil, poderiam, doravante, ser obtidos neste Estado, isto é: em Santa Cruz. E, já nos primeiros anos partiram nada menos de 70 mil fardos desse 'Amarelo', para prover as fábricas de cigarros no centro e no norte do país, e, no exterior".*

O viajante alemão equivocou-se de maneira crassa ao referir-se a cigarros. Durante a primeira metade do século XIX, era na forma de rapé que o tabaco foi mais utilizado no Brasil,<sup>73</sup> sendo consumido principalmente pelas camadas mais abastadas da sociedade. Quanto ao charuto, embora as primeiras manufaturas tenham surgido no início do século XIX, este teve seus dias de

glória após o rapé, tendo-se o uso intensificado depois da descoberta do processo de preparo dos fósforos de segurança. O charuto desbancou definitivamente o rapé na segunda metade do século passado, mais precisamente lá por volta de 1870. Já a fabricação do cigarro industrializado de papel, teve seu lançamento no Brasil somente em 1903, quando Albino Souza Cruz instalou sua fábrica na então capital brasileira, o Rio de Janeiro<sup>74</sup>. Até então, o cigarro era muito pouco consumido no país.

*"Muitas vezes o cigarro vinha do estrangeiro. Outras vezes dava-se preferência ao fumo de corda ou desfiado. Enrolava-se o fumo numa folha de papel ou palha de milho - a mortalha - e estava pronto o cigarro, dispensando a fábrica e os impostos."*<sup>75</sup>

Somente por volta de 1930 é que a produção de cigarros sobrepôs-se à dos charutos. Paulatinamente o seu consumo se tornou mais acessível devido à fabricação em série, nos moldes da produção capitalista, enquanto que o charuto permaneceu sendo confeccionado de forma artesanal, o que elevou a diferença de preço entre os dois produtos que concorriam no mercado.

*"Na era das máquinas, os cigarros eram mais fáceis e mais baratos de serem fabricados que os outros produtos derivados do tabaco. O cigarro era uma forma mais barata de fumar e passou a ser acessível às classes mais baixas da sociedade".*<sup>76</sup>

Portanto, as folhas de fumos mais amareladas que Santa Cruz passou a produzir, a partir de 1870, destinavam-se não à fabricação de cigarros, mas como subcapa e recheio na confecção de charutos.<sup>77</sup> A maior parte do tabaco produzido também não abastecia os mercados nacionais do Centro e do Norte, conforme escreveu HARNISCH, mas era exportado para a Europa, mormente a Alemanha, e para os países platinos.

O cultivo, entretanto, aumentou substancialmente a partir de então, o que é confirmado pela tabela seguinte:

TABELA 7: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FUMO EM SANTA CRUZ DO SUL  
(1870 - 1904)

ANO	PRODUÇÃO - KG	EXPORTAÇÃO - KG
1870		675.000
1872	600.000	
1875		1.175.200
1881	1.668.000	1.593.000
1886		1.677.480
1891		1.327.500
1896	2.027.000	1.674.000
1901		2.200.035
1906		1.869.360

FONTE: Para os anos de 1870, 1872 e 1875 cfe. Relatórios dos Presidentes de Província; para os anos de 1881, 1886, 1891 e 1896 cfe. MENEZES, J. B. op. cit.; para os anos de 1901 e 1906 cfe. Mensagens enviadas ao Conselho Municipal pelos Intendentes Municipais de Santa Cruz.

A interpretação do quadro acima indica crescimento da produção fumageira durante a década de 1870, provavelmente em virtude da introdução de novas variedades de fumo na região - o tipo Chinês ao qual foi feita referência anteriormente -, e o estancamento do cultivo nas décadas de 80, 90 e primeiro decênio do século XX. Para MENEZES, a produção teria estagnado devido à ganância e relaxamento dos colonos que só pensavam em ganhar lucros imediatos. Ainda segundo a mesma fonte, os produtores rurais não estavam procurando sementes mais adaptadas ao clima e meio-ambiente da região, nem procurando melhorar os métodos e práticas culturais que se davam do mesmo modo que tinham aprendido com os pais e avós.<sup>78</sup>

O intendente de Santa Cruz, Adalberto Pitta Pinheiro (1900 - 1904), preocupado em melhorar a qualidade do tabaco produzido, determinou a distribuição de sementes oriundas dos melhores municípios produtores da Bahia. No seu relatório de 1903, chega a falar no *"renascimento da cultura no município"* cuja produção *"em anos anteriores teria chegado à depressão lastimável"*.<sup>79</sup> Faz também menção ao reduzido preço pago ao plantador que, em razão disto, teria reduzido a produção.<sup>80</sup> Contudo, reforça a opinião de MENEZES em relação ao assunto, ou seja, de que o tabaco não era de boa qualidade, daí a razão do aviltamento do preço pago ao colono.

Naquela época, segundo os parâmetros do chefe do poder executivo local<sup>81</sup>, os colonos, de acordo com a produtividade obtida na roça, podiam assim ser classificados:

a) agricultores laboriosos que produziam em torno de 150 arrobas de fumo, 50 arrobas de banha, 25 sacos de feijão e 60 sacos de arroz;

b) agricultores mediantemente operosos em cuja faixa se enquadravam os que cultivassem cerca de 100 arrobas de fumo, 30 de banha, 20 sacos de feijão e 10 de arroz;

c) agricultores pouco trabalhadores. Seriam os displicentes que obtivessem apenas 50 arrobas de fumo, 10 de banha, 10 sacos de feijão e 5 de arroz colhidos.

De acordo com MENEZES<sup>82</sup>, no ano de 1899 era necessário colher 1.000 pés de tabaco para produzir 150 kg de fumo, ou seja, 10 arrobas. Logo, os agricultores ditos laboriosos não plantavam menos de 15.000 pés.

Embora o tabaco fosse o esteio da economia local, a lavoura de subsistência, e mesmo a de produção de excedentes destinada ao mercado, não podia ser negligenciada:

*"É na agricultura intensiva ou, melhor, na polycultura que repousa a base da riqueza economica de Santa Cruz.*

*Não se conhecem aqui as grandes lavouras em que são exploradas em larga escala as culturas de um unico produto: nem o permitiria a configuração topographica do solo do municipio, nem recompensaria o trabalho em que o machado precisa desbravar os mattos como preparo preliminar para o amanho das terras".<sup>83</sup>*

Partindo do pressuposto de que a parte excedente colocada no mercado era proposital, e não uma simples e mera sobra do consumo doméstico, percebe-se como a policultura era absolutamente necessária para os produtores familiares. Era ela que garantia a reprodução da unidade produtiva, pois a subsistência precisava ser garantida no próprio lote, tendo em vista o baixo valor monetário alcançado pelas mercadorias comercializadas. Além disto o colono, na medida em que obtinha os meios básicos indispensáveis à sobrevivência da unidade familiar, podia en-

frentar melhor as oscilações de preço provocadas pelo comércio. A dependência em relação a um único produto, o fumo, inviabilizaria a pequena propriedade familiar que ficava isolada, sem meios de transporte e totalmente subordinada a mercados consumidores desconhecidos. A policultura, como se enfatizará adiante, interessava sobremaneira aos comerciantes, situação que é mantida quando o agricultor passa a ser subordinado às agroindústrias fumageiras.

Outros produtos, que não o fumo, também apareciam com destaque na pauta de exportações, de acordo com o que demonstra a tabela abaixo.

TABELA 8: QUANTIDADE E VALOR DO FUMO EM POLHA, FEIJÃO , BANHA E ERVA MATE EXPORTADOS PELO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL NO PERÍODO DE 1881 A 1921

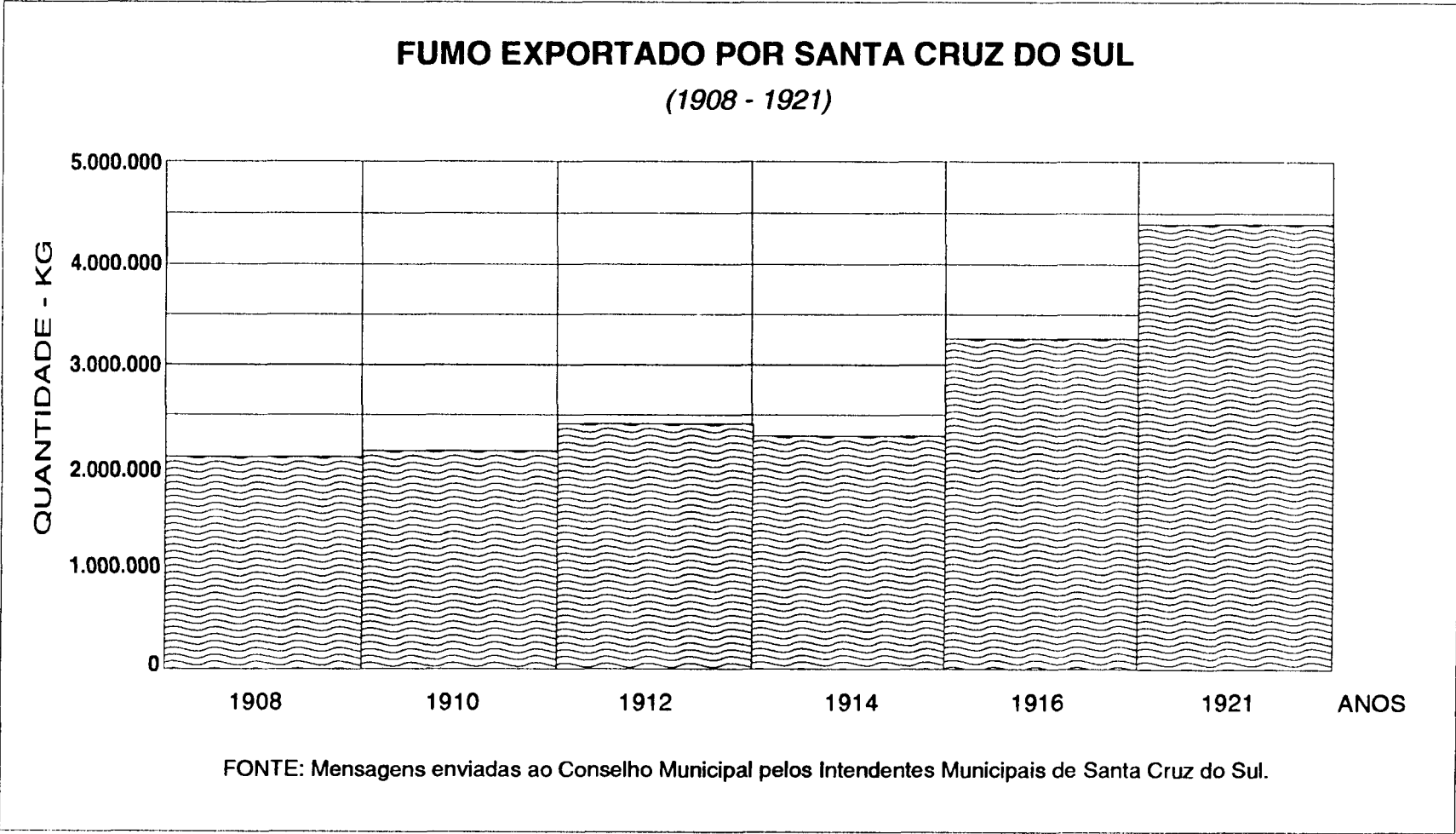
ANO	FUMO EM POLHA		FEIJÃO		BANHA		ERVA MATE	
	PESO (KG)	VALOR (réis)	PESO	VALOR (réis)	PESO (KG)	VALOR (réis)	PESO (KG)	VALOR (réis)
1881	1.575.000	342:234\$436	64.000 LT	32:000\$000	240.000	64:000\$000	900.000	108:000\$000
1896	1.650.000	825:000\$000	20.000 SC	320:000\$000	750.000	425:000\$000	375.000	100:000\$000
1901	2.200.035	621:994\$000	7.262 SC	58:000\$000	503.175	402:540\$000	419.580	41:958\$000
1906	1.803.045	901:522\$000	6.153 SC	?	817.125	?	493.560	?
1911	2.551.305	1.000:000\$000	7.772 SC	?	1.176.885	?	427.425	?
1916	3.004.694	?	?	?	1.318.275	?	?	?

PONTE: Mensagem enviada ao Conselho Municipal pelo Intendente Gaspar Bartholomay em 15/10/1922. p. 115.  
OBS: nos dados referentes à coluna do fumo em folha não foram incluídos o fumo em corda, o desfiado e os demais subprodutos do tabaco como o charuto e o cigarro.

Vindo logo após o fumo, a banha de porco beneficiada teve grande valor para a economia do município, pelo menos até meados do presente século, quando paulatinamente perdeu sua importância devido à substituição que houve da banha pelos óleos vegetais comestíveis no hábito alimentar. Embora historicamente o município tivesse um grande plantel suíno, o processo de integração com os frigoríficos praticamente não se deu neste ramo. O porco "tipo banha" persistiu sendo o mais criado pelos produtores rurais.

Já a erva mate foi gradativamente perdendo sua participação no conjunto da riqueza gerada no município. Como se tratava de uma atividade extrativa da vegetação natural existente em determinados locais, os recursos disponíveis foram diminuindo à medida que os ervatais foram sendo devastados.





Quanto ao feijão, atendia em primeiro lugar as necessidades de consumo da própria unidade produtiva e, secundariamente, era direcionado ao mercado, aparecendo o Rio de Janeiro, na ocasião, como o principal escoadouro do feijão local.

A partir de 1908 aumentou gradativamente a quantidade de tabaco expedido pelo município, o que pode ser visualizado no gráfico ao lado.

O acréscimo do montante expedido sem dúvida está diretamente conectado com o aumento da produção verificado na localidade, embora pequena parcela pudesse ser adquirida pelos comerciantes locais em municípios vizinhos e reexportada por Santa Cruz.

A recuperação da cultura deveu-se, muito provavelmente, aos esforços dispendidos pela intendência municipal que persistiu na distribuição de sementes de variedades mais adequadas ao comércio e por uma conjuntura de mercado mais favorável, encontrada pelo tabaco gaúcho nesta fase. Outro fator de fundamental relevância, ocorrido na época, diz respeito à inauguração, em 19 de novembro de 1905, do ramal férreo que ligou Santa Cruz à Estação do Couto. A construção deste entroncamento possibilitou a conexão da principal região produtora de tabaco do estado à estrada-de-ferro Porto Alegre / Uruguaiana, o que certamente reduziu consideravelmente os custos dos fretes e tornou mais competitivo o fumo obtido nas redondezas de Santa Cruz.<sup>84</sup>

Ao término deste primeiro período proposto, ou seja o ano de 1916, a produção tabaqueira do RS atingiu 14.700 toneladas. Este montante era obtido nos 30.000 ha ocupados pela cultura. Só o município de Santa Cruz colheu, neste mesmo ano, 3.254.454 kg de fumo em folha, o equivalente a 22,14% da produção estadual.<sup>85</sup>

O tabaco cultivado até então era o de galpão, cuja obtenção consistia *"em deixar a cargo da própria natureza as duas fases essenciais da manipulação do fumo: o crescimento da planta e sua secagem"*.<sup>86</sup> De acordo com LUDWIG,<sup>87</sup>

*"O fumo de galpão era colhido quando maduro e secado no galpão, durante várias semanas, sendo, depois classificado e fermentado. Produz, em geral, uma folha escura, servindo bem, por conseguinte, para o fabrico de charutos. As qualidades mais claras eram utilizadas para a fabricação de cigarros. Mas o emprego do fumo de galpão para o fim último foi substituído, quasi que exclusivamente, pelo fumo de forno porque este possui cor mais clara e paladar bem mais suave."*

As colheitas eram várias e feitas de maneira intercalada. O caule da planta era desfolhado, folha por folha, a partir das inferiores, à medida em que estivessem no ponto de ser colhidas. Somente as folhas maduras eram retiradas, permanecendo as verdes no pé. Isto se dava pelo fato de o amadurecimento das folhas da *Nicotiana tabacum* não ocorrer simultaneamente e pela maturação dar-se no sentido de baixo para cima na planta<sup>88</sup>.

Uma vez colhidas, as folhas eram agrupadas, segundo o tamanho, em maços de 5 a 10. Os montículos eram depositados no chão durante algumas horas, para que as lâminas delgadas passassem pelo processo de enxugamento. Assim, adquiriam certa flexibilidade e maciez que favoreciam o seu transporte até os galpões de cura. Lá chegando, as folhas eram dependuradas, com o talo para cima, em varas retas suspensas num alpendre ou galpão para que se desse a secagem. O secadouro, quando não era uma das dependências da própria casa do colono, era um galpão

*"(...) coberto de telhas, taboinhas ou sapé (nunca de zinco que esquenta em demasia ao sol), tendo paredes de tijolos ou de pau a pique barreado, diversas janelas de ambos os lados, em cada extremidade uma larga porta. O chão podia ser de terra bem batida (...) ou então lajeado de tijolos."*<sup>89</sup>

Neste ambiente, em que o ar circulava à vontade nos dias de tempo bom, as folhas ficavam resguardadas do sol, vento e chuva. Nos dias chuvosos e durante as noites, as entradas de ar eram obstruídas para salvaguardar o fumo da umidade. Durante cerca de 40 a 60 dias, o fumo secava naturalmente dentro do galpão.

Após seco, o colono sortia o tabaco de acordo com o tamanho, cor e textura das folhas e despachava a produção para o mercado. Normalmente a produção era adquirida por um comerciante

cuja venda, armazém ou casa comercial ficava relativamente próxima da casa do agricultor. Aí ocorria o segundo processo de cura pelo qual passava o fumo: a fermentação. As folhas de fumo eram amontoadas em enormes pilhas de formato quadrado onde esquentavam devido à ocorrência de uma reação química natural, oriunda do interior da pilha.

*"No interior do monte enfia-se uma vara de madeira lisa. De tempos em tempos retira-se a vara (ultima-mente usam-se termômetros). Se chegou a ficar quente, torna-se a empilhar tudo ao inverso. Geralmente, passados quinze dias começa o primeiro desempilhamento tendo-se, porém, o cuidado de colocar para o lado de fora os feixes que haviam estado no meio do monte. Após três ou quatro desempilhamentos dêsses, desapareceu o calor. Diz-se então que o fumo 'deixou de fermentar'. Dura a fermentação uns dois meses".<sup>90</sup>*

Completada a cura, as folhas eram novamente classificadas e manocadas.<sup>91</sup> Após, dava-se o enfardamento. Isto é, as manocas de uma mesma classe eram socadas e comprimidas num caixote de madeira e envolvidas em panos de aniagem, formando pacotes de aproximadamente 65 kg. O enfardamento, além de facilitar o transporte por reduzir substancialmente o volume, ajudava o fumo a se conservar e possibilitava pequena fermentação ao produto que assim tinha melhorado seu aroma e sabor.

### 2.3 - A acumulação de capitais

No processo de acumulação mercantil verificado em Santa Cruz, coube ao tabaco importante contribuição. Saindo da casa do produtor rural, o fumo, assim como o restante do "excedente" obtido pelo colono, era transacionado na venda ou armazém existente na localidade ou no povoado (depois sede do município). Pela inexistência ou escassez de meio circulante, nos primeiros tempos houve a permuta de mercadorias: o agricultor entregava o seu fumo, alguns sacos de feijão, milho, etc. e levava sal, açúcar, tecidos, pólvora e outros gêneros ou utensílios que necessitava. Este sistema, com o passar do tempo, foi aperfeiçoado e racionalizado, fazendo surgir as famosas "contas correntes" cujo fun-

cionamento foi tão bem relatado por ROCHE<sup>92</sup>. Do armazém, após fermentado, preparado e enfardado, o fumo era despachado, no lombo de animais de carga ou através de carroças, até Rio Pardo. De lá, seguia em lanchões pelo Jacuí até Porto Alegre. Posteriormente também o transporte ferroviário foi responsável pelo fretamento do fumo da região para a capital do estado. Era em Porto Alegre que estavam estabelecidos os grandes atacadistas que, em última análise, eram os responsáveis pela colocação do produto no mercado interno brasileiro e no exterior.

Nas circunstâncias historicamente dadas, a acumulação de capitais obviamente só poderia se processar através das relações comerciais. Foram exatamente os proprietários de armazéns que se apropriaram de grande parte do sobretrabalho gerado pela mão-de-obra familiar do colono. Eram eles que monopolizavam as informações relativas aos preços, o que permitia a manipulação e a especulação em seu favor.<sup>93</sup> Eram os comerciantes, na maioria das vezes, os detentores dos meios de escoamento da produção para os postos de venda e portos fluviais, pois os próprios agricultores não tinham recursos para financiar os longos percursos. Isto possibilitava aos negociantes o arrebanho, a título de custo de frete, de boa parte do preço final das mercadorias.<sup>94</sup> Também ao ser desenvolvido o mecanismo das contas correntes - um caderno especial onde crédito e débito eram registrados - não só o uso da moeda foi praticamente dispensado como igualmente houve o atrelamento do colono às casas comerciais. A dependência dava-se porque os bodegueiros, além de compradores da produção do colono, forneciam-lhe adiantadamente as mercadorias das quais este carecia durante o ano inteiro. Em consequência, a relação entre ambos *"ultrapassava os limites de uma relação puramente mercantil. Havia uma dependência do produtor frente ao dono da venda, pois caso este não quisesse lhe fornecer os bens necessários até uma nova safra, havia poucas alternativas de sobrevivência"*.<sup>95</sup>

O comerciante desempenhou, ainda, o papel de banqueiro: emprestava dinheiro mediante a cobrança de juros e recebia depósitos sem remunerar o capital, não sendo raros os casos em que cobrava emolumentos para guardar o dinheiro dos colonos.

Como extensão do poder econômico alcançado, o negociante também exerceu uma espécie de domínio cultural e político. Já que a venda era um misto de residência, posto de trocas, local de beneficiamento da produção, botequim e ponto de reunião, era lá que os colonos acabavam tendo contato com assuntos os mais variados. Quem intermediava e filtrava estas informações era o dono da casa comercial. Era ele o elemento de prestígio e poder político; era quem orientava os agricultores sobre o que e como plantar, sendo o responsável pela introdução de novas técnicas produtivas na sua área de influência<sup>96</sup>; era quem tinha contato direto com o caixeiro viajante, por isto sabedor de notícias de outros lugares, especialmente da Alemanha; era quem vendia remédios, artigos da moda, etc.

Desta forma, o comerciante (que também acumulava a função de agente financeiro, transportador e líder comunitário), conseguiu apropriar-se de parte significativa do excedente gerado:

*"De fato, nas transações com os colonos, os comerciantes praticamente controlavam o preço dos produtos destes, pois detinham o monopólio das 'exportações'. O colono não tinha acesso direto aos compradores. Os comerciantes então como intermediários, monopolizadores das exportações, retinham parcela do excedente monetário potencial do agricultor. Este procedimento associado à intensificação das trocas proporcionadas pela melhoria das vias de comunicação proporcionou ao capital comercial um também mais intenso processo de acumulação".<sup>97</sup>*

Entretanto, a respeito desta acumulação mercantil, faz-se indispensável tecer alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar é preciso deixar patente que não foram todos os comerciantes que tiveram condições econômicas para poder lidar com o tabaco. Em segundo, que juntamente com o fumo, os vendistas também negociavam ferragens, fazendas, calçados, louças, artigos de armário, secos e molhados, o que lhes garantia a otimização do

funcionamento das contas correntes, além de possibilitar maior acúmulo de capitais.<sup>98</sup> Em terceiro, é indispensável frisar que houve a tendência das casas comerciais de beneficiamento de fumo surgirem na sede do município ou nas Vilas dos Distritos, sendo que estas últimas, na medida em que os empreendimentos tornavam-se mais vultosos, também se transferiram para o núcleo urbano, em virtude das melhores condições infra-estruturais aí existentes. Em quarto lugar, é preciso enfatizar que a maioria dos comerciantes existentes nas picadas que trabalhavam com fumo atuavam, através dos seus postos de compra do produto, como representantes de "comerciantes mais fortes", os enfardadores, localizados nas sedes distritais, núcleo municipal ou mesmo na capital do Estado. Assim, havia situações em que o produtor rural despachava o seu cultivo através da casa comercial local - que repassava adiante a mercadoria para outro comerciante - como havia casos em que o colono transacionava diretamente o fruto do trabalho da sua família com a firma existente na sede administrativa de Santa Cruz. Este segundo caso é atestado pelo excerto desta crônica:

*"Hoje quero escrever um pouco sobre a colheita de fumo do meu pai, em 1888, ano do meu nascimento, há 80 anos. Os preços que menciono são extraídos do livrinho de conta corrente que a firma G. Jul. Eichenberg, em Santa Cruz, tinha com meu pai sob título de 'Carlos Wagner em conta com G. Jul. Eichenberg - Santa Cruz', que hoje está em minhas mãos e foi usado de 1887 a 1895. Naquele tempo, esta firma comprou por longos anos o fumo, como também o milho, o feijão e o toucinho de meu pai que ali também fazia todas as compras caseiras".<sup>99</sup>*

A esmagadora maioria dos comerciantes que atuaram em Santa no século passado eram originários da Alemanha, mormente da Renânia. Alguns, haviam sido pequenos proprietários no Europa e iniciaram suas atividades com os poucos recursos trazidos do além-mar. Outros passaram para o ramo depois de combinar por algum tempo a atividade artesanal com a mercantil. Outros, ainda, tiraram proveito da localização do seu lote colonial para ingressar no ofício. É absolutamente improvável que negociantes

ricos e capitalizados se tivessem estabelecido em áreas coloniais. Teriam maiores retornos atuando num grande centro, como Porto Alegre, para onde convergia toda a produção colonial.

Embora não tenha sido realizado ainda um estudo mais acurado sobre a origem da indústria de Santa Cruz do Sul, pode-se asseverar que, no ramo fumageiro, a industrialização deu-se a partir da acumulação engendrada pelas relações comerciais. Esta assertiva se confronta com a tese esposada, entre outros, por Limeira Tejo, para quem a indústria gaúcha originou-se da evolução das atividades artesanais. Para o autor, por não terem sido satisfeitas as necessidades de consumo das populações coloniais do RS, devido ao semi-isolamento em que viviam, os imigrantes teriam provido a si mesmos criando as oficinas de produção artesanal.

*"E foram estas oficinas que se transformaram em fábricas. O neto do ferreiro, do tecelão, do sapateiro, do tipógrafo, do marceneiro, do mecânico - que traziam todos aquela grande virtude construtiva e perseverante das coletividades sedentárias já de alguns séculos - o neto desses imigrantes é que a nossa era veio surpreender, em sua quase generalidade, como chefe de indústria. Isolados comerciantes, fabricando os seus produtos para serem colocados nas redondezas (...) foram se desenvolvendo e progredindo vagarosamente, mas com segurança de geração à geração (...) Os monumentos econômicos da última etapa da história da produção gaúcha foram levantados organicamente - se se pode usar a expressão - como cresce uma árvore, de dentro para fora".<sup>100</sup>*

Em outras palavras, TEJO busca uma origem de fundo de quintal para as empresas que se destacaram no cenário econômico do estado. Elas teriam nascido pequenas, mas cresceram *"como cresce uma árvore, de dentro para fora"*.

A tese do artesanato mereceu inúmeras críticas, destacadamente de ROCHE e SINGER. Seguindo a trilha anteriormente percorrida por ROCHE,<sup>101</sup> que chegou à conclusão que o artesanato rural atingira seu esplendor entre 1880 e 1890 e que após esta época entrou em franca decadência, SINGER<sup>102</sup> acrescenta que

*"Com o desenvolvimento da agricultura comercial, os colonos passam a possuir capacidade aquisitiva externa, sob a forma de recursos monetários. O escambo cede lugar à compra e venda e a economia*



*das colônias se monetariza, na medida que ela se liga ao mercado nacional. A mais importante consequência disto, do ponto de vista que nos interessa aqui, é que o colono pode, a partir deste momento, adquirir produtos manufaturados do exterior. Estes produtos penetram prontamente nas colônias e, em curto período aniquilaram o artesanato local".*

Para ele a liquidação do artesanato estava, portanto, diretamente vinculada à concorrência perpetrada pela indústria estrangeira, o que foi possível graças à melhoria do padrão de vida nas áreas coloniais. Já no que se refere à industrialização do RS, este processo ter-se-ia desencadeado a partir da substituição gradativa dos produtos importados por similares fabricados localmente. *"A indústria rio-grandense penetra, assim, num mercado já existente, formado graças à superioridade competitiva da indústria estrangeira, sobre o artesanato local".<sup>103</sup>*

Transportando este modelo explicativo para a realidade concreta histórica de Santa Cruz, conclui-se que não foram os pequenos empreendimentos artesanais empenhados na confecção de charutos e fumo desfiado que se transformaram nas potentes indústrias de beneficiamento e fabricação de cigarros. Pelo menos não parece ter sido este o embrião dos Kliemann, dos Tatsch, dos Boettcher, dos Hennig, da Companhia de Fumos Santa Cruz etc., sem falar da Souza Cruz e das outras transnacionais que mais tarde se estabeleceram na região.

Foi o intercâmbio comercial que gerou o acúmulo de capitais nas mãos dos comerciantes, possibilitando-lhes inversões em empreendimentos comerciais ainda maiores e em indústrias.<sup>104</sup> Quanto ao colono, na medida em que estava ocupado diretamente no cultivo da terra, jamais teria condições de capitalizar nas condições historicamente dadas no município.

Na estatística industrial de 1916 aparecem, em Santa Cruz, os seguintes estabelecimentos ligados ao ramo fumageiro:

TABELA 9: ESTATÍSTICA DOS ESTABELECIMENTOS DE FUMO PREPARADO EXISTENTES EM SANTA CRUZ DO SUL NO ANO DE 1916

PROPRIETÁRIOS	CAPITAL (réis)	VALOR PRODUÇÃO (réis)	Nº OPERÁRIOS
Adolfo Iserhard	40:000\$000	60:000\$000	15
A. E. Hennig & Cia.	120:000\$000	150:000\$000	135
José Etges F. & Cia.	50:000\$000	70:000\$000	40
Alfredo Schütz	150:000\$000	200:000\$000	150
Irmãos Schütz	120:000\$000	150:000\$000	120
Augusto Bauermann	10:000\$000	15:000\$000	6
Teodoro F. Schilling	40:000\$000	60:000\$000	12
J. N. Kliemann	110:000\$000	150:000\$000	120

FONTE: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice- Presidente em exercício do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1916. Volume I. AHRGS.

Destas firmas, operavam no beneficiamento e comercialização de fumos as de J. N. Kliemann, José Etges Filho & Cia., A. E. Hennig e Adolfo Iserhard; com comercialização de fumos e fabricação de cigarros, as de Alfredo Schütz e as dos Irmãos Schütz; a de Teodoro F. Schilling exportava fumos desfiados.<sup>105</sup> Sobre o estabelecimento de Augusto Bauermann nada foi apurado, quiçá pela pequena importância e inexpressivo capital envolvido.

No que tange ao número de operários apontados, muito provavelmente este referia-se aos trabalhadores empregados temporariamente, ou seja, aqueles ocupados nos meses de safra, quando acontecia o beneficiamento e enfardamento da produção. Quanto à conceituação destas empresas, embora a fonte as classifique como "industriais", é interessante recorrer a Sérgio SILVA,<sup>106</sup> para jogar um facho de luz sobre a problemática. O pesquisador, embora analisando outra realidade, aconselha fazer uma diferenciação entre artesanato, manufatura e fábrica. As duas últimas distinguir-se-iam da primeira pelo número de trabalhadores que ocupariam. Nelas o proprietário não se ocuparia mais diretamente na produção, sendo sua subsistência, bem como a expansão da empresa, advindas do sobretrabalho extraído aos operários. Já a fábrica distinguir-se-ia da manufatura pela importância do capital empregado. Na manufatura, há uma baixa composição orgânica de capital, o que se traduz pela pequena mecanização. Assim, já que o autor adota o critério de classificar como fábricas aquelas

que empregam 1 mil ou mais contos de réis, conclui-se que os grandes estabelecimentos existentes em Santa Cruz, no ano de 1916, não passavam de manufaturas.

## NOTAS

- 1 - JACOBUS, André Luiz. A utilização de animais e vegetais na pré-história do RS. In: KERN, Arno et al. *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. p. 79.
- 2 - SCHMITZ, Pedro Ignacio. Migrantes da Amazônia: a tradição tupiguarani. In: *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Op. Cit. p. 296.
- 3 - Ibidem. p. 308.
- 4 - O tabaco também poderia ser mascado ou usado como pó. Cfe. SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo: EPU / Ed. USP, 1974. p. 44.
- 5 - MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto. O Tupiguarani no Vale do Rio Pardo e a influência missioneira. In: *Anais do V Simpósio de Estudos Missioneiros*. Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1983. p. 188-206. A Aldeia de São Nicolau tratava-se de um povoado ocupado por índios guaranis trazidos dos 7 povos missioneiros em 1757.
- 6 - Jesus Maria formava, com São Joaquim e São Cristóvão, as mais avançadas reduções a leste do Rio Grande do Sul. Foram fundadas, respectivamente, em 1632, 1633 e 1634, durante a chamada primeira fase missioneira que se estendeu de 1626 a 1641. Em 1636, as três reduções foram destruídas pelos bandeirantes paulistas sendo os índios sobreviventes levados, na condição de escravos, para o centro da colônia. Sorte idêntica tiveram as demais 15 reduções criadas neste período pois todas sucumbiram ante o avanço paulista. Cfe. JAEGER, Luiz Gonzaga. *A invasão bandeirante no Rio Grande do Sul (1635 - 1641)*. Porto Alegre: Typographia do Centro, s/d, 2ª ed. p. 12 e 13.
- 7 - Cfe. MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto. A cerâmica Tupiguarani no Vale do Rio Pardo e a redução jesuítica de Jesus Maria. In: *Anais do II Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros*. Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1977. p. 82; MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto. *Arqueologia no Vale do Rio Pardo*, Rio Grande do Sul, Brasil. Porto Alegre, PUC/RS 1991. Tese (Doutorado em História do Brasil) - Pontifícia Universidade Católica, 1991. p. 271.
- 8 - PIMENTEL, Fortunato. *O Rio Grande do Sul e suas riquezas*. Porto Alegre: Livraria Continente, s/d p. 292.
- 9 - Ibidem. p. 292.
- 10 - Cfe. ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 251-52.
- 11 - Este processo é denominado de "colonização", em oposição ao termo "imigração", utilizado para designar a leva de europeus que se fixaram nas fazendas de café de São Paulo como assalariados. Cfe. PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 189.
- 12 - À margem da política mercantilista, o primeiro interesse luso pelo RS ocorreu somente no século XVII quando os bandeirantes paulistas destruíram as reduções jesuíticas levando os índios escravizados para o centro da colônia. Entretanto foi o gado, introduzido nas missões pelo padre Cristóvão de Mendonça, em 1634, que principiou o processo

de integração, de forma subsidiária e dependente, do Rio Grande às regiões economicamente de ponta do Brasil. O ciclo do gado passou por diversas fases econômicas sucessivas ou concomitantes: a da exportação do couro, sebo e crina, feita pelos changadores e faineiros; a da exportação de muares, eqüinos e gado em pé, para abastecimento e transporte na região das Minas Gerais por ocasião do ciclo do ouro; a da exportação do charque, destinado aos mercados consumidores do Centro e Nordeste, servido como alimento para os escravos e camadas populares. Cfe. BRUM, Arge-miro Jacob. *Rio Grande do Sul: crise e perspectivas*. Ijuí: Livraria UNIJUÍ Editora, 1988. p. 21-25.

- 13 - Cfe, CUNHA, Jorge Luiz. *Os colonos alemães de Santa Cruz e a fumicultura*. Curitiba: UFPR, 1988. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1988. p. 74-98.
- 14 - LANDO, Aldair M., BARROS, Eliana Cruxên. Capitalismo e colonização - os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, Aldair M. et al. *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 19.
- 15 - "*Das Povoações ou Aldeias que cede Sua Majestade Católica na margem Oriental do Rio Uruguai, sairão os missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os índios para os aldear em outras terras de Espanha: e os referidos índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as Armas, Pólvora e Munições que tiverem: em cuja forma se entregarão as Povoações à Coroa de Portugal com todas as suas casas, Igrejas e Edifícios, e a propriedade e posse do Terreno*". Citação do artigo XVI do tratado cfe. CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970. p. 141. Ver também a respeito: WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Instituto Cultural Português, 1979. p. 41-46. SIMON, Mário. *Os Sete Povos das Missões: trágica experiência*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993. p. 114-43.
- 16 - SCHALLENBERGER, Ernelo, HARTMANN, Hélio Roque. *Nova terra, novos rumos: a experiência de colonização e povoamento no Grande Santa Rosa*. Santa Rosa: Barcellos Livreiro, 1981. p. 55. Foram os açorianos que principiaram o cultivo do trigo em grande escala no Rio Grande do Sul. Somente eles "(...) puderam-se atirar de rijo nesse assunto. Primeiro porque eles tinham as práticas das pequenas granjas, do serviço de lavoura e seria apenas uma questão de ampliar o âmbito de trabalhos, e segundo porque eles representavam um número respeitável para o início de qualquer atividade. O fazendeiro de gado ou tinha sido um homem de armas ou um velho tropeiro, mas de uma maneira ou de outra não está se não afeito às lides da pecuária, e pouco se preocupava com a agricultura(...)". Cfe. LAYTANO, Dante de. *Açorianos e alemães no desenvolvimento da colonização e agricultura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1948. p. 21 e 22. Ver também a respeito: LAYTANO, Dante de. Os açorianos. In: *Enciclopédia Riograndense*. Canoas: Regional, 1956. V. 1. p. 41-71. No final do século XVIII e início do XIX, o trigo tornou-se a única grande cultura comercial do Rio Grande. O mercado da produção tritícola gaúcha, entretanto, fechou-se quando a Europa conseguiu resolver sua crise na produção de cereais. Como resultado, os colonos açorianos da província "*viram-se seduzidos e atraídos pela criação extensiva*" haja vista "*o rápido enriquecimento dos charqueadores*". Cfe. DA SILVA, Elmar Manique. *Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890)* In: DACANAL, José H.,

GONZAGA, Sérgio (org.). *Economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 60-62.

- 17 - Cfe. AMADO, Janaina. *Conflito social no Brasil: a revolta dos "mucker"*. São Paulo: Símbolo, 1978. p. 27. NOGUEIRA, Arlindo Rocha, HUTTER, Lucy Maffei. *A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul durante o Império (1824 - 1889)*. Porto Alegre: Garatuja / Instituto Estadual do Livro, 1975. p. 44.
- 18 - Sobre a frustrante tentativa de São João das Missões, ver: ROCHE, J. Op. cit. p. 98; NOGUEIRA, A. R., HUTTER, L. M. Op. cit. p. 44.
- 19 - SCHALLENBERGER, E., HARTMANN, H. R. Op. cit. p. 60.
- 20 - MARTIN, Hardy Elmiro. *Santa Cruz do Sul: da colônia a freguesia 1849 - 1859*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979. p. 33. Já PELLANDA cita o nome de 13 pessoas que teriam chegado nesta data em Santa Cruz. PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925. p. 77.
- 21 - Cfe. MARTIM, H. E. Op. cit. p. 16 e 17, esta estrada possibilitaria o contato das regiões criatórias, ou seja, dos campos do planalto (campos de cima da serra) com os campos da campanha gaúcha. Segundo MENEZES, "*Deu origem à fundação da colônia o desejo da Câmara de Rio Pardo de abrir comunicação entre esta cidade e os Campos de Cima da Serra por meio de uma estrada ou picada que, atraindo o commercio d'aquella zona, seria também o caminho mais curto para os mencionados campos de Cima da Serra*". MENEZES, J. Bitten-court. *Município de Santa Cruz*. Santa Cruz do Sul: Lamberts & Riedl, 1914. p. 4.
- 22 - Lei 514 de 28 de outubro de 1848, artigo 16. Citado por CUNHA, J. L. Op. cit. p. 68.
- 23 - LANDO, A. M., BARROS, E. C. Op. cit. p. 30.
- 24 - Também chamada, então, de Picada do Abel. Atualmente o local denomina-se Linha Santa Cruz.
- 25 - MENEZES, J. B. Op. cit. p. 08.
- 26 - As colônias particulares eram empreendimentos empresariais bancados pela iniciativa privada que arcava, via de regra, com o capital necessário para a aquisição das terras e montagem da infraestrutura, isto é, abertura das picadas, medição dos prazos, etc. O objetivo da empreitada era a venda dos lotes coloniais e o conseqüente aumento do capital dos responsáveis pelo negócio. As colônias oficiais funcionavam como uma espécie de chamariz à iniciativa privada, pois as terras próximas dos empreendimentos patrocinados pela iniciativa estatal valorizavam sobremaneira. RAMBO aponta o número de 10 colônias particulares em Santa Cruz do Sul. RAMBO, Balduino. A imigração alemã. In: *Enciclopédia Rio-grandense*. Op. cit, p. 92. Também o mapa de Paul LANGHANS, de 1889, existente no AHCM, o qual se fundamenta nos levantamentos realizados por Carlos Trein Filho, destaca a existência de 10 colônias particulares nas redondezas da ex-Colônia de Santa Cruz. São elas:
  - Colônia Bismarck - Kern - Moltke, fundada em 1870;
  - Colônia Germânia, fundada em 1863. Deu origem a atual cidade de Candelária;
  - Colônia Rio Pardense, fundada em 1862;
  - Colônia Faxinal de Dentro, fundada em 1880;
  - Colônia Kalsruche, fundada em 1860;

- Colônia Entre-rios, fundada em 1875;
- Colônia Rincão del Rey, fundada em 1850;
- Colônia do Pinheiral, fundada em 1856;
- Colônia Santa Emília, fundada em 1865;
- Picada Schwerin, fundada em 1870.

O mapa do município, datado de 1922 (anexo 01), é um dos comprovantes da divisão fundiária em lotes nos moldes descritos.

Em Santa Cruz, no final do século passado, teve início uma grande pendenga protagonizada pela Eichemberg & Cia. e o governo do estado, tendo como vítimas os agricultores que tinham adquirido lotes coloniais da referida empresa. Ao que tudo indica, questões relacionadas com medições de terras e dificuldades para a obtenção do título de posse legal da propriedade, foram constantes nas regiões coloniais do estado. A respeito do caso enfocado ver KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder - história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 56-59.

- 27 - WAIBEL, Léo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. p. 259.
- 28 - CUNHA, J. L. Op. cit. p. 120 e 121.
- 29 - LA SALVIA, Flavia, HANDSCHUCH, Nibliamater S. B. Processo de colonização do Rio Grande do Sul. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 19(17): 3-43, 1974.
- 30 - SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974. p. 51.
- 31 - ROCHE, J. Op. cit. p. 209-211.
- 32 - WAIBEL, L. Op. cit. p. 258.
- 33 - NIEDERHUT, Carl Friedmund. *100 Jahre Deutsches Leben in Brasilien*. São Leopoldo: Rotermund, 1924. p. 40 e 41. A narrativa de uma dessas viagens é feita por STROBEL, Gustav Hermann. *Relatos de um pioneiro da imigração alemã*. Curitiba: IHGEP, 1987. p. 23-27.
- 34 - ROCHE, J. Op. cit. p. 52.
- 35 - Ibidem. p. 103.
- 36 - UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre: São Lourenço de Brindes, 1981. p. 55.
- 37 - Ibidem. p. 62 e 63.
- 38 - Cfe. MARTIN, H. E. Op. cit. p. 78, até 31 de dezembro de 1854, 53 pessoas haviam abandonado a Colônia de Santa Cruz.
- 39 - NIEDERHUT, C. F. Op. cit. p. 41.
- 40 - WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940. p. 64.
- 41 - MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão*. Porto Alegre: São Lourenço de Brindes, 1981. p. 72.
- 42 - GRESSLER, Paulo. *Os velhos Gressler*. Candelária: Tipografia Francisco Schmidt, 1949. p. 126.
- 43 - Ver, a respeito: STERTZ FILHO, Roberto. *Memórias de um professor rural*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

- 44 - AVÉ-LALLEMANT. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 174.
- 45 - Ibidem. p. 185.
- 46 - Em março de 1853, os evangélicos contrataram um pastor vindo da Alemanha, o qual também ocupou a função de professor. Em 1858, foi inaugurada a primeira capela evangélica, construída às expensas dos seguidores do credo. Os católicos, devido à ligação existente entre Igreja e Estado, eram menos onerados neste aspecto. Embora a rotineira falta de párocos nos anos iniciais, inauguraram sua capela em 1863. Dados cfe. MARTIN, H. E. Op. cit. p. 90, 119, 120 e 131.
- 47 - NOGUERA, A. R., HUTTER, L. M. Op. cit. p. 91. Os autores tratam dos problemas de transporte nas áreas coloniais nas páginas 89 a 97 da mesma obra.
- 48 - Esta fase teria durado, em Santa Cruz, aproximadamente 10 anos. Ver a respeito: ROCHE, J. Op. cit. p. 274; SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977. p. 159.
- 49 - "*O maior dos desenganos sofridos pelos imigrantes, foi o fato de que os sonhos creados pela imaginação fértil em sua terra natal, não foi possível realiza-los de pronto. Havi-am-se tornado grandes proprietários de terra, mas estavam escravizados a ela. Cada qual era escravo da floresta virgem, que chamavam sua propriedade, e do duro trabalho a que estavam obrigados pela pösse da mata, pois si eles não a vencessem, seriam vencidos por ela. Havia de lutar, para que com o tempo e a custa de muito esforço, fosse possivel tornar-se senhor de suas rendas e homem livre (...). Muito suor se derramou e muito golpe de machado foi dado em vão, pois faltava-lhe o conhecimento e a habilidade para a execução de trabalhos a que não estava acostumado*". GRESSLER, P. Op. cit. p. 173-74.
- 50 - CUNHA, J. L. Op. cit. p. 142.
- 51 - O artigo 10 da Lei Provincial nº 229, de 04 de dezembro de 1848, continha esta disposição: "*Será por conta do cofre provincial a despeza da condução dos colonos, desde o Porto de Rio Grande até às colônias, e bem assim as que se fizer com ferramentas e sementes, que se lhes suprirá por uma vez somente*". Citado por PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Santa Terezinha, 1934. p. 163.
- 52 - Esta atração se dava pelas cartas enviadas pelos colonos a seus familiares da Europa e através das propagandas dos agentes promotores da imigração, especialmente Pedro Kleudgen, que publicou um impresso sobre a Colônia em Hamburgo, no ano de 1852.
- 53 - Citado por MARTIN, H. E. Op. cit. p. 42. Supõe-se que as duas ou três primeiras colheitas tenham sido de fumo em corda, destinado à confecção de palheiros (cigarros com invólucro de palha de milho) ou a ser colocado em cachimbo.
- 54 - Exportação aqui e em várias passagens ao longo do texto tem o significado de produção vendida para fora de Santa Cruz. O termo exportação não coincide necessariamente com a comercialização feita para países estrangeiros.
- 55 - O ano agrícola do fumo iniciava no inverno com a sementeira dos viveiros ; no verão, nos meses de fevereiro e março, dava-se a colheita. "*Der Samen wird in Winter in Beeten*



*ausgesat; zu Anfang des Fröhjahres werden die jungen Pflänzchen in das für sie bestimmte Terrain versetzt. Im Februar / März beginnt die Ernte."* KOENIGSWALD, Gustavo. *Rio Grande do Sul*. São Paulo: Verlag des Verfassers, 1898. p. 83.

- 56 - Citado por MARTIN, H. E. Op. cit. p. 96.
- 57 - Cfe. CUNHA, J. L. Op. cit. p. 152.
- 58 - O aumento populacional deve-se ao crescimento vegetativo, à imigração estrangeira e à migração interna (colonos oriundos da região de São Leopoldo).

TABELA 10: POPULAÇÃO DE SANTA CRUZ (1850 - 1866)

ANO	HABITANTES
1850	72
1852	254
1854	891
1856	1.451
1858	2.221
1860	2.886
1862	3.767
1864	3.915
1866	4.794

FONTE: Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

- 59 - O valor da produção de Santa Cruz na safra de 1865/66 foi o seguinte:
- |                                   |                  |
|-----------------------------------|------------------|
| 62.113 alqueires de milho a       | 62:113\$000 réis |
| 42.225 alqueires de feijão a      | 33:009\$180 réis |
| 12 arrobas preparadas de fumo a   | 120\$000 réis    |
| 25.846 arrobas de fumo em folha a | 78:583\$000 réis |
| outros produtos                   | 69:478\$857 réis |
- FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Fala dirigida à Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello em a 2ª sessão da 12ª Legislatura, em 1867.
- 60 - RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1ª sessão da 10ª legislatura da Assembléia Provincial, em 1862. Cfe. anexos deste relatório, em 1861 a Colônia importara 40 arrobas de fumo.
- 61 - PELLANDA, Ernesto. Op. cit. p. 82.
- 62 - LOEFFLAD, F. et al. *Centenário da colonização alemã em Rio Pardinho* - município de Santa Cruz do Sul - 1852/1952. Santa Cruz do Sul: Bins & Rech, 1952. p. 17 e 18.
- 63 - RIO GRANDE DO SUL. Relatório com que o Excel. Sr. Dr. João Sartorio, Presidente d'esta Província, passou a administração da mesma ao Exmº Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente, em 1870. Porto Alegre: Typ. Rio Grandense, 1870. Anexo do Relatório de Colonização p. 9.
- 64 - Ibidem. p. 5.
- 65 - *"Nas localidades baixas de temperatura mais quente produz-se optimo fumo que já tem nome nos mercados da Europa e do Rio da Prata, rivalizando nelles com o da Bahia (...)"*.

- RIO GRANDE DO SUL. Relatório com que o excelentíssimo Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, Presidente desta Província, passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Doutor Israel Rodrigues Barcellos. Porto Alegre: Typ. Riograndense, 1869. Anexo sobre imigração e colonização p. 5.
- 66 - SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho*; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 73 e 74.
- 67 - RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo agente intérprete da colonização. Porto Alegre: Typ. Constitucional, 1873. p. 07.
- 68 - Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul* - Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981. p. 23.
- 69 - Relatório (1869) Op. cit. p. 07.
- 70 - KLEUDGEN, Peter. *Die deutsche Kolonie Santa Cruz* - Provinz Rio Grande do Sul - Südbrasilien - von P. Kleudgen, bevollmächtigten Agenten gennater Provinz. Hamburg: Druck von J. I. Nobiling, 1852.
- 71 - Sobre o plantio, tratos culturais e beneficiamento do fumo no fim do século XIX e início do século XX consultar: CAIRO, Nilo. *Guia prático da cultura e preparação do fumo*. São Paulo: Casa Editora O Livro, 1922; SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. *Manual de cultura, colheita e preparação do tabaco*. Rio de Janeiro: Cotrim & Campos, 1865; CUNHA, J. L. Op. cit. p. 181-185.
- 72 - HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul; a terra e o homem*. Porto Alegre: Globo, 1941. p. 390.
- 73 - "Era um vício geral o uso do rapé ou do pó. Homens, Mulheres e até crianças o aspiravam com delícia, havendo pessoas que além deles usavam ainda a 'mecha', pequenos fios de fumo em corda introduzidos nas narinas, a 'mascação', que consistia em mastigar vagarosamente um pedaço de tabaco, e o clássico cigarro - fumo enrolado no papel ou na palha de milho a que davam o nome de 'mortalha'". DORNAS FILHO, João. *Aspectos da economia colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959. p. 226.
- 74 - SOUZA CRUZ. *Histórico da Souza Cruz*, aniversário dos 80 anos. Rio de Janeiro, encarte especial Revista Veja, 1983. p. 05.
- 75 - NARDI, Jean Baptiste. *A história do fumo brasileiro*. Rio de Janeiro: ABIFUMO, 1985. p. 22.
- 76 - TRANSNATIONAL INFORMATION EXCHANGE. *Tabaco*. Belo Horizonte, mimeog., 1991. p. 03.
- 77 - O recheio compõe 85% do charuto e se constitui de folhas de fumo picadas que formam o corpo propriamente dito do objeto. As folhas utilizadas como subcapa representam cerca de 10% do produto final sendo aquelas que envolvem o recheio e dão forma afunilada ao charuto. As folhas de capa são aquelas que revestem os charutos. São imprescindivelmente de alta qualidade: suaves, finas e uniformes na cor. A Bahia produzia boa parte deste tabaco, embora parcela significativa de tais fumos fosse importada. A título de exemplificação, em 1937, de acordo com Ludwig, o Brasil teria importado, de 16 países diferentes, 349 toneladas de folhas

de belo aspecto e superior qualidade que serviam de envoltório dos charutos. LUDWIG, Alfredo. *Santa Cruz*. Santa Cruz do Sul: manuscrito (AHCM), 1949, p. 257.

- 78 - MENEZES, J. B. Op. cit. p. 306.
- 79 - SANTA CRUZ DO SUL. Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz, em sessão ordinária de 1903, pelo Intendente Doutor Adalberto Pitta Pinheiro. Porto Alegre: Typographia Struceli, 1903. p. 21 e 22. A produção de fumo, cfe. a obra de MENEZES, foi de 2.122.000 kg em 1897; 1.945.500 kg em 1898; 2.670.000 kg em 1899. Segundo dados extraídos das Mensagens dos Intendentes Municipais, apurou-se que em 1900 foram exportados 1.085.235 kg de fumo de Santa Cruz; 2.200.035 kg em 1901; 1.741.110 kg em 1902; 1.258.117 kg em 1903 e 1.498.695 em 1904. Contrariando a afirmação de Pitta Pinheiro, ao que tudo indica os anos de 1903 e 1904 é que foram os mais críticos para a fumicultura santa-cruzense.
- 80 - SANTA CRUZ DO SUL. Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz pelo Intendente Dr. Adalberto Pitta Pinheiro em 15 de outubro de 1902. Santa Cruz: Typographia W. Kuhn, 1902. p.10.
- 81 - Ibidem. p. 08.
- 82 - MENEZES, J. B. Op. cit. p. 297.
- 83 - Ibidem. p. 286.
- 84 - A respeito do clamor da comunidade pela construção da via férrea ver: KRAUSE, S. op. cit. p. 67-69. Ainda sobre o entroncamento, em obra cujo original data de 1904, o autor abaixo citado questionava: "*O que não produzirá esse município quando aí chegar o ramal da estrada de ferro, a partir da estação do Couto e a estacionar em Santa Cruz?*" SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979. p. 532 e 533.
- 85 - RIO GRANDE DO SUL. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros em 20 de setembro de 1920. p. 92.
- 86 - HARNISCH, W. H. Op. cit. p. 350.
- 87 - LUDWIG, Alfredo. *Uma viagem pelo Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tip. do Centro, 1940. p. 45.
- 88 - Em outras regiões do país era mais freqüente a colheita total, pé a pé, cortando a planta inteira, de uma só vez. Para ALONSO, este método de colheita era motivado, em grande parte, pela falta de braços para o trabalho. ALONSO, Delnida Martinez. Aspectos geográficos da cultura fumageira no estado do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Geografia*, Belo Horizonte, XX(3): 295-313, julho/setembro de 1958. p. 298.  
O processo de colheita total era empregado quando se tinha o fito de obter o fumo em corda e o rapé, o que não era o caso de Santa Cruz. Segundo CAIRO, N. Op. cit. p.44. "*(...) como regra deve-se estabelecer que, quanto mais fino for o destino do fumo que se cultivava, tanto mais cuidadosa deve ser a escolha das folhas sazonadas. O fumo destinado a charutos e cigarros deve ser todo colhido folha a folha*".
- 89 - Ibidem. p. 48.

- 90 - HARNISCH, W. H. Op. cit. p. 391.
- 91 - As manocas são molhos de mais ou menos 25 folhas de *Nicotiana tabacum* do mesmo tamanho e qualidade, amarradas cuidadosamente pelos pecíolos, com uma das próprias folhas do feixe enrolada na forma de cordel e cuja extremidade se oculta das demais.
- 92 - ROCHE, J. Op. cit. p. 411-422.
- 93 - Os valores do fumo variavam de acordo com a lei da oferta e procura. Os preços eram estipulados pelos comerciantes da capital e publicados nos boletins comerciais da imprensa porto-alegrense. Cfe. SCHUCK, Maurício. Vi nascer a capital do fumo. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 17 set. 1966. p. 03.
- 94 - A distância de Santa Cruz em relação ao centro comercial do estado e as péssimas vias de transporte existentes encareciam demasiadamente os fretes. A competitividade das mercadorias locais eram mantidas às expensas do achatamento dos preços impostos aos produtores primários. SCHUCK relata a epopéia de dois colonos, sr. Rothmundo e Christiano Schuck, que, lá por 1865/66, teriam construído uma embarcação com capacidade para 1.500 a 2.000 kg de carga e navegado, através dos rios Pardinho, Pardo e Jacuí, até a capital, com o fito de venderem diretamente seu fumo aos exportadores lá estabelecidos. Cfe. SCHUCK, Maurício. Ainda ecos da FENAF Historieta sobre fumo - Levaram o fumo via fluvial. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 20 dez. 1966. p. 03.
- 95 - PAULILO, Maria Ignez S. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990. p. 49.
- 96 - Os comerciantes-fabricantes também agiram como agentes de modernização da vitivinicultura gaúcha. Ver a respeito: PE-  
SAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 33-34.
- 97 - MONTALI, Lília T. *Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista: produção do fumo em Santa Cruz do Sul*. São Paulo, USP, 1979. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1979. p. 45.
- 98 - É o caso, a título de exemplificação, de Augusto Hennig que, "em 1890 instalou em Sinimbu, modesto lugarejo perdido na mata um empório ou casa de comércio, como então se dizia. Dentre os produtos que o empório negociava, na maioria dos casos ainda pelo rudimentar sistema de trocas, figurava o fumo (...) Com o passar do tempo e dada a projeção que a cultura vinha alcançando o empório de Augusto Hennig passou a se especializar em fumo (...) transformando-se no seguinte grupo de empresas com sede em Santa Cruz: Exportadora Hennig S.A.; Banco Sinimbu S.A.; Companhia de Cigarros Sinimbu; CICOMA (Companhia de Comércio e Administração -- Holding)". Cfe. Folheto *Charrua* distribuído por ocasião da 1ª Festa Nacional do Fumo, em 1966.
- 99 - WAGNER SOBRINHO, Carlos. Colheita do fumo em 1888. *Gazeta do Sul*, 21 ago. 1968. p. 03. O mesmo autor, num artigo publicado no mesmo jornal em 29 fev. 1968. p. 03, dá um relato do transporte efetuado desde Linha Araçá até a cidade, o que dista cerca de 30 km aproximadamente. "O fumo dos primeiros agricultores desta localidade (1888) daqui até Santa Cruz, era transportado em pesados fardos por tropas de mulas, que venciam com dificuldade as acidentadas viagens a-

*través de montes e vales, por caminhos pedregosos e estreitos e sobre sem pontes. A conhecida cangalha (armação de madeira, semelhante a um lombinho, colocado ao lombo das mulas) era o meio mais eficaz então existente para o transporte. Os fardos a ela eram dependurados, de ambos os lados, com auxílio de correias e cordas. Uma vez carregada a tropa, o condutor dava ordem de largada rumo a Santa Cruz, viagem que por vezes chegava a se estender por mais de um dia".*

- 100 - TEJO, Limeira. Contribuição à crítica da economia rio-grandense. In: *Província de São Pedro*. Porto Alegre, Editora da Livraria do Globo, nº 3, dez. 1945. cit. p. 82-83.
- 101 - ROCHE, J. Op. cit. p. 489.
- 102 - SINGER, P. Op. cit. p. 167 e 168.
- 103 - Ibidem. p. 170.
- 104 - Ibidem. p. 167.
- 105 - Cfe. LUDWIG, Alfredo. *A colonização nos países da América do Sul e particularmente a colonização alemã no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas de Ludwig, 1916.
- 106 - SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. 82 e 83.

### 3. O CULTIVO DE FUMO EM SANTA CRUZ ENTRE 1917 E 1993

Este período caracteriza-se, num primeiro momento, pela consolidação, reaglutinação ou fusão dos estabelecimentos de comércio e beneficiamento de tabaco originadas na etapa anterior, a da acumulação de capital mercantil, e pela penetração do capital internacional na região, processo este iniciado em 1917. Posteriormente, nesta mesma fase, assiste-se à completa internacionalização econômica do setor fumageiro, o que é levado a efeito a partir do final da década de 60. Ainda mais recentemente, está em curso o processo de concentração e fusão das agroindústrias tabaqueiras.

No que tange às relações sociais de produção, o período se notabiliza pela ocorrência da paulatina subordinação do processo de trabalho dos produtores familiares, plantadores de fumo, ao capital industrial. Isto é, há um deslocamento do agente subordinador que é transferido da figura do comerciante para o da agroindústria fumageira. E isto é um resultado provocado pela penetração do capitalismo neste ramo específico da agricultura local, com a conseqüente implantação do sistema integrado de produção. O fenômeno da produção integrada teve início em 1918 e se consolidou nos últimos 25 anos.

Em 1917 ocorreu um fato importante que determinou a reorientação da economia fumageira local. Neste ano, houve a instalação da "The Brazilian Tobacco Corporation", antecessora da Companhia Brasileira de Fumos em Folha (1920) e da Souza Cruz (1955). O empreendimento foi bancado pela empresa inglesa "British American Tobacco, B.A.T. Já três anos antes, a B.A.T. havia assumido o controle acionário da fábrica criada, em 1903, na cidade do Rio de Janeiro, pelo português Albino Souza Cruz, elevando o capital

daquela sociedade anônima, a partir de então, para 4 mil contos de réis.<sup>1</sup>

O truste permaneceu com o nome do fundador inicial do empreendimento e Albino persistiu presidindo o grupo até 1962 quando, aos 92 anos de idade, aposentou-se. A Souza Cruz, através do seu setor de marketing, procura propagandear a epopéia industrial promovida pelo Sr. Albino, distorcendo, em consequência, a realidade dos fatos. LAGEMAN,<sup>2</sup> ao criticar a escola formada pelos seguidores de Limeira Tejo no que concerne ao processo de industrialização do RS, apontou o que serve como uma luva para o caso:

*"Busca-se invariavelmente achar uma origem de 'fundo de quintal', uma unidade pequena e praticamente sem perspectivas, para as empresas que hoje ocupam um lugar de destaque no cenário industrial. Qual o segredo do sucesso? Simples: trabalho e espírito de privação e poupança. Quer dizer, apresenta-se uma sociedade onde as condições objetivas oferecem possibilidades de ascensão social ao indivíduo, condicionadas unicamente à vontade de trabalhar e à disposição de sacrificar parte de seu consumo presente. A aplicação generalizada desse esquema interpretativo ao histórico de certas empresas industriais evidencia o seu distanciamento do real, acentuando-lhe as feições ideológicas".*

Até a época da inserção da B.A.T. na região, a fabricação de cigarros no Brasil dependia, em razoáveis proporções, da importação de fumo. Como o mercado cigarreiro estava em franca expansão, a Souza Cruz procurou atuar diretamente nas regiões produtoras da *Nicotiana tabacum* para controlar a produção da matéria-prima. Isto lhe assegurava a normalidade do suprimento, a regularidade dos preços e a possibilidade de obtenção de tipos de fumo até então não cultivados no país. Já na safra de 1917/18, a subsidiária da B.A.T. processou a compra de 516.450 kg<sup>3</sup> de fumo de galpão em Santa Cruz.<sup>4</sup>

Em 1918, o truste introduziu no Brasil, de maneira experimental, os fumos "Virginia" de secagem artificial em fornos, sendo então construídas as primeiras estufas na região. Para executar estudos, experiências e acompanhar a introdução e difusão das novas técnicas de cultivo e secagem, a companhia contratou técnicos estrangeiros, mormente das regiões produtoras de tabaco

dos Estados Unidos,<sup>5</sup> razão pela qual ficou a empresa sendo chamada de "die Americana" pelos colonos descendentes dos imigrantes alemães.

*"O cultivo racional do fumo em Santa Cruz do Sul foi introduzido pela Companhia Brasileira de Fumo em Folha que aqui se estabeleceu, após ter estudado, profundamente, o nosso solo e a nossa gente; aqui construiu, logo de início, enormes armazéns; aqui empregou jovens santa-cruzenses em seus escritórios e outros departamentos; percorrendo os seus técnicos o município analisando as terras, ensinando o colono o plantio racional do tabaco, recomendando-lhe a construção de fornos para secar fumos de estufa; visitando-os, periodicamente, observando as suas plantações, continuando a assistir e, assim, até a colheita, garantindo êles, a colocação do produto".*<sup>6</sup>

De acordo com a mesma fonte,<sup>7</sup> os primeiros colonos a adotarem o sistema de estufas para secagem do fumo foram Gustavo Schmitt, da Picada Velha; Pedro Morsch, de Dona Josefa; Guilherme Fischer, de Trombudo e Jacó Baierle, de Cerro Alegre. Os quatro teriam sido contratados pela empresa para atuarem como instrutores, uma espécie de técnicos de extensão rural destinados a ensinar e propagandear o cultivo racional do fumo de estufa.

Segundo SCHUCK,<sup>8</sup> somente na safra 1921/22 teria sido introduzida, em caráter definitivo, a cultura do fumo de forno, ou seja, após três safras de operações em fase experimental.

Em 1922, as novas técnicas de cura de tabaco e o número aproximado de fornos existentes no município foram apontados pelo intendente Gaspar Bartholomay.<sup>9</sup>

*"Grande melhoramento significa sem duvida o novo processo de secagem do fumo em folha introduzido ultimamente por espciaes da Companhia Brasileira de Fumo em Folha, por meio de estufas construidas sob o patrocínio da mesma em diversos pontos do Municipio e em numero já superior a 25".*

Em 1924, quando já havia cerca de 100 estufas no local,<sup>10</sup> a mesma companhia principiou o processo de utilização de adubos químicos nas lavouras da solanácea. O uso de adubos, combinado com a seleção e melhoramento genético das sementes, visava diminuir o ciclo vegetativo da planta com o fito de obter melhores qualidades de fumo, mais adequadas às exigências do mercado cigareiro. Disso resultaria a produção de folhas amarelas ou cla-



ras, suaves, de sabor adocicado, de bom aroma e de fácil combustibilidade.

*"(...) é um facto sabido que a textura da folha é tanto mais fina, quanto maior é a rapidez com que a planta se desenvolve. O desenvolvimento moroso faz perder à folha a elasticidade e a finura, as duas qualidades que a tornam mais apreciada".<sup>11</sup>*

O fumo responde sensivelmente à adubação, tanto sob o aspecto quantitativo como qualitativo. Os fertilizantes tornaram o tabaco uma cultura agrícola intensiva que possibilitou a obtenção de folhas mais leves *"de cor clara, tão necessários na manufatura de cigarros"*.<sup>12</sup> O prefeito KOELZER,<sup>13</sup> de Santa Cruz, sintetizou brilhantemente a ação dos fertilizantes sobre a plantação: *"adubos uniformizam e aceleram a maturação"*.

Além disso, pode-se assegurar que os adubos reduziram o período de tempo em que os fumais ficavam expostos aos caprichos da natureza em quase um terço. Isto equivale a dizer que diminuiu a possibilidade da lavoura ser atingida por vendavais, chuvas torrenciais e tempestades de granizo - incidentes na primavera e verão, no microclima da região. O fumo de estufa, entretanto, como se verá adiante, não liberou parte da força de trabalho da unidade familiar para outras lides. Pelo contrário. Exigiu ainda mais mão-de-obra do que o de secagem em galpão.

HARNISCH<sup>14</sup> diagnosticou a associação da adubação com as estufas, ao colocar que *"o fósforo e outros ingredientes do adubo fazem com que certos tipos de fumo, durante a secagem artificial subsequente, obtenham cores particularmente claras"*. O emprego de fertilizantes químicos e a secagem artificial a que as folhas de tabaco verde eram submetidas a nível da propriedade familiar faziam, pois, parte de um conjunto de medidas adotadas pela B.A.T. O objetivo era controlar o fornecimento de uma matéria-prima adequada e indispensável para o funcionamento de sua fábrica de cigarros localizada no Rio de Janeiro.<sup>15</sup> Eram, portanto, a cara e a coroa de uma mesma moeda, porque a secagem do fumo em fornos apropriados<sup>16</sup> igualmente visava alcançar fumos claros, de cores uniformes.

"A cura por meio de estufa é geralmente cura bright. Nella se aproveita o calor artificial obtido pela queima de lenha (...) dentro de apropriadas estufas que levam, por meio de canos metálicos o calor ao interior do local destinado à cura (...). Com a cura bright se procura eliminar os sucos que as folhas contêm e conseguir a cor desejada, sem permitir, de outro lado, a volatilização dos princípios que a folha possui e que lhe dão o perfume e a veludicidade e evitando o aparecimento de fermentações nocivas".<sup>17</sup>

Dito de outra forma, o sistema tinha por fim tornar o fumo mais rapidamente amarelo e seco. Regulando o calor e a umidade, garantiram-se fumos de coloração melhor e aromas mais suaves do que o fumo pode obter quando secado em galpões.

As inovações tecnológicas introduzidas, indiscutivelmente, modernizaram o processo do cultivo e beneficiamento da produção tabaqueira e são sintomáticas da penetração desigual e contraditória do capitalismo na agricultura. Contudo, as transformações implantadas não propiciaram a diferenciação econômica e social dos produtores diretos, não alterando, conseqüentemente, a relação existente entre o trabalhador e o principal meio de produção na agricultura: a terra. Em decorrência, a estrutura agrária minifundiária da região foi preservada e, inclusive, reforçada. Ao mesmo tempo, as novidades tecnológicas introduzidas proporcionaram uma interferência brutal e direta sobre a natureza. Citando GRAZIANO DA SILVA:<sup>18</sup>

*"Com as inovações biológicas, o homem interfere sobre as determinações das forças da natureza, visando acelerá-las ou transformá-las de modo a romper as barreiras que antepõe ao capital".*

Foi a partir deste incremento tecnológico que o fumicultor deixou de estar diretamente subordinado ao capital comercial para subordinar-se ao capital industrial. Não que a dependência em relação ao comerciante tenha se rompido de uma hora para outra, como que por encanto. Como se verá, o processo foi lento, gradual e não representou mudanças abruptas para os colonos. Ao invés de serem fregueses dos comerciantes, os colonos passaram a ser "fregueses" das agroindústrias. Por este tempo, também acentuou-se a perda de autonomia no processo de trabalho dos produto-

res familiares de tabaco. A Souza Cruz, por exemplo, passou a fornecer aos colonos, como forma de adiantamento, as sementes e o adubo cujo valor era descontado por ocasião da entrega da safra. O mesmo ocorreu com o capital necessário à edificação das estufas. Este era descontado em parcelas, durante cinco anos, quando da entrega da produção. A empresa comprometia-se, ainda, com a assistência técnica "gratuita", realizada pelos instrutores da companhia. O colono, em contrapartida, seguia fielmente as instruções do seu orientador e tinha o compromisso moral de entregar todo o fumo colhido à firma. As mudanças verificadas na organização social da produção ocorreram porque o capital industrial tomou as rédeas do processo produtivo e mercantilizou o conjunto da atividade produtiva, fazendo com que as relações de mercado se dessem desde o início do cultivo do tabaco e não mais apenas no momento da venda final. Mas observe-se que o sistema integrado de produção, já então posto em prática, recaiu principalmente sobre os fumos de estufa, não tendo atingido com semelhante grau de intensidade os colonos que se dedicavam ao plantio do fumo de galpão.

LUDWIG,<sup>19</sup> após entrevistar os diretores da C.B.F.F., nomeou as razões pelas quais a subsidiária da B.A.T. estabeleceu-se em Santa Cruz:

*"1º, por serem as terras nesta região apropriados para o cultivo do fumo de estufa, com clima moderado, com precipitação de chuvas igualmente distribuídas sobre todos os meses do ano;  
2º, o sistema de agricultores em pequenas propriedades ser o mais adequado para o cultivo do fumo de estufa, tendo as experiências produzido melhores resultados onde os donos das terras tratam, juntamente com suas famílias, deste cultivo;  
3º, por ser um tipo de colonos caprichosos, dedicados ao trabalho (...);  
4º, Santa Cruz já era conhecida como um centro de cultura de fumo de galpão, com uma produção importante, já tendo firmas exportadoras destes fumos para a Europa, e vários negociantes compradores no interior do município (...);  
5º, Santa Cruz já era servida pela estrada de ferro, como meio de transporte".*

Ao analisar-se a descrição acima, conclui-se que a B.A.T. não "saltou a esmo de pára-quedas". Bem pelo contrário. Ao se

instalar na região, em 1917, já possuía sólidos conhecimentos a respeito da geografia, climatologia, história e realidade sócio-econômica existente. Implantou-se numa área de cunho caracteristicamente minifundiário em que a policultura era praticada ao lado de um produto principal: o fumo. Ao encravar-se em Santa Cruz, contava com a ocupação da força de trabalho potencial existente no minifúndio pois, sabida e reconhecidamente, os fumos de estufa exigem a mobilização de um grande número de braços cuja ocupação é bastante intensiva durante, pelo menos, algumas das fases do cultivo. Ao mesmo tempo, podia lançar mão da infra-estrutura já existente no município: energia elétrica, água potável, serviço de telefonia e correios, a mencionada estrada de ferro para o escoamento da produção, etc. Portanto, não foi por um mero acaso que a Souza Cruz, através da sua subsidiária, estabeleceu-se nesta região colonial do RS, deixando de lado a maior e mais importante área produtora de tabaco à época, o Nordeste brasileiro, especificamente os estados da Bahia e Alagoas.

Organizado o grande empreendimento da Corporation, o centro do comércio de fumo em folha deslocou-se de Porto Alegre para Santa Cruz que passou a ser cognominada de "capital do fumo".<sup>20</sup> Embora as fábricas de cigarro da B.A.T existentes no país absorvessem todo o fumo comprado aos colonos pela C.B.F.F. (a Souza Cruz apenas passou a exportar fumo em folha em 1969),<sup>21</sup> era esta que estipulava o montante a ser pago aos colonos pelo produto e não as empresas exportadoras da capital do estado ou as originadas na própria localidade. A C.B.F.F. fixava a tabela e os demais enfardadores seguiam-na:

*"Os preços dos fumos foram assentados no fim de cada safra, sem oscilações na entre-safra para os produtores.*

*Os boletins comerciais de Porto Alegre deixaram de mencionar os preços dos fumos, visto que a firma dominante no ramo assentava o preço para o ano inteiro".<sup>22</sup>*

Saliente-se que tanto os fumos de estufa quanto as variedades do tipo galpão tinham seus preços fixados anualmente pela referida empresa, mantendo-se constantes durante toda a safra.

Digno de registro é também o fato de inexistir uma acirrada concorrência entre os compradores da matéria-prima.<sup>23</sup> O preço estipulado e a obediência às normas estabilizaram o mercado e certamente eram interessantes também para os demais:

*"Todos os compradores de fumo, desde as grandes empresas até as pequenas, pagam o preço estipulado pelo consórcio Souza Cruz. Esta para suprir as sempre crescentes necessidades de suas fábricas distribuídas pelo país, é obrigada a pagar preço razoável, a fim de evitar o abandono dessa atividade agrícola. Não há, portanto, grandes oscilações do mercado do fumo no Rio Grande do Sul, o que lhe vai dar grande estabilidade, pois nessa atividade agrícola estão interessadas grandes organizações capitalistas, vinculadas ao trust internacional.*

*Existe uma certa ética comercial entre as empresas industrializadoras do tabaco, pois uma companhia não adquire fumo a um lavrador que teve sua produção financiada por outra empresa".<sup>24</sup>*

*"(...) a subsidiária da British American Tobacco (dona do mercado) 'abaixa' uma portaria com os preços, no início da colheita. Preços que são aceitos e respeitados religiosamente pelas companhias nacionais que, como satélites, giram em torno do Grande Astro(...)".<sup>25</sup>*

Embora a C.B.F.F. não tenha provocado uma situação de monopólio absoluto, através da gradativa absorção das pequenas empresas de beneficiamento do setor, ela se encontrava numa posição extremamente vantajosa, em comparação com as demais que se acomodaram em suas posições subalternas e adotaram as regras emanadas da corporação maior.

*"(...) a Companhia Souza Cruz passou a ditar as normas do jogo, aos níveis dos processos de produção agrícola e de compra da matéria-prima (decisão dos preços para as diferentes classes, a qual era adotada pelas demais empresas compradoras); e também ao nível do desempenho empresarial (impondo novos padrões de atuação das empresas junto aos camponeses, especialmente quanto a questão de qualidade e classificação do fumo e seus preços), uma vez que as demais empresas existentes não lhe eram competitivas".<sup>26</sup>*

Assim, aos demais estabelecimentos do gênero cabia a adequação às novas práticas implantadas ou o encerramento definitivo das atividades. Enquanto a empresa de capital estrangeiro estava se alojando, foi fundada, em 28 de dezembro de 1918, a Companhia de Fumos Santa Cruz. Originou-se da fusão de seis estabelecimentos que se dedicavam ao comércio de tabaco, "os quais estavam

*registrados sob os nomes das firmas IRMÃOS SHUETZ, ADOLFO ISERHARD, LINDOLPHO GRAWUNDER, SCHILLING & CIA, JOÃO NICOLAU KLIEMANN e JOSÉ ETGES FILHO & CIA.. trabalhando todos com fumo em folha e desfiados exceção da firma Irmãos Schuetz que fabricava cigarros de diversos tipos em regular escala".* <sup>27</sup> Ao iniciar as atividades, a empresa contava com um capital de 700:000\$000. Em 1921 adquiriu uma secção de litografia e tipografia. Aumentou seu capital, em 1926, para 2.000:000\$000. Em 1931 a Cia. de Fumos ocupava em caráter efetivo 120 operários. "A produção no período de 30/09/1930 e 30/09/1931 foi de 35.127.000 cigarros, 24.178 kg de fumo desfiado e 23.020 kg de fumo desfiado para outras fábricas".<sup>28</sup> Era já então a segunda mais importante fábrica de cigarros, vindo logo atrás da Souza Cruz que, desde 1928, atuava na fabricação de cigarros no RS através de sua filial de Porto Alegre. Produzia os cigarros Tufuma, Kiss-me, Califórnia e outros, além de várias marcas de fumo desfiado, cigarrilhas e charutos. Sua produção cigarreira era vendida, quase que exclusivamente, no próprio estado e em determinadas regiões de Santa Catarina.

*"Para a produção de seus produtos, a Companhia, aproveita, os melhores tipos de fumos apresentados pelos agricultores do municipio de Santa Cruz, sendo que, muitos destes, plantam tipos de fumos selecionados pela Companhia e por conta da mesma (...) Importando tão somente, tipos de fumos espeziaes, de alto custo e que não vingam em clima como o nosso, recebe-os diretamente da China, Turquia, Havana, Cuba, Sumatra, Bornéo, etc. utilizando-se desses fumos, juntamente com os nossos, para a fabricação de certas e determinadas misturas dos excellentes produtos apresentados (...)"*.<sup>29</sup>

Pela citação depreende-se que a empresa, para se manter na disputa pelo mercado consumidor tabagista, seguiu o percurso já anteriormente adotado pela C.B.F.F. Para conseguir a qualidade e a quantidade da matéria-prima necessária, a agroindústria também passou a adotar o sistema integrado de produção, não precisando, conseqüentemente, realizar grandes inversões numa área de pouca lucratividade e grandes riscos como é a da cultura do fumo. Quanto à aludida importação de tabaco, tratava-se, muito provavelmente, de folhas para serem utilizadas como capa na confecção de

charutos e do fumo oriental de folhas miúdas empregado como aromatizador na fabricação de cigarros.

No ano de 1968, o controle acionário da Cia. de Fumos Santa Cruz passou para a "Reemtsma Zigarrettenfabriken", de Hamburgo. Em 1975 o controle passou para a Philip Morris que, em 1985, fechou o setor de produção de cigarros transferindo o maquinário para a fábrica de Curitiba, PR. Da antiga fábrica, além dos históricos prédios, ficou em funcionamento na cidade apenas a parte gráfica da empresa.<sup>30</sup>

Outros estabelecimentos fumageiros de vulto surgiram nos anos e décadas posteriores. Entre eles, Kliemann & Cia., empresa familiar de capital local fundada em 1921 que, originariamente, além de se dedicar ao comércio e beneficiamento de fumo, trabalhava com vinhos, licores, vinagre, xaropes, aguardente e secagem e torrefação de café. Fábrica de Fumos Sul-Brasileira, originada em 1922. Carlos Boetcher & Cia., cujo estabelecimento de comércio em geral teve suas atividades iniciadas em 1932, em Rio Pequeno. Tabacos Tatsch, fundada em 1937 por teuto-brasileiros residentes em Santa Cruz. Cigarros 35 Limitada, criada em 1935. Cia de Cigarros Sinimbu, em 1948, de propriedade da família Hennig local. Kannenberg & Cia Ltda, fundada em Sinimbu em 1950. Indústria de Tabacos Santa Cruz Ltda., surgida em 1951 e outras. Em 1945, também a Cia. Sudan de Tabacos, empresa de capital paulista, instalou uma filial em Santa Cruz. Tinha como principal objetivo abastecer com matéria-prima suas fábricas de cigarros localizadas em São Paulo e em Porto Alegre.<sup>31</sup> Haviã-se desenvolvido, ainda, cooperativas e Uniões Coloniais na região, porém mesmo as mais sólidas, como a Cooperativa Agrícola Rio Pardinho e a Sociedade Cooperativa de Fumo da Linha Santa Cruz, colocavam *"parte do fumo em mãos dos compradores em Santa Cruz, e o restante em Porto Alegre, diretamente"*.<sup>32</sup> As cooperativas e as uniões coloniais sofreram um grande baque durante a Segunda Guerra Mundial, quando ocorreu a campanha de nacionalização promovida pelo Estado Novo de Vargas. As cooperativas que sobreviveram, sucum-

biram ao rearranjo capitalista ocorrido no ramo a partir de meados da década de 60.<sup>33</sup>

A produção fumageira gaúcha, conforme atesta a tabela abaixo, cresceu 106% entre 1915 e 1930.

TABELA 11: ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO POR HECTARE DO FUMO NO RS (1915 - 1930)

ANO	ÁREA CULTIVADA (HA)	PRODUÇÃO (T)	RENDIMENTO MÉDIO (T / HA)
1915	30.000	14.700	0,49
1918	31.500	15.250	0,48
1920	32.000	16.000	0,50
1921	36.000	18.000	0,50
1922	36.650	18.640	0,51
1923	36.650	18.640	0,51
1924	35.000	16.800	0,48
1925	39.600	19.000	0,48
1926	41.200	23.100	0,56
1927	41.300	25.860	0,63
1928	49.190	30.195	0,61
1929	49.230	32.460	0,66
1930	49.360	30.340	0,61

FONTE: Mensagens enviadas à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul de 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1926 e 1930.

No mesmo período, a expansão da área cultivada elevou-se em 64,53%. Houve, portanto, um significativo aumento de produtividade por hectare. O maior rendimento deve estar relacionado com as novas técnicas e ensinamentos difundidos pelos instrutores das fumageiras junto aos produtores rurais o que, por volta de 1930, já podia apresentar alguns resultados práticos, ao menos nas plantações da variedade estufa. Já a expansão da área cultivada deve estar conectada com a garantia que tinham os colonos da colocação da sua colheita no mercado; com os estímulos dados pelas empresas que financiavam boa parte da produção, bancando a construção de estufas, fornecendo, a título de adiantamento, adubos químicos, fungicidas e outros equipamentos necessários ao bom andamento da lavoura; com a assistência técnica proporcionada pelas agroindústrias do setor e, talvez, com um retorno financeiro um pouco maior para os produtores rurais, em decorrência da obtenção de fumos de maior qualidade e em maior quantidade.



No que se refere especificamente a Santa Cruz, a produção e exportação do tabaco teve o seguinte comportamento por esta época:

TABELA 12: PRODUÇÃO DE FUMO E EXPORTAÇÃO DE FUMO E CIGARROS POR SANTA CRUZ - (1915 / 1935)

ANO	PRODUÇÃO - KG	EXPORTAÇÃO FUMO - KG	EXPORTAÇÃO CIGARROS - KG
1915		3.134.392	
1920	4.400.000	4.414.000	
1925	4.360.000	4.485.000	
1930	6.880.000	8.903.551	42.711
1935		11.275.490	51.834

FONTE: Mensagens dos Intendentes e Relatórios dos Prefeitos municipais de Santa Cruz do Sul dos anos de 1916, 1930, 1933 e 1935. Para os dados de 1925 cfe. KRAUSE, Silvana. *Economia, política e religião em Santa Cruz do Sul na República Velha*. Porto Alegre: UFRGS, mimeog. 1991, p. 85.

Na produção e exportação do fumo de Santa Cruz predominava o fumo em folha, embora para a confecção da tabela acima tenham sido acrescentadas as pequenas quantidades de fumo destalado, desfiado e em corda, oriundas ou expedidas pelo município.

Pelo quadro, percebe-se claramente haver um extraordinário incremento na coluna do tabaco expedido, o que resulta não somente do aumento da produção santa-cruzense, mas é, em grande parte, fruto da aquisição de tabaco, por parte das firmas locais em outros municípios. Este fumo passava pelo processo de beneficiamento nas empresas instaladas em Santa Cruz, sendo em seguida revendido. Era o caso típico da C.B.F.F. que concentrava no município toda a preparação dos fumos de estufa e galpão, sendo a grande responsável pela transformação da cidade no maior centro fumageiro do estado. Somente no ano de 1926, 2.949.075 kg de fumo em folha revendidos pelas empresas de Santa Cruz eram oriundos de outros municípios do estado.<sup>34</sup> Com o passar dos anos, o percentual de tabaco bruto originário de outras regiões tendeu a aumentar.

Também a produção cigarreira da Cia. de Fumos Santa Cruz passou a ser significativa a partir dos anos 30, o que melhor pode ser auferido na estatística abaixo.

TABELA 13: VALORES EM TERMOS ABSOLUTOS E RELATIVOS DO FUMO, BANHA E CIGARROS EXPEDIDOS POR SANTA CRUZ NO PERÍODO 1931 -1937

ANO	FUMO		BANHA		CIGARROS		OUTROS	TOTAL GERAL	
	Réis	%	Réis	%	Réis	%	%	Réis	%
1931	12.609:195\$000	66,85	3.518:290\$000	18,65	403:335\$000	2,12	12,36	18.862:955\$000	100
1933	15.072:111\$000	76,75	2.458:854\$000	12,52	176:204\$000	0,90	9,83	19.637:380\$000	100
1935	14.362:112\$000	60,15	4.908:197\$000	20,56	1.716:284\$000	7,19	12,10	23.877:109\$000	100
1937	25.524:614\$000	65,79	5.950:208\$000	15,34	1.911:815\$000	4,93	13,94	38.798:253\$000	100

NOTA: Relatórios apresentados ao Interventor Federal no estado do Rio Grande do Sul pelos prefeitos de Santa Cruz nos exercícios de 1931, 1933, 1935 e 1937.

O fumo persistia - assim como já ocorria desde meados da década de 60 do século passado - disparado como o principal produto comercializado pelo município. A banha mantinha-se ainda no segundo posto nos anos 30. No entanto, gradativamente foi perdendo terreno em termos relativos para os outros produtos. Nos três decênios anteriores, seu quinhão na participação da economia local havia sido muito mais expressivo. Todas as demais mercadorias tributadas, vendidas para fora, entravam com um montante pouco significativo, na soma geral dos recursos aportados, em decorrência da comercialização da produção.

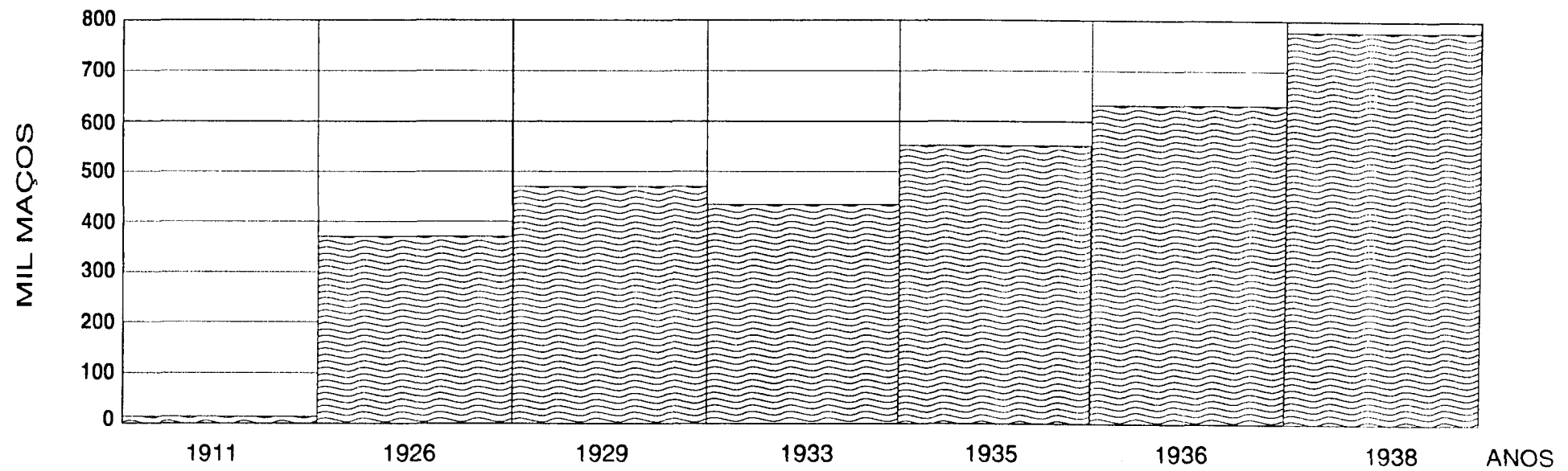
A partir de 1938, o RS passou definitivamente à frente da Bahia na produção de fumo em folha. Os cultivos gaúchos foram embalados pela expansão do mercado cigarreiro que cresceu significativamente desde a primeira grande guerra mundial. É possível que a produção do tabaco baiano, direcionada preponderantemente para a exportação, tenha sido contida na década de 30, em virtude da grande depressão que assolou os países capitalistas mais desenvolvidos. Já o fumo rio-grandense, que desde o final da segunda década do presente século voltou-se preferencialmente para o mercado interno, não sentiu tanto os reflexos da contração do comércio internacional.

Entre as regiões brasileiras produtoras de tabaco passou a haver uma certa divisão de trabalho. O RS fornecia boa parte dos fumos claros próprios para a confecção de cigarros. Tais fumos alimentavam não somente as cigarreiras existentes no estado, mas também as fábricas que proliferavam no país.

*O grande preparador de fumos para cigarros em nosso país é o Rio Grande do Sul, que prepara fumos*

## PRODUÇÃO DE CIGARROS

(1911 - 1938)



FONTE: PANITZ, Werner Roberto. *Cultura e industrialização do fumo*. Porto Alegre: Departamento Estadual de Estatística, 1954. p. 13.

*amarelos rivalizando com o chinês, enquanto que a Bahia produz especialmente para charutos, bem semelhantes aos de Havana: São Paulo é ainda pequeno produtor, e Minas Gerais e Goiás produzem principalmente o chamado fumo de corda, de largo uso no interior do Brasil".<sup>35</sup>*

No próprio estado ocorreu, de forma semelhante, a tendência à especialização com determinados subprodutos do tabaco. Na capital Porto Alegre, em 1953, havia três fábricas de cigarro que concentravam 80,9% da produção total do estado. O município de Rio Grande, no mesmo ano, manufaturava 99,2% dos charutos. Em Santa Cruz do Sul processava-se 57% do fumo em folha esterilizado. Pelotas era o maior centro de fumo desfiado, produzindo 34,1% do total estadual. Sobradinho destacava-se na obtenção do fumo em corda, lá se localizando 407 dos 426 produtores gaúchos que respondiam por 47% da produção. Erechim confeccionava 57,9% dos charutinhos, enquanto que Getúlio Vargas fabricava 33% das cigarrilhas.<sup>36</sup>

Em 1950, a produção brasileira de fumo em folha atingiu 115.205 toneladas. Os maiores estados produtores, em ordem decrescente, eram: o RS com 41.005 toneladas, BA com 27.474 toneladas, MG com 16.806 toneladas e SC com 9.320 toneladas produzidas. Neste mesmo ano foram exportadas para fora do território nacional 35.805 toneladas - o equivalente a 31,08% do total cultivado - o que alçou o Brasil à condição de quinto maior país exportador.<sup>37</sup> Alemanha, Espanha, Holanda e Argentina eram, naquela época, os maiores compradores do tabaco brasileiro, mormente do baiano, tendo em vista que a maior parte do fumo gaúcho era destinado ao consumo doméstico.

Durante e após o término da segunda grande guerra mundial, elevou-se mais ainda o consumo de cigarros no mundo.<sup>38</sup> Este fato, acrescido ao estado de desorganização das lavouras dos países beligerantes e da prolongada estiagem que assolou as regiões produtoras de tabaco do RS durante a safra 1944/45, fez com que, pela lei da oferta e da procura, houvesse um ponderável aumento do preço do fumo. Entre 1944 e 1946, mas especialmente em 1945, o preço pago pela matéria-prima aos plantadores foi reajustado con-

sideravelmente.<sup>39</sup> Os bons rendimentos monetários proporcionados pela cultura provocaram, como é lógico e natural numa economia de mercado, o aumento da área plantada e a intensificação do cultivo. Este aumento da produção resultou numa superprodução no final da década de 40. A situação foi agravada porque França, Espanha, Bélgica, Holanda e Dinamarca, que eram os principais importadores do tabaco local, após serem contemplados com o Plano Marshall, passaram a adquirir o fumo norte-americano.<sup>40</sup> Na ocasião, os Estados Unidos também se depararam com problemas idênticos e aproveitaram o momento para desovar seus estoques excedentes na Europa. Como decorrência desta situação, os armazéns das companhias locais ficaram abarrotados, e os industriais passaram a comprimir o valor pecuniário pago pelo fumo aos colonos. Pode-se afirmar que, a partir de 1948, teve início uma longa crise no setor fumageiro de Santa Cruz, crise esta que, com fugazes e efêmeras melhoras, se arrastou pelos 20 anos subseqüentes.

Durante as décadas de 50 e 60, no que pese o aumento da área plantada e da tonelagem colhida, o tabaco gaúcho, e por extensão o santa-cruzensense, enfrentou sérias dificuldades para conseguir colocação no mercado. A produção do Rio Grande destinava-se, majoritariamente, para o mercado nacional. Abastecia as fábricas existentes no centro do país, sendo relativamente pequena a quantidade de tabaco destinada aos portos estrangeiros. A Gazeta de Santa Cruz publicou uma interessante tabela referente ao ano de 1947, em que aparecem as empresas que comercializaram fumo para fora do estado, bem como o destino da mercadoria expedida.

TABELA 14: EXPORTADORES DE FUMO DO RIO GRANDE DO SUL EM 1947

EMPRESAS	Nº DE FARDOS
CIA BRASILEIRA DE FUMO EM FOLHA	161.124
E. CARL LEONI	42.281
FÁBRICA DE CIGARROS SUDAN	40.740
EXPORTADORA HENNIG S.A.	37.386
ENFARDADORES FUMOSUL LTDA.	30.421
FERNANDO C. TATSCH, FILHOS S.A.	29.943
MANLIO AGRIFOGLIO & CIA.	25.041
SEIBEL & CIA.	16.819
UNIÃO SUL BRASILEIRA DE COOPERATIVAS	12.378
KLIEMANN & CIA.	8.491
OCIRE EXP. AGR. PEC.	7.076
EMÍLIO BERCHT	6.178
DING & CIA.	5.489
F. BROENSTRUP & CIA. LTDA.	5.265
SOLDAN, KLIEMANN & CIA.	3.975
A. KNORR S.A.	2.973
CIA. DE FUMOS SANTA CRUZ	2.538
C. TORRES S.A.	2.263
WENER KATZ	2.180
ARTHUR HUEBNER	1.900
PH. LOEWENHAUPT & CIA.	1.343
METZDORF & FEIX	750
WILSON SONS & CIA. LTDA.	707
MUELLER TANSCHIEDT & CIA.	477
SILVA & CIA.	302
HELMUTH HEINZ & CIA.	250
IRMÃOS FRANCESCHI	66
TOTAL	448.356

FONTE: Gazeta de Santa Cruz, 12 mar. 1948. p. 3.

Na estatística apresentada aparecem com destaque os estabelecimentos industriais em operação em Santa Cruz do Sul que contribuíram com aproximadamente 65% do total do fumo em folha exportado pelo RS. A C.B.F.F. liderava folgadoamente as vendas para fora do estado, destinando toda a sua produção às fábricas de cigarro da Souza Cruz espalhadas pelo território nacional. Seguem-na a Fábrica de Cigarros Sudan - companhia paulista que se instalou no município em 1945, comprando e esterilizando fumo prioritariamente para suas fábricas instaladas em São Paulo e Porto Alegre -, a Exportadora Hennig, Fernando C. Tatsch Filhos S.A., Kliemann & Cia., Cia de Fumos Santa Cruz e Ph. Loewenhaupt & Cia. Boa parte do fumo beneficiado no município também deve ter saído através da União Sul Brasileira de Cooperativas, entidade que reunia o conjunto da produção de fumo das cooperativas que atuavam no estado. Outro montante deve ter sido expedido através de escritórios que intermediavam as negociações não tendo vínculo

direto com os agricultores nem mantendo usinas de beneficiamento como, por exemplo, a Carl Leoni, que aparece em segundo lugar na listagem.

No que diz respeito ao destino que tinha o tabaco gaúcho, o quadro era este.

TABELA 15: PORTOS DE DESTINO DO FUMO PRODUZIDO PELO RS EM 1947

PORTOS	Nº FARDOS
RIO DE JANEIRO	125.294
SANTOS	119.433
FRANÇA	52.879
BÉLGICA	24.763
RIO GRANDE	23.938
RECIFE	21.410
ESPAÑA	14.152
DINAMARCA	13.913
SALVADOR	11.922
RÚSSIA	6.728
MACAU	6.062
FORTALEZA	5.281
BELÉM	4.323
CASABLANCA	3.239
TENERIFE	2.260
MARANHÃO	1.255
PELOTAS	514
ARGÉLIA	280
GIBRALTAR	120
CABEDELO	80
MANAUS	80
PARANAGUA	57
NATAL	47
SUIÇA	35
FINLÂNDIA	8
PORTOS IGNORADOS	420
TOTAL	448.356

FONTE: Gazeta de Santa Cruz, 12 mar. 1948. p. 3.

Constata-se, após feita a análise da tabela acima, que o fumo do RS foi absorvido, em sua maior parte, pelo mercado brasileiro, embora a conjuntura internacional, à época, ainda estivesse favorável à colocação do produto no estrangeiro. O então Distrito Federal (que abrigava a sede da Souza Cruz), o estado do Rio de Janeiro e o estado de São Paulo consumiram mais de 50% do fumo rio-grandense. Apenas 124.520 fardos de 75 kg foram expedidos diretamente ao exterior. A reexportação por outros portos, se existiu, foi inexpressiva de acordo com as informações obtidas. Talvez pelo porto de Rio Grande saísse mais alguma parcela, pois é inadmissível supor que lá pudessem ser

gastos 1.795.350 kg na manufatura de charutos. Mais sensato é presumir que o fumo tenha ficado estocado nos armazéns do porto enquanto aguardava destino. Mas, enfim, a confiar nestes números, conclui-se que, em 1947, apenas 27,77%, ou no máximo 1/3 do fumo gaúcho dirigiu-se para o exterior.

A situação não se modificou nos 15 anos seguintes. Em 1962 a produção total gaúcha, segundo a Revista Visão,<sup>41</sup> foi de 750 mil fardos de 75 kg. Destes, apenas 120 mil, isto é, 16 por cento, rumaram para o exterior. Suíça, Holanda, Alemanha Ocidental, Bélgica, Argélia, França, Uruguai, Tunísia, Dinamarca, Portugal e Espanha foram, nesta ocasião, os principais adquirentes. Percebe-se que, cada vez mais, o fumo do Rio Grande do Sul ficava na dependência do mercado interno brasileiro. Segundo a mesma fonte,

*"Boa parte da produção de Santa Cruz do Sul vai para a Bahia (que o usa na fabricação de cigarros, visto que o fumo baiano é adequado especialmente para charutos), São Paulo, Guanabara, Ceará, Pernambuco, Pará, Amazonas e Minas Gerais. O maior consumidor é o Estado de São Paulo (cerca de 130 mil fardos por ano)".*

Assim, embora o Brasil de uma forma geral, e o RS em particular, tivessem condições e efetivamente aumentassem a produção tabaqueira, este crescimento era limitado, em grande parte, pela restrita capacidade de expansão do mercado consumidor nacional de cigarros. Apenas 20 por cento, ou seja, cerca de 30 mil toneladas anuais, saíram das fronteiras brasileiras dada a reduzida competitividade do fumo nacional.<sup>42</sup>

### 3.1 - A internacionalização do setor

Vários fatores combinados e conjugados propiciaram a existência de uma conjuntura extremamente favorável à transnacionalização do setor. Dentre estes merecem destaque:

1º) os conflitos étnicos existentes na Rodésia que prejudicaram a produção e exportação do tabaco daquela ex-colônia britânica situada na África;



29) a abertura do mercado internacional para os fumos brasileiros (antes carentes de competitividade por não estarem ajustados às exigências e padrões do mercado mundial);

30) a política adotada pelo Estado brasileiro, amplamente favorável à instalação de gigantescas agroindústrias no país e à constituição dos complexos agroindustriais.

O embargo comercial do qual foi vítima a Rodésia está diretamente relacionado com a política segregacionista historicamente engendrada na então colônia inglesa. Em 1965, a minoria branca, liderada por Ian Smith, para se manter no poder e neutralizar a mobilização feita pelo Congresso Nacional Africano pela independência, decretou o Estado de Emergência. A Grã-Bretanha repreendeu a atitude do governo de Salisbury e sugeriu uma transferência lenta e gradual do poder para a maioria negra. Entretanto Ian Smith, apesar da oposição de Londres, Washington e da ONU, proclamou, unilateralmente, em 11 de novembro de 1965, a Independência da Rodésia, para que os 250 mil brancos continuassem a dirigir indefinidamente os 6 milhões de pretos.<sup>43</sup>

O governo rebelde foi então castigado por um embargo comercial decretado pelas Nações Unidas. Ainda que o boicote fosse em grande parte desrespeitado, a produção de tabaco naquela região, baseada na exploração de uma mão-de-obra quase escrava, viu-se afetada. A situação agravou-se durante a década de 70, mormente após a independência de Moçambique (que também era um respeitável produtor de tabaco) em 1975, quando a luta guerrilheira de caráter nacionalista promovida pela ZAPU (União Popular Africana do Zimbábue) e a ZANA (União Nacional Africana do Zimbábue) intensificou-se. A situação normalizou-se tão somente a partir de 1980, quando um governo formado por negros e brancos, reconhecido pela comunidade internacional, passou a dismantelar a legislação segregacionista existente. Ao mesmo tempo, era confirmada a independência do país sob a designação de República do Zimbábue e levantado o boicote econômico imposto pela ONU.<sup>44</sup>

Em meados dos anos 60, a Rodésia do Sul era um destacado fornecedor de fumos de estufa de reconhecida qualidade, os chamados fumos nobres, para países da Europa e Estados Unidos. Era o segundo produtor mundial de uma matéria-prima cujo consumo se ampliava extraordinariamente em detrimento dos fumos escuros. Ao se iniciarem os problemas políticos naquela colônia, os oligopólios que atuavam no ramo fumageiro, entre eles a B.A.T., viram seu suprimento regular de tabaco ameaçado e foram em busca de novas fontes de abastecimento. O Sul do Brasil, que desde 1918 já era produtor de fumos de estufa, passou a ser um dos alvos prediletos dos conglomerados internacionais do ramo.

Além dos problemas políticos rodesianos, a fumicultura brasileira foi favorecida pela criação do Mercado Comum Europeu. Como consequência do MCE, ocorreu a unificação das tarifas de importação dos países membros e, um pouco mais tarde, o término dos monopólios estatais do tabaco da Itália e da França, o que deu novo impulso às vendas brasileiras<sup>45</sup>.

Conforme foi frisado anteriormente, a produção tabaqueira gaúcha, até meados da década de 60, destinava-se majoritariamente ao mercado interno brasileiro, sendo relativamente pequena a quantidade de fumos embarcada para o exterior. Até então, segundo WERNER,<sup>46</sup> "*o Brasil não tinha reputação como exportador de fumo de estufa*", havendo mesmo anos em que a indústria cigarreira nacional conseguia, junto ao governo federal, proibir a exportação deste tipo de tabaco. Era o fumo de secagem em galpão, especialmente o nordestino, que compunha o grosso das exportações brasileiras.

A elevação desorganizada da produção fumageira gerou na região, nos anos 50 e 60, grandes estoques de excedentes não comercializáveis. O fumo abarrotava os armazéns das firmas e das cooperativas, não tendo o colono como despachar o seu cultivo: "*Todo mundo tinha fumo. Não tinha o dinheiro. Tinha fumo*".<sup>47</sup> O comportamento da produção em termos quantitativos pode ser melhor aquilatado após a análise da tabela abaixo.

TABELA 16: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FUMO EM FOLHA NO RS E PERCENTUAL DA PRODUÇÃO GAÚCHA SOBRE A BRASILEIRA - 1961 - 1975

ANO	PRODUÇÃO * (T)	% PRODUÇÃO RS * S / BRASILEIRA	EXPORTAÇÃO ** (T)	% EXPORTADO S / PROD. RS
1961	60.408	36,0	10.919	18,0
1963	82.851	40,1	14.522	17,5
1965	91.159	36,7	14.008	15,3
1967	112.234	46,2	9.289	8,2
1969	99.804	39,9	13.778	13,8
1971	97.206	39,8	18.556	19,0
1973	82.030	35,1	20.248	24,3
1975	97.722	34,0	41.277	42,2

FONTE: (\*) cfe. Programa comercialização Rio Grande do Sul. *Diagnóstico da comercialização do fumo*. Porto Alegre: FEE, 1977. p. 43 ; (\*\*) cfe. compilado por LIEDKE, E. R. Op. Cit. p. 45.

Um dos maiores problemas enfrentados na década de 60 pelo fumo rio-grandense diz respeito a sua baixa qualidade, razão pela qual, segundo as informações obtidas, não teria conseguido abocanhar uma mais larga fatia no mercado externo. Teria chegado, mesmo, a perder terreno no que tange ao abastecimento das indústrias cigarreiras nacionais. Os Relatórios de Atividades da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) da época reiteiradas vezes aludem à necessidade de os plantadores se preocuparem com a qualidade do produto obtido<sup>48</sup>. Os relatórios também registram que a qualidade dos fumos de Santa Catarina e Paraná "*são melhores quando comparados com os do RS*".

Para que o tabaco brasileiro, e nomeadamente o gaúcho, pudessem açambarcar parte do mercado internacional, cujas portas se escancaravam, devido ao incremento do consumo mundial de cigarros feitos a partir de fumos leves, e em decorrência dos problemas enfrentados pela Rodésia e Moçambique, fazia-se imprescindível um salto qualitativo na produção fumageira nacional. Para isto era necessária a inversão de capitais, não tanto no setor industrial propriamente dito, mas para o financiamento da produção, o que envolvia a aquisição de sementes, adubos, pesticidas, instrumentos agrícolas, construções de estufas; que envolvia a assistência técnica constantemente presente na propriedade do colono; que garantiria a compra integral da produção oriunda da roça. A questão é que as empresas locais (aí incluídas as cooperativas), com ex-

ceção da Souza Cruz, estavam completamente descapitalizadas. Não tinham sequer dinheiro para adquirir o fumo dos plantadores. Ademais, a política econômica adotada pelo regime contra-revolucionário,<sup>49</sup> oriundo do golpe do 1º de abril de 1964 - fundamentado, basicamente, no agravamento da exploração da força de trabalho e no apoio à concentração e centralização do capital<sup>50</sup> - agravou a situação. A contenção do crédito ao setor industrial posta em prática pelo governo do Mal. Castello Branco, como uma das medidas antiinflacionárias, penalizou as pequenas e médias empresas fumageiras do RS que não podiam prescindir dos empréstimos bancários para financiar o cultivo, por operarem com pouco capital de giro. Nestas circunstâncias, como fazer investimentos pesados em tecnologia, com o fito de obter fumos mais refinados?

O próprio Sistema Nacional de Crédito Rural,<sup>51</sup> institucionalizado pela lei 4.829, de 5-11-1965, parece ter beneficiado muito mais as empresas estrangeiras do que as já combalidas nacionais ou os próprios agricultores. Concedidos a taxas subsidiadas, pois inferiores à da inflação vigente no país, os juros para empréstimos do custeio, no período de 1968 até 1976, ficaram em 10% ao ano para o pequeno produtor. Depois os subsídios passaram a ser questionados e, por pressão do FMI, praticamente desapareceram em 1985.<sup>52</sup> Estes recursos, que eram do conjunto da sociedade, e que poderiam ter sido investidos em outras atividades, acabaram sendo apropriados pela "*indústria para a agricultura*" e pela "*indústria da agricultura*", que são os componentes mais fortes do complexo agroindustrial.<sup>53</sup> Assim, seja pela venda dos insumos necessários, seja através da compra do tabaco, as multinacionais embolsaram a maior parte do subsídio concedido aos fumicultores. Os colonos, ao invés de se capitalizarem, passaram a depender do crédito do sistema financeiro, especialmente o do Banco do Brasil.

Concomitante à verificada superprodução de fumos de baixa qualidade e à insuficiência de capitais para novas inversões, pode ter ocorrido ainda, em escala internacional, a montagem de

uma estratégia pelos oligopólios do setor tabaqueiro, para dificultar e bloquear o escoamento do tabaco sul-brasileiro no mercado europeu e norte-americano. Esta hipótese pode ser suscitada quando se levar em consideração que as empresas multinacionais ligadas ao beneficiamento e exportação de tabaco, que se instalaram na microrregião produtora de fumo de Santa Cruz do Sul, entre 1965 e 1975, *"já eram antigas importadoras de fumo brasileiro para cigarros e, portanto, já conheciam as suas possibilidades de produção na região Sul do país."*<sup>54</sup>

Enquanto as fumageiras de origem local debatiam-se com a crise, a Souza Cruz fazia altíssimos investimentos. Na década de 50, introduziu o cultivo da solanácea nas pequenas propriedades em várias regiões de Santa Catarina. Depois penetrou pelo Sul do estado do Paraná, chegando em Irati, de acordo com CRAVO, em 1962.<sup>55</sup> A partir de 1969 passou a dedicar-se também à exportação de fumo em folha, tornando-se em pouco tempo a maior exportadora de tabacos do Brasil, liderança esta que não foi jamais ameaçada pelos concorrentes. O grupo Souza Cruz, a exemplo de tantas outras empresas estrangeiras, podia, à época, potenciar a sua capacidade de autofinanciamento valendo-se, inclusive, de fontes externas de recursos. Naquela época, o acesso ao crédito internacional era muito estimulado pelo governo, mas era quase que exclusivamente privilégio dos consórcios multinacionais. Embutido às vantagens reais da carreação de crédito no exterior, estava um conjunto de medidas econômicas adotadas pela respectiva área governamental que "regulavam" as remessas de lucros, medidas estas que favoreciam enormemente o capital internacional. Não se pode, igualmente, deixar de fazer menção à garantia e estabilidade que o regime antidemocrático e ditatorial dava aos investimentos estrangeiros, conforme atesta esta passagem:

*"O exercício de 1964, como é público e notório, teve início sob perspectivas sombrias, em virtude do clima de intranquilidade política, agitação social, desordem financeira e crise de autoridade, que se instalava no país, com danosos reflexos na economia nacional; mas felizmente, em virtude de fatores políticos de manifesta notoriedade, en-*

*cerrou-se sob promissores augúrios (...) a ordem foi restabelecida, a autoridade implantada, a regularidade do trabalho foi retomada e a inflação, que devorava a Nação, teve seu impacto reduzido.*"<sup>56</sup>

A conjuntura sucintamente exposta deixou o empresariado local, que se dedicava à comercialização e beneficiamento do tabaco, sem grandes opções. Assim que uma razoável proposta fosse feita, desfaziam-se dos seus negócios. Não esboçaram nenhum tipo de resistência que pudesse ter qualquer conotação com uma suposta divergência de interesses de uma burguesia nacional frente ao capital monopolista financeiro internacional. A transnacionalização do setor deu-se, via de regra, através de um processo gradual de compra: inicialmente o consórcio multinacional injetava recursos em determinada empresa local, ao adquirir parte das ações desta; posteriormente assumia o controle acionário, total ou majoritário do empreendimento, quase sempre mantendo os antigos proprietários ou seus descendentes nas funções administrativas e gerenciais do estabelecimento.

O quadro a seguir tenciona dar um panorama geral das empresas localizadas na cidade de Santa Cruz do Sul em 1956, ou seja, um bom tempo antes de ocorrer a concentração monopolista das empresas fumageiras.

TABELA 17: FUMAGEIRAS EXISTENTES EM 1956 EM SANTA CRUZ DE ACORDO COM A ORIGEM DO CAPITAL

-----	
A) FÁBRICAS DE CIGARRO	CAPITAL
-----	
- Cia. de Cigarros Sinimbu	local
- Cia. de Fumos Santa Cruz	local
-----	
B) BENEFICIAMENTO E EXPORTAÇÃO	
-----	
- Cia. de Cigarros Souza Cruz	anglo-americano
- Exportadora Hennig S.A.	local
- Fábrica de Cigarros Sudan	paulista
- Ind. de Tabacos Santa Cruz Ltda	local
- Kliemann & Cia.	local
- Tabacos Tatsch S.A.	local
- Loewenhaupt & Cia Ltda.	local
- Carl Leoni Torres & Cia. Ltda.	?
-----	

FONTE: FONTOURA, J. Waldemar. *Guia geral do município de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: s/ed. 1956.

Como as transações, fusões e incorporações das agroindústrias do ramo são freqüentes, é muito difícil, nem é este o obje-

tivo, acompanhar passo a passo o processo de concentração. Pretende-se, apenas, dar uma idéia geral do processo de oligopolização. Para tanto, não é preciso muito esforço para perceber-se que cada vez mais um número menor de grandes corporações internacionais controla o mercado.

A Cia. de Fumos Sinimbu, juntamente com a Exportadora Hennig, depois de passar pelas mãos da Brinkmann e Lopes Sá, foi adquirida pela R.J. Reynolds em 1975. A Reynolds repassou, em 1991, a fábrica de cigarros para a Philips Morris, e o Departamento de Fumos para a Dibrell Brothers, com a denominação de Dobra Tabacos. A Dobra posteriormente passou para o controle do grupo Souza Cruz. A Cia. de Fumos Santa Cruz, depois de ter seu controle acionário assumido pela Reemtsma em 1970, foi comprada pela Philips Morris em 1975 (posteriormente esta fábrica foi fechada, conforme anotado anteriormente). A Sudan, a única que persistia genuinamente nacional, teve adquirido recentemente, pela Dibrell Brothers, o seu Departamento de Fumo. A multinacional Universal Leaf assumiu, em 1975, o Controle da Tabacos Tatsch - que já tinha incorporado a Tabacos Santa Cruz Ltda e que, juntamente com a Tabacos Blumenau (SC), formou a Tabacos Brasileiros Ltda - e recentemente comprou a Fumossul de Venâncio Aires, a Kliemann e a Armada, esta última fundada em 1968, cujo acionista maior era o grupo alemão Gebrüder Kuhlemkamp. Loewenhaupt & Cia Ltda., cuja sede ficava em Santa Cruz e cuja filial, em Venâncio Aires, foi transferida àquela cidade e hoje pertence à Dibrell Brothers. Há, ainda, a Tabra Exportadora de Tabacos do Brasil Ltda, empresa fundada em 1970 pelo grupo norte-americano Austin que a revendeu aos seus patrícios do grupo Monk; a Tabacos Meridional, instalada em 1975 e cujas ações, em sua maioria, pertencem a S.E.I.T.A. (estatal francesa) e a Boettcher & Wartchow, que é o prolongamento da casa comercial iniciada por Carlos Boettcher em 1932, em Rio Pequeno, então 4º distrito de Santa Cruz. As duas últimas empresas mencionadas, Meridional e Boettcher e Wartchow, ainda têm parcela das ações controladas por santa-cruzenses.

Ambas gravitam em torno da Souza Cruz, pois transacionam boa parte da sua produção com a mesma.

Sintetizando, a rigor pode-se dizer que atualmente são 4 os oligopólios que dominam o setor do fumo, enquanto matéria-prima, não somente em Santa Cruz, mas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, quais sejam: a British American Tobacco, cujo capital é anglo-americano, a Dibrell Brothers, a Monk e a Universal Leaf, cujos capitais são norte-americanos. No ramo cigarreiro, a Souza Cruz controla 80% do mercado nacional; aproximadamente 15 % estão com a Philip Morris e os restantes 5% são disputados pela Sudan e outras companhias menores e de capital pouco expressivo que disputam o mercado em determinadas regiões localizadas do território brasileiro.

Se nos anos de 64, 65 e 66 o preço do fumo gerou insatisfações,<sup>57</sup> o mesmo não aconteceu quando as empresas multinacionais passaram a se ramificar na região. Com uma pequena elevação do valor pago ao produtor, as indústrias puderam impor novas tecnologias aos colonos e atrair novos fregueses sem que houvesse resistências. Conseqüentemente, aumentou qualitativa e quantitativamente não só a produção local, mas também a dos 3 estados do Sul do Brasil.

*"Nunca se plantou tanto fumo quanto agora neste município e, diga-se de passagem, praticamente só fumos nobres, com alta cotação no mercado internacional".<sup>58</sup>*

*"Melhora cada vez mais a qualidade do fumo produzida em Santa Cruz e na região que é a maior produtora de tabacos claros de estufa, para cigarros, do Brasil (...) O nosso fumo já é muito bom e por isso o estrangeiro já 'briga' pelo nosso produto que tem alta cotação no mercado internacional".<sup>59</sup>*

O amoldamento do cultivo às exigências dos importadores transformou paulatinamente Santa Cruz no segundo maior centro de comércio internacional de tabaco. Já em 1971 os estrangeiros começavam a chegar para inspecionar a qualidade da safra, o tratamento industrial do fumo, preparar "blends" (misturas indicadas para cada marca de cigarro) e, por fim, fechar o negócio.<sup>60</sup>

Segundo Werner,

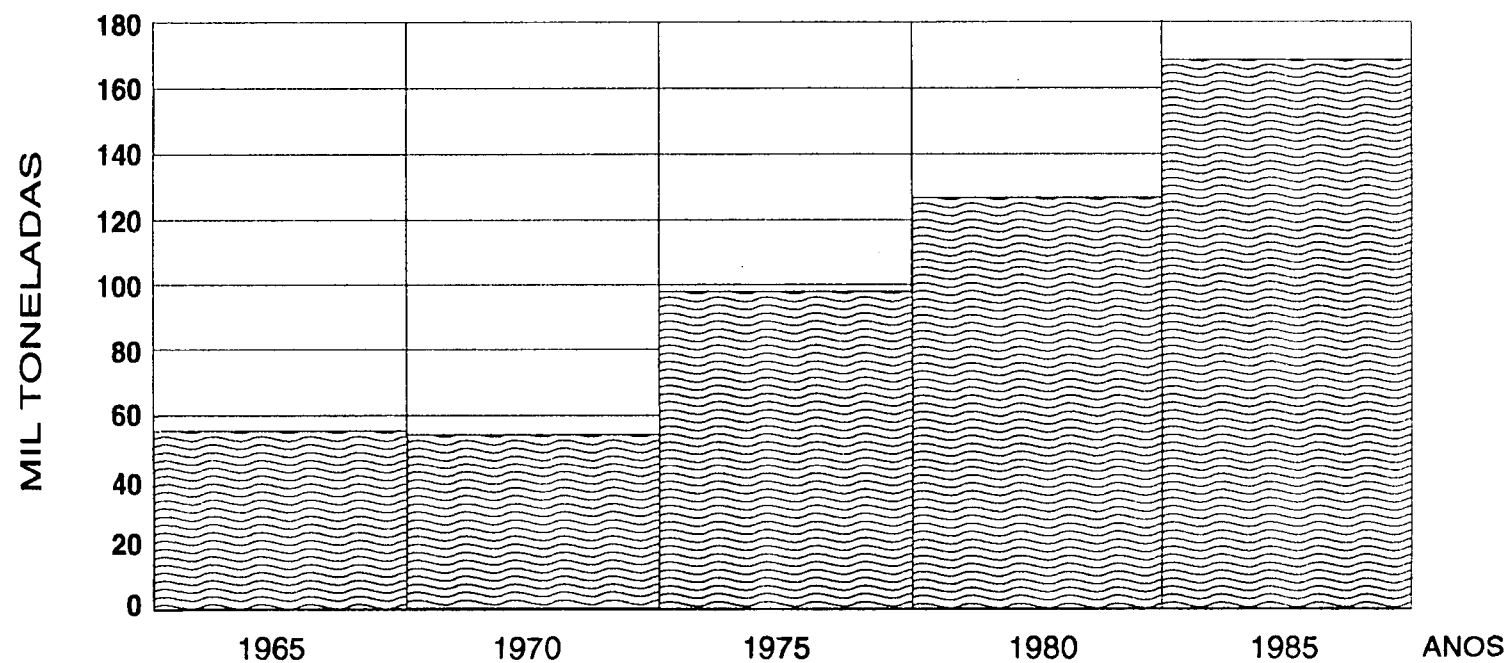


*"Em 1970, 71, 72, 73, 74...então se incrementou a cultura do fumo aqui no Sul do país, com a conquista maior de mercado, quando então o fumo brasileiro já era conhecido na Europa, já era conhecido nos Estados Unidos, já era conhecido na Inglaterra, e então esses países começaram a comprar. Quando então esses exportadores novos que vieram, essas multinacionais que vieram para cá, quando eles sentiram que tinha terreno, então eles resolveram também ser um pouquinho mais agressivo na comercialização".*

O gráfico a seguir ilustra melhor a evolução das exportações ocorrida entre 1965 e 1985. Através dele percebe-se uma curva ascensional muito grande a partir de 1970. Depois de 1985 há uma estabilização da quantidade de tabaco exportado, ao redor da casa das 200 mil toneladas anuais.

Durante a década de 70 consolidou-se a atual estrutura fumageira existente no Brasil meridional. Santa Cruz do Sul e os municípios adjacentes, Vera Cruz e Venâncio Aires, passaram a concentrar o maior parque industrial de beneficiamento de tabaco do mundo. Ao mesmo tempo, os cultivos nos estados de Santa Catarina e Paraná foram intensificados pelas corporações que introduziram o tabaco em novas áreas, para responder à demanda internacional. Boa parte desta *Nicotiana tabacum* produzida em Santa Catarina, especialmente no Oeste do estado, e praticamente toda a produção gaúcha, passou com o tempo a ser esterilizada e enfardada na região. Ao invés de se direcionar para o mercado interno, o fumo, já melhoradas as suas técnicas de cultivo e padrão de qualidade, começou a ser, num índice cada vez maior, colocado no mercado externo. Assim, as exportações do fumo brasileiro alavancadas pela produção sulina alçaram o país à condição de segundo maior exportador do mundo. Estados Unidos e o Reino Unido passaram, então, a ser os principais importadores do tabaco cultivado e beneficiado no Brasil.

# **DEMONSTRATIVO DO FUMO EM FOLHA EXPORTADO PELO BRASIL** *(1965 - 1985)*



FONTE: CACEX

## NOTAS

- 1 - Cfe.: SOUZA CRUZ. *80 anos de Brasil*. Encarte da Revista Veja nº 765 et seq., 1983 p. 19; SOUZA CRUZ. *Perfil Souza Cruz*. Pirai: Companhia Industrial de Papel Pirahy, 1988. p.1.
- 2 - LAGEMAN, Eugênio. Imigração e Industrialização. In: *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 124.
- 3 - SOUZA CRUZ (1983), op. cit. p. 21.
- 4 - No ano de 1918 a "Corporation" começou adquirindo o fumo de galpão dos colonos. Cfe. SCHUCK, Maurício. Produzir fumo de estufa é um trabalho 100% manual. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 01 ago. 1973. p. 2.
- 5 - O processo de cura de fumo em fornos apropriados foi criado e aperfeiçoado nos Estados Unidos onde os estados da Virgínia, Carolina do Norte, Tennessee e Maryland vinham obtendo auspiciosos resultados. Cfe. HOOGENSTRAATEN, C. e GOBBATO, C. Locaes para a cura do fumo. *Revista da Escola de engenharia de Porto Alegre*, Porto Alegre, v.9: 422-434 jan./fev. 1924. p. 422. Uma crônica sem autor menciona o nome do agrônomo Joel Cecil Hart como sendo um dos técnicos que trabalhou, nas imediações da cidade, com as primeiras experiências de cultivo de fumo em estufas. Cfe. PRODUÇÃO de gêneros alimentícios. *Gazeta de Santa Cruz*, Santa Cruz do Sul, 06 ago. 1948. p. 5. Segundo entrevista concedida pelo Sr. Fairon, ex-diretor da Souza Cruz, o agrônomo Joseph Thore foi quem introduziu o fumo de estufa em Santa Cruz no ano de 1919.
- 6 - LUDWIG, Alfredo. *Santa Cruz*. Santa Cruz do Sul: manuscrito, 1949. p. 266.
- 7 - Ibidem. p. 274-276.
- 8 - SCHUCK, Maurício. Vi nascer a capital do fumo. *Gazeta do Sul*, 17 set. 1966. p. 3; Os iniciadores da capital mundial do fumo. *Gazeta do Sul*, 13 abr. 1976. p. 3.
- 9 - SANTA CRUZ DO SUL. Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz pelo intendente Gaspar Bartholomay em 15 de outubro de 1922. p. 49.
- 10 - HOOGENSTRAATEN, C. e GOBBATO, C. Op. cit. p. 422.
- 11 - CAIRO, Nilo. *Guia pratico da cultura e preparação do fumo*. São Paulo: Casa Editora "O Livro", 1922. p. 37.
- 12 - ALONSO, Delnida Martinez. Aspectos geográficos da cultura fumageira no estado do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Geografia*, Belo Horizonte, XX(3): 295-313, jul./set. 1958. p. 305.
- 13 - SANTA CRUZ DO SUL. Relatório apresentado ao Esmº Sr. General José A.F.C. d.d. Interventor Federal neste Estado pelo prefeito José Wohlgemuth Koelzer - exercício de 1933. p. 9.
- 14 - HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul; a terra e o homem*. Porto Alegre: Globo, 1941. p. 391.
- 15 - Estribada na produção do tabaco do Sul do Brasil, a empresa pôde expandir-se com certa rapidez. Em 1927 abriu fábricas de cigarro em São Paulo e em Salvador; em 1928 entrou em operação a fábrica de Porto Alegre a qual foi desativada em fevereiro de 1993; em 1930 era a vez de Recife receber uma filial da Souza Cruz; em 1954 era a vez de Belém e, em 1978,

a cidade de Uberlândia, em Minas Gerais, passou a abrigar a primeira fábrica em produção de cigarros do grupo. Como reflexo do aumento da quantidade do tabaco colhido na parte meridional do país, houve, em 1928, a abertura de uma filial em Santo Ângelo (região missioneira do RS) para a compra do fumo de galpão das colônias novas do Noroeste do estado. Em 1942, a empresa abriu uma filial em Lajeado (RS) para adquirir o fumo produzido no Alto Taquari. A partir daí também o território cartarinense passou a ser mais efetivamente espaço de atuação da Souza Cruz. Em 1952 foi estabelecida, em Blumenau, uma usina de beneficiamento; outra foi instalada, em 1956, em Tubarão; uma terceira surgiu, em 1959, em Brusque e uma quarta foi aberta, em 1988, em Timbó. No estado do Paraná, Rio Negro, em 1962, vê instalada uma usina de beneficiamento de fumo e, em 1974, Pato Branco. O grupo se constituiu e se expandiu através de dois processos simultâneos de concentração: o vertical e o horizontal. Em ambos valeu-se ou da criação de novas filiais ou da incorporação de empresas já ligadas, de alguma forma, ao ramo. Muitas das usinas de processamento de tabaco criadas foram posteriormente fechadas de acordo com a ótica de maximização de lucros e redução de despesas. Em 1992 a transnacional possuía Usinas de Beneficiamento de Fumo em Santa Cruz do Sul (RS), Tubarão, Blumenau e Brusque, todas no estado catarinense, e Rio Negro (PR). Além disso, o grupo possui também o controle acionário de outras fumageiras como a Dobra.

Em 1955 a empresa unificou suas atividades no país. A partir de então, a C.B.F.F. passou a ser o Departamento de Fumos da Souza Cruz. Em 1973 a Companhia de Cigarros Souza Cruz alterou sua razão social para Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio, o que permitiu que a empresa diversificasse suas atividades para não ficar unicamente dependente do setor tabaqueiro. Cfe. SOUZA CRUZ (1983), op. cit. p. 42, 85, 87, e 104; SOUZA CRUZ (1988), op. cit. p. 5-13; SOUZA CRUZ. *Retrato de uma grande empresa*. Abr. 1983; LUDWIG, A. Op. cit. p. 278 e 279; CORRÊA, Roberto Lobato Azevedo. Corporação e organização espacial: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, 53(3): 33-66, jul./set. 1991.

De acordo com CORRÊA, o grupo Souza Cruz, controlado pela holding Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio, constitui, na realidade, uma ramificação da BAT Industries Group, um poderoso conglomerado com sede em Londres que, em 1988, atuou em cerca de 90 países, empregando mais de 310 mil pessoas e tendo um movimento de capital na ordem de 25 bilhões de dólares. (op. cit. p. 37).

- 16 - "As estufas construídas em S. Cruz são da capacidade média de 15 arrobas de fumo para cada cura; mas há também maiores. Para a construção das de 15 a 20 arrobas, são precisos cerca de 6.000 tijolos e 750 telhas francezas; possuem um forno só, 5 janelas basculantes e 1 porta; as fornalhas são da altura de 1,m70, largura de 1,m30 e comprimento de 1,m70. Os canos internos do abrigo têm o diâmetro de 0,m30 e são elevados de 0,m30 de chão no ponto de saída da fornalha; a chaminé tem a altura de 5,m50. O abrigo de cura, ou estufa, é quadrado, tendo 4,m20 de lado; e o custo varia entre 2:500\$000 e 3:000\$000". HOOGENSTRAATEN, C. e GOBBATO, C. Op. cit. p. 429.
- 17 - Ibidem. p. 423.
- 18 - SILVA, José Graziano da. O progresso técnico e as especificidades da agricultura. In: *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 33.
- 19 - LUDWIG, A. Op. cit. p. 273 e 274.

- 20 - Embora não se consiga precisar exatamente o momento em que apareceu o termo "fumocap" ou capital do fumo, acredita-se que o seu surgimento esteja ligado ao recenseamento geral de 1920. Naquele ano o RS obteve 14.480,6 toneladas de tabaco sendo o município de Santa Cruz o maior produtor individual do país com uma produção de 5.217,7 toneladas.
- 21 - Cfe. SOUZA CRUZ (1983), op. cit. p. 99.
- 22 - SCHUCK, Maurício. Vi nascer a capital do fumo. *Gazeta do Sul*, 17 set. 1966. p. 3.
- 23 - Parece ter sido comum a Souza Cruz se abastecer de segundos. Mesmo num ano em que os excedentes abarrotavam os armazéns, pôde-se encontrar anúncios como este no jornal: *FUMO DE GALPÃO: os negociantes que tiverem para vender fumo de galpão da safra de 1948, ou anteriores, preferivelmente esterilizado, são convidados a comunicar-se com a Companhia Brasileira de Fumos em Folha, Santa Cruz, informando as quantidades e qualidades disponíveis. Gazeta de Santa Cruz*, 22 mar. 1949. p. 1.
- 24 - ALONSO, D. M. Op. cit. p. 309. Houve uma espécie de acordo tácito firmado entre as empresas do ramo, no sentido de não disputarem ilegalmente os fregueses ou fornecedores. Neste sentido a passagem abaixo, apesar de ter-se dado, como se verá no capítulo posterior, numa conjuntura de superprodução, é elucidativa.
- "A Companhia Brasileira de Fumos em Folha avisa que (...) aceitará fumo de estufa de plantadores não fregueses seus nas seguintes condições: 1º) será aceito somente fumo entregue junto com uma autorização carimbada e assinada pela firma fornecedora de adubos e suprimentos agrícolas na qual o plantador está escrito como freguês, autorizando-nos a mesma firma de aceitar o fumo e declarando a importância da dívida do plantador por adubos e suprimentos (...) cuja importância será por nós entregue àquela firma. Do plantador sem compromisso com outra firma compraremos o fumo quando nos for entregue uma carta de nosso instrutor da mesma zona, avisando-nos que esse plantador não está inscrito noutra firma. 2º) O preço para cada qualidade de fumo entregue será Cr\$ 3,00 por arroba menos que o preço pago para os fregueses desta Companhia (...) Não será pago frete ou outra bonificação. 7º) (...) Outrossim, avisamos aos compradores de fumo de estufa que esta medida foi sugerida por diversos compradores que não querem receber para esta safra o fumo de sua freguesia, e não tem por fim prejudicar qualquer outro comprador, motivo porque fizemos estas condições. Também nossa compra de fumo de estufa dum plantador não constitui a aceitação deste como nosso freguês para a próxima safra, nem implica de nossa parte que o mesmo deixe de ser freguês de outra firma. Nossa praxe, aliás, bastante conhecida, sobre a aceitação de fregueses novos, será estritamente observada, i. é., de aceitar como freguês novo somente aquele que venha pedir-nos voluntariamente de ser admitido como tal, depois de saldar seus compromissos noutra firma com que trabalhou na safra anterior."* COMPANHIA BRASILEIRA DE FUMO EM FOLHA. Aviso aos plantadores de fumo de estufa. *Gazeta de Santa Cruz*, 12 mar. 1948. p. 5.
- 25 - CABO-GÊ. E agora José? *A Voz do Progresso*, Santa Cruz do Sul, 9 mar. 1958, p. 5.
- 26 - LIEDKE, Elida Rubini. *Capitalismo e camponeses* (relação entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul. Brasília: UNB, 1977. (mimeog.) p. 38.

- 27 - COMPANHIA DE FUMOS SANTA CRUZ NO 25 ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO; pequena monografia histórica de um estabelecimento industrial e comercial que nasceu, viveu e venceu. Santa Cruz do Sul: Oficinas Gráficas da Cia. de Fumos Santa Cruz, 1943.
- 28 - Cfe. Relatório apresentado ao Esmº Sr. General José A.F.C. d.d. Interventor Federal neste Estado pelo prefeito José Wohlgemuth Koelzer - exercício de 1931. p. 24 e 25.
- 29 - *Revista Máscara*, Porto Alegre, XI(1 e 2), jan./fev. 1928, encarte não paginado.
- 30 - Posteriormente houve o retorno da Philip Morris à cidade, ao adquirir a fábrica de cigarros da R. J. Reynolds Tabacos do Brasil Ltda. A Reynolds atuava no município desde 1975, ano em que adquiriu a Companhia de Cigarros Lopes Sá, sucessora da Cia. de Cigarros Sinimbu. Cfe. R.J. REYNOLDS. *Reynolds hoje*. mar. 1990. p. 3; LOPES SÁ e Flórida unem-se. *Gazeta do Sul*, 08 ago. 1973, p. 9.
- 31 - Cfe. Centenário de Santa Cruz do Sul: 1878 - 1978. Santa Cruz do Sul: Gráfica Amrigs 1978; Álbum Comemorativo do Cincoentenário da Proclamação da República. Porto Alegre: Rotermond, 1939. p. 181 e 183.
- 32 - LUZ FILHO, Fabio. *Aspectos agro-econômicos do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1937. p. 341.
- 33 - Não foram ainda realizadas pesquisas a respeito das cooperativas e uniões coloniais existentes na região. Conforme CUNHA, o cooperativismo nas regiões coloniais alemãs do RS teve no padre Teodor Amstad seu grande líder e idealizador. O período de ouro deste sistema cooperativado teria ocorrido nos anos imediatamente anteriores a Primeira Guerra Mundial. A guerra, somada à ambição e oposição de empresários e banqueiros, teria causado um refluxo ao movimento. Terminada a guerra, as cooperativas de agricultores ter-se-iam recuperado um pouco, mas não atingido o mesmo esplendor anterior. Ver CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonization*. Ein Beitrag zur Geschichte der deutschbrasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914. Hamburgo: Universidade de Hamburgo, 1994. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Hamburgo, 1994.
- 34 - Cfe. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Santa Cruz pelo Intendente Felipe Jacobus Filho em 15 de outubro de 1927. Santa Cruz: Typ. Lamberts & Riedl.
- 35 - PANITZ, W. R. Op. cit. p. 12.
- 36 - Ibidem. p. 07 e 39.
- 37 - Ibidem. p. 79.
- 38 - Segundo um documento da T.I.E. "as duas grandes guerras do início de nosso século, promoveram o uso do cigarro mais do que qualquer outro acontecimento histórico". TRANSNATIONALS INFORMATION EXCHANGE. *Tabaco*. Belo Horizonte: Seminário sobre Cadeias Alimentares, mimeog. p. 3.
- 39 - "Verifica-se na safra em curso um preço verdadeiramente excepcional, tendo-se registrado uma alta de praticamente 100% em comparação com os preços da safra anterior, já em si ótimos". TERRA do fumo. *Gazeta de Santa Cruz*, 13 abr. 1945. p. 2.

- 40 - Cfe.: A SITUAÇÃO do fumo em folha. *Gazeta de Santa Cruz*. Artigos sobre o mesmo título nas edições de 27 ago. 1948 p. 1; 25 fev. 1949 p. 1. e 01 mar. 1949. p. 1.
- 41 - FUMO de Santa Cruz corre mundo. *Revista Visão, São Paulo*, 26 abr. 1963. p. 39.
- 42 - FUMO: distribuição da produção no país. *Gazeta do Sul*, 22 jan. 1963. p. 1.
- 43 - KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra II*. Publicações da Europa / América, s/d. p. 270.
- 44 - Cfe. GUIA DO TERCEIRO MUNDO 89/90. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, 1989. p. 567-571.
- 45 - Cfe. FUMO: uma cultura histórica. *Revista da Cacex*, Rio de Janeiro, 21(1.006): 2-6, 21 jul. 1986. p. 4; SABOR de birlhões. *Revista da Cacex*, Rio de Janeiro, 23(1.065): 4-14, 22 fev. 1988. p. 10; NARDI, Jean Baptiste. *História do fumo brasileiro*. Rio de Janeiro: ABIFUMO, 1985. p. 35 e 36.
- 46 - Cfe. entrevista concedida pelo Sr. Harry Antônio Werner a Lucila Mareli Meyer em 20 de maio de 1989. Werner foi um dos idealizadores da AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil - tendo, por várias gestões, presidido a entidade.
- 47 - Entrevista concedida pelo sr. Werner ao autor em 22 de fevereiro de 1989.
- 48 - "A concorrência exige, nos dias que correm, mercadorias de alta padronagem, e se não quisermos assistir ao fracasso de uma teimosia condenável, com prejuízos pessoais no futuro, abandonemos definitivamente o plantio dos fumos de tipos baixos, silvestres, amargentos, cheios de nicotina, folhas estreitas, talos grossos, etc..., e demos preferência absoluta aos tipos nobres, de superior qualidade, indo assim ao encontro dos requisitos apresentados pelas exigências do mercado consumidor de nossa época". ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. Relatório de atividades do exercício 1963 / 64.
- 49 - A conotação contra-revolucionária do regime militar instalado em 1964 é trabalhada, entre outros, por IANNI, Octávio. *O ciclo da revolução burguesa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- 50 - Cfe. BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e desnacionalização* (a experiência brasileira 1964 - 1974). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 17.
- 51 - GUIMARÃES, Mário Krueel. *Crédito rural: enfoques da política agrária brasileira*. São Paulo: Nobel, 1974.
- 52 - Cfe. FÜRSTENAU, Vivian. *O crédito rural no Brasil e seus efeitos sobre a agricultura gaúcha: 1965/85*. Porto Alegre: FEE, 1988. p. 46.
- 53 - Cfe. SMERECSENYI, "as indústrias que compram ou recebem produtos agropecuários para transformá-los em produtos industrializados são geralmente agrupadas sob a denominação genérica de agroindústrias. Estas fazem parte de vários ramos ou subsetores do setor industrial e, juntamente com o setor agropecuário e com as indústrias fornecedoras de insumos e equipamentos para este, configuram o chamado complexo agroindustrial. Enquanto que os ramos produtores de insumos e de equipamentos são definidos como indústria para a agricultura, os ramos propriamente agroindustriais constituem a

*chamada indústria da agricultura*". SZMRECSANYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1990. p. 60. De acordo com WILKINSON, na pequena propriedade "o crédito, além de permitir a absorção de insumos modernos, é visto como um elemento essencial para a força de trabalho na própria parcela, e portanto como a chave para o incremento da produção e a consolidação da exploração familiar." WILKINSON, John. *O Estado a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 36.

- 54 - LIEDKE, E. R. Op. cit. p. 53.
- 55 - CRAVO, Veraluz Zicarelli. *A lavoura de fumo em Irati; a produção familiar & capitalismo*. Curitiba: Ist. Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1982. p. 88-89.
- 56 - Relatório anual da Companhia de Cigarros Souza Cruz - exercício de 1964.
- 57 - Vejam-se, por exemplo, os títulos das matérias veiculadas pela Gazeta do Sul: PRODUTORES E INDUSTRIAIS NÃO CHEGARAM A UM ACORDO (22 fev. 1964 p. 1.); APELO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL: COLONOS NÃO DEVEM ENTREGAR AS SAFRAS POR QUALQUER PREÇO (23 jan. 1965. p. 6.); FUMO: PREÇO FICOU AQUÉM DO CUSTO DE PRODUÇÃO (04 fev. 1965. p. 1.); FUMICULTORES DA REGIÃO ESTÃO REVOLTADOS COM AS CIFRAS ESTABELECIDAS PELOS COMPRADORES (20 jan. 1966. p. 1.).
- 58 - COM A CHUVA de domingo, era só gente plantando fumo, e como se plantou! *Gazeta do Sul*, 16 set. 1970. p. 1.
- 59 - NOSSO FUMO é bom, exportação aumenta. *Gazeta do Sul*, 16 jan. 1971. p. 1.
- 60 - Os cerca de 500 clientes, entre japoneses, americanos, italianos, alemães, ingleses, africanos e representantes de outros 60 países, são "paparicados" e agraciados pelas empresas. Ver a respeito: ERTEL, Lurdete. Os dólares do fumo agitam Santa Cruz. *Zero Hora*, Porto Alegre, 21 mar. 1993. Caderno de Economia p. 8-9; AMERICANO, Luiz. O milionário negócio da folha dourada. *Revista Veja*, São Paulo, 25(7): 6-9. 12 fev. 1992. Suplemento Veja Rio Grande do Sul



#### 4. O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL NA FUMICULTURA E A PRODUÇÃO INTEGRADA

A produção do fumo nas lavouras da região Sul do Brasil, na qual os estados do RS, SC, e PR participam, respectivamente, com um volume de 256.530, 233.660 e 79.910 toneladas, o equivalente a 90,05% do montante nacional, é realizada em cerca de 157,5 mil pequenas explorações agrícolas.<sup>1</sup> Toda esta produção é obtida basicamente mediante o emprego da força de trabalho familiar.

O cultivo nestas pequenas propriedades, longe de representar entraves e obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas e à expansão do modo capitalista de produção, oportuniza a constante acumulação e reprodução do capital. Esta ampliação capitalista deriva de uma complexa articulação existente entre o capital industrial e a pequena propriedade fundamentada no trabalho familiar, onde aquele se apropria de grande parcela do sobretrabalho gerado nesta.

Este processo pode ser melhor assimilado a partir de uma ligeira descrição das diversas fases pelas quais passa, atualmente, a produção do fumo em folha feita no município.

##### 4.1 - As fases da produção do fumo em folha

###### 1º) Viveiro de mudas

Os tipos de fumo plantados em Santa Cruz - Virgínia e Amaralino - são de secagem em estufas e são aproveitados, fundamentalmente, na fabricação de cigarros.

Da mesma forma que muitas hortaliças, as sementes da *Nicotiana tabacum* não são depositadas diretamente no terreno definitivo da plantação, razão pela qual faz-se necessário o preparo dos

canteiros ou viveiros de mudas. Corriqueiramente os canteiros têm o formato retangular (25 X 2), sendo compridos e estreitos para que sua superfície fique ao alcance das mãos de quem deles trate. A área dos viveiros, depois de bem preparada com terra de mato enriquecida com estrume animal e adubo químico, é completamente esterilizada mediante a aplicação do BROMETO DE METILA. O Brometo é um gás que esteriliza o solo até 15 centímetros de profundidade, matando minhocas, microorganismos, fungos, sementes de inço, etc. Por se tratar de produto letal em caso de inalação, e para que o seu gás, extremamente leve, não se misture com o ar da atmosfera, sua aplicação exige procedimentos especiais, sendo imprescindível a completa cobertura e vedação do local em que é aplicado, o que é realizado com uma lona plástica. Após atuar por 48 horas sobre o solo, a proteção de plástico é retirada. Passadas mais 24 horas, a terra é levemente revolvida e feita a semeadura.

A semeadura dá-se a lanço ou com água, em virtude das sementes serem extremamente pequenas. Quando feito a lanço, para que se obtenha uma distribuição uniforme das sementes, misturam-se estas com calcário ou cinza e espalha-se a mistura à mão, passando várias vezes pelo canteiro; quando feito com água, o objetivo desejado é o mesmo. Depois de lançadas as sementes, firma-se levemente a terra e cobre-se a área com uma talagarça de plástico, que é estendida sobre uma armação de bambu. A cobertura do canteiro - que até há pouco tempo era feita com pano de gaze - protege o viveiro do sol forte, ventos frios, geadas e granizo.<sup>2</sup> Atualmente a cobertura é realizada com lona plástica, porque esta cria um microclima que acelera o desenvolvimento das mudas.

Num canteiro de 50 m<sup>2</sup> são depositadas cerca de 36 mil sementes; germinam em torno de 24 mil; cerca de 12 mil sobrevivem; aproveitam-se para o plantio, em média, 8 mil mudas.<sup>3</sup> Contados 15 a 20 dias da semeadura, dependendo das condições climáticas, ocorre a germinação. Passados mais 45 dias, a muda está no ponto de ser transplantada para a lavoura. Nos cerca de 60 dias em que

as plantinhas se desenvolvem, o canteiro é inspecionado diariamente: a irrigação repete-se de 2 em 2 dias, para que o desenvolvimento das plantinhas seja uniforme; periodicamente são aplicados sobre o viveiro inseticidas, fungicidas e pesticidas para prevenir o surgimento de doenças. Também é exercida a repicagem e o desbaste. E isto porque, em um canteiro com excesso de mudas, as plantas competem entre si por água, luz e fertilizantes, tornando-se "caneludas", fracas, com poucas raízes e sujeitas ao ataque de doenças. Fazendo a repicagem, que consiste em retirar as mudas dos locais com excesso de população para replantá-las nos locais com falta, e o desbaste da parte superior das plantas do canteiro, evita-se o crescimento desordenado das plantinhas e se favorece o engrossamento e enrijecimento do caule das mudas. Este último procedimento é feito com uma foicinha, precisando o fumicultor tomar cuidado com as folhinhas suprimidas que não podem ficar no canteiro porque, ao se decomporem, propiciam o surgimento de enfermidades no viveiro.

Segundo informações de instrutores, de 2 em 2 anos é alterado o local dos canteiros de mudas. Esta prática faz-se necessária para evitar o surgimento ou a repetição de doenças que ficam no solo. O terreno, então, freqüentemente passa a ser local de cultivo de hortaliças.

#### 2º) Preparo do solo

Em média são plantados 16 a 17 mil pés de fumo em 1,0 hectare de terra. Em geral cada colono destina cerca de 2,0 ha para o tabaco, mas a quantidade plantada está diretamente relacionada com a mão-de-obra existente na unidade familiar. Caso sejam cultivados 4,0 ha, são necessárias duas estufas para a secagem do fumo.

Antes de ocorrer o transplante das mudas do viveiro para a lavoura, faz-se o preparo do solo, que consiste em lavrar, gradear, adubar e preparar os camaleões ou leiras no terreno. O solo é arroteado entre 15 a 20 dias antes do transplante, e as leiras prontadas com uma antecedência de 7 dias ou menos. Nos últimos

20 anos tem-se verificado relativo avanço no uso do solo na cultura do fumo, mudando um pouco a orientação das indústrias. Na década de 60 e 70 as fumageiras aconselhavam a lavração da terra 2 meses antes do transplante, ocorrendo, neste ínterim, freqüentes gradeações ou discagens para desmanchar e afofar a terra. Segundo GEWEHR, nesta época seguia-se a lógica de que quanto mais desmanchado estivesse o solo, maior o desenvolvimento do fumo. Entretanto, se esta prática ocasionava um crescimento inicial melhor dos fumais, ao mesmo tempo favorecia a ocorrência da erosão. Ainda de acordo com GEWEHR,

*"(...) nós já poderíamos estar hoje com 60, 70% das nossas lavouras de fumo trabalhando com o plantio direto, o que se chama hoje cultivo mínimo, que seria pegar sem fazer lavração, fazer a abertura de leiras na terra sem lavrar, mexendo o mínimo no solo, porque o solo também é uma estrutura viva e quanto mais você picar e desmanchar, mais dificuldade ele vai ter para se recompor e mais se atrapalha a vida orgânica do próprio solo."*

Quanto ao tipo de solo, os fumos de estufa preferem terras arenosas, de média fertilidade, em que o solo e subsolo sejam bem drenados e porosos.<sup>4</sup> As terras muito baixas e úmidas não são recomendadas por predispor as plantas a doenças e ocasionarem folhas de cor escura. Já as terras de grande fertilidade, as de mata e as terras ricas em material orgânico, são as indicadas para o cultivo do fumo de galpão, o qual, há vários anos, não mais é cultivado no município.

### 39) Transplante

Quando as mudinhas do viveiro atingem uma altura entre 15 e 20 cm. o que ocorre aproximadamente depois de decorridos 60 dias da sementeação, dá-se o transplante para a lavoura definitiva. As mudas são então arrancadas do viveiro e, dependendo da orientação do instrutor, as raízes lavadas numa mistura de água com ORTHENE para que a planta, pelo menos durante os primeiros dias, fique imune ao ataque da broca e de hematóides.

O plantio é realizado entre o final de julho e setembro. As plantinhas, já com parte do peão cortado, são fincadas vertical-

mente sobre os camaleões. Os camaleões estão dispostos em linhas, sendo observado um espaçamento usual de 1,20 metros, entre um e outro, e 0,50 entre os pés da fileira. Tradicionalmente o processo dá-se da seguinte maneira: *"um homem com um pequeno marcador de madeira, faz buracos de 50 em 50 centímetros nas vêrgas adubadas. Um segundo, seguindo atrás com um cesto com mudas, coloca-os nos buracos, e um terceiro planta-os".*<sup>5</sup>

O ideal é realizar o transplante em um dia nublado, após uma chuva leve. Como nem sempre esta condição existe, caso a terra esteja demasiadamente seca, faz-se imprescindível molhar o solo, derramando uma canequinha com água em torno dos pés de fumo recém plantados.

O processo de transplante é um trabalho penoso e cansativo que provoca, segundo os fumicultores, muitas dores na coluna pelo fato de ficarem horas a fio numa posição semi-ereta (agachada).

A inspeção da lavoura, uma vez plantado o fumo, é feita diariamente. É preciso substituir as plantas que não vingaram, o que é denominado de "replante", e manter uma série de tratos para o bom desenvolvimento da lavoura.

#### 40) Tratos culturais

Entre a data do transplante e a primeira apanhada de folhas decorrem, em média, uns 60 a 70 dias. Enquanto o fumal se desenvolve é preciso fazer rotineiros tratos culturais. Decorridos 15 a 20 dias do plantio, ocorre o primeiro revolvimento do solo e a aplicação de adubo nitrogenado e de inseticida, este último usado para evitar o ataque da lagarta e de outras enfermidades na plantação.

O revolvimento do solo, denominado pelas indústrias de "amontoa" ou "cultivação", é realizado de duas a três vezes. Consiste em passar um cultivador de 3, 4 ou 5 enxadinhas nos regos, entre as leiras, encostando terra junto ao camaleão. A finalidade da amontoa é fazer a retirada das ervas daninhas e quebrar a crosta que se forma na superfície do solo após as chuvas, afofando e arejando a terra, facilitando a penetração do ar, da água e

do nitrato de potássio ou Salitre do Chile colocado em torno das plantas, até as raízes do pé de tabaco. Depois de feita a cultura, é preciso fazer a capina, o que se dá com o uso da enxada.

A planta de fumo necessita de muito Nitrogênio e Potássio para a formação das folhas. O Nitrogênio tem ação importante no ciclo de crescimento (pique) e o Potássio atua na armação da estrutura foliar. O Salitre é composto por 15% de Nitrogênio e 14% de Potássio, ou seja, o adubo fórmula 15 - 0 - 14. Por isto existe a necessidade de aplicar Salitre em cobertura quando a planta precisa crescer e formar as folhas.

À medida que sucede o desenvolvimento da lavoura, são feitas duas a três aplicações de agrotóxicos, para inibir o surgimento e a proliferação de moléstias. Hoje em dia o produto mais utilizado nesta tarefa é o ORTHENE. Até poucos anos atrás, cerca de 90% dos fumicultores empregavam o FURADAN - que é um sistêmico - para alcançar tal intento. O veneno era misturado ao solo, assimilado pela planta e, conseqüentemente, entrava na circulação da sua seiva. Assim que a planta fosse picada por um inseto, este ingeria a droga e morria. Atualmente tem diminuído o uso do Furadan e de similares a base de Carbofuran, porque os agrotóxicos do gênero provocaram a mortandade de galinhas, cachorros, pássaros, abelhas, etc., fazendo com que houvesse restrições ao seu emprego por parte dos colonos e ambientalistas.

Outro trato que requer muito cuidado e trabalho é o da "capação". Em torno de 60 a 70 dias após o plantio, quando o pé atinge cerca de 1,20 m de altura e apresenta em torno de 23 a 24 folhas (o que depende bastante das variedades plantadas), surge o botão floral. Com o fito de reverter a energia que a planta dispensaria no processo reprodutivo - o desenvolvimento de flores e sementes - para a melhoria da qualidade da textura e do tamanho das folhas, dá-se a capação. Esta consiste na supressão da parte apical da planta com a eliminação de algumas folhas e da floração. Isto é, juntamente com o botão floral são quebradas as folhas superiores do pé, na base de duas, três, quatro e até

seis, permanecendo as restantes folhas, em torno de 18 a 22, na planta. Esta tarefa é executada manualmente, mas em dias diferenciados, tendo em vista que nem todos os pés do fumal se desenvolvem homogeneamente. Assim, é preciso percorrer freqüentemente cada uma das fileiras do fumal e ir quebrando os brotos.

Feita a capação, a parte superior do caule fica exposta. Sobre esta parte exposta é passado um antibrotante, que pode ser o PRIME PLUS ou o ANTAC. Aplica-se o antibrotante para inibir o surgimento de novos brotos porque a planta, assim que castrada, procura naturalmente se superar emitindo novos brotos. Fazer manualmente a constante extração de brotos, assim como se fazia até cerca de 15 anos atrás, implicaria uma grande demanda de tempo para os fumicultores que, forçosamente, teriam que reduzir a área cultivada. A utilização do antibrotante, é inegável, contribuiu significativamente para o incremento da quantidade e qualidade do fumo obtido. Mas ao mesmo tempo, aumentou o grau de insalubridade no processo produtivo, tendo em vista ser o antibrotante um produto de perigoso manuseio. Quem aplica o Antac precisa efetuar-lo duas vezes: a primeira, no dia da capação; a segunda, em torno de 25 dias após. O Prime plus, por ser sistêmico, é aplicado somente no dia da retirada do botão floral.

#### 59) Colheita

Como a maturação das folhas não ocorre de maneira uniforme, a colheita precisa ser realizada em etapas. As primeiras folhas a amadurecer são as da base do pé e as últimas as da ponta. A folha está madura quando alcançou seu pleno desenvolvimento e começa a mudar da cor verde para a amarela. Folhas colhidas antes ou depois do tempo não se prestam à fabricação de cigarros. Assim, cada vez que o fumo é colhido para ser seco na estufa, é necessário passar a roça toda para quebrar, com a mão, as folhas maduras.

*"Folhas colhidas de vez ou verdes ficam com textura lisa de cor esbranquiçada e até verde capim, de baixo valor comercial. Por outro lado, a colheita de folhas passadas de maduro, resultará em fumos finos de pouco peso e cor escura, perdendo com isso qualidade."*<sup>6</sup>

A primeira colheita ocorre simultaneamente à capação. É a chamada "apanha do baixeiro", que são as folhas mais judiadas e de qualidade inferior que se encontram rente ao chão. Depois as colheitas sucedem-se semanalmente. Ao todo, o número de colheitas por roça fica entre 7 e 12. Em cada apanha são retiradas de uma a 4 folhas de cada pé.

Normalmente a colheita dá-se na parte da manhã, ficando o "amarrio" para a parte da tarde.

#### 69) Cura

Após colhidas, as folhas são transportadas de carroça até o alpendre do forno de fumo ou até um galpão próximo à estufa. As folhas passam então pelo processo de "amarramento". Atualmente há várias formas de fazer o amarramento, mas o mais usual é o tradicional método de prender manualmente com barbante as folhas em varas retas de madeira ou de bambu. Também é empregada, por alguns, a tecedeira elétrica, que é uma máquina que "costura" as folhas de fumo às varas. Ultimamente, alguns poucos fumicultores mais tecnificados passaram a fazer uso de vários tipos de grampos metálicos para fixar as folhas.

Terminado o amarrio, as varas com fumo são levadas para a estufa para que ocorra a cura ou secagem do tabaco. Para encher uma estufa de tamanho padrão, que é de 4,0 X 7,0 m, com 4 vãos de altura, é preciso fazer a colheita das folhas em 2,0 ha de plantação.

Na cura são observadas 3 fases distintas: a primeira, a do amarelamento das folhas, tem a duração de 1,5 a 2 dias, período este em que a temperatura é mantida entre os 90 e 100 graus FARENHEIT; a segunda, a da secagem da folha, dá-se entre 36 a 54 horas, tempo em que a estufa é mantida sob uma temperatura de 140 a 150° F; a terceira, que é a da secagem do talo (nervura central da folha), em que o calor é elevado para 160 a 170° F. Para se consumir a operação de secagem do fumo são necessários cerca de 5 dias. Este processo é uma rotina que o fumicultor re-



pete semanalmente de 8 a 10 vezes por safra, durante os meses de verão.

O aquecimento das estufas dá-se, na quase totalidade dos casos, unicamente pelo emprego da lenha. O calor provocado pela combustão da madeira na fornalha é levado através de um sistema integrado de canos metálicos para o interior do forno. Em cada estufada são consumidos entre 4 a 6 m<sup>3</sup> de lenha. O eucalipto é a lenha mais utilizada entre os colonos de Santa Cruz.

A secagem é, indiscutivelmente, uma das mais importantes operações na produção do fumo de estufa. Como as oscilações de calor precisam ser evitadas, por interferirem negativamente na qualidade do tabaco, faz-se necessária a presença diuturna do fumicultor ao lado do forno, durante o processo. Constantemente é necessário alimentar a fornalha e verificar a temperatura registrada pelo termômetro existente no interior da estufa. Um dos pontos críticos da secagem é a passagem de uma fase para outra. Se a temperatura for aumentada muito vagarosamente ou de chofre, certamente haverá prejuízo no que tange à qualidade do produto final.

Outro componente primordial da secagem é a ventilação. Esta é regulada por intermédio dos suspiros localizados na base superior do forno e do ventilador situado na cumeeira. A existência ou não de ventilação na estufa está diretamente vinculada ao estágio em que se encontra a secagem das folhas. Tendo presente que cerca de 70% do fumo verde é água, pode-se ter uma noção da importância que é coadunar elevação de temperatura com ventilação.

*"A ventilação deve ser regulada para facilitar o livre escapamento do excesso de umidade, pois se a folha não se libertar dela com a devida rapidez, encarquilha, e começa a secar escura, colorindo-se com manchas na face e nas pontas".*

## 79) Classificação

Completado o processo de secagem, durante uma noite é aberta toda a ventilação que há na estufa para que o fumo, ao entrar em contato com ar noturno, adquira um pouco de umidade, para evitar que se torne quebradico. Posteriormente o tabaco é recolhido ao

paioi onde fica empilhado de 30 a 50 dias. O fumo fica descansando durante este lapso de tempo porque, via de regra, os colonos não têm condições de fazer ao mesmo tempo a colheita, a secagem e a classificação.

Classificar ou sortir o fumo não é tarefa das mais simples. As 28 a 35 arrobas de cada uma das estufadas precisam ser classificadas antes de serem vendidas. Para tanto, as folhas de tabaco, uma por uma, são separadas em classes, obedecendo vários critérios como a posição da folha no pé, a cor, o tamanho e a textura. Ao todo há 48 classes instituídas.<sup>8</sup> As classes são designadas por um conjunto de letras e números conforme a ilustração do anexo 3.

Normalmente é o chefe da família que realiza a sortição, devido à importância e à especialização que esta tarefa requer. O fumo, quando retirado do forno, é empilhado no paioi separadamente, isto é, por estufada, o que já o deixa pré-classificado de acordo com a posição das folhas na planta. Conforme GEWEHR, geralmente os colonos fazem de 4 a 6 classes por posição. Como são 4 as posições, o normal é o colono fazer cerca de 20 classes no conjunto do fumo colhido. No entanto, ao vender a produção à indústria, a classificação pode ser alterada pela última, como se verá a seguir. Feita a sortição, resulta grande número de amontoados de folhas de tabaco no paioi. A cada ajuntamento corresponde uma classe. Aí, respeitando a classificação feita, o fumo é manocado. A manocação, conforme já foi descrito anteriormente, consiste em amarrar aproximadamente 25 folhas de fumo de uma mesma qualidade. Depois de manocado, o tabaco é enfardado, isto é, as manocas de uma mesma classe são comprimidas em um caixote de madeira, passando a formar blocos compactos de aproximadamente 50 kg. O fardo, após amarrado com barbante, recebe uma etiqueta de identificação onde consta o nome do produtor, o número da sua matrícula na empresa, o nome do orientador ou instrutor, o peso do fardo, a classe, etc. Feito isto, o fumo é despachado para a indústria.

### 89) Transporte e beneficiamento

De janeiro a junho as indústrias de beneficiamento recebem a produção oriunda do colono. A época da entrega é controlada e dirigida pela empresa que se baseia nos tipos de tabaco plantado e nas diversas topografias em que as lavouras são cultivadas (nas regiões mais altas o plantio é retardado, e a lavoura se desenvolve mais lentamente, enquanto que nas baixadas o plantio é antecipado e a lavoura medra mais rapidamente, especialmente quando as condições climáticas favorecem: clima quente e úmido) para coordenar racionalmente a entrega. Isto precisa ser feito, porque as indústrias recebem a produção das mais diferentes regiões do RS e de SC. Se a remessa não fosse programada, poderia haver muita coincidência na época da entrega, ou seja, todos os colonos venderiam o fumo ao mesmo tempo. Isto abarrotaria os depósitos das companhias e congestionaria os portões de recebimento das fumageiras, o que faria muito fumo mofar nas carrocerias dos caminhões. Por outro lado, em pleno período de safra, a indústria estaria periodicamente sujeita a paralisar o processo de beneficiamento, devido à insuficiência de matéria-prima.

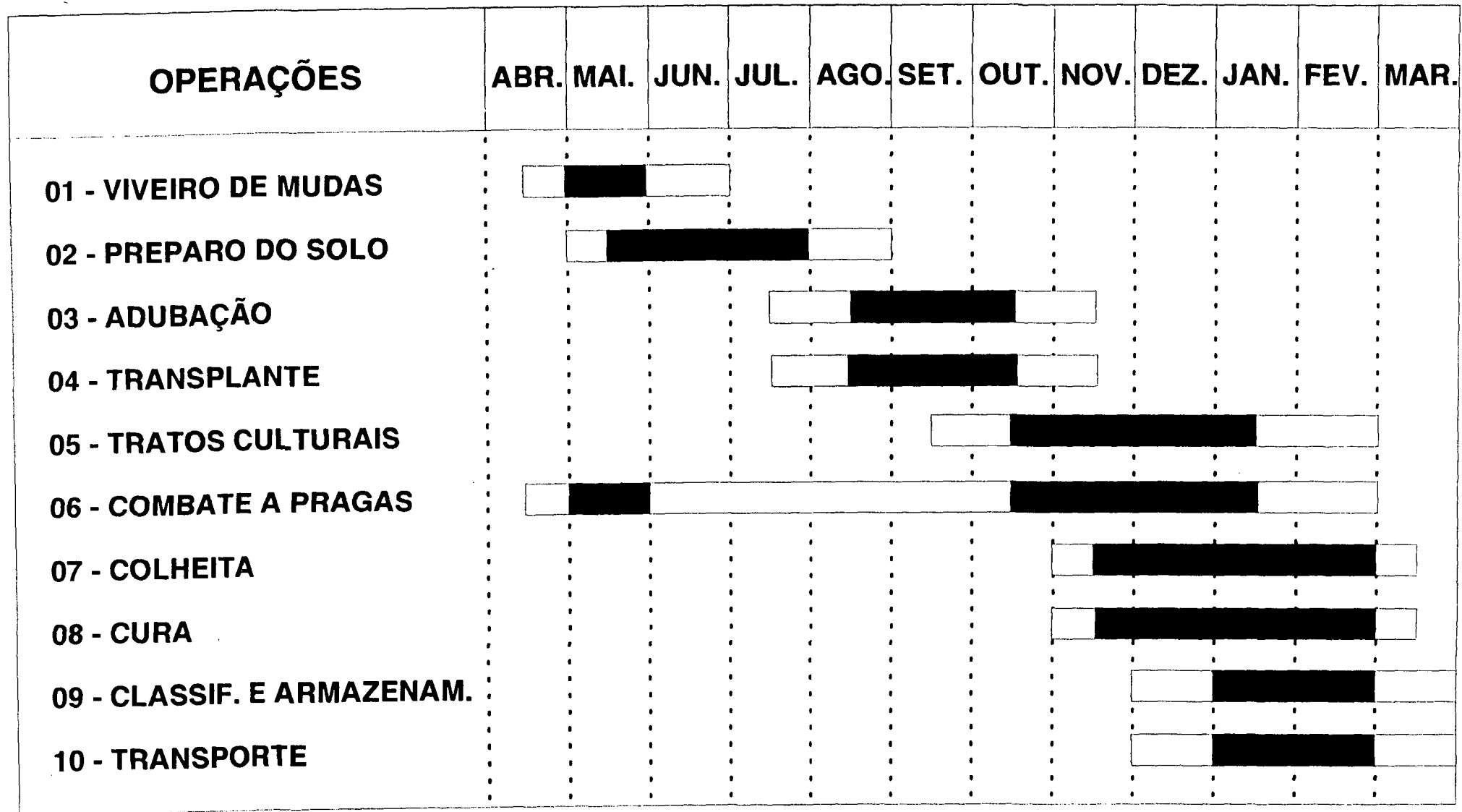
Ao dar entrada nos portões do estabelecimento industrial, os fardos são pesados e classificados por funcionários especializados das fumageiras, os classificadores, de acordo com uma das 48 classes existentes para o fumo de estufa (Virgínia e Amarelinho). Esta classificação nem sempre coincide com aquela realizada pelo colono na sua propriedade. Como a cada uma das classes corresponde um valor monetário, que é o preço que as indústrias pagam aos produtores rurais, é fundamentalmente desta classificação que depende o rendimento do fumicultor. O valor do preço do fumo, como se verá adiante, é ajustado anualmente em "negociações" que envolvem representantes dos produtores e das empresas. Para fins de beneficiamento interno, os fardos são novamente reclassificados de acordo com padrões estabelecidos pelo comércio internacional.

A agroindústria banca o custo do frete da casa do colono até a fábrica. O mesmo caminhão que conduz o fumo à cidade retorna com adubo e outros insumos à propriedade do agricultor. É o chamado esquema do "leva-e-traz". Para o fumicultor, é hora de recommear todo o processo desde o início.

O fumo, por se tratar de produto perecível, precisa ser tratado para que não mofe ou seja atacado por doenças que o destruam ou o façam perder certas peculiaridades. Por isto, já dentro da indústria, passa pelo processo de beneficiamento em que é esterilizado, imunizado e acondicionado na umidade adequada, para que se torne maleável e não seja quebrável. A seguir ocorre a destalação. Trata-se de separar o talo e as lâminas das folhas, operação esta que é realizada por equipamentos de avançada tecnologia, embora ainda se utilize, em pequena escala, a destala manual em que as folhas são empregadas como capa na confecção de charutos, e o enfardamento do fumo manocado sem que ocorra a destalagem. Após ser enfardado ou encaixotado, o fumo é estocado em depósitos apropriados onde aguarda o seu destino, que tanto pode ser o mercado externo quanto o nacional. Neste último caso diz-se tratar-se de fumo doméstico.

O quadro existente na próxima página sintetiza melhor o ano agrícola dos fumicultores. Examinando este calendário agrícola da cultura em questão, observa-se que o cultivo absorve, em maior ou menor intensidade, força de trabalho durante praticamente o ano inteiro. A ocupação da mão-de-obra entretanto é bem mais intensa durante algumas etapas do ano, mormente por ocasião da capação, colheita, cura e classificação, atividades estas aqui denominadas de "pico da produção", por requisitarem toda a mão-de-obra existente na unidade familiar. É a partir da disponibilidade de braços para o trabalho neste período que é planejada, por cada unidade produtora, a quantidade de milheiros de pés de fumo a serem plantados.

# CALENDÁRIO DAS OPERAÇÕES DE CULTIVO DO FUMO NO RS



 *Preferencial*
 *Faixa de Variação*

FONTE: CEDIC. Perfil setorial do fumo. Secretaria da Indústria e Comércio, Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

TABELA 18: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ARADOS DE SANTA CRUZ DO SUL, MICRORREGIÃO FUMICULTORA E ESTADO DO RS, CONFORME OS CENSOS

ANO	SANTA CRUZ DO SUL					MICRORREGIÃO FUMICULTORA					ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL				
	ESTAB.	ARADOS DE TRAÇÃO				ESTAB.	ARADOS DE TRAÇÃO				ESTAB.	ARADOS DE TRAÇÃO			
		ANIMAL	MECAN.	2/1	3/1		ANIMAL	MECAN.	2/1	3/1		ANIMAL	MECAN.	2/1	3/1
1970	8.225	12.357	124	1,50	0,01	30.157	41.411	988	1,37	0,03	512.303	604.805	37.171	1,18	0,07
1975	8.091	13.157	265	1,62	0,03	29.137	44.731	2.365	1,53	0,08	471.621	582.094	81.599	1,23	0,17
1980	8.141	13.571	497	1,66	0,06	31.353	47.179	4.201	1,50	0,13	475.286	545.057	136.039	1,14	0,28
1985	8.492	13.807	614	1,62	0,07	32.568	47.699	4.520	1,46	0,14	497.172	529.414	141.521	1,06	0,28

FONTE: Censos Agropecuários do IBGE  
OBS: 2/1 significa o percentual de arados de tração animal por estabelecimento.  
3/1 significa o percentual de arados de tração mecânica por estabelecimento.

#### 4.2 - Mecanização e estrutura agrária do município

É bastante reduzido o grau de mecanização da lavoura santacruzense. Isto pode ser explicado a partir do tipo de cultivo predominante, a estrutura agrária minifundiária e a topografia da região. Estes fatores combinados tornam antieconômica a utilização individual e a posse particular de tratores e máquinas.

De todas as microrregiões do estado gaúcho, a microrregião produtora de fumo é a que apresenta menor índice de tratores e arados de tração mecânica. O município de Santa Cruz do Sul, por sua vez, ostenta índices de mecanização menores do que a média dos municípios da microrregião a que pertence e muito inferiores ao da média do estado, conforme atesta a tabela 18.

Se o percentual de tratores existentes é um dos menores do estado, o contrário acontece quanto à utilização do arado de tração animal. Para o último ano em que há dados disponíveis, o de 1985, o município possuía um altíssimo índice deste tipo de arados por estabelecimento. Enquanto a média do estado ficava em 1,06, Santa Cruz acusava uma média de 1,62 arados por exploração agrícola.

De acordo com uma das afirmações acima, a cultura do fumo é uma das responsáveis por esta situação. No processo de produção, os tratores somente são ocupados, de forma opcional, na fase da preparação do solo e em parte da cultivação ou amontoa. Mesmo que através de um pecúlio o fumicultor consiga adquirir um trator e outros implementos mecânicos, estes ficarão subocupados, ou seja, parados a maior parte do ano, debaixo de um telhado de galpão. Isto porque, ainda que o colono amplie a lavoura de outros cultivos, estará limitado pelo exíguo tamanho que as propriedades possuem em média e pelo relevo acidentado da região, o que impede o total aproveitamento deste aparato tecnológico pela esmagadora maioria dos estabelecimentos.

Já o tamanho das propriedades agrícolas está diretamente relacionado com o processo colonizatório ocorrido na região. Desde o princípio houve o predomínio da pequena propriedade, o que foi reforçado, com o passar do tempo, pela divisão da terra entre os membros do grupo familiar. A tabela abaixo evidencia o fracionamento ocorrido e a estrutura agrária em que se alicerça o município em questão.

TABELA 19: PARCELAMENTO DA PROPRIEDADE AGRÍCOLA DE SANTA CRUZ DO SUL - 1870/ 1985

ANO	ÁREA MÉDIA (HA.)
1870	45
1900	43
1920	40
1940	26,93
1950	26,80
1960	20,13
1970	18,18
1980	18,08
1985	18,19

FONTE: 1870 A 1920 Cfe. ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 325; 1940 a 1985 cfe. Censos agropecuários do IBGE.

Até 1920, os estabelecimentos agrícolas do município sofreram um processo lento de parcelização. Mas entre 1920 e 1940 acelerou-se a divisão das explorações. A área média das glebas rurais se manteve na casa dos 26 ha, de 1940 para 1950, estancando o marcante fracionamento verificado nas duas décadas anteriores. As razões da ocorrência deste fenômeno podem ser encontradas nas seguintes causas: primeiro, na queda da produtividade na agricultura durante esta década, em virtude dos precários métodos de cultivo empregados e da exaustão do solo agrícola após dezenas de anos de exploração;<sup>9</sup> segundo, no bom preço alcançado pelo fumo - principal mercadoria comercializada - durante os anos 40, especificamente até 1947, o que possibilitou a formação de pecúlio por parte do grupo familiar e o seu investimento na aquisição de terras em outras regiões coloniais, onde houve a reprodução e recriação da produção familiar; terceiro, na excessiva parcelização das propriedades ocorrida nas décadas anteriores, fato que colocou em risco a reprodução do grupo familiar em decorrência da



TABELA 20: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA OCUPADA NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL SEGUNDO O TAMANHO DA ÁREA - 1950/1985

ANO	TOTAL		MÉDIA	0 _____ 50 HA				50 _____ 500 HA				500 _____ MAIS HA			
	Estab. Nº	Área Ha		Estab. Nº	Área Ha	Estab. %	Área %	Estab. Nº	Área Ha	Estab. %	Área %	Estab. Nº	Área Ha	Estab. %	Área %
1950	6.317	169.283	26,79	3.897	120.175	61,69	70,99	459	42.168	11,77	24,90	04	6.940	0,10	4,09
1960	7.585	153.573	20,25	7.193	121.783	94,83	79,29	391	30.350	5,15	19,76	01	1.440	0,01	0,93
1970	8.225	155.158	18,86	7.892	122.182	95,95	78,74	328	25.772	3,98	16,61	05	7.206	0,06	4,64
1975	8.091	145.467	17,98	7.816	119.492	96,60	82,14	271	23.207	3,35	15,95	04	2.767	0,05	1,90
1980	8.141	147.200	18,08	7 356	117.995	96,50	80,16	272	23.691	3,34	16,09	06	5.512	0,07	3,74
1985	8.481	154.506	18,22	8.206	120.678	96,76	78,11	265	23.153	3,12	14,98	10	10.675	0,12	6,91

FONTE: Censos Agropecuários do IBGE

exigüidade de terras para a forma de cultivo praticado e as tecnologias então empregadas.

Estes fatores combinados devem ter pressionado a população rural excedente a abandonar as terras dos seus familiares.<sup>10</sup> Até a década de 60, os agricultores que deixavam a região se dirigiam preferencialmente às colônias novas do Noroeste do Rio Grande do Sul e às situadas no Oeste dos estados de Santa Catarina e Paraná. Lá reproduziram sua situação social e econômica de pequenos produtores familiares, proprietários dos meios objetivos e subjetivos de trabalho. A partir de então, têm-se dirigido aos centros urbanos, mormente o de Santa Cruz, que se tornou pólo de atração dos migrantes das circunvizinhanças, sobretudo pela demanda de mão-de-obra das indústrias fumageiras durante o período da safra do fumo, ou seja, enquanto acontece o processo de beneficiamento de tabaco, dentro do parque fabril das indústrias.

Desde 70, a área média das explorações agrícolas tem-se conservado na casa dos 18 hectares. Entretanto, na análise dos dados, tomar as médias significa omitir os desvios para maior ou menor. Neste sentido, a tabela nº 20 tenciona ampliar um pouco o conjunto das afirmações, permitindo que seja detectada uma parte das discrepâncias havidas desde o ano de 1950.

Após a análise da tabela, fica patente a estrutura minifundiária existente no município de Santa Cruz. São efetivamente pouquíssimas as propriedades rurais que possuem mais de 50 ha. Já os latifúndios, isto é, as extensões de terras com mais de 500 ha, são assaz raras e facilmente identificáveis pelos conhecedores da região. As maiores propriedades situam-se nos campos altos dos ex-distritos de Herveiras, Pinhal, Gramado Xavier e Serafim Schmidt, todos no atual município de Gramado Xavier.

Mais elucidativa ainda é a tabela nº 21 que se refere ao ano de 1980. Esta permite a comparação dos dados do município com os da Microrregião Fumicultora e os dados do estado gaúcho quanto à problemática fundiária.

TABELA 21: GRUPOS DE ÁREA SEGUNDO O TAMANHO DAS PROPRIEDADES RURAIS

LOCAL	TOTAL		ATÉ 05 HA		05 A MENOS DE 10		10 A MENOS DE 20		20 A MENOS DE 50		50 A MENOS DE 200		200 A MENOS DE 2.000		2.000 E MAIS	
	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	
1- ESTADO RS	474.660	24.057.602	75.515	194.269	85.626	595.815	131.825	1.818.072	115.863	3.411.253	46.041	4.184.539	18.721	10.087.563	1.069	3.766.091
2- MICRORREG.	31.085	587.298	5.161	14.590	6.949	48.128	9.574	132.577	7.891	226.796	1.463	114.764	116	48.443	1	2.000
3- STª CRUZ	8.134	147.198	1.145	3.316	1.628	11.320	2.854	40,290	2.229	63.069	256	19.180	22	10.023	- x -	- x -

FONTE: Censo agropecuário do IBGE - 1980

Através dos números acima expostos, conclui-se que 69,18%, ou seja, 5.627 das 8.134 explorações agrícolas existentes em Santa Cruz do Sul em 1980, possuíam, em média, 9,76 ha. Desdobrando as informações do quadro anterior, em termos percentuais teremos a tabela a seguir:

TABELA 22:

PERCENTUAL DAS PROPRIEDADES E ÁREA OCUPADA EM SANTA CRUZ DO SUL, MICRO-REGIÃO FUMICULTORA E ESTADO DO RS SEGUNDO O TAMANHO DAS EXPLORAÇÕES RURAIS - 1980

LOCAL	MENOS DE 20 HA		DE 20 A -50 HA		DE 50 A -200		200 OU MAIS HA	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
ESTADO DO RS	61,71	10,85	24,41	14,18	9,70	17,39	4,18	57,58
MICRO-REGIÃO	69,76	33,25	25,16	38,62	4,71	19,54	0,37	8,59
SANTA CRUZ	69,18	37,31	27,40	42,85	3,15	13,03	0,27	6,81

FONTE: Censo Agropecuário de 1980 do IBGE

Percebe-se nitidamente que em Santa Cruz e na Microrregião Fumicultora há menor concentração de terra do que no Rio Grande do Sul tomado como um todo. Enquanto que no Estado os estabelecimentos com 200 ou mais hectares representavam 4,18% do total, os quais ocupavam o expressivo montante de 57,58% da área total existente, em Santa Cruz as propriedades com menos de 50 ha somavam 96,58% do total e ocupavam 80,16% dos 147.200 ha existentes.

As tabelas acima epigrafadas confirmam, destarte, a estrutura agrária do município, eminentemente minifundiária. As razões do predomínio da pequena propriedade podem ser buscadas, de acordo com o adiantado anteriormente, basicamente na forma de ocupação da região, processo já descrito, e na atividade econômica predominante, a cultura do fumo, a qual manteve e reproduziu o sistema da pequena propriedade familiar. A produção mercantil do fumo e a sua relação com o minifúndio serão enfocados posteriormente.

Retomando a discussão atinente à mecanização do campo no município, conclui-se que há poucos hectares disponíveis por exploração agrícola. A questão é agravada quando se levar em consideração a topografia do município, assaz acidentada na sua maior parte, por ser constituída pelos primeiros contrafortes da Serra

Geral.<sup>11</sup> Somente a fração meridional - região em que se encontra o núcleo urbano e suas adjacências - e o Sudoeste do município possuem um relevo mais plano ou suavemente ondulado, algo característico da transição entre a Serra Geral e a Campanha Gaúcha.

O cooperativismo, o associativismo e os condomínios rurais permitiriam o incremento tecnológico mecânico na produção primária, na medida em que os maquinários seriam de uso coletivo. Mas propostas que enveredam por estes caminhos dificilmente terão ressonância entre os produtores familiares proprietário de pequenas glebas na região. Certamente também seriam fulminadas pelas indústrias fumageiras e, em decorrência, pelo poder público local, politicamente submetido e comprometido com os interesses das multinacionais. Mas o principal fator que mina as possibilidades de solidariedade horizontal, entre os produtores familiares, é a grande dependência individual que cada um deles tem em relação à agroindústria fumageira.

#### 4.4 - A força de trabalho na produção do fumo

Na fumicultura santa-cruzense, como já foi afirmado reiteradas vezes, a exploração da terra é realizada basicamente pelo proprietário e sua família. O trabalho assalariado e os contratos de arrendamento são pouco expressivos. Este fenômeno está diretamente conectado ao baixo rendimento monetário obtido pelos colonos. Ou seja, o cultivo do fumo, nos moldes como é praticado no Sul do Brasil, torna-se economicamente inviável para os que precisam pagar o aluguel da terra e para aqueles que reproduzem seu capital através da extração da mais-valia. Nesta atividade, em que os proprietários dos meios objetivos (terra e demais instrumentos agrícolas) e subjetivos (a subsistência) não conseguem capitalizar, não há como se desenvolver relações sociais de produção "tipicamente capitalistas" ou "puramente capitalistas". Tal fato não nos coloca, no entanto, diante de relações pré-capita-

listas de produção e muito menos diante de um modo de produção específico. Francisco Sá Jr., ao focar a relação existente entre o minifúndio e o sistema capitalista, observou que:

*"A expansão dos minifúndios com suas atividades de subsistência, não assume, apesar da aparência, um caráter pré-capitalista, nem indica um regresso parcial ao pré-capitalismo. Somente a forma das relações internas de produção do minifúndio não é capitalística; seu conteúdo é plenamente capitalista, revelando a flexibilidade que possui o sistema para adaptar-se às diversas situações. Para assimilar as características do subdesenvolvimento, o sistema capitalista é forçado a revestir-se de múltiplas faces, com as quais torna-se capaz de manter seu domínio sobre as formas mais diversas de exploração agrícola, delas retirando o máximo que puder de excedente, para alimentar sua máquina de acumulação e concentração de capital".<sup>12</sup>*

O mesmo ocorre com o cultivo do fumo. Ainda que seja obtido através do trabalho familiar, não está desvinculado do sistema capitalista. E isto porque a unidade produtora de tabaco não produz para o autoconsumo. Pelo contrário, ela articula a agricultura de subsistência com a de mercado, produzindo, conseqüentemente, valor de uso e valor de troca. A mercadoria e o mercado, portanto, não lhe são estranhos.

Ao fazer esta análise a respeito da produção tabaqueira de Santa Cruz, parte-se da premissa de que o capitalismo produz mercadorias e não relações de produção. É neste sentido que o capital, aqui representado pela agroindústria fumageira, ao agir nos contornos de sua necessidade, que é de ampliar e reproduzir-se continuamente, ao procurar remunerar no limite mínimo possível a volumosa força de trabalho indispensável para produzir a mercadoria fumo, articula-se com a produção familiar. O tabaco é, para tanto, obtido fora das relações sociais puras, ideais, abstratamente conceituadas do capitalismo. Ou seja, a indústria não tem seu capital invertido na compra das terras dos produtores rurais (renda territorial capitalizada) nem no pagamento de salários para os cultivadores da solanácea, para realizar a extração da mais-valia. Mas, ainda que assim não ocorra, há uma inegável reprodução do capital, a qual se dá devido à superexploração da força de trabalho familiar que, muitas vezes, chega a negar ao

trabalhador até mesmo o mínimo necessário para a sua subsistência. Partindo de uma elaboração teórica formulada por FRANK,<sup>13</sup> é possível afirmar que a acumulação capitalista do capital, baseada nesta superexploração do trabalho, pode ocorrer *"tanto através do trabalho assalariado quanto de outras relações de produção, assim como através de uma conexão entre as duas"*. É exatamente o que se verifica com a produção do tabaco santa-cruzensense. A sua obtenção na lavoura é feita pelo trabalho da família, portanto fora do âmbito das relações tipicamente capitalistas, enquanto que o beneficiamento se traduz pela exploração da mão-de-obra assalariada, notadamente a dos safristas.

Ao analisar a fumicultura, é preciso ter sempre presente o fato que o capitalismo não se desenvolve de forma linear e homogênea, mas que *"a estratégia do capital e do capitalismo varia de acordo com as circunstâncias"*.<sup>14</sup> Se o capital introduziu e / ou redimensionou a produção fumageira nos minifúndios, é porque objetivou manter o custo de produção em níveis extremamente baixos.

O baixo custo da força de trabalho nas unidades produtivas familiares advém do fato de que nelas, através da lavoura de subsistência, a família produz o suficiente para reproduzir sua força de trabalho.<sup>15</sup> A roça de subsistência e a pequena criação mantida ao redor da casa, feitas de forma rudimentar e não obedecendo normas técnicas de produtividade, proporcionam à unidade familiar a reprodução das energias gastas durante o processo produtivo. Dito de outra forma, o feijão, a mandioca, a batata, o leite de vaca, a carne e a banha do porco, etc. não precisam ser adquiridos no mercado, porque são produzidos na própria roça. O excedente obtido, oriundo de uma produção maior que a necessária à satisfação das necessidades do grupo familiar, também é direcionado ao mercado, sendo a venda do leite o caso mais típico entre os fumicultores da região. Com o dinheiro obtido com estas vendas, acrescido ao montante gerado pela entrega do fumo, são

adquiridos no mercado todos os demais gêneros não produzidos na propriedade pela família.

Desse modo, ao procurar obter deliberadamente o produto necessário dentro do sistema da pequena propriedade e da produção familiar, a indústria faz com que o colono combine a cultura para o mercado com a lavoura de subsistência:

*"A razão principal que a monocultura não alcançou ainda um nível de impressionar, está no comportamento de algumas das maiores compradoras de fumos. Por exemplo, a Companhia de Cigarros Souza Cruz, não aceita como seu fornecedor um colono que só plante fumo. Nem que, com isso, enchesse todas suas terras de 'Virginia-Dixie' ou de Amarelinho. -- Esse colono não nos serve -- dizia-nos um instrutor da Companhia. Se a colheita do fumo falhar, ele dirá que foi o fumo que o pôs na miséria. E não plantará mais (...) A monocultura é trágica. Bem o sabem as companhias organizadas. O colono passando a comprar tudo de fora, não tendo outra fonte de renda, termina caindo numa rotina alimentar que, se em tempos normais, como dieta não é das melhores, resulta em depauperamento físico".<sup>16</sup>*

Portanto, a lavoura de subsistência é uma estratégia do capital para o rebaixamento dos custos monetários da produção. E, dentre os componentes da planilha de cálculo do custo de produção do fumo de estufa, a mão-de-obra entra com peso considerável. Ela representa, conforme pode ser visto pelo anexo 4, cerca de 60% do total do custo. Este impressionante índice tem sua origem, de conformidade com o que já foi salientado, na complexidade da sua obtenção. A produção do fumo é um trabalho eminentemente manual. Ou seja, a atividade fumageira na propriedade do colono se caracteriza por ser quase artesanal, envolvendo maciçamente a mão-de-obra familiar, sem distinção de sexo e idade. Velhos e crianças participam ativamente do trabalho, visto que boa parcela das tarefas são leves e não exigem grande esforço físico.

*"O lema do plantador de fumo é drástico: trabalhar dia e noite para no fim da colheita não ter nada pelo que fez. Não acredito que haja e na realidade não há quem mais trabalhe e mais precise trabalhar que o plantador de fumo; e ainda há os que digam em público que o colono não trabalha (...)"<sup>17</sup>*

O árduo labor inicia com os cuidados e a expectativa com o viveiro de mudas:



*"Quantas caminhadas o fumicultor precisa dar ao canteiro para observar o desenvolvimento, aplicando venenos sempre que preciso e tapando e destacando o canteiro sempre que aconselhável. E se o tempo está desfavorável, nem o conselho dos agrônomos e instrutores ajudam para criar mudas".<sup>18</sup>*

Concomitantemente aos cuidados com o canteiro de mudas é feita a lavra, a correção e gradeação do solo. Antes de realizado o transplante, a lenha indispensável para alimentar as estufas fatalmente deve estar preparada. Como a maioria não possui motosserra, o machado continua sendo a principal ferramenta utilizada para a derrubada e corte da mata, geralmente constituída de eucaliptos.

O transplante é outra atividade exclusivamente manual. Se o terreno estiver úmido, passa-se dias agachado fazendo o plantio; se o solo estiver meio seco, é indispensável despejar uma canequinha com água em torno de cada pé replantado.

Enquanto o fumal se desenvolve na roça, além das cultivações, capinas, e aplicações de venenos, é tempo de cuidar dos cultivos paralelos: do milho, do feijão, da batatinha, da cebola, da cana, das hortaliças, das verduras. Iniciada a colheita, não há tempo para o resto.

A colheita, além de insalubre, é uma atividade cansativa e desconfortável. Primeiro, porque as folhas, quando quebradas, ainda estão molhadas pelo orvalho. Segundo, porque a folha de fumo solta uma resina preta e pegajosa que gruda pelo corpo todo. Terceiro, porque a planta exala um odor bastante forte que mistura seu cheiro natural com o dos agrotóxicos. A colheita é efetivamente o ponto mais duro da fumicultura. Pior ainda quando se tratar da apanha do baixeiro, pois, além de se enfrentar um sol abrasador enquanto que a lavoura ainda se encontra molhada ou úmida, é necessário ficar agachado no meio da plantação, porque as folhas a serem tiradas estão muito próximas ao chão.

Insalubre também é a capação. Passar planta por planta para retirar o botão floral e depois colocar o antibrotante... Mas a pior exigência do fumo talvez seja, em pleno verão, trabalhar o dia todo e ainda ficar acordado durante a noite junto à fomalha.

A labuta no período de pico (capação, colheita, cura e classificação) exige uma longa e fatigante jornada de trabalho, muito bem explicitada na crônica deste fumicultor:

*"Feita a colheita e secagem nota-se em geral um cansaço e emagrecimento dos forneiros, motivado pelo excesso de trabalho, noites passadas em vigília para cuidar do forno e não poucas vezes alimentação imprópria. Em dias de colheita em geral há falta de braços ou auxílio, assim que a patroa da casa ou pessoa encarregada de preparar a comida (o prato) não tem tempo suficiente para cozinhar bem, mesmo que não faltem gêneros alimentícios apropriados, pois todos precisam ajudar para encher o forno. Ainda na colheita começa a sortição, cujas classes ou tipos são inúmeras (...) Esta atividade é atrapalhante."*<sup>19</sup>

A lavoura de pobre<sup>20</sup> precisa igualmente de muitas mãos para atar ou manocar as folhas de tabaco. Nesta empreitada, mesmo as mãos mais trêmulas dos idosos são reclamadas. Crianças a partir dos 5 anos de idade também participam da tarefa. Em consequência, na zona rural é relativamente grande a evasão escolar no 2º semestre do ano e são freqüentes as faltas sistemáticas dos alunos nos períodos em que a lavoura exige a sua presença. SCHUCK, superdimensionando o trabalho infantil na fumicultura, chega a escrever *"que cerca de 50% do serviço na produção do fumo de estufa é executado pela infância em idade escolar. Esse serviço não é leve ou fácil, é estafante e cansativo, principalmente na fase da colheita e secagem."*<sup>21</sup> Tem razão, entretanto, ao diferenciar as férias da criança da roça com a da cidade:

*"São diferentes as férias escolares entre a infância escolar da cidade e do interior, notadamente na região do fumo. Se para os da cidade as férias são quase que exclusivamente dedicadas ou reservadas ao descanso, brinquedos, etc, para o coloninho ou coloninha isto não é assim. De um modo geral pode-se afirmar que o coloninho troca a escola pela roça. Esta troca, entretanto, não revolta o pequeno herói que acha muito justo e natural auxiliar os pais; talvez seus pais também já tenham nascido e crescido nas mesmas condições."*<sup>22</sup>

Enfim, parodiando CRAVO,<sup>23</sup> poder-se-ia dizer que o colono que se dedica à produção do fumo, seja pelo árduo trabalho que desenvolve de sol a sol, seja pelas condições de vida, aparenta uma idade superior à cronológica.

É preciso, agora, explicitar um pouco melhor o que vem a ser o trabalho basicamente familiar e como funcionam o arrendamento e a parceria. Segundo BURBACH & FLYNN,<sup>24</sup> a característica crítica que distingue um sistema de agricultura familiar da agricultura industrializada empresarial é o uso da mão-de-obra familiar, ao invés do trabalho assalariado. Ainda de acordo com os mesmos autores, a unidade agrícola familiar difere significativamente da unidade agrícola capitalista pelo fato de que, qualquer que seja o seu grau de mecanização, a sua área de terras cultivadas ou renda, o insumo básico de trabalho da fazenda familiar provém dos membros da família.

Nas plantações de fumo, o basicamente familiar não é sinônimo, de forma alguma, do exclusivamente. É prática normal entre os fumicultores de Santa Cruz suprirem-se, pelo menos durante alguns dias no período de pico da produção, de trabalhadores que não pertencem à unidade produtiva. Normalmente são os peões, que recebem por jornada. Mas ainda ocorre, se bem que com menor intensidade que em épocas passadas, a troca de serviços entre vizinhos ou parentes que não implique remuneração. O trabalhador permanentemente raramente é utilizado nas unidades produtivas e, quando encontrado, não se pode classificá-lo tipicamente como sendo um assalariado. Trata-se muito mais de um parceiro que, além de ganhar casa e comida, recebe, a título de remuneração, renda em espécie (percentual sobre a produção do fumo).

O arrendamento, de acordo com os dados coletados pelo IBGE, é inexpressivo em Santa Cruz do Sul.

TABELA 23: CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM SANTA CRUZ DO SUL - 1970/1985

ANO	PROPRIETÁRIOS		ARRENDATÁRIOS		PARCEIROS		OCUPANTES	
1970	6.343	77,12%	431	5,24%	840	10,21%	611	7,43%
1975	6.097	75,36%	204	2,52%	1.108	13,69%	682	8,43%
1980	6.201	76,17%	349	4,29%	1.159	14,24%	432	5,30%
1985	6.201	73,02%	446	5,25%	1.217	14,33%	628	7,40%

FONTE: Censos Agropecuários do IBGE.

Na fumicultura são pouquíssimos os casos em que há o aluguel da terra mediante o pagamento em dinheiro. Do total que aparece

nos levantamentos censitários, subtraindo o arrendamento da terra para outras culturas, resta muitíssimo pouco para o fumo.

A parceria e a cedência são bem mais freqüentes. A figura do parceiro aparece em maior número na região da serra, nos ex-distritos de Herveiras, Gramado Xavier e Serafim Schmidt (hoje pertencentes ao município de Gramado Xavier, que se emancipou em 1992), onde se registra, inclusive, a presença de alguns latifúndios, havendo alguns grandes produtores que obtêm a produção através do trabalho dos parceiros ou meeiros. Na parceria do fumo, o proprietário fornece moradia, estufa para a secagem do fumo, lenha e demais insumos. Já o agregado entra com a força de trabalho da sua família. Avaliando apressadamente a questão, poder-se-ia a princípio admitir, como PRADO JR.,<sup>25</sup> que tal relação assemelha-se mais ao salariado disfarçado, ou seja, uma relação de emprego com remuneração em espécie, em produto. Ou então concluir, tal como BESKOW<sup>26</sup> em seu trabalho sobre o arroz irrigado do RS *"que o arrendamento pago em percentual na produção é uma forma avançada em que se expressa o arrendamento capitalista"*. No entanto, detendo-se mais atentamente sobre a questão, percebe-se que a parceria na fumicultura tem outras especificidades. Os proprietários fundiários, impossibilitados de obterem renda monetária sobre a terra ou explorá-la lucrativamente, têm nesta parceria uma forma de adquirir força de trabalho sem o ônus do assalariamento. E mais. Como a produtividade do trabalho em termos monetários é baixa, a parceria também torna possível a transferência da maior parte dos riscos e eventuais prejuízos para o parceiro. Já os agregados, dado o baixíssimo índice de retorno financeiro proporcionado pela cultura, encontram-se numa situação material de existência bastante precária. Para esta categoria de trabalhadores, a reprodução do grupo familiar não se dá através do trabalho com o tabaco. Mas o cultivo do fumo é condição para o acesso à terra de trabalho<sup>27</sup> de onde retiram sua subsistência.

A categoria de proprietários ocupantes, que aparece nos censos, provavelmente diga respeito a terras cedidas gratuitamente

pelo proprietário a algum parente ou membro da família, tendo em vista, aparentemente, inexistirem terras devolutas ou posseiros na região. As ocupações de beiras de estrada e dos rios também não atingiriam um número tão expressivo. A cedência é uma prática comum no interior do município. Através dela o chefe da família cede uma roça para um filho mais velho ou recém-casado. Esta terra é trabalhada pelo beneficiário que fica com a integralidade do produto do seu labor. De posse de um documento de cedência - normalmente de 1,0 a 3,0 ha - o colono pode-se dirigir à Exatografia Estadual para requerer o Bloco Modelo 15, algo necessário para que se torne freguês de uma fumageira e tenha acesso aos benefícios da Previdência Social, etc. É possível que na coleta de dados do IBGE tenha havido confusões com estas cedências, as quais podem ter passado tanto para o grupo dos ocupantes quanto para o grupo das explorações em que aparecem os parceiros.

#### 4.4 - A modernização da agricultura brasileira

A dinâmica, o segredo do capitalismo, é crescer, acumular e expandir-se continuamente. O capital objetiva a sua constante reprodução e ampliação; não tem como meta a criação ou difusão de relações de produção baseadas no trabalho assalariado. Somente quando as forças produtivas atingem determinado patamar de desenvolvimento é que se torna possível e viável o divorciamento natural do produtor dos meios de produção. Enquanto a expropriação cabal não se configura, *"o capital lança mão da criação e recriação das relações não-capitalistas de produção para realizar a produção não-capitalista do capital"*,<sup>28</sup> conjugando-a e combinando-a com a acumulação capitalista propriamente dita. Destarte, o capital não somente se alimenta da mais-valia gerada pela venda da força de trabalho, mas também extrai o sobretrabalho e o capta onde isto for possível.<sup>29</sup>

O desenvolvimento do sistema capitalista de produção também não se dá de forma homogênea. Ou seja, ao se analisar o pro-

cesso do seu surgimento e da sua expansão nos diferentes lugares, contextos históricos e formações sociais, verifica-se que assumiu certas peculiaridades e especificidades que variam de acordo com o espaço ocupado. Este processo se constata não somente no que diz respeito ao modelo de industrialização, mas reporta-se, também, à produção agrícola. Assim, por exemplo, é possível distinguir claramente as diferenças entre o modelo clássico de desenvolvimento da agricultura capitalista inglesa (baseada na concentração fundiária e na proletarização do campesinato, dentro do processo da acumulação primitiva) e a norte-americana, fundamentada nos "*farmers*". Ou ainda, com uma destas duas, quando comparadas com o respectivo setor dos países latino-americanos.

O capitalismo, que ao se tornar modo de produção dominante separou econômica e geograficamente a agricultura da indústria, contemporaneamente, quando sua fase concorrencial deu lugar ao estágio monopolístico, fazendo surgir as grandes corporações e as integrações horizontais e verticais de amplos subsetores da economia, voltou a unir estes dois setores.<sup>30</sup> Logo, ao se fazer o estudo de um determinado ramo da agropecuária, é preciso ter presente que ele "*faz parte de um contexto econômico mais amplo e tem o seu funcionamento regulado pelas relações de produção e distribuição vigentes na economia como um todo*".<sup>31</sup> Portanto, analisar a fomicultura santa-cruzense, e por extensão a sul-brasileira, de maneira estanque, isolada, descontextualizada das notáveis transformações pelas quais passou a agropecuária nos últimos 30 a 40 anos, não tem muita razão de ser.

No Brasil, enquanto na década de 50 e 60 a *intelligentsia* debatia, de maneira acalorada e politizada, a realidade do país e a forma de superar o atraso estrutural,<sup>32</sup> estava em curso a industrialização do país. Como se sabe, as indústrias de bens de consumo duráveis e de bens intermediários instalados, principalmente a partir do audacioso Plano de Metas implementado por Juscelino Kubitschek, contaram com a fundamental participação de capital estrangeiro.

Dentro do processo de "modernização conservadora" pela qual passou o Brasil no contexto da Guerra Fria, a agricultura também tomou novos rumos. Nos anos 50, iniciou-se a industrialização da agricultura, o que significa a incorporação no processo produtivo de insumos industriais como maquinaria pesada, adubos químicos, sementes híbridas e defensivos agrícolas.<sup>33</sup> Esta introdução tecnológica, verificada em alguns ramos da agricultura, também é chamada de "revolução verde".<sup>34</sup>

Enquanto que na agricultura tradicional as técnicas empregadas eram relativamente primitivas e o emprego de máquinas, implementos e insumos eram extremamente raros, na modernizada a agricultura transformou-se num mero subsetor da indústria, ficando "ensanduichada" entre dois grupos industriais: o dos fornecedores de insumos agrícolas e o dos beneficiadores e transformadores dos produtos alimentícios e de matérias-primas.

De acordo com DELGADO,<sup>35</sup> o processo de modernização da agropecuária brasileira ocorre em três momentos. No primeiro, que se dá na década de 50, há o estímulo, por parte do governo e empresas norte-americanas, para elevar os índices de tratorização e consumo de NPK através da importação destes fatores de produção. No segundo, que se dá no final dos anos 50, ocorre a implantação dos ramos industriais de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura e o favorecimento financeiro, pelo Estado, do consumo destes meios de produção. No terceiro, tem-se a integração de capitais intersetoriais. Sob o comando do grande capital, surgem os conglomerados como fruto da integração horizontal e vertical.<sup>36</sup>

Os anos 60 podem ser considerados como marco da constituição do chamado Complexo Agroindustrial Brasileiro (CAI). MÜLLER<sup>37</sup> conceitua o complexo agroindustrial como sendo "*um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento / transformação, e a produção de bens de capital e insumos industriais para*

*as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte a distribuição de produtos industriais e agrícolas ; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica."* O CAI, portanto, se caracteriza pela implantação de um setor produtor de bens de produção para a agricultura, pelo surgimento de um sistema de agroindústrias que beneficia ou transforma a produção do campo e a despacha para o mercado interno ou externo, pelo desenvolvimento do sistema financeiro e dos empréstimos bancários e pela política governamental adotada.

No bojo do processo de industrialização do campo, iniciado em 50 e acelerado nas décadas posteriores, além de um ramo industrial a montante (de insumos químicos, tratores e máquinas para a agricultura) também um ramo industrial a jusante (processamento dos produtos agrícolas e sua distribuição) precisou ser arquitetado. A agroindústria e o Estado<sup>38</sup> cumpriram papel destacado nesta tarefa. Não só o Brasil mas, de uma maneira geral, os países do Terceiro Mundo tiveram na agroindústria norte-americana o estereótipo para a transformação da sua agricultura tradicional. Esta internacionalização da agroindústria resultou num aumento significativo da dominação e do controle das multinacionais estadunidenses sobre a produção de alimentos e demais matérias-primas agrícolas<sup>39</sup>. Já o Estado, através da concessão de créditos altamente subsidiados, possibilitou o acesso dos agricultores ao consumo de tratores, máquinas, fertilizantes, defensivos, sementes, etc., mercadorias estas oriundas das fábricas colocadas a montante. Além disso, alguns ramos da agropecuária também tornaram-se virtuais compradores dos demais produtos industrializados como automóveis, geladeiras, televisores...

Entretanto é necessário destacar que o processo de modernização ocorrido na agropecuária brasileira se deu de forma diferente nas diversas regiões e com os vários produtos.<sup>40</sup> Um dos pré-requisitos para a adoção das tecnologias avançadas no processo produtivo foi a de que as atividades fossem lucrativas. As agroindústrias não se desenvolveram nos ramos onde a lucratividade



era assaz baixa nem em locais muito distantes do mercado. O Estado, por outro lado, subsidiou e estimulou especialmente os setores vinculados à exportação. Foi o caso do café, algodão, soja, cana-de-açúcar, suco de laranja e outros. Como parceiro menor, mas igualmente beneficiado pela política governamental, encontra-se o fumo, a uva e outros produtos primários oriundos da pequena propriedade. A inclusão da pequena propriedade deu-se porque o eixo do lucro migrou da esfera da própria produção agrícola para os setores da produção de insumos e de processamento, havendo uma verdadeira redescoberta paralela da importância do pequeno produtor independente, como fornecedor das matérias-primas, e como mercado para os insumos agroindustriais.<sup>41</sup> Os dois parágrafos a seguir, extraídos de CASTRO,<sup>42</sup> sintetizam bem a questão.

*"A estratégia adotada, de modernização conservadora, permite, através da modernização tecnológica da grande propriedade e da pequena produção vinculada à indústria, a expansão e tecnificação das culturas de exportação e, por outro lado, a expansão dos setores industriais responsáveis pelo fornecimento de insumos agrícolas a setores processadores de alimentos e matérias-primas agrícolas, isto é, a expansão do complexo agroindustrial.*

*Nas regiões do Centro-Sul do país, à parte a modernização tecnológica que se verifica nas grandes propriedades produtoras de artigos voltados basicamente para a exportação, não podemos deixar de ressaltar o grande número de pequenos produtores que, com adubos, defensivos e tração animal, trabalham com recursos financeiros cedidos por cooperativas, indústrias e outros produtores".*

O crédito agrícola subsidiado foi, ao que tudo indica, o principal instrumento utilizado para industrializar o campo. Já o avanço do capitalismo sobre o setor agropecuário coadunou-se perfeitamente com as regras gerais colocadas para o desenvolvimento dependente da economia nacional como um todo.

Montado o complexo agroindustrial, a agricultura passa a se especificar por ramo de produção, à semelhança da indústria, formando cadeias de cima para baixo.<sup>43</sup> Nesta especialização insere-se o complexo fumageiro que é consolidado durante a década de 70.

#### 4.5 - A produção integrada e a subordinação do colono ao capital

Embora BELATO<sup>44</sup> afirme que "*para que houvesse a possibilidade de acontecer a integração do produtor, foi necessário que antes tivesse ocorrido um crescimento muito grande dos setores industriais ligados à produção agrícola*", os fatos históricos concretos narrados no capítulo anterior desmentem parcialmente tal necessidade. A Souza Cruz, já na década de 20, adotara o sistema de produção integrada, para abastecer suas fábricas do centro do país com o fumo de estufa. Financiava a construção de fornos, a aquisição de sementes, fertilizantes e corretivos do solo - ainda que estes, com exceção do calcário, tivessem que ser importados -, o uso de produtos químicos para combater as moléstias que assolavam a solanácea e fornecia a assistência técnica aos produtores.

Há autores que preferem a expressão "semi-integrada" ou "quase-integrada", para designar os vínculos que se estabelecem entre a agroindústria e o produtor rural que está ligado ou subordinado a ela. Alegam ser preciso haver o divorciamento completo entre produtor e meios de produção, para que a integração vertical se configure. Assim sendo, a terra e os demais instrumentos de trabalho teriam que ser apropriados pela empresa integradora. Embora não se discuta esta conceituação, que teórica e tecnicamente está correta, neste trabalho utilizar-se-ão as expressões produção integrada, sistema integrado e produtor integrado, para designar a relação existente entre a agroindústria fumageira e o colono. Isto pode perfeitamente ser justificado, tendo em vista que estas expressões já estão consagradas pela literatura que trata do tema e pela análise que é feita a partir da concepção do movimento sindical.

Ao analisar a integração e quase-integração no setor agrícola, GUIMARÃES teceu as seguintes considerações:

*"As diferenças entre um 'complexo integrado' e um complexo 'quase integrado' pode reduzir-se a aspectos meramente formais, os quais, se têm pequena importância na economia não-agrícola, onde as fusões são tão freqüentes e tão comuns, têm importância muito maior na economia agrícola, onde os obstáculos tradicionais se mantêm obstinadamente e apresentam enormes dificuldades de remoção. Os contratos de quase-integração contornam de maneira aceitável essas dificuldades, substituindo a fusão societária pela coordenação operacional, permitindo a cada participante manter inalterada a individualidade, a propriedade e a posse de cada uma das unidades integradas, sem quebra aparente de suas características tradicionais. A empresa integradora procura obter, com a quase-integração, os mesmos ou quase os mesmos objetivos visados pela integração: a normalização das quantidades produzidas, regularidade nos prazos de entrega, uniformidade dos tipos, aperfeiçoamento progressivo das técnicas produtivas, melhoria dos níveis de produtividade, redução dos custos e maximização do lucro. A centralização das decisões fica nas mãos da firma integradora, tanto na integração quanto na quase-integração, e a distribuição dos resultados é apenas uma decorrência da centralização da função decisória."*<sup>45</sup>

SORJ,<sup>46</sup> que prefere a expressão semi-integração para designar os vínculos de subordinação existentes entre a agroindústria e o trabalhador familiar, define-a da seguinte forma:

*"Por empresas semi-integradas entendemos aquelas onde a produção agropecuária, se bem realizada por produtores em estabelecimentos próprios, está totalmente controlada pela agroindústria. Utilizando mecanismos financeiros e controle técnico da produção, ela contrata a compra da produção, geralmente a preços fixados com antecedência. Este tem sido o padrão característico na expansão de parte importante da indústria avícola e suína. Os grandes estabelecimentos de abate e processamento entregam as rações e os animais recém-nascidos para serem criados por pequenos produtores. Situação parecida se dá com os produtores de fumo. Trata-se de uma situação que relembra os trabalhadores a domicílio nos primórdios da revolução industrial."*

Se, conforme apontado no capítulo anterior, em 1924 havia 100 estufas para a secagem do fumo no município, em 1934 o número se elevou para 1.328.<sup>47</sup> Em 1957, de acordo com GARDELIN,<sup>48</sup> somente a Souza Cruz mantinha, no RS, um regimento de cerca de 50 instrutores, todos homens esclarecidos, que conheciam a fundo a cultura do fumo e que eram moradores da localidade em que prestavam seus serviços. Cada um deles tinha até 80 colonos sob a sua orientação.

*"Pelo menos 6 vezes suas plantações são examinadas pelo instrutor, que, independente dessas visitas,*

*atende a qualquer chamado que lhe seja endereçado. Além dos instrutores, que se locomovem a cavalo, há os inspetores, equipados de jeep. E no vértice dessa pirâmide, há os técnicos da Companhia que, em contato com os mais avançados centros de produção de fumo do mundo, poem em prática os meios mais modernos e proveitosos para a produção. (...) No entanto, há ainda outras práticas postas em vigor pela Companhia. Filmes e instrução sobre o cultivo são projetados para conhecimento dos instrutores e dos colonos; é mantido um centro experimental, onde são verificadas as sementes, testados os adubos, utilizados os inseticidas e fungicidas que a Companhia Souza Cruz providencia sejam trazidos ao Brasil muito antes mesmo sejam lançados ao mercado, para averiguar-lhes os efeitos".*

GARDELIN não era um habitante da "terra do fumo". Em suas extensas análises sobre a fumicultura publicadas no jornal local, concluiu, apressada e exageradamente, que é aos "*técnicos, inspetores e instrutores, quer da Souza Cruz, quer de outras Cias., que o Rio Grande do Sul deve a liderança na produção nacional de fumo.*"<sup>49</sup> Justifica toda esta vigilância e controle sobre o processo produtivo como uma necessidade da agroindústria cigarreira:

*"Sabe-se que as terras, sementes, adubos, variedades, formas de plantio, colheita e secagem são todos fatores que terminam dando certas qualidades ou certos defeitos ao fumo. Assim impõe-se por parte das firmas produtoras de cigarros um trabalho contínuo, zelando e cuidando desde o plantio até a colheita do fumo, e posteriormente, na fase própria da industrialização. Em resumo, deve haver uniformidade do produto. Devem ser atingidos todos os anos os níveis mínimos de classes de fumo, para manter a produção constante dos diversos tipos de cigarros. Por exemplo, o fumo destinado a um Belmont não podia ser o mesmo d'um Hollywood. Essa uniformidade deve ser atingida com milhares, quase dez mil no Rio Grande do Sul, de plantadores de fumos. Cumpre, portanto, orientá-los, esclarecê-los e estimulá-los, trabalho esse gigantesco pelos meios que mobiliza, pelo pessoal necessário e pela importância que assume"*<sup>50</sup>.

Especificamente no que tange ao tabaco, a subordinação do processo de trabalho do colono ao capital, ao que tudo indica, deu-se muito antes da formação do complexo agroindustrial fumaheiro no Brasil. Isto porque o fumo, cultivado em Santa Cruz desde a época em que esta era ainda Colônia Provincial, foi um produto agrícola destinado exclusivamente à venda, ao mercado. Conseqüentemente, a produção esteve, desde o princípio, de alguma forma subordinada aos interesses do capital mercantil. A livre

comercialização jamais existiu, e o poder de estabelecer o preço nunca foi prerrogativa dos colonos.<sup>51</sup> Eram os comerciantes locais, através das suas casas comerciais, e os atacadistas localizados em Porto Alegre que se assenhoraram do sobretrabalho dos agricultores. Também foram eles os responsáveis diretos ou indiretos pela introdução de novas variedades e do aperfeiçoamento das práticas de cultivo. Diretamente, ao trazer sementes selecionadas de Porto Alegre, ao revendê-las na região e orientar os agricultores sobre a melhor maneira de cuidar da plantação; indiretamente, ao pressionar o poder público local a arranjar e distribuir sementes de novos tipo de fumo.

Se tomarmos a teoria do valor trabalho de Marx - que nada mais é do que o prolongamento consciente da teoria do valor trabalho exposta por Smith e Ricardo - chega-se à inevitável conclusão de que o fumo (e o mesmo vale para as demais mercadorias) produzido pelos colonos, no momento em que se realizava no mercado, tinha apenas uma parte do valor gerado pelo trabalho como retorno na forma de dinheiro (quando não em mercadorias ou saldo na conta-corrente). Portanto, era na esfera da circulação que se expressava a subordinação dos colonos ao capital. E quanto ao dito camponês autônomo, aquele que trabalhava para o consumo, vendendo apenas o excedente e que determinava sua vida de acordo com as necessidades internas de sua família e da unidade produtiva, este efetivamente não existiu nas regiões coloniais do Sul do Brasil.<sup>52</sup>

Enquanto o colono esteve subordinado unicamente ao capital mercantil, o que se deu, conforme o corte feito no capítulo anterior, até 1917, não tinha perdido ainda muito da autonomia do processo de trabalho. Afora os conselhos do vendista, plantava a quantidade que queria, usava o adubo orgânico da sua propriedade, escolhia quais os métodos de combater as pragas do fumo, enfim, trabalhava sem a vigilância de alguém e no ritmo que lhe aprouvesse. A situação, no entanto, alterou-se com o surgimento das agroindústrias. Capitaneadas pela subsidiária da B.A.T., paulati-

namente as agroindústrias passaram a exercer o comando do processo produtivo. Juntamente com o fumo de estufa, foram introduzidos o forno, o adubo, os inseticidas e outros venenos. Era inevitável que os técnicos das companhias orientassem e assistissem o colono durante o desenvolvimento da cultura, em todas as suas fases. Afinal de contas estavam diante de uma relativa novidade!

A passagem da subordinação do colono do capital mercantil ao industrial se deu sem traumas e fissuras. Iniciou lá pela época da criação da Cia. de Fumos Santa Cruz e da implantação da C.B.F.F. e se completou décadas mais tarde. Ao que tudo indica, os fumicultores de Santa Cruz opuseram alguma resistência às inovações tecnológicas implantadas pela B.A.T. Segundo GARDELIN,<sup>53</sup> *"velhos servidores da companhia contam que nos primórdios da adubação, o colono sentia-se temeroso de que lhe tivessem envenenando as terras. Foi necessário um trabalho lento, persistente e psicológico para poder encaminhar o colono às novas técnicas"*. Duas razões podem explicar a oposição aos novos métodos de produção: a primeira está relacionada com a reação desencadeada pelos comerciantes que, temerosos de verem atingidos seus negócios, passaram a usar sua influência sobre os colonos, para desacreditar as novas propostas e denegrir a imagem da empresa que se enraizava; a segunda diz respeito à natural desconfiança do colono ao novo e desconhecido, por serem um tanto recalcitrantes às rápidas mudanças.

*"(...) nosso colono bate o pé e sente dificuldade em alinhar-se para adotar as técnicas modernas de cultivo, que lhes garantiriam um excelente rendimento. Argumenta ele que o avô e o pai plantaram como ele planta. E por isso não gosta de mudar."*<sup>54</sup>

As estratégias da multinacional, entretanto, desmancharam a desconfiança dos fumicultores e dos negociantes: na medida em que converteu colonos com liderança em instrutores; em que elegeu agricultores reconhecidamente bem sucedidos para plantar o fumo de estufa; em que durante os primeiros tempos recompensou financeiramente os novos produtores; em que passou a negociar com os colonos e comerciantes o fumo tipo galpão, passou a atrair para

suas hostes os produtores diretos da matéria-prima. Quanto aos comerciantes localizados no interior, boa parte deles acabou, num primeiro momento, sendo transformada em posteiros.

Na proporção em que a produção tabaqueira foi incrementada, parte dos proprietários das casas comerciais existentes nas vilas e picadas, que lidavam com a compra e revenda de tabaco, continuou na atividade passando a serem eles designados de posteiros. O posteiro era um negociante que adquiria o tabaco dos colonos e o repassava para as indústrias ou grandes comerciantes. Podia ser um agente comissionado da indústria ou atuar de forma independente, transacionando a produção com quem oferecesse os mais compensadores preços. O posteiro, portanto, normalmente era um comerciante que intermediava a transação entre o produtor rural e a indústria beneficiadora, constituindo-se, na prática, num prolongamento do setor de compras das empresas, junto ao fumicultor. Sua atuação incidia, basicamente, sobre os moradores da sua redondeza, dependentes das compras a crédito em seu armazém. Intermediava principalmente o comércio do fumo de galpão, o qual prescindia de adubos, estufa e outras maiores inversões de capital. Sobre o fumo de estufa, cuja produção exigia maiores cuidados técnicos, não chegou a exercer maiores influências. O posteiro abocanhava parte do sobretabalho dos plantadores e era o responsável pelo transporte da produção até a agroindústria com a qual estava vinculado. Em Santa Cruz, a maioria destes intermediários era comissionada das empresas, estando, portanto, diretamente ligados a uma agroindústria. Em áreas mais distantes, como por exemplo em Sobradinho, chegavam a transacionar elevada quantidade de fumo e atuavam de forma independente. O posteiro sai de cena no fim dos anos 60 e início dos 70, quando da quase total internacionalização da economia fumageira da região.

*"A comercialização e exportação dos produtos, a partir do momento da desnacionalização das empresas do fumo, passa a ser feita pela própria indústria: a compra da matéria-prima do produtor torna-se uma função da própria empresa, eliminando-se o intermediário, o posteiro".<sup>55</sup>*

O personagem em enfoque não sobreviveu à reorientação que o ramo fumageiro sofreu a partir do final da década de 60, quando a produção passou a ser orientada, predominantemente, para o mercado externo. Nesta época, conforme tratado anteriormente, as indústrias de beneficiamento local foram transacionadas com grupos oligopolísticos do ramo, com atuação no mercado mundial. Os postos, na medida em que se aprofundaram os laços diretos de dependência dos fumicultores em relação às agroindústrias, ou seja, quando a sistemática da produção integrada se generalizou sobre o universo dos colonos plantadores de fumo, converteram-se, na sua grande maioria, em meros transportadores: levavam o fumo às indústrias e retornavam com o adubo e outros insumos.

A cultura do fumo nas pequenas propriedades desmente, em parte, a tese de que a agricultura da grande propriedade está vinculada ao comércio exterior, e que cabe às unidades de produção baseadas no trabalho familiar a produção de alimentos.<sup>56</sup> O fumo, além de não ser alimento para o sustento do homem, tem cerca de 50% da sua produção anual exportada.

A cultura do tabaco, embora reconhecidamente insalubre, apesar de exigir uma longa jornada de trabalho e superexplorar a força de trabalho da unidade familiar, mesmo que retire parcialmente a autonomia do colono sobre o processo de trabalho, ainda assim oferece alguns atrativos que fazem com que os fumicultores se mantenham no ramo enquanto integrados. Entre as razões apontadas pelos colonos, para se manterem na atividade, podem ser destacados:

19) garantia de colocação da safra. A fumageira à qual o colono é vinculado compromete-se a comprar a totalidade da sua produção. Isto não acontece, por exemplo, com o feijão, com o milho, o tomate, a cebola, o alho, etc. que têm um mercado incerto;

20) assistência técnica efetuada pelos instrutores ou orientadores das companhias. O trabalho extensionista da EMATER, embora existente na região, atinge "meia dúzia de colonos somente";



3º) preço do fumo tabelado com reajustes diários (a partir da comercialização da safra 1989/90);

4º) existência de seguro da produção contra granizo, vendaval e queima da estufa efetuado pela AFUBRA;

5º) pagamento do frete, da casa do colono até a indústria, efetuado pela fumageira;

6º) custeio da produção garantido;

7º) a tradição, já secular, do plantio de tabaco no município;

8º) trata-se de cultura intensiva que não exige muita terra nem maquinários.

Os itens 3º e 4º serão analisados pormenorizadamente no próximo capítulo. Quanto ao 6º, que trata do crédito agrícola, merece ser um pouco aprofundado.

Antes do surgimento do Sistema Nacional de Crédito Rural, as fumageiras financiavam a produção do colono. Construção do forno, talagarças, adubo, pulverizador, inseticidas e, às vezes, até mesmo suprimento em dinheiro, corriam por sua conta como forma de adiantamento. Após a implantação do crédito oficial, montado em nível nacional em 1965 e operacionalizado em 1967, as agroindústrias puderam livrar-se deste investimento de risco. Aí, através de convênios firmados com o Banco do Brasil (depois estendidos aos demais bancos), as companhias trataram de intermediar toda a operação financeira. Elas passaram a se responsabilizar por todos os trâmites burocráticos e avaliar a operação, não precisando o colono enfrentar as filas dos bancos. À época em que os juros eram generosamente subsidiados, alguns agricultores chegaram a valer-se dos empréstimos não só para o custeio da produção, mas também para fazer alguns pequenos investimentos na propriedade. Contudo, mesmo nesta fase, não chegaram a capitalizar. Atualmente o juro incidente sobre o financiamento agrícola é de 9% ao ano. Só que o dinheiro do custeio já não passa pela mão dos produtores, pois é embolsado pela indústria que, desta forma, se ressarce do valor monetário dos insumos adiantados ao colono.

O preço dos insumos cobrados pela indústria está um pouco abaixo do valor praticado no mercado de Santa Cruz. Como ela compra em grandes quantidades, deve receber significativos descontos. Embora se afirme que elas repassam os insumos a preço de custo, acredita-se que devem trabalhar com alguma margem de lucro. Já o fumicultor, à medida que entrega sua produção, automaticamente tem deduzido, pela indústria, o montante devido ao banco, sendo ela que salda sua dívida. Embora não haja levantamentos a respeito, THOMÉ<sup>57</sup> acredita que cerca de 95% dos fumicultores da região se valem do crédito agrícola. Até poucos anos atrás, somente o Banco do Brasil fazia estes empréstimos. Nos últimos anos, entretanto, os bancos privados passaram a realizarem a maior parte deste tipo de operações financeiras. Isto porque há uma determinação legal do Banco Central que obriga os bancos a destinar um percentual variável para o Crédito Agrícola. E também porque emprestar para os fumicultores não dá transtornos e é absolutamente seguro.

Assim, podem-se concluir duas coisas a respeito do crédito agrícola no que diz respeito à fumicultura. A primeira é óbvia e já foi abordada: foi um excelente negócio para a agroindústria fumageira. O fumicultor, por seu turno, não se capitalizou nem se apropriou da mecanização verificada em vários dos ramos da agricultura nos anos 70, caso ocorrido com a sojicultura, triticultura, rizicultura, etc.<sup>58</sup> Ou seja, o colono plantador de fumo não tirou proveito do barateamento artificial - devido à reduzida taxa de juros e pagamento a longuíssimo prazo - do crédito de investimento para mecanizar a sua lavoura e melhorar as benfeitorias da sua propriedade. Mesmo o custeio de produção representou maior possibilidade de acúmulo de capitais à agroindústria, porque permitiu ainda maior compressão dos preços pagos pela matéria-prima.

A segunda é a de que os adiantamentos não foram nenhuma grande novidade para os colonos. Antes de dever aos bancos estiveram endividados com a indústria; antes ainda de estarem endi-

vidados com a indústria estiveram em idêntica situação com os proprietários das casas comerciais.

*"A dependência em que eles viviam dos comerciantes os havia acostumado a uma autonomia muito pequena com relação à compra de bens necessários à produção e à venda dos produtores. Para os produtores, a relação que eles mantêm com a agroindústria é tão próxima da relação que mantinham com o comerciante que se autodenominam 'fregueses' da empresa e nunca 'integrados' (...)."59*

Para os fumicultores locais, o termo "integração" é tão desconhecido quanto a palavra camponês. Não faz parte do seu vocabulário. Assim como se autodenominam "colonos" (kolonist ou colono), nomeiam de freguesia a sua relação com a indústria. Mesmo os representantes das entidades de classe, tanto a industrial quanto as dos fumicultores, recentemente passaram a empregar a terminologia "produção integrada".

Os vínculos existentes entre indústria e produtores apenas excepcionalmente são formalizados contratualmente. Vigora entre ambos uma espécie de "acordo de cavalheiros", acordo este firmado individualmente por cada um dos colonos e o instrutor da respectiva companhia. Para ETGES,

*"o vínculo que existe entre os produtores e as empresas não se dá através de um contrato formalizado e sim através de um pacto firmado entre ambos, ou seja, o relacionamento e a dependência direta entre o produtor e empresa diz respeito substancialmente à forma de aquisição dos insumos por parte do produtor, ao padrão tecnológico a ser posto em prática sob orientação e assistência técnica da empresa e, fundamentalmente, à exclusividade e garantia da aquisição do produto por parte da empresa."60*

Anualmente o fumicultor renova seus laços com a empresa. Antes mesmo de despachar a última parte do seu fumo, acerta o pedido dos insumos com o instrutor. Quando os produtos químicos chegam, assina a nota...e aí reinicia todo o processo. Embora o SINDIFUMO (Sindicato das Indústrias do Fumo) procure impedir que os colonos troquem constantemente de empresa, algumas mudanças sempre ocorrem, principalmente nas épocas em que as indústrias projetam bom mercado para a matéria-prima. Nestas fases chega a existir certa disputa por fregueses entre as fumageiras. Esta dis-

puta transparece através da classificação mais branda do fumo entregue pelo colono (a firma passa a ter fama de comprar bem) ou pelo adiantamento de dinheiro para a construção de alguma benfeitoria. Mas as trocas são sempre feitas no início do processo produtivo e não no meio.

Pelo que foi descrito até o momento, parece claro que os colonos integrados do fumo constituem-se, basicamente, de produtores familiares que, sob as ordens e supervisão das empresas capitalistas, produzem o fumo na quantidade, qualidade e com os meios que a empresa deseja. Já a integradora, ao buscar a integração, obtém a matéria-prima que objetiva sem fazer vultosos investimentos e sem correr grandes riscos. Ou seja, a indústria não precisa comprar ou arrendar terras, arcar com todas as despesas dos insumos químico-físicos, pagar salários e contribuições sociais para os trabalhadores, nem correr o risco de, eventualmente, ver frustrada toda a inversão realizada. E isto porque, na realidade, a agricultura como um todo, e muito especificamente a fumicultura, ainda depende substancialmente do laboratório natural da terra e da força de trabalho. Mais elucidativo é asseverar que o setor agrícola permanece num estágio considerado como sendo apenas semi-industrial.<sup>61</sup>

Assim, na prática, há na fumicultura uma relação clientelista e paternalista das companhias em relação aos seus fregueses. São elas que mandam fazer a análise laboratorial do solo, fornecem todos os insumos e providenciam o custeio bancário dos mesmos, inscrevem a lavoura no seguro mantido pela AFUBRA, encarregam-se do pagamento do custeio e do seguro, estimulam o "reflorestamento" (leia-se florestamento de eucalipto) e chegam a fazer campanhas para que o fumicultor aumente a lavoura de subsistência e diversifique a produção. Em contrapartida, através das informações prestadas pelos instrutores, possuem o mapeamento completo e atualizado do estágio e das condições em que se encontra o conjunto das lavouras.

Nestas circunstâncias todas que envolvem a produção familiar do tabaco, se está diante da subordinação parcial do processo de trabalho do colono ao capital. Conseqüentemente, não se configura na fumicultura o assalariamento disfarçado, ou a terceirização, mas a extração do sobretrabalho da exploração familiar pelo capital.

#### 4.5.1 - A propriedade da terra

O direito de recebimento de renda sobre a propriedade fundiária foi inicialmente justificção que coube aos fisiocratas franceses do século XVIII para os quais a terra era o mais importante agente da produção, e o trabalho, quando aplicado à terra, era o único empreendimento capaz de produzir um excedente ou produto líquido.<sup>62</sup>

SMITH, na sua imortal obra "A riqueza das nações", cuja primeira edição foi impressa em 1776, ao tratar do preço natural e de mercado das mercadorias inclui, entre os elementos constitutivos do preço natural, *"a renda da terra, os salários do trabalho e os lucros do capital empregue na colheita, preparação e transporte"* do produto até o mercado.<sup>63</sup>

Ricardo, ao se referir à renda da terra - entendida como a compensação paga ao proprietário fundiário pelo uso das originais e indestrutíveis energias do solo - esquematiza a teoria da renda diferencial. Para ele,

*"(...) somente porque a terra não é ilimitada em quantidade nem uniforme na qualidade, e porque, com o crescimento da população, terras de qualidade inferior, ou desvantajosamente situadas são postas em cultivo, surge imediatamente renda sobre a de primeira qualidade: a magnitude de tal renda dependerá da diferença de qualidade daquelas duas faixas de terra".<sup>64</sup>*

Como o seu pressuposto se acopla à ótica da teoria valor do trabalho, conclui que quando terras de qualidade inferior são colocadas em cultivo, o valor de troca das mercadorias produzidas aumenta, pois mais trabalho é necessário para produzi-las. E

prossegue afirmando que a razão pela qual os produtos primários aumentam em valor comparativo é o emprego de mais trabalho para produzir a última porção obtida, e não o pagamento da renda ao proprietário da terra. E isto porque o preço do cereal é regulado pela quantidade de trabalho aplicado à sua produção naquela qualidade de terra, ou com aquela porção de capital que não gera pagamento de renda, ou seja, a de menor produtividade.<sup>65</sup>

Em "O capital",<sup>66</sup> Marx aprofunda os estudos ricardianos relativos à renda diferencial e introduz as discussões da renda fundiária absoluta. A partir das observações que realizou a respeito do desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura inglesa, prognosticou que a evolução do sistema dissociaria capital e terra, arrendatário e proprietário. Assim, na agricultura capitalista ter-se-ia 3 classes sociais: o proprietário fundiário, o arrendatário capitalista e o proletário. A primeira classe, por ter o monopólio de um meio de produção que não é fruto do trabalho social humano materializado - mas pelo contrário, é um bem natural, finito, não reproduzível pelo trabalho -, permite à segunda classe, mediante o pagamento de uma renda, a exploração de uma parcela desta terra. A terceira classe, que para reproduzir-se necessita vender sua força de trabalho aos arrendatários capitalistas, ou seja, aos detentores dos meios de trabalho, em troca de um salário, é que se encarregará de trabalhar a terra com o fito de produzir novas mercadorias. Como a jornada de trabalho do operário é apenas parcialmente remunerada (embora esta parte não paga esteja incluída na quantidade total de trabalho que as mercadorias produzidas encerram), quando a mercadoria se realiza no mercado, o capitalista materializa o que é chamado de lucro, mas que não passa de mais-valia ou trabalho não pago. Parte desta mais-valia, no entanto, não é embolsada pelo capitalista, mas é repassada, sob a denominação de renda fundiária, ao detentor do monopólio do solo. Assim sendo, a renda territorial e o lucro nada mais são do que nomes diferentes utilizados para exprimir as diferentes partes em que se decompõem a

mais-valia. O fato de haver o monopólio da terra e dos demais meios de trabalho são condições necessárias para que ocorra a extração da mais-valia.

O pressuposto metodológico de Marx sobre a separação entre o proprietário fundiário e o arrendatário capitalista não foi confirmado, na prática, em escala mundial. Mesmo o aludido divórcio entre trabalhadores e meios de produção não se deu na intensidade prevista. Pelo contrário, como pontua com muita propriedade VERGOPOULOS<sup>67</sup>, a baixa contínua dos preços agrícolas, que se verificou notadamente a partir da época em que o capitalismo entra na sua fase monopolista, *"rejeitou, progressivamente, a agricultura para fora do campo de investimento capitalista. Os capitalistas agrários são progressivamente eliminados, juntamente com os proprietários fundiários, e originam o desenvolvimento da produção camponesa familiar"*. Assim, a exploração familiar, que na literatura marxista ortodoxa invariavelmente aparece como sendo uma excrescência, uma anomalia, um resíduo do modo de produção ou da formação social anteriormente dominante, encrustado no capitalismo, mas cuja tendência natural e lógica era o desaparecimento, esta produção familiar não só não foi extinta como também foi, de certa forma, preservada e reproduzida pelo capital. Só que, agora, a pequena produção familiar é subjugada e dominada pelo capital. A sobrevivência das explorações familiares sob o capitalismo se deve a uma série de fatores conjugados, entre os quais podem ser destacados:

a) o papel histórico desempenhado pela agricultura como transferidora de renda, ou seja, de ter seus lucros capturados pelo setor urbano-industrial. Em decorrência, os capitais fogem do setor e migram para outros com maior rentabilidade;

b) a industrialização da agricultura através da introdução dos avanços mecânicos, físico-químicos e biológicos. Tal fato permitiu, de um lado, a reprodução artificial das condições naturais de produção agrícola (o que SILVA denomina de "fabricação da natureza")<sup>68</sup> refreando, conseqüentemente, a elevação do valor no-

minal da terra e da renda. Por outro lado, provocou a subordinação do setor que ficou totalmente dependente das indústrias colocadas a montante e a jusante. Destarte, em vários ramos da agricultura o capital pôde reproduzir-se ampliamente, abocanhando o sobretrabalho das unidades familiares que, dada a capacidade de auto-exploração das mesmas, drenaram maior quantidade de riquezas para o setor industrial do que seria mesmo possível transferir, caso a agricultura, dentro dos atuais padrões tecnológicos, fosse realizada sob relações de produção especificamente capitalistas;

c) diferentemente da indústria, as limitações que a própria natureza impõe à produção agrícola transformam-na em uma atividade de alto risco, pois sujeita a fatores naturais, tais como secas prolongadas, tempestades de granizo, neve, excesso de chuva, etc. Assim, enquanto estas limitações não forem superadas, a agricultura permanecerá, em grande parte, ainda sob o domínio de forças alheias ao capital;

d) a política adotada por vários Estados Nacionais que recriaram as explorações de caráter familiar, ao executarem programas de reforma agrária;

e) a irracionalidade que caracteriza a apropriação de uma parcela significativa da mais-valia pelo proprietário da terra, a título de renda fundiária, imobilizando, desta forma, capital potencial que poderia ser reinvestido produtivamente.

Sintetizando as afirmações acima, poder-se-ia concluir que a produção familiar remodelou-se e adaptou-se extraordinariamente à lógica do capital. Para Lamarche, ela está presente em todos os lugares:

*"(...) independentemente de quais sejam os sistemas sociopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja por explorações nas quais a família participa na produção."*<sup>69</sup>

No Brasil, o monopólio da propriedade fundiária foi artificialmente criado em 1850. Através da Lei nº 601, a terra tornou-se equivalente a mercadoria, ficando o acesso a ela restrito ao



mecanismo de compra e venda. O preço pago pela terra a partir de então "*não passa de renda capitalizada, e por isso, antecipada.*"<sup>70</sup>

Em Santa Cruz, exceção feita aos primeiros imigrantes chegados à Colônia, a forma de adonar-se dos lotes coloniais deu-se mediante a compra. Como os colonos não tinham recursos para o pagamento à vista da propriedade, ficaram endividados com o governo provincial. A esta dívida acresciam-se outras: o montante referente às despesas da viagem transatlântica e da manutenção da família do colono durante os primeiros tempos na região. Desta forma, para saldar seus compromissos, desde o princípio, os colonos dependeram do mercado, ou seja, da venda de parte da sua produção agrícola para fazer um pecúlio e saldar os compromissos contraídos. Portanto a produção de bens de valor de uso e de valor de troca foi uma necessidade imposta ao colono.

A exploração familiar, como já se viu, esteve presente em Santa Cruz desde o princípio. O fumo, embora sendo mercadoria destinada exclusivamente ao mercado, vem sendo produzido nesta região dentro do sistema da pequena propriedade e através do trabalho exercido, basicamente, pela família. Mesmo que o processo de trabalho do cultivo seja controlado em grande parte pela agroindústria fumageira, não se podem forçar conceituações, o que corriqueiramente é feito em trabalhos que remetem ao estudo da produção familiar no campo.

IÓRIO, ao analisar o vínculo existente entre o pequeno produtor familiar e as agroindústrias, chega à conclusão que tal relação se caracteriza pelo "assalariamento". Segundo a autora:

*"(...) setores importantes e modernos do Complexo Agroindustrial consolidados no País vêm delegando a pequenos produtores a produção de suas matérias-primas (suínos, aves, fumo, leite, laranja, uva). Mediante a integração, nome dado à relação que se estabelece por contrato formal ou verbal entre agroindústrias e produtores rurais para a produção de matérias-primas, um grande contingente de pequenos produtores em situações bastante diversas vem produzindo variado leque de produtos para as agroindústrias; a cargo da empresa ficam, muitas vezes, o fornecimento de insumos, a orientação técnica e o controle de qualidade dos produtos.*

*Na medida em que produzem vinculados a uma ou mais agroindústrias durante muitos anos, sob sua orientação, com forte controle do processo produtivo, (insumos, técnicas, etc.) e da comercialização (preços, prazos, etc.) estes trabalhadores, para realçarem esses elementos, lançam mão da identidade 'assalariados'".<sup>71</sup>*

Um pouco diferente é a ilação a que chega VERGOPOULOS para quem *"os camponeses que trabalham nos campos devem ser considerados apenas como assalariados por empreitada ou residentes, não de tal ou qual patrão em particular, mas do conjunto interpessoal do sistema capitalista como tal".<sup>72</sup>*

A matriz desta concepção teórica parece ter surgido com Karl Kautsky. O grande teórico da II Internacional, ao abordar a relação existente entre os pequenos proprietários associados a uma cooperativa de laticínios, é quem indica o caminho:

*"O camponês deixa de ser, pois, o senhor na sua exploração agrícola. Esta se torna um apêndice da exploração industrial, por cujas conveniências deve orientar-se. Ele se torna um operário parcial da fábrica."<sup>73</sup>*

O mesmo autor, sempre enfatizando as vantagens da grande exploração sobre a pequena, afirma que

*"Nos lugares em que não leva à regressão da pequena empresa a industrialização da agricultura aperta os laços que atam o pequeno lavrador à fábrica, compradora única dos seus produtos. Ele se torna então, de modo completo, um servo do capital industrial, cujas exigências condicionam a sua atividade."*

Na mesma linha, outra abordagem, que freqüentemente aparece, diz respeito à propriedade formal da terra. Para AMIN o produtor rural

*"Não é mais, na realidade, um produtor mercante livre que produz primeiro o que quer e como quer, e depois vende uma parte disso. Está reduzido a uma condição vizinha à do proletário a domicílio. (...) Os camponeses, embora continuem como proprietários formais de seus meios de produção, fazem de si uma imagem ideológica que os separa dos proletários".<sup>74</sup>*

Para LIEDKE, o fumicultor é apenas o proprietário jurídico do seu principal meio de trabalho, a terra, e não o proprietário real.<sup>75</sup> SILVA é bem mais contundente e explícito em relação ao tema.

*"É fundamental portanto entender a proletarização, a nosso ver, de uma forma bastante ampla: como o processo de subordinação direta do trabalho ao capital e não apenas como a expropriação completa dos meios de produção do camponês. Em outras palavras, o fato de que o capitalismo reproduz a pequena produção numa determinada fase histórica de sua evolução não invalida a questão teórica mais geral da necessidade de um trabalhador despossuído para o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista na agricultura. Na verdade, a recriação desses novos camponeses não é mais a reprodução de produtores mercantis independentes, mas sim a reprodução do próprio capital."*<sup>76</sup>

As citações acima registradas resultam numa exagerada simplificação teórica e política da questão. Conceituar como proletárias as unidades produtivas familiares, existentes na agricultura, é "forçar a barra", e significa não levar em consideração uma série de circunstâncias:

1º) ter a propriedade jurídica da terra é algo que os plantadores de fumo valorizam extremamente. Além de garantir a principal parte da reprodução do grupo familiar, a terra também é sinônimo de reserva de valor. Se a pequena produção familiar é proletária, como então explicar o Movimento dos Trabalhadores sem Terra? Qual então o significado da luta pela posse da terra?

2º) ao se conceituar a produção familiar como proletária ou proletária disfarçada, como diferenciar o trabalhador familiar descapitalizado dos agregados, dos proletários rurais "típicos" e das grandes ou médias explorações agrícolas familiares tecnificadas e capitalizadas?<sup>77</sup>

3º) o fumicultor não está total e completamente subordinado ao capital industrial. Ele não é um sujeito absolutamente passivo. Preserva uma autonomia, ainda que relativa, e tem suas formas de resistir à situação a que está submetido. Pode parar de plantar fumo, por exemplo. Ou plantar o milho, a mandioca, o feijão da forma que quiser. Não é subjugado especificamente pela agroindústria fumageira, mas pelo sistema social como um todo;

4º) o discurso do assalariamento disfarçado está, de fato, bastante difundido no meio sindical rural. Ele, entretanto não tem origem no campo, mas no "campus". Além disso, é preciso fazer a distinção entre o discurso político que tem o claro e estraté-

gico objetivo de valorizar a produção oriunda do campo, do discurso conceitual acadêmico. É este último, que quer transformar os produtores familiares, por bem ou por mal, em proletários, que condiciona o primeiro.

A subordinação formal do trabalho da unidade familiar ao capital é outra discussão que se coloca. José Vicente,<sup>78</sup> ao estudar os colonos produtores de vinho do bairro rural de São Pedro, fundamentando-se nos escritos de MARX<sup>79</sup> sobre a subsunção formal e real do trabalho ao capital, conclui que o processo de trabalho daqueles "camponeses" está subordinado formalmente ao capital. Tal elaboração teórica, efetivamente aproxima-se bastante do conceito marxista de subsunção formal. Entretanto, Marx desenvolveu tal conceito para especificar dois estágios distintos e diferenciados do capitalismo industrial, e não da agricultura capitalista. E mais, tanto a subsunção formal quanto a real, em Marx se referem a condições em que o produtor direto já está separado dos seus meios de produção. E, conforme WILKINSON,<sup>80</sup> o que é ainda mais importante nesta questão, *"a subsunção formal refere-se especificamente à fase em que o capital expropriou mas não revolucionou a base produtiva"*. É, pois, assaz temerário valer-se de tais definições para analisar as relações de produção e apropriação existentes na agricultura familiar contemporânea. Aqui, as transformações do processo produtivo já ocorreram e, entretanto, a propriedade jurídica permanece nas mãos do produtor direto.

No que tange à renda da terra na fumicultura, como observou-se acima, a forma trinitária não se estabeleceu. E, partindo do princípio de que a mais-valia não se materializa no trabalho familiar e de que a renda fundiária não passa de uma parcela da mais-valia extraída do proletário e repassada ao proprietário da terra, onde está, então, a renda fundiária na produção do fumo? A questão fica ainda mais complicada se for levado em consideração que o valor pago a título de renda fundiária não é repassado sobre o preço das mercadorias. O valor de uma mercadoria, sabe-se, é determinado pela quantidade total de trabalho social que encer-

ra. Neste sentido, parece-nos que a agricultura familiar cria condições para a eliminação da renda capitalista da terra.

O próprio rendimento diferencial da terra, proveniente das diferenças de localização, de fertilidade e pela inversão suplementar de capitais também é deveras restrito na fumicultura. Primeiro porque é a agroindústria que "paga" o frete, tanto o pertinente aos insumos que vão da cidade até a casa do colono, quanto o do fumo que faz o percurso inverso. Destarte, no que tange especificamente ao plantador de tabaco, tanto faz se suas lavouras situam-se a 5 quilômetros de distância da indústria ou 500. Segundo, porque o fumo de estufa não exige terras com muita fertilidade natural. Pelo contrário, para que haja uma uniformidade e padronização do produto obtido em milhares de diferentes propriedades rurais, o adubo químico, os fungicidas e os inseticidas necessariamente precisam estar presentes, em quantidades não muito diferenciadas, em cada uma delas. Terceiro, porque a mecanização, que poderia acelerar significativamente a produtividade do trabalho e, portanto, provocar diferenciações sócio-econômicas, até o momento é bastante reduzida, tendo em vista ser a produção do fumo uma atividade "artesanal", que tem no trabalho vivo familiar a maior parcela dos pressupostos de produção.

Não desconhecendo as teses que enfocam a sujeição da renda da terra das pequenas propriedades ao capital<sup>81</sup>, opta-se aqui, mesmo correndo o risco de simplificar excessivamente a questão, por privilegiar a apropriação do sobretempo, do sobretrabalho da unidade produtiva familiar. Conforme já enfocado, o acesso à terra, em Santa Cruz, dá-se, basicamente, através da herança ou pela compra. A propriedade privada da terra significa, para os colonos, antes de mais nada, a condição de se reproduzirem enquanto categoria econômica e social. Secundariamente a terra assume o caráter de reserva de valor da qual os colonos podem se valer em momentos críticos, quando a reprodução física ou a sobrevivência estiver em jogo. Neste caso, como último recurso, podem aliená-la.

Se o trabalho familiar, além de persistir, predomina na fumi- cultura e em vários outros ramos da agricultura, é porque o grupo familiar está mais sujeito ao auto-sacrifício, à auto-ex- ploração. Enquanto o plantador de fumo, para se reproduzir, se vale até mesmo do labor infantil e do ancião, intensifica o pro- cesso de trabalho e estica a jornada de trabalho o máximo possí- vel, o trabalhador assalariado está amparado por uma legislação, que se não é das melhores, lhe garante uma série de direitos, dentre eles uma jornada de trabalho de 44 horas semanais, férias, 13º salário, fundo de garantia por tempo de serviço, etc. Assim, nas explorações pouco tecnificadas, o capital consegue extorquir maior quantidade de sobretrabalho do trabalho familiar do que so- bre o assalariado. E isto ocorre porque a proporção existente en- tre a parte da jornada que o operário capitalista tem que traba- lhar, para reproduzir o valor da sua força de trabalho, e o so- bretempo realizado - proporcionalmente ao do colono - é me- nor, porque o segundo, ao prolongar excessivamente a sua jornada de trabalho, aumenta o tempo de sobretrabalho; ou seja, o valor produzido além do necessário para reproduzir a sua força de tra- balho, é maior.

A extorsão do sobretrabalho do colono se materializa quando a mercadoria produzida pelo grupo familiar, o fumo, se realiza, ou seja, quando o fumo é posto à venda por um preço, preço este que em si não é outra coisa senão a expressão em dinheiro do va- lor da mercadoria. Só que o valor pago pelo fumo do plantador fi- ca abaixo do valor real, pois não engloba toda a quantidade de trabalho social nele contido. A diferença entre o verdadeiro va- lor do fumo produzido e o valor efetivamente pago ao produtor é embolsado, a título de lucro, pela indústria fumageira.

Enquanto a produção tabaqueira depender fundamentalmente da força de trabalho e das condições físicas naturais para a sua ob- tenção, ou melhor, enquanto o nível de desenvolvimento das forças produtivas na fumi- cultura persistir baixo, sendo relativamente pequena a composição orgânica do capital empregado no processo

produtivo, a produção familiar do tabaco continuará a ser melhor alternativa para o capital do que a produção assalariada.

#### 4.6 - O trabalho dos safristas

Em nível de atividade industrial, conforme visto anteriormente, o fumo passa pelo processo de beneficiamento. Se a matéria-prima é produzida sob relações não tipicamente capitalistas, o mesmo não acontece no que se refere ao processo de beneficiamento do tabaco. Aqui é cristalina e patente a ocorrência da extração da mais-valia.

A partir do início dos anos 70, como decorrência do aumento em termos relativos e absolutos da produção e dos novos mercados, para os quais um volume cada vez maior de fumo se direcionava, ocorreram importantes modificações que remodelaram os equipamentos industriais para a cura, destala e enfardamento do fumo. Uma delas é que o fumo, até então enfardado e vendido em folha com talo, ou quando muito destalado manualmente, passou a ser destalado mecanicamente. A outra é que as empresas, para poder processar quantidades sempre maiores, tiveram que investir tanto em capital constante quanto em capital variável.

Por se tratar de produto primário perecível, o fumo necessita ser mais ou menos rapidamente manipulado no complexo industrial, para que não entre em estado de deterioração. E ainda que as indústrias tivessem investido em sofisticada tecnologia no intuito de aprimorar o processamento do produto, o que equivale dizer que na composição das forças produtivas o coeficiente de capital constante (máquinas, equipamentos, prédios, laboratórios) aumentou anualmente em termos relativos quando comparado com o coeficiente de capital variável (mão de obra assalariada), a alta tecnologia utilizada nas fábricas diminuiu o período da safra, concentrando-a, mas também necessitando, ao mesmo tempo, de mais força de trabalho para um período de tempo menor. Assim, um razoável contingente de trabalhadores se fez necessário no manu-

seio desta matéria-prima, antes e após esta ser tragada pelo maquinário.

A agroindústria fumageira reproduz constantemente seu capital dentro de um processo produtivo que se caracteriza pela sazonalidade. Na lógica do capital, as forças produtivas, nela embutida a força de trabalho, precisam se ajustar às exigências do capital, para que a necessidade de reprodução ampliada seja satisfeita. Neste sentido, para evitar a compra de força de trabalho, que durante parte do ano ficaria ociosa, a agroindústria fumageira, agindo sob a racionalidade do capital, planejou e sincronizou a produção rural (praticada em minifúndios basicamente com a absorção de mão-de-obra familiar) com o processo de beneficiamento (efetivado nas usinas localizadas no setor urbano do município de Santa Cruz do Sul) de tal forma que a maior parte dos vendedores da força de trabalho, no complexo industrial, seja de operários temporários, intermitentes, sazonais. O safrista é justamente este proletário que troca sua força de trabalho por um salário em atividade industrial ligada ao ramo fumageiro e que se insere no mercado formal de trabalho apenas durante alguns meses do ano, o que varia normalmente entre dois e seis meses.

Durante cerca de meio ano (janeiro a junho ou julho), as indústrias operam com capacidade máxima: é a época da safra industrial. Período em que as fábricas ficam repletas de operários, o fumo dos colonos chega em caminhões até a indústria, e as máquinas (debulhadeira, destalador, secador, prensa, etc.) operam diuturnamente. Passada a safra, vem o período da entressafra (agosto a dezembro) ou safra seca: as máquinas são paradas, desmontadas, reparadas e preparadas para entrar em pleno e total funcionamento na próxima safra. Na entressafra apenas os trabalhadores efetivos, isto é, os responsáveis pelos serviços de manutenção (mecânicos, torneiros, ajustadores, eletricitas e outros) e pela administração (chefes, encarregados de turma, classificadores) permanecem ligados à empresa. Neste período a indústria prescinde do



safrista que, de diferentes formas, se articula no complexo emaranhado de relações sociais, objetivando reproduzir-se.

O safrista é, portanto, a designação local dada ao trabalhador que, temporariamente, vende a sua força de trabalho a uma indústria fumageira, desenvolvendo suas atividades no âmbito da fábrica localizada no espaço urbano. Não deve ser confundido com o "bóia-fria", "pau-de-arara" ou "volante" da agroindústria açucareira paulista,<sup>82</sup> com o operário da agroindústria açucareira nordestina,<sup>83</sup> nem com o trabalhador temporário das empresas terceirizadas prestadoras de serviços.<sup>84</sup>

De acordo com os resultados de uma pesquisa encomendada pelo SESI<sup>85</sup> e os dados coletados em entrevistas, o contingente de safristas pode ser agrupado da seguinte forma.

a) Mulheres que reforçam o orçamento familiar

Nos últimos anos, do total de safristas existentes, 70 a 80% se constituíam de mulheres. Estas vão, ano após ano, trabalhar na safra para reforçar o orçamento familiar, ficando, no restante do tempo, ligadas às suas funções caseiras. As funções domésticas da mulher, como se sabe, são condicionadas tanto pela sociedade capitalista, que reinterpreta e remodela antigas divisões sexuais de trabalho, como pela classe trabalhadora que, no intuito de se defender da exploração econômica e garantir sua sobrevivência, dividiu os papéis no lar, tendo o homem assumido a tarefa de vender sua força de trabalho como mercadoria, e a mulher a de produzir valores domésticos que garantissem o baixo valor da reposição da força de trabalho masculina e a dos futuros trabalhadores<sup>86</sup>. As mulheres aqui enquadradas são as que, hipoteticamente, não trabalhariam de safristas se tivessem possibilidade de uma ocupação regular. É conveniente acrescentar que, em Santa Cruz, boa parte dos empregadores locais ainda se vale do expediente de demitir a mulher tão logo esta case, o que reforça o ideal imaginário que se criou a respeito do seu papel na sociedade.

O dinheiro auferido na safra é usado para comprar alguns móveis ou eletrodomésticos, fazer uma reforma na casa, comprar roupas para a família, aplicar na poupança, melhorar qualitativa e quantitativamente a dieta do grupo familiar, etc. Enfim, quando não é utilizado para satisfazer as necessidades de reprodução física da família (alimentação, vestuário e habitação), serve para redefinir o padrão de vida - que é ao mesmo tempo dinâmico e histórico. Na medida em que o refina exige, em decorrência, ganhos que satisfaçam a necessidade de consumo de bens e serviços.

**b) Subempregados e desempregados momentâneos**

Aqui se incluem os que trabalham pela vez primeira, entre eles, os jovens egressos das escolas que normalmente ocupam funções de controle, apontamento, auxiliar de escritório, etc., dada a sua mais elevada escolaridade. Estes só retornam à safra posterior caso não tenham encontrado colocação em outro lugar. Também é o caso dos rapazes que acabaram de prestar o serviço militar: a baixa ocorre em dezembro (primeira turma), janeiro (segunda turma) e fevereiro (terceira turma), justamente no período em que as indústrias recrutam a mão-de-obra. Sem outro trabalho em vista, muitos desembocam nas usinas de processamento de fumo e, dentre eles, muitos são de origem rural. Para estes o quartel aparece como agente de ressocialização, enquanto que a indústria fumageira completa o estágio de proletarização.

Os subempregados, como a empregada doméstica, os serventes da construção civil, os biscateiros e outros também podem ser arrolados neste grupo. As empregadas domésticas<sup>87</sup> se vêem atraídas pelos benefícios que a legislação trabalhista lhes proporciona (13º salário, férias proporcionais, FGTS, PIS, carteira de trabalho assinada) dado que uma grande parcela delas não possui vínculo empregatício formalizado, percebendo ainda ordenados inferiores até mesmo ao mínimo estipulado por lei. Além disso, o desconto de carteira feito na indústria livra muitas delas daquilo que consideram uma verdadeira mácula: o registro de doméstica na CTPS. Segundo informações do SINE (Sistema Nacional de Empregos),

durante a época de safra, praticamente inexiste a oferta de pessoal para o exercício de trabalhos domésticos; a demanda, por sua vez, aumenta na proporção inversa à da oferta.

Os trabalhadores da construção civil, que também muitas vezes não têm carteira assinada ou não recebem pagamento quando as adversidades intempéricas impedem a realização de obras, também se empregam no trabalho sazonal. Como não são qualificados (normalmente serventes de obra), recebem salários menos baixos nas indústrias fumageiras, podem trabalhar à sombra além de garantirem refeição, uniforme e transporte gratuito até o local de trabalho. E, quando do fim da safra, FGTS, férias e 13º salário proporcionais ao tempo de serviço.

Há ainda os que realizam trabalhos informais e vivem de biscoito (jardineiros, faxineiras e outros trabalhos autônomos) que se garantem com o tão valorizado "desconto de carteira". Estes, normalmente, retornam, ano após ano, aos seus postos, via de regra na mesma empresa.

Os desempregados de momento, que no afã de ver-se livres desta condição, também têm seus problemas resolvidos a curto prazo, ao se alistarem nas fumageiras.

### c) Trabalhadores rurais

Como a disponibilidade de braços recrutada na zona urbana de Santa Cruz mostrava-se insuficiente, as indústrias, a partir do final da década de 70, passaram a fretar pessoal de cidades vizinhas, especialmente de Vera Cruz e Rio Pardo e do interior do próprio município de Santa Cruz. Aqui entram os pequenos proprietários rurais que, além de produzirem os gêneros de subsistência e o tabaco como cultivo destinado ao mercado, passaram a empregar, temporariamente, algum membro da unidade produtiva, para aumentar a renda familiar.

Quanto ao perfil dos safristas, pode-se afirmar que predominam os trabalhadores de baixa escolaridade; há a preponderância feminina em virtude do alto grau de mecanização e informatização do espaço fabril, o que suprimiu boa parte dos serviços mais pe-

sados; estão desorganizados enquanto categoria de trabalhadores, não possuindo órgão sindical próprio (estão ligados ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação) nem associados nesta entidade que os representa. Assim, as empresas, embora atuando estritamente dentro da lei, ao cumprirem a legislação em vigor, no imaginário destes trabalhadores aparecem como sendo "boazinhas" pelas condições de trabalho que oferecem.

Os salários pagos pelas fumageiras são baixos, mas superiores aos que muitos aufeririam em outros empregos. Na média, giram em torno de 1,5 a dois salários mínimos, mas há diferenciações salariais pouco salientes de acordo com a função exercida. Embora o trabalho safrista seja considerado como atividade que prescinde de qualificação profissional, isto pode ser questionado. Há setores, como o de sortimento das folhas de fumo, por exemplo, que requerem grande conhecimento de qualidade e classificação. Nesse setor há todo um pessoal que, enquanto o fumo corre nas esteiras para a destaladeira, retira as folhas que não são da classe que está sendo processada. Os fardos vindos do produtor não apresentam rigorosa homogeneidade (são 48 classes), e a indústria, para se enquadrar nos padrões internacionais, trabalha com um número bem superior. Ora, este trabalho de separação das folhas é todo executado por safristas que são supervisionados pelos funcionários efetivos. Para exercer esta função há necessidade de ter um bom "conhecimento empírico". A ocorrência de funções como estas é o que leva cada indústria a procurar manter, anualmente, o mesmo quadro funcional, sendo os mais qualificados, ou os mais necessários para as indústrias, os primeiros a serem admitidos e os últimos a serem dispensados. Portanto, mão-de-obra relativamente pouco rotativa e de origem, via de regra, rural (já há aptidão para o manuseio de tabaco, porque dificilmente se encontra algum agricultor que não plante fumo), são também características dos trabalhadores temporários das indústrias fumageiras.

A medida que a produção do fumo foi aumentando e que as atividades de beneficiamento foram se concentrando na cidade de San-

ta Cruz, o número de trabalhadores safristas se elevou e começou a se transformar num problema social, o que ocorreu a partir do final dos anos 40. Se antes a situação era amenizada, porque boa parte da força de trabalho temporária rumava para o meio rural no período de entressafra, com o advento das leis trabalhistas tal condição alterou-se:

*"Estamos atualmente na fase do pleno emprego. Toda a mão de obra disponível encontra trabalho nos estabelecimentos beneficiadores de fumo em fôlha. Encerrada, porém, a safra, cujo término varia entre os meses de junho e agosto, o desemprego é o destino de cerca de 2 milhares de operários de ambos os sexos, os quais somente em fevereiro ou março encontrarão novamente trabalho nas fábricas. Este operariado flutuante antigamente em boa parte transferia-se para o interior, a fim de, auxiliando os agricultores nas suas lavouras, obter recursos para o seu sustento. Alguns acidentes de trabalho e a sua liquidação nos termos da lei, fizeram com que os agricultores passassem a ter receio a dar emprego, mesmo que temporariamente, aos diaristas. Retraiu-se, dessa forma, o agricultor que, de forma geral, prefere agora produzir apenas o que pode atender exclusivamente com o concurso de sua família. Isto faz poucos anos e, desde então, a miséria na assim chamada 'safra seca' passou a manifestar-se com maior intensidade nas zonas suburbanas em que estão concentrados os operários sem especialização."*<sup>88</sup>

Provenientes sobretudo dos bairros, especialmente do Camboim, que se situava nos arredores da Souza Cruz, as famílias populares de onde provinham os safristas enfrentavam dificuldades diante do desemprego. Em consequência aumentavam os furtos, roubos e assaltos.

*"Não há dúvida que o desemprego geral, nas indústrias que dependem de safras, contribui para alimentar o mal, se bem que haja na nossa cidade um regular número de malandros que, se descobrissem o cidadão que inventou o trabalho, o assassinariam impietosamente. (...) O que nos impulsionou hoje a escrever este editorial é o fato de nos ter chamado a atenção que o aumento do número de crimes de furto e assaltos à propriedade ocorre justamente no período mais agudo do desemprego dos safristas."*<sup>89</sup>

Embora alguns poucos projetos tivessem sido elaborados com o fito de dar alguma ocupação aos safreiros, todos acabaram fracassando porque, invariavelmente, pretendiam transformar os safristas em bóias-frias.<sup>90</sup> Os operários citadinos dificilmente a-

ceitavam as condições de trabalho que lhes eram impostas pelos colonos, e estes desconfiavam demasiadamente daqueles. Ainda mais quando se espalharam casos em que agregados ou operários temporários haviam contratado um advogado para requerer os seus direitos. E lidar com advogado é tudo o que o colono não quer!

Se em 1957 os estabelecimentos de beneficiamento de fumo ocupavam cerca de 2 mil trabalhadores sazonais, tal número não deve ter-se elevado muito até o final dos anos 60. Mas, a partir de 1970, cada vez mais braços foram requeridos. Houve anos em que Santa Cruz ficou literalmente sem serventes de obra, empregadas domésticas, e mesmo certos estabelecimentos comerciais e industriais viram migrar sua força de trabalho. Mas, com o passar dos anos, deu-se a acomodação de tal forma que as indústrias fumageiras não necessitaram competir pela mão-de-obra com os demais ramos capitalistas. Os únicos setores que persistiram se ressentindo da falta de braços, no período de safra, foram os ligados ao trabalho doméstico e à construção civil.<sup>91</sup> Entretanto ambos podem ser considerados uma espécie de subemprego devido à baixa remuneração que proporcionam e porque se esquivam, muitas vezes, das leis trabalhistas.

Em 1979 as fumageiras locais empregavam 7.584 safreiros.<sup>92</sup> Nos anos de 1985 e 1986 as empresas que operavam na cidade ocupavam o seguinte número:

TABELA 24: NÚMERO DE SAFRISTAS CONTRATADOS POR EMPRESA NOS ANOS DE 1985 E 1986 EM SANTA CRUZ DO SUL

EMPRESA	1985	1986
R. J. REYNOLDS	850	1.000
TABACOS BRASILEIROS	1.700	2.050
KLIEMANN S/A	700	550
TABRA	1.150	1.067
BOETTCHER & WARTCHOW	900	790
ARMADA	1.200	1.817
SUDAN	80	47
MERIDIONAL	366	299
SOUZA CRUZ	2.056	2.093
<b>TOTAL</b>	<b>9.002</b>	<b>9.713</b>

FONTE: SINE Santa Cruz do Sul

O número de trabalhadores safristas em Santa Cruz manteve-se mais ou menos estável entre 1985 até 1992. A partir deste ano passou a haver um acentuado declínio no número de operários temporários ocupados no beneficiamento do tabaco. A tabela 25 registra que o nível de empregados nas últimas duas safras caiu 38,7%.

TABLA 25: NÚMERO DE TRABALHADORES SAFRISTAS EMPREGADOS NAS FUMAGEIRAS DE SANTA CRUZ DO SUL (1989 - 1994)

ANO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
1989	3.852	5.650	9.502
1990	4.160	5.781	9.941
1991	3.944	5.402	9.346
1992	4.042	5.505	9.547
1993	3.668	5.479	9.147
1994	2.487	3.365	5.852

FONTE: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e da Alimentação

Três são os fatores apontados para justificar a redução do índice do emprego sazonal nos últimos dois anos: a) a redução, na safra 93/94, em cerca de 20% na área de plantio do fumo em decorrência da rigorosa classificação feita pelas indústrias no ano anterior, sob a alegação de estar havendo uma superprodução; b) a grande fusão de empresas ocorrida nos últimos anos que permitiu racionalizar e concentrar os trabalhos em um número menor de usinas de beneficiamento; c) o constante avanço técnico e modernização da maquinaria processadora de tabaco. Assim, as agroindústrias, que em outros tempos tiveram dificuldades de se suprir de mão-de-obra, a partir de agora podem se dar o luxo de selecionar melhor ainda seu pessoal.

## NOTAS

- 1 - Dados cfe. AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) referentes à safra 92/93.
- 2 - Cfe. CIA DE CIGARROS SOUZA CRUZ. *A cultura do fumo de estufa no sul do Brasil*. s/d p. 8 e 9.
- 3 - Cfe. Albino Gewehr, presidente do SINTRAFUMO, em entrevista realizada em 02 de agosto de 1993.
- 4 - Cfe. PROGRAMA COMERCIALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. *Diagnóstico de comercialização do fumo*. Porto Alegre: FEE, 1977. p. 38.
- 5 - CIA. DE CIGARROS SOUZA CRUZ. Op. cit. p. 15.
- 6 - *O produtor de fumo*, Florianópolis, out./nov. 1987. p. 3.
- 7 - CIA. DE CIGARROS SOUZA CRUZ. Op. cit. p. 26.
- 8 - Atualmente está em vigor a Portaria nº 526, de 20 de outubro de 1993. Esta substituiu as anteriores, a de nº 674, de 18 de setembro de 1975; a de nº 875, de 22 de setembro de 1978 e a de nº 309, de 02 de outubro de 1980.
- 9 - ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 265-296.
- 10 - Durante as décadas de 50 e 60, Santa Cruz foi "exportadora" de população, isto é, a emigração do município excedeu a imigração conforme os cálculos feitos por GODINHO, Rute. A dinâmica populacional de Santa Cruz do Sul. In: *Estudos de população VI* - Santa Cruz do Sul. São Paulo: CEBRAP, 1980. p. 12.
- 11 - Ver a respeito: PEREZ, Maria del Carmen Granell. *Erosion y practicas agricolas en la cuenca del Rio Pardinho, RS, Brasil*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1990. Tesis (Doctoral) - Departamento de Geografia y Ordenacion del Territorio, Universidad de Zaragoza, 1990.
- 12 - SÁ JR., Francisco. O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, 3: 87-147, jan. 1973. p. 145.
- 13 - FRANK, André Gunder. *Acumulação mundial 1492 - 1789*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 22-23.
- 14 - MARTINS, José de Souza. As lutas sociais no campo. *Cadernos de justiça e paz*, Curitiba, 1(1): 45-53, set. 1980.
- 15 - SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho*; estudo da subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 71.
- 16 - GARDELIN, Mário. Luta contra a monocultura do fumo. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 26 nov. 1957. p. 6.
- 17 - DUPONT, Arno. O cultivo do fumo e os agricultores. *A Voz do Progresso*, Santa Cruz do Sul, 04 mai. 1958. p. 3.
- 18 - SCHUCK, Maurício. Produzir fumo de estufa é um trabalho 100% manual. *Gazeta do Sul*, 02 jan. 1973. p. 2.



- 19 - SCHUCK, Maurício. Terminou a colheita do fumo. *Gazeta do Sul*, 25 fev. 1970. p. 3.
- 20 - Falava-se em "lavoura de pobre" por se tratar de uma ocupação típica do pequeno produtor. Cfe. FUMO de Santa Cruz corre o mundo. *Revista Visão*, São Paulo, 26 abr. 1963. p. 39. A expressão, por questões políticas, deixou de ser empregada.
- 21 - SCHUCK, Maurício. Os nossos pequenos heróis e heroínas. *Gazeta do Sul*, 22 nov. 1969.
- 22 - SCHUCK, Maurício. As férias do coloninho. *Gazeta do Sul*, 04 jan. 1966. p. 6.
- 23 - CRAVO, Veraluz Zicarelli. *A lavoura de fumo em Irati; a produção familiar & capitalismo*. Curitiba: IHGEP, 1982. p. 21.
- 24 - BURBACH, Roger, FLYNN, Patricia. *Agroindústria nas américas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 23.
- 25 - PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1968. p. 48.
- 26 - BESKOW, Paulo Roberto. *O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 124.
- 27 - Terra de trabalho usada aqui como designando a lavoura de subsistência. Ver a respeito. GARCIA JR. Afrânio Raul. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- 28 - OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986. p. 29.
- 29 - MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1988. p. 19.
- 30 - GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial como etapa e via de desenvolvimento da agricultura. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 2(3): 147-151, jul./set. 1982; GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 94 et seq. SILVA, José Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 41 et seq.
- 31 - SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1990. p. 59.
- 32 - Uma excelente síntese das idéias dualistas discutidas no período 1950 / 1970 pode ser encontrada em: CASTRO, Ana Célia et al. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações*. Brasília: BINAGRI, 1979. p. 25-59; LINHARES, Maria Yedda, SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da agricultura brasileira; combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 37-72; MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- 33 - MOREIRA, Ruy. A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil. *Terra Livre*. São Paulo, nº 6: 19-63, ago. 1989. p. 54.
- 34 - RAFI. De onde vem as sementes e para onde vão. In: HOBELINK, Henk (editor). *Biotechnologia: muito além da revolução verde*. Porto Alegre: Riocell, 1990. 23-37.

- 35 - DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: ícone / UNICAMP, 1985. p. 33-34.
- 36 - Umas destas formas de integração capitalista ocorre no complexo avícola. Ver a respeito: RIZZI, Aldair Tarcísio. *O capital industrial e a subordinação da pequena produção agrícola*; o complexo avícola no sudoeste paranaense. Curitiba: UFMG, 1984. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 1984. SORJ, Bernardo et al. *Camponeses e agroindústria*; transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- 37 - MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrícola*. São Paulo: HUCITEC:EDUC, 1989. p. 45.
- 38 - Ver a respeito: SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- 39 - BURBACH, R., FLYNN, P. Op. cit. p. 14.
- 40 - BRUM, Argemiro Luís e outros. Processo de modernização na agropecuária e o complexo agroindustrial. In: BAGGIO, Adelar (org.). *Elementos de cooperativismo e administração rural*. Ijuí: FIDENE, 1983. p. 77.
- 41 - WILKINSON, John. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 39.
- 42 - CASTRO, A. C. Op. cit. p. 152.
- 43 - DESER. *Anotações do Seminário sobre a Integração da Pequena produção na Região Sul*. Chapecó: mimeog. 1990. p. 5.
- 44 - BELATO, Dinarte. Os sistemas integrados de produção. In: BAGGIO, A. F. Op. cit. p. 139.
- 45 - GUIMARÃES, A. P. (1979), op. cit. p. 123.
- 46 - SORJ, B. (1986), op. cit. p. 50.
- 47 - SANTA CRUZ DO SUL. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General José Antonio Flôres da Cunha d.d. Interventor Federal neste estado pelo Prefeito Tte. Cel. Oscar R. Jost - exercício de 1934. p. 17.
- 48 - GARDELIN, Mário. Assistência técnica e meios para a cultura do fumo. *Gazeta do Sul*, 19 nov. 1957. p. 6.
- 49 - Ibidem. p. 6.
- 50 - GARDELIN, Mário. Aumenta de qualidade cada ano o fumo gaúcho. *Gazeta do Sul*, 05 nov. 1957. p. 6.
- 51 - PAULILO, Maria Ignez. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: UFSC, 1990. p. 48.
- 52 - Ibidem. p. 51. "(...) o campesinato não é independente, nem está desconectado do circuito global do capital. Ao contrário, encontra-se de diversas formas subordinado a esse circuito". DA SILVA, José Graziano da. Tecnologia e campesinato: o caso Brasileiro. *Revista de economia política*, São Paulo, 3(4): 21-55, out./dez. 1983. p. 25.
- 53 - GARDELIN, M. (19/11/57), op. cit. A situação se repetiu no Vale do Itajaí onde a Souza Cruz introduziu a cultura em 1945. Lá, segundo o mesmo autor, corria o boato de que o fu-

mo estraga a terra e que depois da terceira safra nem mesmo samambaias cresciam no solo; a outra é de que o fumo induziria à monocultura. Cfe. GARDELIN, M. Perderá o Rio Grande a primazia na produção de fumo? *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 29 nov. 1958. p. 5. Igualmente na região de Irati houve contestações à adesão do plantio insufladas pelos proprietários dos depósitos, cfe. CRAVO, V. Z. Op. cit. p. 88.

- 54 - GARDELIN (29/11/58), op. cit.
- 55 - MONTALI, Lilia T. *Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista*; produção de fumo em Santa Cruz do Sul. São Paulo: USP, 1979. Dissertação (Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1979. p. 76.
- 56 - Esta tese era defendida por muitos estudiosos na década de 70. Entre eles, DUARTE, João Carlos, QUEDA, Oriovaldo. Agricultura e acumulação. *Revista debate e crítica*, São Paulo, 2: 90-97 jan./jun 1974. p. 92. Os estabelecimentos com menos de 50 ha continuam respondendo por parcela importante na produção de alimentos, mas não se pode negligenciar sobre a produção de arroz, por exemplo, cultivado em grandes empreendimentos capitalistas no RS. Cfe. SILVA, José Graziano da, KAGEYAMA, Ângela A. A produção camponesa e o desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil. In: *Anais do Seminário A Agricultura Brasileira nos Anos 90: desafios e perspectivas*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1991. p. 153-177.
- 57 - Cfe. entrevista realizada com Ramírio Thomé, coordenador do Departamento de Mutualidade da AFUBRA.
- 58 - A respeito da mecanização proporcionada pela facilidade de acesso ao crédito e da diferenciação sócio-econômica ocorrida no estado do Paraná ver: FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988.
- 59 - PAULILO, M. I. S. Op. cit. p. 168.
- 60 - ETGES, Virginia Elisabeta. *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991. p. 122.
- 61 - BURBACH, R., FLYNN, P. Op. cit. p. 31.
- 62 - Ver a respeito: NAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo, Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 22-39; BELL, John Fred. *História do Pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; KUNTZ, Rolf (org.). *François Quesnay: economia*. São Paulo: Ática, 1984.
- 63 - SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 83.
- 64 - RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 66.
- 65 - Ibidem. p. 68 e 69.
- 66 - MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed.
- 67 - VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo). In: AMIN, Samir, VERGOPOULOS, K.

- A questão agrária e o capitalismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 159.
- 68 - SILVA, J. G. Op. cit. (1982), p. 43
  - 69 - LAMARCHE, Hughes (org.). *A agricultura familiar: comparação internacional.* Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. p. 13.
  - 70 - MARX, Karl. Op. cit. p. 925.
  - 71 - IÓRIO, Maria Cecília. Integração agroindustrial: terceirização no campo? *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, Publicações do CEDI, 269(15): 44-47.
  - 72 - VERGOUPOLOS, K. Op. cit. p. 160.
  - 73 - KAUTSKY, Karl. *A questão agrária.* São Paulo: Proposta Editorial, 1980. p. 289.
  - 74 - AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária (a dominação do capitalismo sobre a agricultura). In: AMIN, S., VERGOUPOLOS, K. Op. cit. p. 31 e 32.
  - 75 - LIEDKE, Élide Rubini. Op. cit. p. 98.
  - 76 - SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa; estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 134.
  - 77 - O professor Campis, ao estudar a produção de milho híbrido na localidade de Rincão del Rey, município de Rio Pardo, RS, deparou-se com um plantador da Pioneer Sementes altamente tecnificado que, valendo-se da mão-de-obra familiar, cultivava 200 ha de soja, 60 de milho híbrido, 50 de arroz e ainda tinha 60 cabeças de gado para a venda. CAMPIS, Luiz Augusto Costa a. *Agroindústria e pequena propriedade: o caso do milho híbrido no Vale do Rio Pardo.* Campina Grande: UFPB, 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, 1994. p. 71 a 75.
  - 78 - SANTOS, J. V. T. Op. Cit. p. 125 a 133.
  - 79 - MARX, Karl. *O capital*, livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo: Editora Moraes, 1985. p. 87 a 108.
  - 80 - WILKINSIN, J. Op. cit. p. 206.
  - 81 - Entre os autores que advogam esta tese encontramos: MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.* Petrópolis: Vozes, 1986. p. 151-177; OLIVEIRA, Ariovaldo de. *Agricultura camponesa no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1991. p. 49. OLIVEIRA, A. (1986), op. cit. p. 65.
  - 82 - Cfe. descrito por IANNI, Octávio. *A classe operária vai ao campo.* São Paulo: Brasiliense, 1977; MARTINEZ-ALIER, Vera. As mulheres do caminhão de turma. In: PINSKY, Jaime (Org.). *Capital e trabalho no campo.* São Paulo: Hucitec, 1979. p. 69-100.
  - 83 - Cfe. relatado por LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
  - 84 - Cfe. analisado por DELORENZO NETO, A. *O trabalhador temporário em São Paulo, no ABC e no Rio de Janeiro.* São Paulo: Gráfica Editora Real, 1977.

- 85 - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. *O trabalhador safrista*. (Porto Alegre), mimeog., 1981. s/paginação.
- 86 - Ver a respeito: FAUSTO NETO. Ana Maria Quiroga. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 140 et seq.
- 87 - Segundo SAFFIOTI, o trabalho doméstico não pode ser considerado como sendo capitalista porque se destina à produção de bens e serviços de consumo imediato da família empregadora, não produzindo valores de troca nem a mais-valia. Este trabalho está integrado, entretanto, no sistema capitalista de produção por liberar outros indivíduos à execução de tarefas ligadas diretamente ao processo produtivo. Cfe. SAFFIOTI, Heleieth Iara B. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- 88 - EDITORIAL. Melhor standard de vida dos assalariados. *Gazeta de Santa Cruz*, 13 mar. 1956. p. 7.
- 89 - EDITORIAL. Desemprego, furtos e assaltos. *Gazeta do Sul*, 22 nov. 1957. p. 5. Matérias que versam sobre este tema são frequentemente encontradas nos jornais locais, inclusive com dados estatísticos fornecidos pela Delegacia de Polícia Civil.
- 90 - Um destes projetos que foi muito badalado pelo jornal local da época foi arquitetado pelos poderes executivo e legislativo municipal, Associação dos Plantadores de Fumo em Folha e Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo. Ver a respeito: DESLOCAMENTO para o interior do trabalhador safreiro. *Gazeta do Sul*, 11 jun. 1960. p.1.
- 91 - O ano mais crítico parece ter sido o de 1980. Ver a respeito. ESTÁ faltando mão-de-obra na construção civil. *Gazeta do Sul*, 15 jan. 1980. p. 4 e 5.
- 92 - EM SANTA CRUZ, índice de desemprego aumenta na entressafra do fumo. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, 18, jul. 1979. p. 14.

## 5. AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES E AS TENDÊNCIAS DA FUMICULTURA

Para apreender as potencialidades de ação coletiva de caráter econômico-corporativo e/ou político, no enfrentamento entre os colonos fumicultores e o capital, é necessário reconstituir o histórico da AFUBRA, Associação dos Fumicultores do Brasil. Isto porque é esta a entidade que tem negociado com a indústria o preço correspondente a cada classe do tabaco e que, de uma maneira geral, tem auxiliado na montagem da política adotada para o ramo que, como foi possível demonstrar, é altamente vantajosa à agroindústria.

### 5.1 - Pequeno Histórico da AFUBRA

Os fumicultores, quando comparados com os industriais santacruzense ligados à atividade fumageira, organizaram-se tardiamente numa entidade representativa que fizesse valer os seus anseios, desejos e necessidades. É possível que antes de terem constituído uma entidade classista, tivessem visto nas cooperativas a trincheira da defesa dos seus interesses coletivos. Assim, enquanto os industriais do setor tabagista, desde dezembro de 1942, já se congregavam numa associação, os fumicultores fizeram-no apenas a partir de março de 1955, quando, no dia 21, fundaram uma entidade de caráter estadual: a Associação dos Plantadores de Fumo em Folha do Estado do Rio Grande do Sul, APFFRGS.<sup>1</sup>

Segundo WERNER,<sup>2</sup> três foram os motivos principais que levaram à criação da associação: a situação de desamparo e desproteção em que se encontravam os fumicultores face ao mercado; as despesas provenientes da precipitação de granizo e a negociação

do preço do fumo que não se fundamentava nos custos de produção da matéria-prima.

No que diz respeito ao mercado, os fumicultores da região cada vez mais foram substituindo as lavouras do fumo de secagem em galpão pelas variedades do fumo de estufa. Isto se deveu, em parte, pelas exigências do mercado nacional, mas também foi uma decorrência do enfraquecimento das terras locais, que assim deixaram de produzir fumos de galpão com as características que os importadores exigiam. Também as flutuações existentes no mercado tumultuavam muito a comercialização: havia anos em que a exportação do tipo estufa chegava a ser bloqueada para satisfazer a necessidade de absorção do consumo interno; mas também havia anos em que o mercado externo era a única saída para os estoques excedentes. Quando a conjuntura era favorável, como no final da Segunda Guerra Mundial, os preços se elevavam e ocasionavam uma crise de superprodução, semelhante àquela que se deu em 48, 49, 50, 51 que, de acordo com WERNER, foram os piores anos para os plantadores da solanácea. Nas épocas de crise, empresas como a C.B.F.F. ainda pagavam razoavelmente em dia os fornecedores. As locais mais consolidadas, como a Exportadora Hennig, a Cia. de Fumos Santa Cruz e a Tabacos Tatch, também conseguiam fazê-lo, se bem que com maiores dificuldades. Mas havia colonos cujo ajuste final de contas ocorria até depois de dois anos:

*"Dois anos! Não vou dizer o completo da safra, mas para ele receber 100 mil réis ou 200 mil réis tinha que ter um motivo gravíssimo comprovado para que ele recebesse estes 200 mil réis ou 500 mil réis ou 100 mil réis nesta época".<sup>3</sup>*

Ainda que de 52 a 55 a situação tivesse melhorado um pouco, a insegurança persistiu até mais ou menos 1970.

As chuvas de granizo ocorrem com alguma frequência entre os meses de setembro e fevereiro, nos estados do Sul do Brasil, em virtude de algumas especificidades climáticas. E é justamente neste período do ano que acontecem o crescimento, o desenvolvimento e a maturação das lavouras de tabaco. O granizo, ao atingir o fumal, causa-lhe danos irreparáveis que, de acordo com a inten-

sidade da precipitação, ocasiona perdas totais ou parciais para os plantadores. Assim, ao se reunirem numa entidade de classe, os produtores aspiravam a encontrar alguma solução que, se não eliminasse, ao menos reduzisse as perdas decorrentes da incidência de granizo sobre as lavouras.

Quanto ao preço pago pelo fumo, até a criação da APFFRGS e mesmo após, era a Souza Cruz que o estabelecia. Embora os industriais locais tivessem fundado uma associação em 1942 e a transformado, em 1947, em Sindicato, este órgão não conseguiu se sobrepor à subsidiária da BAT.

*"Os preços do tabaco são impostos pelo grupo Souza Cruz, que absorve 2/3 da safra gaúcha, impedindo dessa maneira aos outros concorrentes adquirir fumo por menor preço. Assim no início de cada safra a companhia publica os chamados 'preços de abertura' que são a base de tôdas as negociações de fumo no Rio Grande do Sul. Os preços variam segundo a qualidade do produto, atingindo preço mais alto para os primeiros tipos e decrescendo para os inferiores. O fumo de galpão atinge preço mais baixo que o de estufa".<sup>4</sup>*

Como até então não havia cálculo algum sobre o custo de produção, o preço pago pelo fumo do colono variava de acordo com a oferta e procura. As oscilações do preço podem perfeitamente ser notadas pela tabela abaixo.

TABELA 26: PREÇO POR ARROBA DO FUMO EM FOLHA DE ESTUFA: 1942 / 1952

CLASSES	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952
A	80,00	85,00	95,00	170,00	185,00	210,00	190,50	181,50	148,50	148,50	162,00
B	70,00	75,00	85,00	160,00	175,00	190,00	172,50	163,50	139,50	139,50	153,00
C	60,00	65,00	75,00	145,00	155,00	170,00	154,50	148,50	130,50	130,50	144,00
D	50,00	55,00	65,00	135,00	145,00	160,00	145,50	139,50	124,50	124,50	138,00
E	38,00	45,00	55,00	120,00	120,00	145,00	130,50	124,50	118,50	118,50	132,00
EE	35,00	42,50	50,00	110,00	105,00	130,00	118,50	112,50	112,50	112,50	126,00
F1	31,00	40,00	47,00	100,00	90,00	100,00	91,50	88,50	88,50	91,50	105,00
F2	24,00	32,00	37,00	85,00	65,00	75,00	67,50	64,50	64,50	67,50	75,00
F3	16,00	20,00	24,00	70,00	40,00	45,00	40,50	37,50	37,50	40,50	45,00
V	10,00	20,00	24,00	45,00	40,00	45,00	40,50	28,50	28,50	40,50	45,00

FONTE: Gazeta de Santa Cruz (vários exemplares)

Consoante comentado anteriormente, o preço do tabaco ascendeu até 1947, passando a declinar em valores nominais e reais daí por diante. A partir de 1951 começou a haver uma lenta recuperação dos preços. Nesta época, é importante reiterar, os preços não e-



ram negociados nem tabelados pelo governo. Era a indústria que os estipulava.

Antes da fundação da APFFRGS, já tinham sido esboçadas algumas tentativas de mobilização de plantadores que objetivavam melhores preços para o seu produto. Mas tais reivindicações foram esporádicas, efêmeras e isoladas. Foi somente a partir de fevereiro de 1955 que o movimento começou a ganhar força, quando da realização, em Venâncio Aires, de uma semana ruralista. Os plantadores daquele município, através da Associação Rural, fizeram reivindicações ao governador do estado, Ildo Meneghetti, que os orientou a criarem uma associação ou algo do gênero, para levarem adiante as suas reclamações.<sup>5</sup>

Quem encampou a idéia foi o Sr. Harry Antônio Werner, ex-seminarista estabelecido em Linha Formosa, interior de Santa Cruz do Sul, como plantador de tabaco, comerciante de produtos em geral, posteiro de compra de fumo e transportador. Foi na sua casa comercial que brotou o plano inicial.

*"Era sistema depois da missa os colonos vir lá na nossa casa comercial, nós tomava chimarrão e falava sobre tudo. E aí então se consolidou a idéia de criar a associação."*<sup>6</sup>

Respaldado na localidade pelo padre Emílio Backes, e após contactar com as lideranças das associações rurais candelariense e venâncio-aiense, foi convocada uma assembléia de plantadores de fumo a qual se realizou em 21 de março de 1955, no salão da Sociedade Aliança Católica, no centro de Santa Cruz. Pelo elevado número de presentes, deduz-se que a proposição gerou interesse e perspectivas entre os fumicultores.

*"A nossa assembléia de fundação tinha mais de 2.500 pessoas, naquela época, 1955, 21 de março. Foi um dia que Santa Cruz não tinha mais pão, nem lingüiça nem coisa nenhuma. Ninguém acreditava que o troço ia dar porque nós publicamos no jornal, damos entrevista, inclusive o padre Emílio também deu algumas entrevistas e tal do fumo etc., mas ninguém deu bola, ninguém achou...e quando foram vê a rua principal não tinha mais trânsito, porque não coube todo mundo dentro do salão da Aliança Católica, na época não é. A escadaria tava cheia, o salão tava cheio e a rua lá na frente tava cheia. Então isto foi o dia da fundação."*<sup>7</sup>

Durante a assembléia houve discursos de políticos, clérigos, representantes de cooperativas e das lideranças que convocaram o ato. Decidiram-se pela criação de uma associação de âmbito estadual ao invés de um sindicato; aprovaram com algumas alterações a minuta dos estatutos que o Sr. Werner trazia na manga do colete e elegeram a primeira diretoria que tinha na proa os seguintes nomes: Harry A. Werner, presidente; Avelino Breidenbach, secretário; João Floriano Backes, tesoureiro. De acordo com as normas estatutárias, em Santa Cruz seria a sede da entidade, nos principais municípios produtores de tabaco funcionariam as Delegacias, e os Diretórios da Associação seriam instalados em cada zona que correspondesse a um raio de 10 km onde houvesse produtores de fumo em folha.

Inicialmente esta mobilização dos fumicultores foi recebida pelas empresas da indústria e do comércio com muita reserva e mesmo com restrição. Os industriais, temendo o surgimento de uma luta entre classes, procuraram entravar o desenvolvimento da Associação.

*"Me taxaram de comunista". (Werner)*

Na realidade Werner não passava de um anti-PTB.<sup>8</sup> O homem que dirigiu com mão-de-ferro a associação durante 28 anos<sup>9</sup> foi militante do PSD, chegando inclusive a ocupar o posto de Secretário Municipal da Agricultura e vereador. No período bipartidário filiou-se na ARENA. Quase no fim da sua vida ingressou no PDT, tendo concorrido por esta agremiação partidária à prefeitura de Santa Cruz no pleito realizado em 1988.

As suspeitas dos industriais, entretanto, foram desvanecendo. Um ano e meio após sua fundação, a Associação dos Plantadores começou a renunciar, na prática, à sua função de entidade representativa de classe para, gradualmente, transformar-se numa "empresa de seguro agrícola". E isto ocorreu porque a direção da APFFRGS, não obtendo por parte da Cia. Nacional de Seguro Agrícola um plano específico para assegurar as lavouras de tabaco, elaborou um sistema próprio de mutualidade. Assim, no dia 5 de no-

vembro de 1956, entrou em operação o Departamento de Mutualidade<sup>10</sup> da associação.

É sabido e reconhecido que as tormentas e chuvas de granizo são o maior inimigo dos fumais. Em consequência, o agricultor vive constantemente preocupado, pois corre o risco de ver aniquilado, em poucos minutos, pelo terrível flagelo da natureza, todo o esforço e dedicação do seu trabalho. Neste sentido, o seguro criado veio amenizar, em parte, as seqüelas provocadas por este flagelo. Seqüelas estas sentidas não somente pelos produtores, mas também pelas agroindústrias.

*"(...) os industriais viram que efetivamente através do Departamento de Mutualidade eles teriam uma garantia dos insumos que eles estavam financiando, porque naquela época o banco não financiava, era financiado pelas firmas. Então se um plantador fosse atingido pelo granizo, obrigatoriamente eles tinham que financiá-lo mais um ou dois anos até que se equilibrasse de novo. Então através do nosso Departamento de Mutualidade eles viram que, de fato, para uma maior independência econômica do plantador, era interessante que ele fizesse o seu seguro. Então eles começaram, eles se ofereceram."<sup>11</sup>*

Em outras palavras, o seguro da Associação resolveu importantes problemas para o capital industrial e lhe foi francamente benéfico. Primeiro, porque socializou entre os próprios produtores as despesas provocadas pelo granizo. Segundo, porque garantiu os investimentos financiados aos produtores pelas empresas (depois bancos). Explicitando melhor: para que o plantador tivesse direito a ser ressarcido das despesas causadas na sua lavoura pelo granizo, era necessário que a mesma estivesse inscrita no Departamento de Mutualidade. Para fazê-lo, além de uma taxa fixa a título de anuidade de associado, o colono pagava um percentual sobre o total do fumo assegurado. Por exemplo, se um associado plantasse 30 mil pés e assegurasse a plantação pelo valor máximo estipulado pela entidade, que hipoteticamente seria, digamos, de Cr\$ 0,35 por pé de fumo, o valor da inscrição chegaria à casa dos Cr\$ 10.500,00. Esta importância, multiplicada por 3 (%), daria o total do prêmio a ser pago à associação, que neste caso seria de Cr\$ 315,00. Assim, de acordo com o exemplo dado, caso o colono

tivesse toda a sua plantação destruída seria indenizado em Cr\$ 10.500,00, valor que corresponderia a cerca de 60% do valor comercial do fumo, pois neste caso não teria despesas maiores com o consumo de lenha e pouparia a mão-de-obra necessária para a realização da colheita, secagem, classificação, etc. Caso a perda na lavoura fosse parcial, ou seja, na média apenas algumas folhas de cada planta tivessem sido destruídas pelo vendaval ou granizo, a indenização seria proporcional a tais perdas. Mas como a incidência de granizo ou vendavais se dá esporadicamente e em áreas geográficas relativamente restritas, abrangendo determinadas faixas do território de um Estado e mesmo de um município, a totalidade ou mesmo a maioria das lavouras nunca são atingidas em um mesmo ano. E, como são muitos os que fazem o seguro e poucos os atingidos, o prejuízo pago aos últimos sai do bolso dos primeiros, havendo, desta forma, o rateio ou a socialização das perdas. Por outro lado, na medida em que o fumicultor tinha assegurado o seu fumal, podia saldar seus compromissos, evitando problemas para a empresa que não mais precisava refinanciá-lo e lhe conceder algum tipo de auxílio emergencial. Outro fato relevante: recebendo o seguro, dificilmente o produtor ficava desestimulado a ponto de não voltar a plantar fumo na safra seguinte. CRAVO, após estudar os colonos fumeiros de Irati (PR), também percebeu esta questão.

*"Criou-se, com esta entidade, um mecanismo de captação de recursos para cobrir os prejuízos de lavouras atingidas. Com isto as companhias garantem seus investimentos nas lavouras de fumo e não perdem seus fornecedores de matéria-prima. Ao mesmo tempo os colonos sentem-se estimulados a continuar na fumicultura, sem perceber com clareza que eles próprios financiam este seguro com sua produção".<sup>12</sup>*

Cientes desta situação, as agroindústrias passaram a encarar a Associação de maneira diferente e *"então eles começaram, eles se ofereceram."*

*"Em 1958, então o John Andres, que era o chefe de produção da Souza Cruz em Lajeado, nos mandou chamar para inscrever plantadores de Lajeado. E ele é que quebrou o tabu da divisão entre a indústria fumageira e entre a Associação. Aí eles reconheceram que efetivamente os nossos objetivos eram sólidos e que de fato nós estávamos trabalhando em*

*prol da cultura do fumo, sem uma política similar ou qualquer coisa.*"<sup>13</sup>

Mesmo apoiando a iniciativa da Associação, os industriais tiveram certo receio de sugerir e persuadir seus fregueses a inscreverem as lavouras de tabaco no seguro da entidade, por causa da pequena estrutura da mesma. No primeiro ano em que vigorou o seguro, dado o adiantado da safra e o ineditismo do plano, somente 103 associados fizeram a inscrição de sua lavoura, pagando um prêmio de 2%. Os prejuízos causados nas lavouras dos inscritos, entretanto, atingiram o dobro dos prêmios arrecadados. A APFFRGS, para fazer face às indenizações dos atingidos, viu-se obrigada a contrair um empréstimo, o que foi feito junto à Caixa Rural União Popular. Na safra 57/58 o número de assegurados passou para 861. Como foram poucos os atingidos, a dívida do ano anterior pôde ser resgatada, ficando ainda um superávit no caixa. No terceiro ano houve 1.395 inscritos, havendo um pequeno déficit entre a arrecadação com prêmios e a indenização. Na safra 59/60, elevou-se para 5.332 o número dos sócios participantes do plano mutuário. O déficit neste ano foi de quase 1 milhão de cruzeiros.<sup>14</sup>

O receio dos industriais parecia justificado. Tanto que apoiaram, em 1959, um projeto de lei que beneficiava a APFFRGS, apresentado na Assembléia Legislativa gaúcha pelo deputado Euclides Kliemann, do PSD. O projeto previa a encampação, por parte do governo do estado, dos déficits futuros do Departamento de Mutualidade da Associação dos Plantadores de Fumo em Folha do Estado do Rio Grande do Sul.<sup>15</sup> Como vários deputados do PTB fossem contrários à aprovação do referido projeto, Werner usou a Tribuna da Câmara Municipal de Vereadores para pedir o apoio da bancada local do Partido Trabalhista Brasileiro. Seu discurso é elucidativo:

*"Abordando este assunto com diversos estabelecimentos industriais, estes nos esclareceram que era muito interessante e de grande valia este empreendimento da Associação mas eles não podiam intervir diretamente junto a seus fregueses aconselhando-os a segurar suas lavouras pelo fato de a Associação não dispor de suficientes garantias para cobrir de imediato todo e qualquer prejuízo que houvesse."*

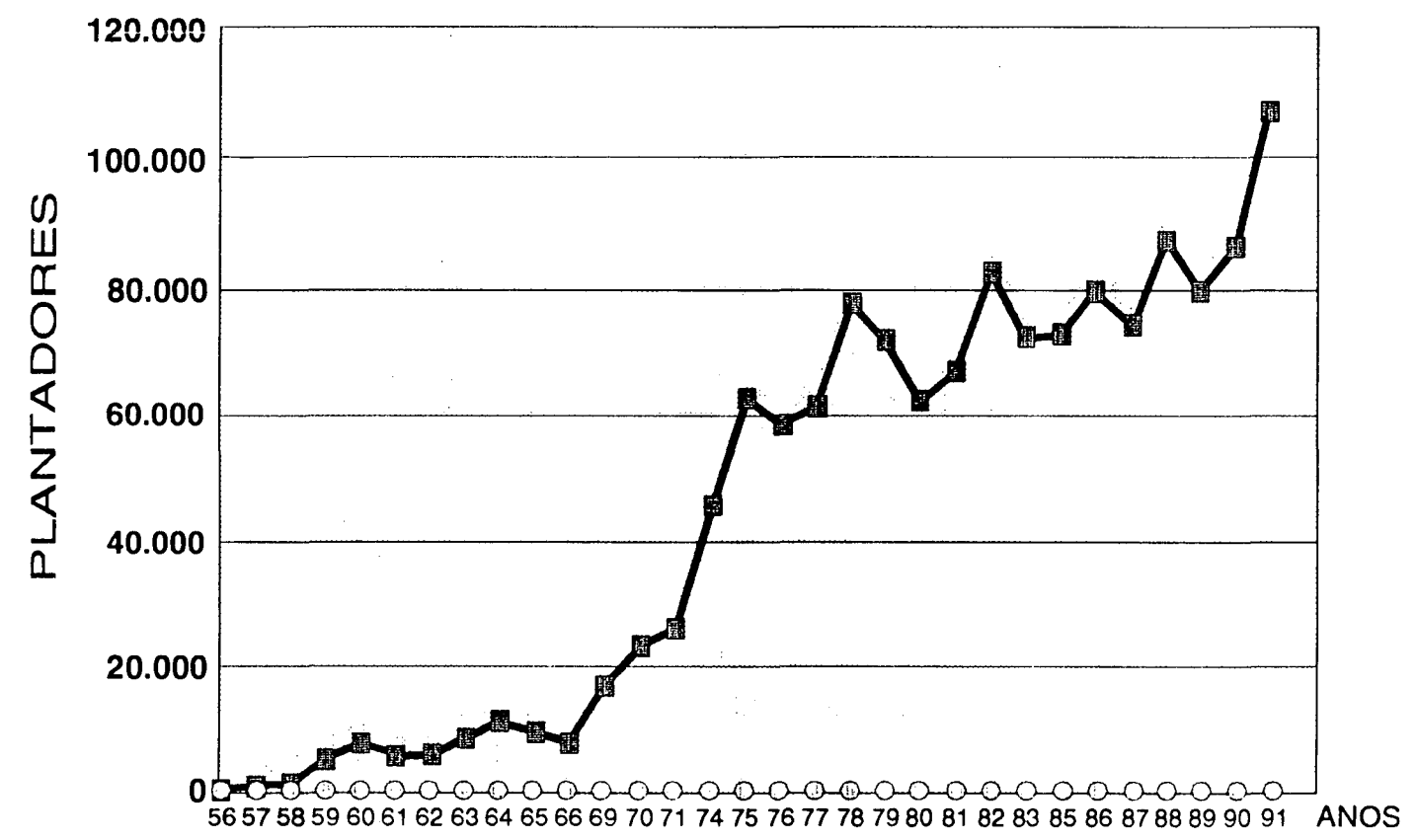
*O regulamento do Departamento de Mutualismo nos anos em que tiver maior indenização do que recurso, nos artigos 33 e 34 prevê um sistema de rateio. Alegam os industriais, e nós concordamos, que o sistema de rateio não é o suficiente nestas circunstâncias, mas a situação da Associação não permite um procedimento diferente. Mesmo assim observou-se a boa acolhida desta iniciativa, pelo aumento de segurados de ano para ano (...). Aprovado este projeto-lei todas as Cias. compradoras podem sem restrição aconselhar a seus fregueses a fazer seu seguro (...)"<sup>16</sup>*

O projeto não teve êxito, mas o seguro da Associação vingou. O prêmio foi aumentado para 3% (recentemente chegou a estar em 6%, depois baixou para 5,5% e atualmente é de 5%). Em 24 de julho de 1961 a Assembléia Geral da APFFRGS reforçou o caráter empresarial da entidade, ao estipular uma modalidade de auxílio para os associados que tivessem perdido suas estufas por incêndio, durante a secagem do fumo. A matéria foi regulamentada e, no ano seguinte, o novo seguro entrou em vigor. Logo depois chegou a vez de ser introduzido o seguro de vida para o fumicultor e sua esposa, mais conhecido por "auxílio funeral".

A partir de 1958, mais precisamente após o contato do Sr. John Andres com Werner, a Associação passou a se atrelar e submeter-se às indústrias, especialmente à Souza Cruz. Estas, através dos seus instrutores, passaram a associar e mesmo a cobrar as anuidades dos produtores. No que tange ao seguro, o instrutor da empresa preenchia toda a papelada e enviava uma via do material para a entidade. O colono simplesmente assinava uma ordem de pagamento e tinha o respectivo valor descontado por ocasião da entrega da sua produção. Depois, a indústria repassava o valor cobrado dos seus fregueses à Associação. Tal prática, diga-se de passagem, está em vigor ainda hoje. E este é o real significado do "*então eles começaram, eles se ofereceram*".

Talvez fosse e seja muito complicado e difícil o produtor distinguir as funções e os papéis das empresas e da Associação. Por isto os manuais de instrução que a AFUBRA fornece aos instrutores têm uma explícita recomendação: "*Lembrar aos plantadores que não é a Souza Cruz que faz o seguro e sim a AFUBRA, estamos apenas colaborando com a Associação.*"<sup>17</sup>

**PLANTADORES QUE ASSEGURAM SUAS LAVOURAS DE FUMO NA AFUBRA**  
(1956 - 1991)



FONTE: Relatórios de Atividades da AFUBRA.

O auxílio prestado pelos instrutores das companhias contribuiu para o processo de desmonte da estrutura inicial implantada pela APFFRGS. Tanto é que o Relatório de Atividades referente ao ano 61/62 chama a atenção para a necessidade de reorganizar as Delegacias Municipais e os Diretórios do Interior.

Na Assembléia de 25 de julho de 1963, a entidade ganhou novos estatutos e ampliou o seu raio de atuação. Passou a ser de âmbito nacional sob a denominação de Associação dos Fumicultores do Brasil, AFUBRA. Segundo Werner, esta alteração ocorreu pelo seguinte motivo:

*"A Souza Cruz de Santo Angelo, eles tinham filial em Santo Angelo, eles tinham plantadores de fumo no lado de cá do Rio Uruguai e tinham plantadores de fumo no lado de lá do rio Uruguai. Esta região sempre foi bastante perseguida com granizo. Então os plantadores do RS recebiam indenização e os do outro lado do rio não recebiam. Houve então uma pressão por parte do Oeste de SC para que nós estendêssemos o Departamento de Mutualidade para o estado de SC. Agora não pode... nós temos que então transformar a Associação que é de âmbito estadual para nacional."*<sup>18</sup>

A AFUBRA, sempre seguindo no rastro das fumageiras, penetrou nas regiões de plantio da *Nicotiana tabacum* de Santa Catarina e do Paraná. Chegou a incursionar na parte meridional do estado de São Paulo e sonhou com a Bahia e Alagoas. Depois retrocedeu e se conteve no 3 estados do Sul do Brasil. No gráfico ao lado, pode ser visualizada a curva ascendente do número de associados que asseguraram suas lavouras de fumo na Associação.

A partir de 1968, exatamente quando principia a internacionalização do setor fumageiro, eleva-se acentuadamente o número de lavouras asseguradas. Os 8.000 associados existentes na safra 66/67 saltam para 23.550 em 70/71, vão para 62.387 na safra 75/76, alcançam 83.163 na safra 82/83 e, no ano 91/92, chegam a ser 108.431. O mesmo acontece com os fornos de fumo assegurados. Na safra 70/71, eram 15.351 as estufas que estavam no seguro; na safra 76/77, subiram para 45.490; eram 71.361 em 79/80 e 93.926 em 91/92. O auxílio funeral teve idêntica curva ascendente, atingindo, em 91/92, 193.080 pessoas inscritas.



O interesse das indústrias no seguro pôde mais uma vez ficar patente por ocasião das solenidades de inauguração da primeira filial da AFUBRA, a de Rio Negro, o que ocorreu em 12 de fevereiro de 1966. O Sr. Nelson Bennemann, (atual presidente da Souza Cruz) ao usar a palavra, enfatizou:

*"(...) tenho acompanhado de perto o desenvolvimento da AFUBRA no sul do Paraná e norte de Santa Catarina, bem podia avaliar os inestimáveis benefícios que ela trouxe aos fumicultores daquela zona e era com satisfação que podia constatar que 94% dos plantadores de fumo daquela região estavam com suas plantações seguradas contra o granizo, o maior inimigo do plantador de fumo, e que por isso se tornava um agricultor sem preocupações através da ação beneficente da AFUBRA, com a qual se congratulava pelos inestimáveis serviços que vinha prestando à agricultura nacional"<sup>19</sup>.*

Na mesma ocasião, Luitpold Müller, em nome da AFUBRA, agradeceu *"pelo inestimável auxílio que recebera dos funcionários da parte técnica da Cia. de Cigarros Souza Cruz nos trabalhos preliminares para a introdução da AFUBRA naquela vasta região do Paraná e Santa Catarina".<sup>20</sup>*

Além de manter as diversas modalidades de seguro, que disparadamente é a principal finalidade e objetivo da Associação, desde o primeiro ano da sua criação a entidade montou o Departamento de Fomento Agro-pecuário. Através deste Departamento, é oferecida ao público em geral e aos associados uma extensa linha de produtos que vão desde os mais freqüentemente utilizados na agricultura e pecuária até os eletrodomésticos. Entre eles destacam-se: sal, arame, pregos, arados, máquinas e implementos agrícolas, ferramentas, adubos, inseticidas, fungicidas, produtos veterinários, sementes, tintas, freezers, ar condicionado, batedeiras, liquidificadores, etc. Além de manter uma loja na sua sede, possui mais duas filiais no RS, em Camaquã e Venâncio Aires; 4 no estado de SC, em Rio do Sul, Tubarão, Araranguá e em Herval do Oeste; duas no PR, localizadas em Rio Negro e Imbituva. Todas estas filiais, além de se dedicarem à comercialização de mercadorias, dão ainda apoio logístico ao Departamento de Mutualidade. A entidade, considerando a frota de automóveis e caminhões, os es-

toques mantidos pelo Departamento de Fomento, e a propriedade de bens imóveis que possui, alcançou um invejável patrimônio nos seus 39 anos de existência.

## 5.2 - A negociação do preço do fumo

A AFUBRA, além das atividades acima descritas, cumpre uma função política vital para os interesses e pretensões dos plantadores de fumo. Realiza, anualmente, toda a negociação do preço do tabaco com o SINDIFUMO (Sindicato das Indústrias do Fumo).

Conforme já comentado, era a Souza Cruz que baixava anualmente o preço para as diferentes classes de fumo. Embora já existisse, desde 1942, uma associação que congregava os industriais locais do setor, não era em Santa Cruz, mas no Rio de Janeiro que eram tomadas as decisões. Isso persistiu, mesmo após a associação empresarial, através da carta de reconhecimento outorgada em 24 de junho de 1947, passar a constituir-se no Sindicato da Indústria do Fumo de Santa Cruz do Sul, cuja base territorial englobava os municípios de Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul, Arroio do Meio, Venâncio Aires, Candelária e Lajeado. Ao que tudo indica, o relacionamento da Souza Cruz com a AFUBRA parece ter sido mais estreito e íntimo do que com o próprio sindicato da sua classe econômica.

Passada a desconfiança inicial em relação às pretensões da APFFRGS, a Souza Cruz, além de estimular os seguros mantidos pela Associação, encontrou nela um interlocutor com quem pôde até mesmo discutir o preço da matéria prima.

*"(...) como vem acontecendo nos últimos tempos, a alta Direção da Companhia de Cigarros Souza Cruz, antes de publicar a tabela dos preços a vigorar para comprar os fumos da safra, tem procurado entrar em contato com a Diretoria da Associação, para discutir preliminarmente a importante matéria".<sup>21</sup>*

O início destas conversações, não por um mero acaso, deu-se em outubro de 1958. Após ter publicado sua tabela, a Souza Cruz resolveu conceder um pequeno reajuste sobre os preços já es-

tipulados. Em março, a APFFRGS pôde anunciar ao público a bonificação de 5% concedida pela empresa.

*"Produtores de fumo receberão a bonificação de 5% no ajuste final. Auspiciosa informação recebida pela Associação dos Plantadores de Fumo em Folha, dando ciência da importante resolução da Cia. de Cigarros Souza Cruz."*<sup>22</sup>

Na mesma matéria, o presidente da Associação ressaltou *"o belo gesto do Sr. Lionel F. Nias (diretor local da Companhia), pedindo o seu comparecimento aos escritórios da Cia. Souza Cruz para dar-lhe ciência da resolução tomada pela alta direção daquela poderosa empresa industrial"*. Ou seja, a Souza Cruz, através deste gesto, procurou legitimar, ou melhor, cooptar os dirigentes da Associação.

Na safra 64/65 o Sindicato da Indústria do Fumo negociou com os produtores, oferecendo 50% de reajuste. Os fumicultores, representados pela AFUBRA, Frente Agrária Gaúcha e sindicatos rurais da região, pediram 100%. Não houve acordo.<sup>23</sup> Embora o volume de fumo colhido fosse grande, o preço estipulado deveria estar efetivamente baixo. Tanto é que a Associação Comercial local apelou aos colonos para que não entregassem a produção por qualquer preço.<sup>24</sup> A AFUBRA, após entrar em contato com a Cia. Souza Cruz, conseguiu um aumento de 20 pontos percentuais acima do oferecido pelo Sindicato dos Industriais.<sup>25</sup> Nesta oportunidade, não foi a AFUBRA, mas o Sindicato dos Trabalhadores Rurais local que "chicou".<sup>26</sup> Alegava que o custo de vida tinha subido 90% em 1964; que o preço da carteira de cigarro tinha sido majorada em 300%; que o preço fixado era inferior ao custo de produção calculado pela Secretaria Estadual de Economia.<sup>27</sup> Os dirigentes da AFUBRA limitaram-se a reclamar dos abusos praticados "por determinadas empresas" no que diz respeito à classificação do fumo comprado ao colono.<sup>28</sup>

No início de 1966, os sindicatos de trabalhadores rurais de Santa Cruz, Vera Cruz e Venâncio Aires novamente acharam muito baixa a tabela estabelecida pelas empresas. Alegavam que o custo de produção, na safra 65/66, subira 80% enquanto que o aumento

concedido pelos compradores oscilava em torno dos 20% apenas. Formaram uma comissão para protestar contra a situação junto ao governador Meneghetti.<sup>29</sup> Na negociação da safra 66/67, mais problemas: o Sindicato da Indústria e os representantes dos plantadores não se entenderam. O secretário estadual da Economia do RS intermediou o contato com a alta direção da Souza Cruz. A companhia mandou sua tabela que foi reconhecida como sendo oficial pela AFUBRA, pois os preços eram cerca de 20% superiores aos do Sindicato. Este recuou e acatou os valores fixados pela Souza Cruz.<sup>30</sup>

Nos anos posteriores, apesar de algum protesto isolado, o "acerto" persistiu ocorrendo entre a Souza Cruz e a AFUBRA. Eram os sindicatos de trabalhadores rurais que protestavam, não propriamente contra o preço pago pelo fumo, mas quanto aos critérios de classificação das compradoras.<sup>31</sup> Enquanto isso, as provas de fidelidade da AFUBRA passaram a ser maiores quando, em 1969, mister James Jamieson, ex-diretor da Souza Cruz, foi guindado à condição de vice-presidente da entidade.

Em 1970, o jornal Gazeta do Sul afirmava que *"após uma série de gestões entre a AFUBRA e a alta direção da Cia. de Cigarros Souza Cruz, foi encontrado ontem o denominador comum para a questão do preço do fumo para a atual safra"*.<sup>32</sup> Enquanto o relacionamento do truste era cordial e fraterno com a representante dos fumicultores, o mesmo parece não ter-se dado com o Sindicato das Indústrias, ainda dominado por elementos que representavam as empresas locais. Na negociação da safra 70/71, novo acordo firmado no Rio de Janeiro. E o mais interessante é que os industriais locais ficaram sabendo do reajuste através da AFUBRA.

*"Após o retorno da comissão houve aqui em Santa Cruz, terça-feira, na sede da AFUBRA, um contato com todos os industriais da região a fim de apreciar a tabela de preços, a qual foi aceita por unanimidade, considerando-se assim os preços como oficiais e definitivos para a próxima safra"*.<sup>33</sup>

Em 1973, José Avelino dos Santos, que presidia a entidade desde 1969, foi derrubado da presidência por causa de

uma suposta entrevista concedida ao Jornal Zero Hora<sup>34</sup> da capital do Estado. O curioso é que James Jamieson assumiu o seu lugar.

Na medida em que novas empresas de capital transnacional se instalaram na região, o Sindicato das Indústrias foi se reforçando. A Souza Cruz não mais conseguiu manter a política até então posta em prática, em virtude da concorrência e da disputa pela freguesia que passou a ocorrer. Resolveu, então, tomar conta do Sindicato. Inicialmente houve alguns problemas com os industriais locais, mas a partir do final dos anos 70 impôs sua política ao sindicato.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz, em determinadas oportunidades, deu mostras de que iria encampar as causas dos fumicultores. MONTALLI e LIEDKE chegaram a apontá-lo como legítimo porta-voz dos plantadores de fumo. Sua atuação política, entretanto, nunca levou em consideração a possibilidade de mobilizar e organizar o conjunto dos trabalhadores na cultura do fumo. Um destes momentos ocorreu quando esteve em discussão o reajuste do fumo para a safra 74/75. Embora naquela oportunidade as agroindústrias estivessem fazendo vultosa inversão de capitais, aparelhando com sofisticada tecnologia suas usinas de beneficiamento e aumentando o número de plantadores integrados, o Sindicato e a FETAG reclamavam dos preços. Ou seja, num momento de expansão da cultura quando, teoricamente, a remuneração da mercadoria do produtor rural deveria ser compensatória, a exploração era denunciada. Após a AFUBRA e o Sindicato das Indústrias acertarem o reajuste, o STR e a FETAG, através do jornal local, passaram a bombardear o acordo. Toda a argumentação baseava-se numa pesquisa de custo de produção realizada pelo prof. Armando Hennig, do IEPE da Faculdade de Economia da UFRGS. De acordo com este levantamento, o reajuste naquela safra deveria ser de 84,7%, o que daria, excluídos os custos, para remunerar com um salário mínimo a mão-de-obra necessária. O aumento, entretanto, havia sido de 40%.<sup>35</sup> A AFUBRA replicou duramente o STR pela imprensa. Uma

das suas respostas finaliza com um discurso que vinha a calhar na época:

*"Concluindo, temos a satisfação de registrar, sem qualquer agitação ou incitação da Ordem Social Brasileira, que a comercialização do produto fumo junto aos compradores é tranqüila, a preços cada ano melhores, o que provam os substanciais aumentos de área de nossos fumais e um aumento de novos plantadores de fumo para cada ano"*<sup>36</sup>.

As indústrias, pelo que foi possível perceber através do jornal, "compraram bem o fumo" desta safra. Isto é, não foram muito exigentes na classificação por ocasião da compra. Como consequência, aumentou a área plantada. No entanto a portaria nº 674 de 18/09/75 modificou a forma de classificação. Esta portaria, embora emanada do Ministério da Agricultura, foi elaborada pelo Sindicato das Indústrias do Fumo e pela AFUBRA, sob a orientação dos técnicos do referido ministério.<sup>37</sup>

Na safra 75/76 a gritaria contra os critérios de classificação foi intensa. As 49 classes adotadas causaram muito transtorno e confusão. Como o STR local estava sob a intervenção do Ministério do Trabalho, não teve forças políticas para levantar um movimento de resistência.<sup>38</sup> Foi o STR de Venâncio Aires que procurou as redações dos jornais, inclusive as da capital, para reclamar da situação.<sup>39</sup> Os 13 STRS reunidos em maio, em Santa Cruz, sugeriram: uma simplificação da classificação, passando o número de classes de 49 para 21; que a classificação orientada pelos instrutores das companhias na casa dos colonos fosse válida por ocasião do recebimento nas indústrias; uma reciclagem de todos os instrutores para que adotassem normas idênticas às dos classificadores das companhias. Quanto à AFUBRA, defendeu a manutenção das 49 classes, porque a nova classificação viria melhorar a qualidade do tabaco brasileiro. Juntamente com os STRS e a FETAG, pressionou o Governo do Estado a colocar um fiscal em cada empresa para acompanhar a classificação.

Em entrevista concedida,<sup>40</sup> WERNER confessa ter havido nesta época um sacrifício por parte dos produtores.

*"Então eu me lembro em 1975, 76 quando nós discutimos o preço do fumo, então a comissão dos industriais nos dizia: olha nós temos dois problemas, nós temos que melhorar a nossa qualidade, e nós temos que ter um bom produto e sermos agressivos no mercado internacional. É para que nós tenhamos uma competição, que nós temos condições de competitividade o fator preço é muito importante, e nessa conquista os plantadores tem que nos ajudar um pouco. E vê se a gente acerta o preço mais ou menos eles podem se sustentar, essa coisa toda. Mas eles tem que participar desse sacrifício para que nós consigamos uma fatia maior, novos mercados para que nós possamos aumentar a nossa cultura do fumo. (...) entretanto o que que ainda está a descoberto, a reposição que nós prestamos a partir da safra 75, 76, para que nós, déssemos condições para os nossos exportadores oferecer o fumo nosso, já de boa qualidade por um preço inferior da oferta geral que existia, produtor de ... de... outras áreas. Então inclusive ontem nós tivemos uma reunião com o presidente do Sindicato da Indústria do Fumo (...) então eu fui com o presidente lá, e fiz lembrar (...) digo olha, nós não discutimos os índices eu concordo (...) agora uma coisa que nós estamos reclamando de vocês é a reposição do sacrifício que nós fizemos já 14 anos. E esta reposição não veio até hoje, porque, praticamente até 78, 78, 79 aí a coisa já estava...então apenas foi corrigido pelo índice da inflação, o preço de uma safra pra outra, e onde o principal sempre ficou aquém daquilo que devia de estar. (...) Então esta parte nós estamos reclamando, esta reposição que nós...que é uma cota de sacrifício que nós concordamos desde 1975, 76 e que até hoje não foi de forma nenhuma, não foi nos repostado nada. Então nós achamos que, basicamente na parte de exportação, esta parte eles nos deram".*

As negociações para o estabelecimento do preço do fumo para a safra 76/77 foram concluídas no início de dezembro. STR e produtores preocupam-se menos com o índice de reajuste do que com a classificação. A opinião do STR é sintetizada pela manchete: *"Sindicato diz que aumento foi bom, mas o problema pode estar na classificação"*. O colono já foi um pouco mais atrevido: *"Preço do fumo: produtor esperava aumento maior, mas fica satisfeito se a classificação for boa."*<sup>41</sup>

O ano de 1979 foi marcado por uma acirrada disputa pelo controle da AFUBRA. A luta pelo poder na entidade, até então, tinha-se restringido aos conchavos internos. Mas sempre o grupo que estava na direção pôde ir à assembléia anual de julho com chapa única.<sup>42</sup> Porém, o 19 Congresso dos Fumicultores do RS, realizado em março de 79 em Santa Cruz, decidiu que os sindicatos de trabalhadores rurais lançariam uma chapa de oposição à direção da AFU-

BRA, sob a alegação de que esta não defendia os reais interesses dos fumicultores. Na ocasião, não foi descartada nem mesmo a possibilidade de criação de uma nova entidade, paralela à AFUBRA. Conforme determinação da FETAG, coube aos STRs de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Barros Cassal e Sobradinho organizar uma chapa para concorrer ao pleito.<sup>43</sup>

A chapa de oposição, autodenominada "sindicalista", liderada por Ronald Stein, de Barros Cassal, tinha tímidas propostas. As principais metas, de acordo com a plataforma eleitoral, eram: 1º) o desenvolvimento de uma educação agrícola fumageira, isto é, o fumicultor deveria ser orientado pela Associação sobre como plantar corretamente, quais as espécies indicadas, qual a situação do mercado e das indústrias e demais questões análogas, tudo isto para que não fosse mantido na ignorância, o que só servia de meio para sua espoliação por terceiros; 2º) ampliação e aperfeiçoamento das modalidades de seguro mantidas pela entidade; 3º) fazer reverter 5% do valor do IPI sobre o cigarro aos municípios produtores de tabaco, e aplicação do montante exclusivamente em reflorestamento.<sup>44</sup> A chapa da situação estava otimista. Werner atacou os dirigentes da FETAG, acusando-os de tentarem acabar com a AFUBRA e creditou o crescimento havido na fumicultura sul-brasileira como sendo fruto do trabalho e esforço conjugados da Associação dos Fumicultores do Brasil e das indústrias fumageiras.

*"Dizemos isso - que foi um trabalho de união - porquanto consideramos que a nossa entidade é um órgão harmonizador entre produtor e comprador; e graças a este trabalho harmonioso é que podemos registrar com satisfação que o Brasil se tornou o segundo país exportador e quarto produtor do mundo".<sup>45</sup>*

Mesmo contando com o apoio da máquina da federação, a oposição foi fragorosamente derrotada. Não exatamente pelos plantadores de fumo, mas pelos estatutos da instituição. Segundo os mesmos, a eleição dá-se numa assembléia que é realizada na cidade da sede da Associação. Assim, os fumicultores dos estados do Paraná e de Santa Catarina, por estarem muito distantes de Santa Cruz, participam das assembléias e da eleição através de procuradores.



Cada procurador, uma vez recebida a outorga, pode votar por até 50 associados. Como anualmente centenas de procuradores, oriundos das mais diferentes regiões produtoras, participam das assembleias - correndo as despesas de locomoção, hospedagem e alimentação por conta da AFUBRA -, a diretoria da entidade tem como controlar a situação. Não bastasse isso, o pessoal de campo da Associação (avaliadores e inspetores) e mesmo os instrutores das companhias, num caso de extrema necessidade, podem colaborar no preenchimento de procurações. Como resultado dessa engenharia política, o resultado das eleições de 28 de julho de 1979 não poderia ser outro. Entre os eleitores que compareceram à assembleia e que, portanto, votaram diretamente, a maior votação foi para o candidato oposicionista, que fez 1.273 votos contra os 559 dados à chapa de Werner; mas no total, computando os votos indiretos, a situação somou 8.901 votos contra 3.551 dados a Stein. A eleição apresentou, ainda, 202 sufrágios nulos e 129 em branco.<sup>46</sup>

A oposição denunciou o voto de procuração e mais tarde entrou na Justiça tentando impugnar o pleito.<sup>47</sup> Dentre as nulidades, vícios e omissões relacionadas pelos advogados constava: a) ausência de um livro para o registro dos presentes (o registro teria sido feito em folhas de almaço não rubricadas e sem numeração); b) a conivência de tabeliões na fraude, porquanto milhares de outorgantes tiveram sua firma reconhecida por autenticidade em localidades diversas e distantes cerca de até 250 km do tabelionato. É o caso verificado em Herval do Oeste, SC, onde o tabelião teria reconhecido, nos dias 2 e 4 de julho de 1979, nada menos do que 1.639 assinaturas como verdadeiras; no Tabelionato de Irati, em que apenas em um dia teriam sido reconhecidas como verdadeiras 1.315 assinaturas; já o Tabelionato de Rio Negro, PR, teria reconhecido, nos dias 9, 16 e 19 de julho, 1.370 firmas como verdadeiras; c) procuradores que teriam votado por um número superior a 50 outorgantes; d) falsificação de assinaturas; e) duplicidade de votos de procuradores; f) cerceamento à oposição de acesso ao

arquivo de associados; g) voto de um eleitor já falecido e outras coisas mais.

Na negociação do preço do fumo ocorrida seis meses após as eleições, a AFUBRA enfrentou sérias resistências. O preço acordado com o SINDIFUMO<sup>48</sup> estabelecia um reajuste de 62,5%. Os STRs da região não se conformaram, pois reivindicavam um aumento de 113%. Os colonos também passaram a mostrar sua insatisfação.<sup>49</sup> A FETAG criticou duramente o protocolo assinado pela AFUBRA, FARSUL e SINDIFUMO e passou a exigir sua participação, bem como a da FETA-ESC, nas futuras negociações. Acuados, os dirigentes da AFUBRA passaram a bater às portas dos gabinetes do governo, mormente o Ministério da Fazenda, a Secretaria da Agricultura e a CFP, objetivando uma solução para o impasse.<sup>50</sup> Fazendo coro aos apelos das grandes empresas, gestionou junto ao governo federal uma redução dos impostos incidentes sobre os cigarros. Os STRs e a FETAG partiram para uma postura política mais enérgica e ofensiva, apregoando o boicote da entrega da produção e a suspensão do pedido de insumos para a safra 80/81.<sup>51</sup> A AFUBRA não endossou a suspensão das vendas, pois, segundo seus dirigentes, esta atitude era muito *"arrojada e de conseqüências imensuráveis"*.<sup>52</sup> Embora desse ênfase à possibilidade de deterioração do produto na propriedade do fumicultor, devido às precárias condições de armazenamento, o pano de fundo de combate ao boicote decretado estava na postura política conservadora adotada pela entidade. Mesmo que a CFP tivesse apurado um índice oficial de custo de produção de 78,28%<sup>53</sup> (superior, mesmo, ao custo de 70,8% encontrado pela AFUBRA), as indústrias mantiveram-se irredutíveis. A AFUBRA saiu bastante desgastada deste episódio. Os colonos, por sua vez, computando os 3 estados do Sul, na safra seguinte reduziram em 15% a área plantada, em virtude da frustração sentida.

A partir daí, apesar das discussões e polêmicas anuais surgidas em torno das negociações do preço, nos meses de novembro e dezembro, nada de mais significativo ocorreu. A FETAG, após ser

incluída nas discussões, aquietou-se, e o confronto dos STRs com a AFUBRA aparentemente foi superado.

Em 1986 ocorreu um fato novo na relação entre fumicultores e agroindústrias. Após enfrentarem uma longa estiagem e verem perdidas parcelas significativas das lavouras, os plantadores apostavam num bom preço para o fumo. Delegações de SC, PR e de vários municípios do RS vieram a Santa Cruz participar das discussões para a fixação do novo preço. Os representantes das indústrias, após postergarem por várias ocasiões as reuniões de negociação, deixaram o clima mais tenso ainda.

Na região, como resultado do processo de redemocratização pelo qual passava o país, o período foi marcado, no que se refere ao movimento sindical, pela derrubada de pelegos históricos, greves, protestos e passeatas. Neste contexto, enquanto os representantes dos fumicultores falavam em reajustes de 350 a 400%, a indústria corrigiu, o tabaco do tipo estufa em 240%, no dia 7 de janeiro de 1986. No dia seguinte, enquanto o presidente da AFUBRA tentava acalmar os ânimos dos fumicultores, no vizinho município de Venâncio Aires começaram, de maneira espontânea, a se organizar piquetes para impedir a comercialização da produção e forçar a reabertura das negociações. O movimento engrossou e, em questão de horas, as portas das fumageiras de Venâncio Aires, Santa Cruz e Vera Cruz estavam totalmente obstruídas. Os Sindicatos da região passaram a apoiar os piqueteiros:

*"Maurino Mueller, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, afirmou ontem que, apesar dos piquetes serem de iniciativa dos próprios produtores, o sindicato presta total apoio à classe, que luta pelos seus direitos e insiste por um tratamento mais justo".<sup>54</sup>*

Houve tumultos, e o enfrentamento com a Brigada Militar resultou em feridos e presos. Os dirigentes da AFUBRA, pegos de surpresa, ficaram desnorteados. Não podiam combater publicamente o movimento. Muito menos apoiá-lo. Após baterem às portas de Brasília e interceder junto aos então ministros Pedro Simon e Dilson Funaro, representantes da AFUBRA e do SINDIFUMO acertaram-se na

capital federal, e o aumento passou de 240 para 255%. Este realinhamento dos preços desmobilizou os colonos que acabaram suspendendo os piquetes. Em Venâncio Aires, entretanto, o boicote prolongou-se por mais alguns dias e aí também esmoreceu. O movimento, de caráter eminentemente econômico, foi liderado por colonos com alguma clareza política (principalmente jovens ligados às comunidades de base da Igreja) e contou com o importante e fundamental apoio dado pelos produtores de fumo que trabalham com parceiros, fato que foi denunciado pelo presidente do SINDIFUMO. FENSTERSEIFER, à época, chegou a dar entrevistas posicionando-se a favor da reforma agrária no país. Já naquela oportunidade, os fumicultores de Venâncio Aires chegaram a aventar a possibilidade de criar um novo sindicato que reunisse tão somente plantadores de fumo. Mas a idéia não prosperou.

Em 1987 a oposição ganhou as eleições no STR de Santa Cruz. Maurino Mueller, filiado ao PMDB, que desde a época da Junta Governativa esteve à testa do Sindicato, foi derrotado pelo pedesista Pedro Oswino Etges, que já havia presidido o Sindicato em 1973/74. A postura do STR, e por extensão da FETAG, alterou-se consideravelmente a partir de então, em relação aos movimentos dos fumicultores.

Outra manifestação de grande impacto e repercussão foi deflagrada enquanto transcorria a comercialização da safra 88/89. O preço do fumo havia sido fixado entre os representantes dos produtores e das indústrias já no mês de maio de 88, portanto, antes mesmo do plantio. Em virtude da tendência altista da inflação, ficara acertado, naquela oportunidade, que o fumo seria reajustado diariamente conforme a variação da OTN fiscal. Entretanto, a decretação do PLANO VERÃO fez com que a inflação do mês de janeiro fosse renegociada, o que aconteceu em 31 de janeiro de 1989, quando foi assinado um aditivo ao protocolo firmado em maio de 88. Assinado pela AFUBRA, FETAESC, FARSUL, SINDIFUMO, FETAG, FETAEP e FAESC, o aditivo estabelecia um reajuste de 26% sobre o valor vigente em 31/12/88, ficando, daí por diante, congelado até

o fim da comercialização da safra, em virtude do plano econômico. Os produtores denunciaram o acordo, alegando que a inflação oficial de janeiro havia sido de 70,28%. Como os protestos e reivindicações não encontraram guarida entre as entidades representativas dos fumicultores, os descontentes, em reunião realizada em 16 de fevereiro de 1989, resolveram criar a COMISSÃO INTERMUNICIPAL DO FUMO, órgão que passou a desempenhar de fato o papel dirigente do movimento. Mesmo enfrentando a explícita oposição da AFUBRA e dos STRs da região, a Comissão conseguiu realizar uma exitosa assembléia em Santa Cruz, onde cerca de dois mil plantadores se fizeram presentes.<sup>55</sup> Na tribuna livre montada na assembléia, além de denunciarem a exploração a que estavam submetidos, os colonos não pouparam críticas aos dirigentes dos STRs da região e, principalmente, aos da AFUBRA. A mais importante decisão tomada dizia respeito à realização de piquetes para bloquear a entrada do fumo nas empresas. No dia seguinte, os portões das usinas de beneficiamento de fumo de Santa Cruz, Vera Cruz e Venâncio Aires passaram novamente a ser obstruídos. Simultaneamente também os safristas das indústrias sediadas em Venâncio Aires paralisaram suas atividades, reivindicando aumentos salariais.

Os piquetes, desde o início, foram duramente reprimidos pela Brigada Militar, não obstante todo o acompanhamento e denúncia feitos pela Comissão de Justiça e Paz e pela Comissão da Pastoral da Terra. A AFUBRA e a Regional de Sindicatos aliaram-se ao SINDIFUMO e tudo fizeram para dividir o movimento.<sup>56</sup> Em assembléia realizada no dia 19 de março, os adeptos do movimento paredista decidiram suspender os piquetes na cidade e levá-los para o interior, *"nos caminhos por onde passam caminhões com fumo para as empresas"*.<sup>57</sup> A mudança de estratégia de ação *"foi para não expor mais os agricultores à violência policial que estavam sofrendo por parte da Brigada Militar, nos piquetes em frente às indústrias"*.<sup>58</sup> A tática foi respaldada pelos produtores que montaram cerca de 60 piquetes para cobrir a totalidade das vias de acesso a Santa Cruz, Vera Cruz e Venâncio Aires.<sup>59</sup> Entretanto, longe dos

olhos dos segmentos da sociedade civil organizada, a violência recrudesceu. Ao bloquearem as estradas aos caminhões carregados de tabaco, os colonos tiveram de enfrentar os comboios policiais. A repressão no interior foi de ainda maior intensidade do que na cidade. Houve localidades, como a de Herveiras, que por pouco não foram palco de uma tragédia.<sup>60</sup> Desesperados e confiando na promessa do SINDIFUMO de reabertura das negociações, caso o boicote fosse sustado, os fumicultores suspenderam os piquetes na tarde do dia 09 de março.<sup>61</sup>

A luta dos colonos plantadores de fumo é similar ao de tantos outros produtores agrícolas familiares. Ou seja, a situação é idêntica em todos os ramos onde a mercantilização da produção e a monetarização das relações sociais subordinam a exploração familiar integrada e possibilitam ao capital agroindustrial a extração de uma maior quantidade de sobretrabalho, gerado e incorporado às mercadorias. Quanto mais aumenta a produtividade das explorações agrícolas familiares, devido à tecnificação e ao emprego mais intensivo do trabalho, mais o capital se apropria do excedente social médio gerado. Esta contradição, aliada à conjuntura política, social e econômica brasileira dos anos 80, fez com que houvesse uma verdadeira explosão de movimentos oriundos do campo. Para GRZYBOWSKI,

*"Apesar de claramente corporativos, os movimentos pelas condições de produção e comercialização são a forma principal pela qual os camponeses modernizados se transformam em atores políticos, em sujeitos coletivos, e resgatam em termos de identidade o seu caráter de camponeses-trabalhadores sociais, isto é, socializados pela inserção na divisão social de trabalho e pela coletiva subordinação a blocos de empresas agroindustriais e pela coletiva dependência da política agrícola. (...) Eles têm demonstrado grande capacidade de mobilização, realizando assembléias e atos públicos gigantes, invadindo as cidades do interior com suas máquinas e equipamentos e fechando agências bancárias, trancando estradas e boicotando a entrega de produtos. Sua eficácia, porém, tem ficado muito aquém devido à própria inexperiência, aos diversos interesses em jogo, às instâncias mediadoras, aspectos todos muito bem explorados pelas empresas e pelos agentes do Estado. O real ganho destes movimentos, até hoje, tem sido em termos políticos."*<sup>62</sup>

Como o movimento não trouxe resultados econômicos imediatos, os líderes da Comissão Intermunicipal do Fumo passaram a organizar a criação de um novo sindicato, um sindicato por ramo de produção. Receoso de perder sua base, o STR local passou a bombardear o projeto.

*"A fundação de um novo sindicato é uma farsa, uma mentira deslavada e a cobrança de taxas para a sua constituição é um crime contra o qual já estamos tomando as providências cabíveis (...) não paguem nenhum valor a esses elementos pois é certo que essas chamadas contribuições irão engordar as contas correntes de particulares ou de partidos políticos".<sup>63</sup>*

"Ensanduichado" entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul e a Associação dos Fumicultores do Brasil, em 15 de setembro de 1989 foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores da Cultura do Fumo do Estado Rio Grande do Sul, SINTRAFUMO.<sup>64</sup> AFUBRA e STR suspenderam o confronto que historicamente haviam travado e aliaram-se para combater o inimigo comum. A AFUBRA receava perder a hegemonia política, enquanto representante dos plantadores, nas questões relacionadas à fumicultura nacional; já o STR local preocupou-se, fundamentalmente, em preservar a sua sobrevivência, pois, além do prestígio político, corria o risco de perder significativa parcela da sua base sindical.

O SINTRAFUMO rompeu completamente com o assistencialismo característico do sindicalismo rural brasileiro e direcionou sua atuação para o campo eminentemente político. Buscou a assessoria do DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais) de Curitiba e da CPT. Filiou-se à Central Única dos Trabalhadores e estreitou os laços com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da CUT, das regiões produtoras de fumo, mormente alguns do Noroeste do RS. A manutenção do sindicato, entretanto, tem sido garantida menos pela contribuição dos associados e muito mais pelos recursos buscados no exterior, junto a uma entidade holandesa, e pela solidariedade dos sindicatos urbanos de Santa Cruz, notadamente o Sindicato dos Metalúrgicos.

Embora reconhecido formalmente pelo Ministério do Trabalho, o SINTRAFUMO tem sido sistematicamente excluído da mesa de negociações em que é acertado o preço e é discutida a política adotada para o setor fumageiro. O SINDIFUMO insiste em afirmar que são os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a AFUBRA os únicos representantes dos fumicultores. Já para a AFUBRA, "*o SINTRAFUMO não está engajado no trabalho realizado nem tem conhecimento do conjunto*"<sup>65</sup>. Na realidade o que está ocorrendo é uma disputa política sindical onde, de um lado, está perfilada a AFUBRA levando a reboque os sindicatos da FETAG. Os dirigentes da AFUBRA persistem numa postura política extremamente conservadora e até mesmo reacionária. Eles, que têm horror a qualquer forma de mobilização de massa, não têm legitimidade porque, antes de serem diretores, não se dedicavam ao cultivo do fumo e porque chegaram aos seus postos de forma nada democrática. De outro lado está o SINTRAFUMO, que realiza um trabalho de mobilização e de conscientização política, que denuncia a farsa da negociação dos preços, que denuncia os problemas causados à natureza e à saúde dos homens pelos agrotóxicos utilizados na produção; que faz assembléias, seminários, que através de publicações procura informar os plantadores. Mas o alvo maior do sindicato é a AFUBRA:

*"Desde a fundação do SINTRAFUMO, e mesmo antes seus dirigentes e associados vêm lutando para que se estabeleça uma real negociação das reivindicações, anseios e necessidades dos fumicultores. Lutamos para mudar este quadro de NEGOCIAÇÃO DO FAZ DE CONTA, onde o jogo se dá com cartas marcadas entre SINDIFUMO e AFUBRA. Salientamos que o SINTRAFUMO realiza todos os anos reuniões, encontros e Assembléias para discutir com a categoria suas necessidades, anseios direitos e reivindicações; para posteriormente apresentá-las às indústrias fumageiras. Por isto nunca nos submeteremos à vontade e forma de negociar destes dirigentes tradicionais que já provaram que não têm capacidade (falta de vontade?) para defender os interesses dos fumicultores. (...) Conclamamos aos fumicultores para que avaliem este fato e que pensem seriamente em mudar a direção da AFUBRA nas próximas eleições da entidade. SC e PR estão na luta pelo fim do voto por procuração".* <sup>66</sup>

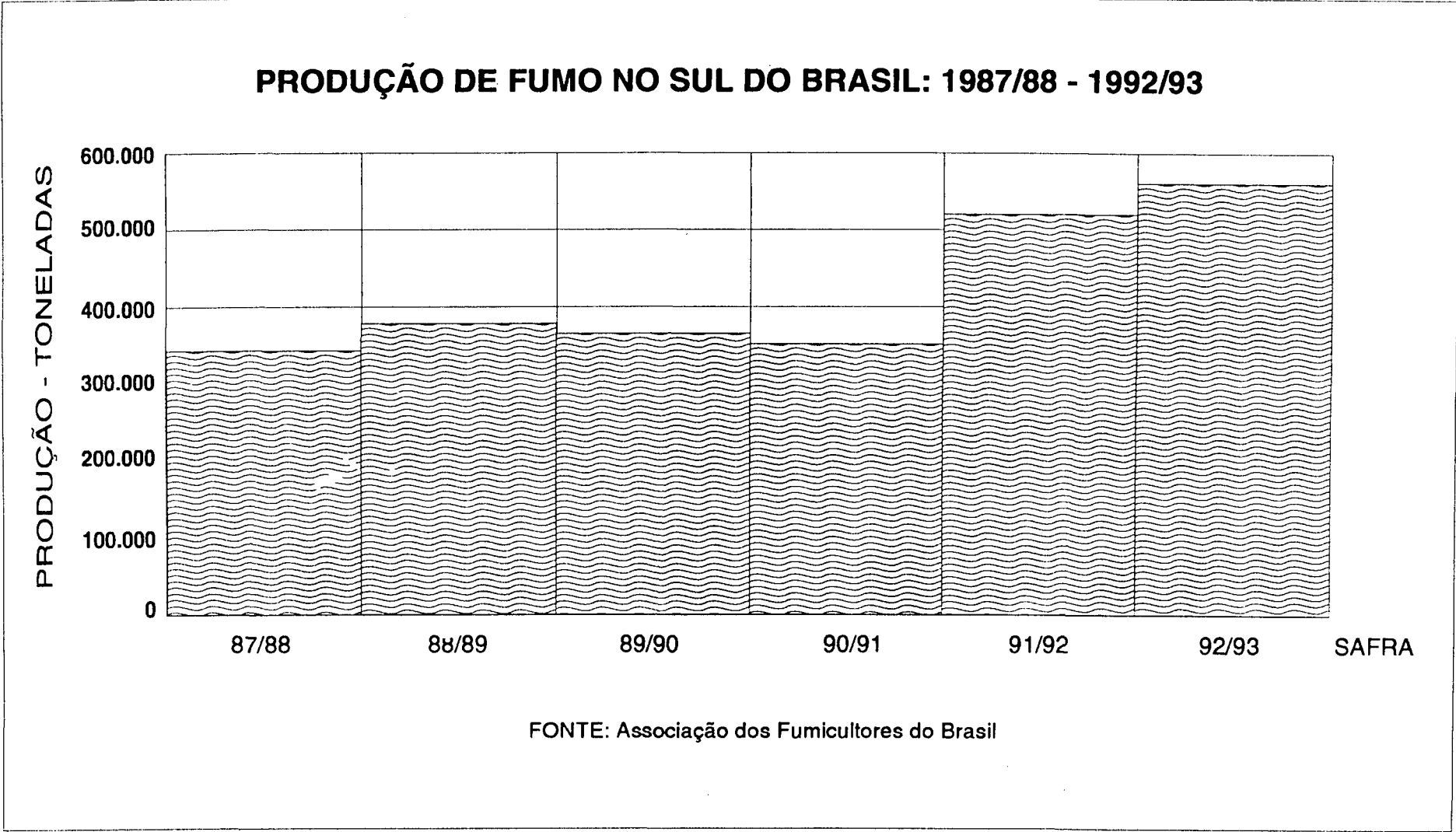
Sempre que o preço estipulado pelo quilo do fumo desagrade os produtores, a AFUBRA e o SINDIFUMO pleiteiam a redução tribu-



tária incidente sobre os cigarros (que corresponde a cerca de 75% do preço do maço), considerada muito alta pelos industriais e dirigentes da Associação. A redução dos impostos e a concessão de subsídios para a produção, segundo os dirigentes das duas entidades, poderiam ser repassadas aos plantadores. Já para o SINTRAFUMO isto significa:

*"1º) É beneficiar as indústrias, mantendo intocados seus grandiosos lucros e tirar de nós mesmos o que já é nosso através da aplicação em saúde, educação, transporte, crédito rural, etc.; 2º) é loucura pleitear subsídios para uma cultura como o fumo quando não temos subsídios nem para produzir alimentos. Deveríamos, sim, pressionar para que o governo federal garantisse uma linha de crédito para que os fumicultores possam se dedicar a outras culturas e criações, permitindo desta forma a diversificação da renda; 3º) levantar esta bandeira da redução do IPI é claramente provocar uma dispersão da luta, é dividir as forças da categoria e é uma demonstração de despreparo para conduzir uma luta reivindicatória que deixa margem de dúvidas sobre a atuação destas entidades".<sup>67</sup>*

Desde a fundação do SINTRAFUMO os colonos têm tido uma direção política a seguir no seu enfrentamento contra as agroindústrias. Promovendo piquetes, acampamentos em frente às fábricas, atrasando a entrega da safra e o pedido de insumos, realizando assembléias, etc. foram, de alguma forma, se politizando no confronto que tiveram com o capital. Entretanto não se pode superdimensionar este avanço qualitativo dos produtores familiares integrados. E as dificuldades financeiras pela quais passa rotineiramente o SINTRAFUMO é uma prova disto. É preciso levar em consideração que na fumicultura e nos demais ramos onde há a produção integrada *"as formas de solidariedade horizontal são minadas pela forte dependência vertical do produtor com a agroindústria,"<sup>68</sup>* dependência esta mediada, como vimos, pelo instrutor. Também a atuação dos partidos políticos tradicionais, notadamente do PPR de Santa Cruz (antigo PDS) - cuja agremiação desde 1977 administra o município tendo absoluta hegemonia no meio rural - que é contrário a qualquer forma de mobilização e cuja máquina trabalha para intimidar e inibir e, quando não possível, isolar os movimentos reivindicatórios ou contestatórios, impede o desenvolvi-



mento de uma maior solidariedade horizontal entre os agricultores. A postura política conservadora das direções do STR e AFUBRA e a oposição feroz que têm feito às proposições formuladas pelo SINTRAFUMO, igualmente têm impedido o avanço da luta dos plantadores de tabaco e a formação de uma consciência de classe.

### 5.3 - As tendências da fumicultura

A partir de 1986 as reivindicações por melhores condições de produção e comercialização vêm ocasionando uma série de conflitos entre plantadores e agroindústrias. Não obstante, a produção tabaqueira vem crescendo e sendo estimulada pela indústrias.

Em 1991 a perspectiva para a exportação do fumo brasileiro era alvissareira. Com o mercado externo amplamente favorável, a procura excedeu a oferta. Como a disputa pela matéria-prima entre as agroindústrias é vedada pelo SINDIFUMO e como havia fumo retido nas propriedades dos colonos (o SINTRAFUMO mais uma vez descontente com os preços negociados recomendou segurar o produto e postergar o pedido de insumos para a safra 91/92), a concorrência se deu de forma velada, disfarçada. Intermediários, que genericamente eram designados como sendo "picadeiros", percorriam as localidades do interior chegando a pagar pela arroba de fumo mais do que o dobro do preço estipulado pelo Sindicato industrial. Os picadeiros, entretanto, não passavam de agentes comissionados das diferentes empresas, ávidas por uma maior quantidade do produto.

Na safra 91/92 a produção continuou sua curva ascendente chegando ao ápice na safra 92/93, quando foram colhidas 570 mil e 100 toneladas do produto nos 3 estados do Sul do país. Dadas as condições naturais favoráveis, que proporcionaram maior quantidade de fumo por hectare plantado, os colonos acreditavam auferir algum ganho financeiro. Entrementes, alegando superprodução da mercadoria em nível mundial, e a existência de estoques internacionais na ordem de 500 mil toneladas, a indústria passou a arrochar na classificação e ameaçou não adquirir a integralidade da

safra.<sup>69</sup> Descontentes com a classificação, os agricultores promoveram manifestações nas cidade de Santa Cruz. Estas, no entanto, não redundaram em ganhos econômicos.

Para a safra 93/94, representantes das agroindústrias e dos produtores decidiram reduzir a produção para o patamar de 450 mil toneladas. Regulando a quantidade produzida, esperam manter a atividade nos próximos anos. Como resultado do acerto, o SINDIFUMO aconselha às suas afiliadas a feitura de um contrato formal com os produtores integrados, o que parece reforçar a subordinação dos plantadores às agroindústrias.

*"A indústria, a partir desta safra, deve introduzir o contrato de compra e venda, para regular o volume de produção. É o comprometimento do produtor de só plantar o número de pés que manifestou para a firma com a qual mantém convênio. O compromisso já existia, mas de forma verbal: o fumicultor comprava insumos para um certo número de pés de fumo, mas nem sempre seguia à risca essa orientação, daí surgindo a complicação".<sup>70</sup>*

A alegada crise de superprodução, somada ao processo de fusão e incorporação das agroindústrias do ramo fumageiro, está levando muitos, equivocadamente, a alardear o "fim do ciclo do fumo".<sup>71</sup> Entretanto, o que está ocorrendo de fato é uma reorientação da produção. Um dos sintomas desta reorientação diz respeito à diminuição do contingente de fumicultores conveniados. Aqueles agricultores, considerados de baixa produtividade, ou que não produzem fumo de qualidade, serão excluídos do sistema. Ou seja, estamos diante de um processo de seleção de plantadores.

*"De acordo com o SINDIFUMO será dada preferência aos produtores com mais experiência, aptidão para a cultura, capacidade de mão-de-obra disponível e, principalmente, aqueles que tradicionalmente produzem fumo de melhor qualidade e com maior produtividade".<sup>72</sup>*

Um segundo sintoma da reorientação diz respeito ao grande número de demissões de funcionários efetivos das fumageiras. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação e do Fumo contabilizou, só em Santa Cruz do Sul, a demissão de mais de 750 trabalhadores no ano de 1993. E o mais grave é que boa parte

dos postos dos dispensados não foram preenchidos por outros operários.

TABELA 27: NÍVEL DE EMPREGO NAS FUMAGEIRAS DE SANTA CRUZ DO SUL - TRABALHADORES EFETIVOS

ANO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
1989	3.097	861	3.958
1990	2.907	794	3.701
1991	3.140	891	4.031
1992	3.148	901	4.049
1993	2.801	816	3.617
1994	2.561	824	3.385

FONTE: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e da Alimentação

A redução do pessoal se deve, em parte, à concentração industrial em marcha no ramo, o que fez com que o trabalho fosse mais bem racionalizado e o beneficiamento executado nas unidades maiores e tecnologicamente mais bem aparelhadas, sendo as usinas menores das empresas incorporadas transformadas em depósitos. Mas boa parcela dos que perderam suas funções faziam parte do "pessoal de campo". Isto é, pertenciam ao corpo de instrutores e inspetores das agroindústrias. De acordo com o SINDIFUMO,

*"A assistência técnica deverá ser mantida pelas empresas junto aos fumicultores, mesmo que venha ocorrendo uma redução do número de instrutores agrícolas (...) as empresas esclareceram que as visitas personalizadas deverão ser diminuídas, ao mesmo tempo em que serão ampliados os atendimentos grupais, em reuniões onde serão dadas orientações sobre diversos estágios da cultura."*<sup>3</sup>

A assistência ao plantador, portanto, está deixando de ser individualizada e está passando a ser coletiva. Ainda que o papel desempenhado pelo instrutor seja esvaziado, isto não significa concluir que o fumicultor passará a ter maior autonomia no processo de trabalho. Pelo contrário, o mercado cada vez mais estabelecerá a intensidade social média em que deve se dar o trabalho familiar e lhe imporá as condições em que a produção deve ocorrer. Neste contexto, a assinatura de um contrato entre agroindústria e integrado não terá maiores implicações, a não ser em momentos excepcionais, pois, como foi visto anteriormente, o mercado fumageiro caracteriza-se por ser de caráter monopsônico. Por

outro lado, as fusões e incorporações das empresas do ramo diminuíram ainda mais o poder de barganha dos produtores. Cada vez mais eles têm menores opções de trocar de companhia. E a possibilidade de permuta era o grande trunfo individual dos fumicultores.

O projeto das agroindústrias fumageiras é transformar o colono produtor de fumo em microempresário rural.

*"É necessário, pois, para sobrevivência dos agricultores e também para a manutenção das agroindústrias que o pequeno produtor tenha novos horizontes à sua frente. Uma das formas de fixar o agricultor no campo é auxiliá-lo no incentivo de uma melhor administração de sua propriedade, diversificada, transformando-o num autêntico microempresário rural".<sup>74</sup>*

Aquele colono que não planeja e que sobrevive basicamente da sua lavoura de subsistência, tendo no fumo o único produto destinado ao mercado, já não mais interessa à indústria. O discurso agora é diversificar para ter várias fontes de renda.

*"(...) nota-se que muitos produtores centraram sua renda em uma cultura principal, não gerenciando adequadamente todos os recursos existentes e com isso deixando de obter o máximo rendimento esperado em toda a sua propriedade. Isto acaba gerando uma renda insuficiente e uma insatisfação, especialmente para o jovem produtor, que sem perspectivas de suprir suas necessidades de consumo, de trabalho e muitas vezes sem contar com a infraestrutura necessária, acaba procurando grandes cidades, aumentando o êxodo rural."<sup>75</sup>*

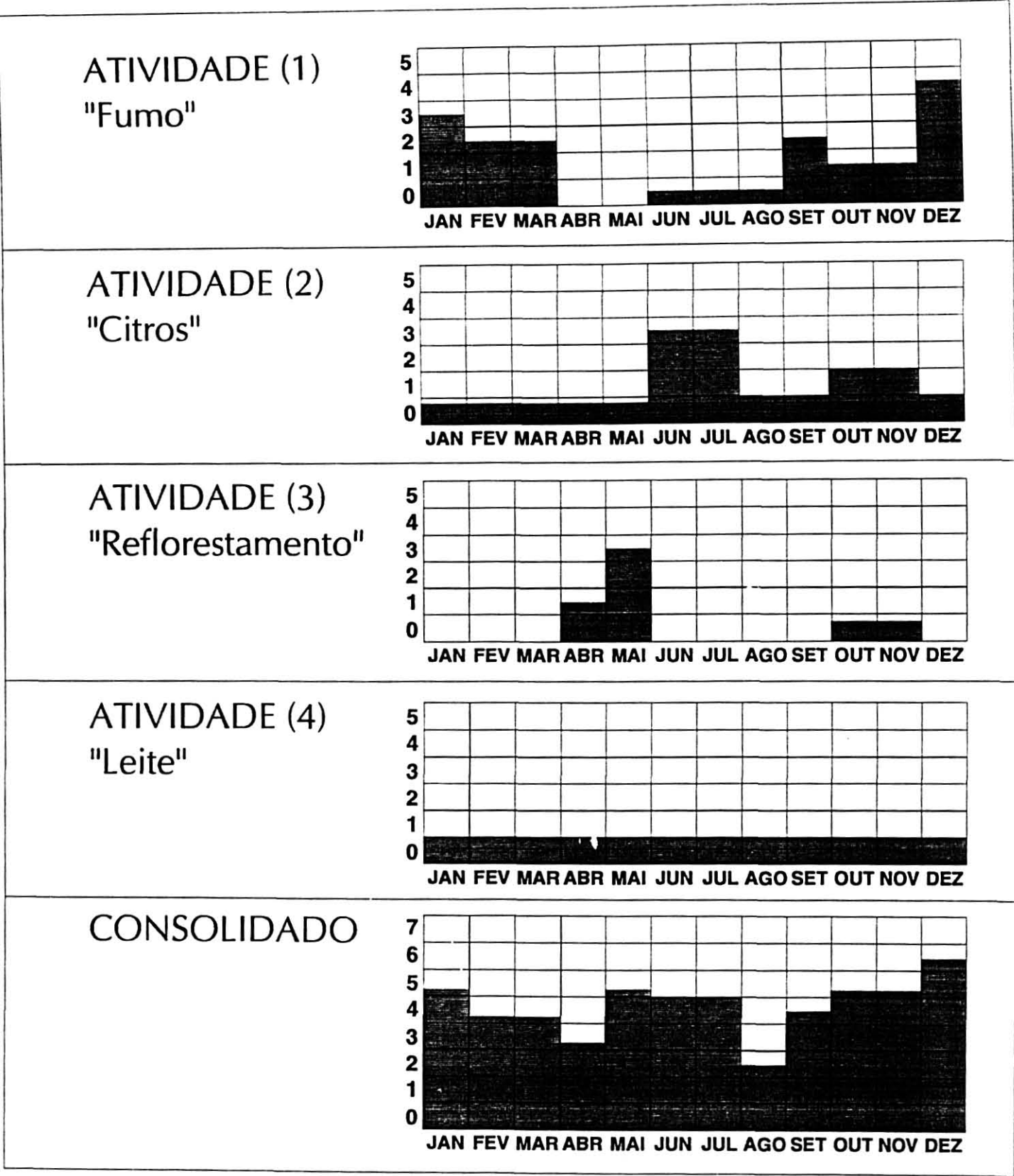
A solução apontada é a propriedade familiar buscar alternativas de rendimento em culturas que resultem num produto de alto valor agregado. Para alcançar tal objetivo é traçado o seguinte modelo econômico-teórico:

1º) uma cultura anual de alta produtividade e valor agregado ao produto, que requer intensiva ocupação de força de trabalho e que teria alta rentabilidade por unidade de área (caso típico do fumo);

2º) uma cultura permanente para as áreas menos propícias à agricultura anual e que ocupasse pouca força de trabalho (caso em que entrariam o reflorestamento, a fruticultura ou a erva-mate);

GRÁFICO 7

OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR EM DIFERENTES ATIVIDADES AGRÍCOLAS



FONTE: A PEQUENA PROPRIEDADE NO ANO 2000.

39) uma ou duas atividades que exigissem relativamente pouca força de trabalho, mas de forma constante durante o ano inteiro e que proporcionassem entradas de caixa freqüentes (caso típico do leite);

40) a lavoura de subsistência para obtenção de alimentos para o consumo humano e como suplemento da ração animal e não como cultivo principal gerador de renda.

A pregação das fumageiras vai no sentido de maximizar e racionalizar ao extremo o uso da mão-de-obra existente na pequena propriedade. Ou seja, a produção do tabaco deve ser cruzada com outras atividades que absorvam relativamente pouca ou nenhuma força de trabalho durante os meses em que o fumo ocupa a maior quantidade de braços, o que se dá notadamente nos meses em que há o cultivo, secagem e classificação. Dito de outra forma, os agricultores diversificam o que podem e não o que e como querem. O quadro da página ao lado, extraído da obra já referida, sintetiza melhor a questão.

A diversificação apregoada, a par de permitir a sobrevivência e reprodução da unidade agrícola familiar, contém outras implicações. Força, de um lado, uma ainda maior auto-exploração do trabalho destas unidades e sinaliza, ainda que timidamente, de outro lado, no sentido da modernização e da tecnificação das atividades. Visto por outro ângulo, o discurso da diversificação visa justificar politicamente os baixos preços que os produtos agrícolas possuem individualmente. Isto é, plantando fumo, moranginhos, cebola, criando porcos, galinhas e vacas leiteiras; vendendo madeira, cítricos, etc. fica extremamente difícil para o colono notar quanto efetivamente vale cada mercadoria que produz, tendo em vista que suas entradas são periódicas e diluídas em vários produtos. E mais, o agricultor diversificará somente o que puder e não necessariamente o que quiser, porque dispõe de pouca terra, pouco equipamento e pouco ou nenhum capital.<sup>76</sup>

De acordo com as situações acima analisadas, pode-se projetar para o futuro uma gradativa, embora substancial, alteração no



processo de produção do fumo em folha. A reorientação não se dará somente em Santa Cruz, mas ocorrerá nos 3 estados sulinos do país. Ao que tudo indica, está em marcha uma diferenciação social e econômica dos produtores familiares dedicados ao cultivo da *Nicotiana tabacum*. Esta diferenciação, no entanto, não segue o caminho clássico caracterizado por uma estrutura de classes polarizada por uma diminuta mas poderosa burguesia agrária de um lado, e por um grande número de operários rurais de outro. O próprio Lenin, apesar de acreditar que "*na sociedade capitalista, a pequena empresa é eliminada pela grande, não apenas na indústria, mas também na agricultura*",<sup>77</sup> após estudar a agricultura norte-americana concluiu que

*"(...) esta eliminação não deve ser compreendida apenas no sentido de uma expropriação imediata. Ela pode também assumir a forma de um longo processo de ruína, de deteriorização da situação econômica dos pequenos agricultores, capaz de se estender por anos e por décadas".*<sup>78</sup>

Na realidade, a diferenciação será provocada pela tecnificação da exploração agrícola familiar. A propriedade familiar, para se manter no conjunto do sistema capitalista, sistema este onde as forças produtivas estão em constante desenvolvimento, necessita aumentar constantemente a produtividade do trabalho. Como a auto-exploração do trabalho tem limites, a modernização destas unidades passa a ser uma condição de sobrevivência. Ou seja, para reproduzir sua condição de existência, o produtor familiar precisa valer-se de um patamar tecnológico mínimo, patamar este que constantemente se desloca para cima. Destarte, quando a agroindústria fumageira propõe a transformação do colono em microempresário rural, sugere implicitamente que o agricultor precisa melhorar a produtividade nas várias atividades mantidas e não somente com o fumal. Para que isto seja alcançado, será necessária a utilização de maquinários, ainda que de pequeno porte, e a intensificação do uso de insumos físico-químicos.

Com a incorporação de novas tecnologias, os produtores que antes já não dispunham de condições homogêneas de produção verão

a diferença sócio-econômica entre si intensificar-se. Como consequência, as explorações agrícolas, localizadas relativamente distantes dos centros urbanos e limitadas pelo reduzido tamanho físico, junto às que se situam em áreas cuja topografia apresenta fortes declives, não terão condições de se tecnificar. Em decorrência, provavelmente serão excluídas do sistema integrado da produção de tabaco. Por outro lado, as unidades que aperfeiçoarem seu padrão tecnológico tenderão, paulatinamente, a absorver as explorações menores. Estas, entretanto, não desaparecerão por completo. Constituirão a espinha dorsal de uma classe semiproletária de pequenos ou miniagricultores que combinarão a lavoura de subsistência com o assalariamento temporário, nos centros urbanos ou no meio rural.

A própria fumicultura, apesar de se notabilizar no Brasil como sendo uma produção de característica essencialmente artesanal, poderá sofrer alguns avanços técnicos. Os produtores-modelo, por exemplo, além de diversificarem a produção, já possuem estufas elétricas com sistema de ar forçado, empregam grampos metálicos para prender as folhas de fumo que passam pelo processo de cura e têm motosserra, trator de pequeno porte, etc.

Cabe registrar que a produção do tabaco em outras partes do mundo difere, em proporções diversas, da efetuada no RS, SC e PR. No Zimbabwé a cultura é realizada em grande escala, em relativamente grandes extensões de terra. Há o emprego de um coeficiente maior de maquinário e a força de trabalho utilizada é basicamente a assalariada temporária. Lá não existe o sistema integrado de produção. Os capitalistas vendem a sua mercadoria em leilões especificamente organizados para tal fim. Na maioria dos países europeus a produção é feita em pequenas propriedades.<sup>79</sup> Por usarem maior tecnologia, os agricultores europeus alcançam maior produtividade. Entretanto, como os salários, em decorrência do alto valor da reprodução da força de trabalho, são mais elevados, os governos subsidiam generosamente os lavradores que se dedicam ao cultivo. O subsídio aos plantadores também aparece no Canadá e na

Argentina. No vizinho país platino, os fumais também são mais extensos e mais mecanizados que os brasileiros. Quanto à comercialização, está ao encargo de uma cooperativa de produtores. Já nos Estados Unidos da América, os produtores rurais têm cotas anuais de produção. Para economizar mão-de-obra, cujo custo é alto, mecanizam muitíssimo a produção.

A mecanização na fumicultura, todavia, a partir de determinada situação compromete a qualidade final da produção. Se, ao invés das folhas serem apanhadas à medida que amadurecem no pé, elas forem destacadas em uma única vez, haverá economia de trabalho, mas com que qualidade ficarão as folhas ainda não amadurecidas? É lógico que a mecanização é um fator importante em qualquer atividade agrícola. Entrementes, na fumicultura sul-brasileira a mão-de-obra persiste sendo fundamental. E é justamente a esta força de trabalho que o tabaco dos estados do Sul deve sua competitividade no mercado internacional. Ela é a responsável maior pelo alto padrão de qualidade e do reduzido preço do fumo exportado. Exemplo disto é a diferença que existe entre o fumo produzido na Europa e o do Sul do Brasil. O primeiro é, na sua maioria, considerado como sendo neutro, isto é, destinado ao enchimento do cigarro; o segundo é utilizado com o objetivo de conferir o sabor.

O progresso técnico não pára. Na indústria os fatores naturais já foram domesticados e praticamente não atrapalham o processo produtivo. No entanto, na agricultura os fatores naturais ainda desempenham papel proeminente. Comparativamente à indústria, poder-se-ia tranqüilamente afirmar que o setor agrícola encontra-se numa fase apenas semi-industrial. Tratando especificamente da fumicultura, a produção pode-se valer de tecnologias que até hoje praticamente ainda não foram incorporadas. Trata-se da irrigação, das estufas aquecidas a gás e energia elétrica e, quem sabe, da plasticultura.

Na setor industrial do complexo fumageiro, o processo tecnológico continua em marcha acelerada. A informatização e a mecânica

zação tendem a diminuir cada vez mais o número de trabalhadores efetivos e safristas ocupados. A Souza Cruz, por questões econômicas e políticas, está concluindo a construção de um imenso armazém de ar refrigerado. Nele poderá estocar, por anos, até 180 mil toneladas de fumo. Destarte, a empresa que controla 60% da produção nacional de tabaco poderá contar com um estoque regulador que terá várias implicações, todas que lhe serão favoráveis. Primeiro, garantirá o suprimento de matéria-prima para as suas fábricas cigarreiras existentes no país. Segundo, poderá jogar com estoques reguladores para rebaixar o valor dos preços pagos pelo fumo do colono. Terceiro, estará preparada contra eventuais boicotes promovidos pelos fumicultores. Quarto, se lhe for interessante, poderá processar o fumo durante o ano todo e dispensar a absoluta maioria dos trabalhadores safristas.

No que diz respeito à política sindical, é possível que no futuro haja uma aproximação entre os STRs da região e o SINTRAFUMO. Entre a AFUBRA e os Sindicatos da FETAG há maiores contradições do que entre os últimos e o SINTRAFUMO. O problema maior nesta questão diz respeito à postura conservadora das direções dos STRs da região, nomeadamente o de Santa Cruz. Politicamente falando, as direções destes Sindicatos estão muitíssimo à direita da própria direção estadual da FETAG, o que inibe as aproximações. Já uma aproximação entre AFUBRA e SINTRAFUMO parece estar completamente descartada, pelo menos a curto e médio prazo.

## NOTAS

- 1 - Cfe. ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES DE FUMO EM FOLHA DO RIO GRANDE DO SUL. Estatutos da Associação dos Plantadores de fumo em Folha do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: Lamberts Riedel & Cia Ltda. p. 3.
- 2 - Cfe. entrevista concedida pelo Sr. Harry Antônio Werner ao autor, em 22 de fevereiro de 1989.
- 3 - Ibidem.
- 4 - ALONSO. Delnida Martinez. Aspectos geográfico da cultura fumageira no estado do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Geografia*, Belo Horizonte, XX(3): 295-313, jul./set. 1958. p. 309.
- 5 - HEINEN, Armindo. O preço do fumo. *Gazeta do Sul*, 8 mar. 1955. "Sua Excia. mais ou menos aconselhou o seguinte: Que os plantadores se reunissem em associações, e, cooperativas e se inscrevessem na própria Associação Rural, para então fazerem a reclamação através desta associação de classe, que terá mais força. Porque contra um Sindicato dos compradores de fumo, que fixa os preços, só pode haver uma outra associação dos plantadores de fumo para reclamar bom preço".
- 6 - WERNER (22/02/89).
- 7 - Ibidem. O jornal local registrou uma presença superior a 1.000 pessoas. Já o livro de presenças foi assinado por 503 plantadores. MOBILIZAM-SE os fumicultores com a fundação da Associação ... *Gazeta de Santa Cruz*, Santa Cruz do Sul, 23 mar. 1955. p. 1.
- 8 - A respeito do modelo político mencionado ver: TRINDADE, Héli-gio. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Sulina, 1991. p. 64-81.
- 9 - Dos 28 anos em que exerceu cargos na entidade, 20 foram na condição de presidente; 2 como vice-presidente e 6 como secretário geral. Em junho de 1983 afastou-se da diretoria da Associação permanecendo apenas como membro do Conselho Deliberativo. Faleceu em dezembro de 1989, aos 65 anos de idade.
- 10 - Cfe. Palestra proferida por ocasião da I FESTA NACIONAL DO FUMO, realizada em 1966, que fez referências ao histórico e às origens da Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA. (AHCM).
- 11 - WERNER (22/02/89).
- 12 - CRAVO, Veraluz Zicarelli. *A lavoura de fumo em Irati; a produção familiar & capitalismo*. Curitiba: IHGEP, 1982. p. 100.
- 13 - WERNER (22/02/89).
- 14 - 8 MIL PLANTADORES já estão com suas plantações no seguro ... *Gazeta do Sul*, 04 fev. 1961. p. 1 e 3.
- 15 - Cfe. matérias veiculadas na *Gazeta do Sul* sob os títulos: A DISCUSSÃO do projeto que ampara a Associação dos Plantadores ... 06 ago. 1959. p. 1 e 6; COOPERAÇÃO do Estado com o Departamento Mutuário da Associação... 21 mar. 1959. p. 2 e 8.

- 16 - O VEREADOR Harry A. Werner faz um apêlo para que todos os partidos se unam em defesa do agricultor. *Gazeta do Sul*, 13 ago. 1959. p. 1 e 3.
- 17 - Cfe. manual de orientação distribuído pela Delegacia Regional da AFUBRA de Rio Negro, na safra 66/67, aos instrutores da Souza Cruz. (CEDOPEH UNISC)
- 18 - WERNER (22/02/89).
- 19 - ASSOCIAÇÃO dos Fumicultores do Brasil no Sul do Paraná e no Norte de Santa Catarina... *Gazeta do Sul*, 3 mar. 1966. p. 4 e 5.
- 20 - Ibidem.
- 21 - ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES DE FUMO EM FOLHA DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório de atividades - exercício 61/62.
- 22 - Cfe. *Gazeta do Sul* de 17 mar. 1959. p. 6.
- 23 - PRODUTORES e industriais não chegaram a um acordo... *Gazeta do Sul*, 22 dez. 1964. p. 1 e 2.
- 24 - APÊLO da Associação comercial: colonos não devem entregar a safra por qualquer preço. *Gazeta do Sul*, 23, jan. 1965. p.6.
- 25 - ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. Relatório de atividades - exercício 64/65.
- 26 - O sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul originou-se da fusão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos em Lavoura e Pecuária e do Sindicato dos Trabalhadores em Lavoura e Pecuária do Município de Santa Cruz do Sul. A primeira entidade representava o interesse dos pequenos proprietários e a segunda era a dos trabalhadores sem terra. Ambas haviam sido fundadas em 01 de julho de 1962 sob os ideais da Frente Agrária Gaúcha. A unificação dos 2 sindicatos ocorreu em 19 de dezembro de 1965. Cfe. A HISTÓRIA registrada ao longo dos 30 anos. *Riovale Jornal*, Santa Cruz do Sul, 30 jun. 1992, Suplemento "O Imigrante", p. 2.
- 27 - FUMO: preço ficou aquém do custo de produção. *Gazetas do Sul*, 4 fev. 1965. p. 1.
- 28 - CLASSIFICAÇÃO do fumo em fôlha: AFUBRA alerta... *Gazeta do Sul*, 11 fev. 1965. p. 1.
- 29 - FUMICULTORES da região estão revoltados com as cifras estabelecidas pelos compradores. *Gazeta do Sul*, 10 jan. 1966. p. 1.
- 30 - Cfe. *Gazeta do Sul*, edições de 21 jan. 1967. p. 1 ; 29 mar. 1967. p. 1; 7 nov. 1966. p. 1.
- 31 - O FUMO é que gera o descontentamento. *Gazeta do Sul*, 8 mar. 1969. p. 1. Membros das direções dos STRs do Vale do Rio Pardo discutiriam a questão do rebaixamento da classificação do fumo com a Secretaria Estadual de Economia. "*Firmas há, que nem compram as melhores classes, pois estas nem existem para eles. Inclusive, o Sindicato tem em seu poder notas em que constam as classes XF4 e XF5, que não constam na classificação oficial (...)*". Antes de iniciar a safra 69/70 a preocupação era a mesma. Os sindicatos e a FETAG tomavam providências. FUMO: sindicato madrugou na defesa dos agricultores. *Gazeta do Sul*, 8 nov. 1969. p. 8.
- 32 - FUMO já tem novo preço. *Gazeta do Sul*, 21 jan. 1970. p. 1.

- 33 - PRESENTE de Natal aos agricultores: AFUBRA consegue aumento de 24% no preço do fumo. *Gazeta do Sul*, 24 dez. 1970. p. 1.
- 34 - WILLY PAIXÃO alega que uma entrevista o derrubou da AFUBRA. *Gazeta do Sul*, 14 ago. 1973. p. 16. Segundo José Avelino, uma entrevista concedida ao jornalista Lauro Dieckmann, publicada no jornal da capital em 21/01/73, o derrubara. Na matéria aparecem frases, que Willy alega não ser de sua autoria, como: "a exploração estrangeira das indústrias internacionais"; "as empresas estrangeiras pagam o que querem" e outras.
- 35 - Sobre a discussão, ver algumas das matérias publicadas na *Gazeta do Sul*: "O SINDICATO dos Trabalhadores Rurais e o novo preço do fumo". 14 nov. 1974. p. 9; "FETAG quer revisão do preço do fumo". 23 nov. 1974. p. 7; "SINDICATOS solidários com presidente da FETAG". 30 NOV. 1974 p. 4; "DESCAPITALIZAÇÃO do minifúndio em nosso município é um fenômeno real". 10 dez. 1974. p. 3; "PORQUE o sindicato pediu um aumento de 84,71% do preço do fumo. 31 dez. 1974. p. 13.
- 36 - PREÇO fumo safra 74/75 - AFUBRA contesta afirmações da FETAG. *Gazeta do Sul*, 26 nov. 1974. p. 4.
- 37 - CEDIC. *Perfil Setorial do fumo*. Porto Alegre: Gráfica Editora Fotogravura do Sul Ltda, 1974. p. 73.
- 38 - A intervenção no sindicato deu-se em setembro de 1975 devido ao uso irregular da verba do sindicato. Novas eleições foram marcadas. Duas chapas se inscreveram: uma encabeçada pelo presidente recém substituído, Pedro Oswino Etges; outra pelo ex-presidente da gestão anterior, Orlando Paulo Schaeffer, na qual Etges havia sido tesoureiro. Como a disputa assumiu conotações político-partidárias (ARENA X MDB) a Delegacia do Trabalho suspendeu as eleições e manteve a junta governativa na direção, até dezembro de 1978.
- 39 - SINDICATO de V. Aires reclama da classificação do fumo. *Gazeta do Sul*, 22 jan. 1976.
- 40 - Em entrevista concedida às 16:00 horas do dia 20 de maio de 1989 a Lucila Marely Mayer, aluna de Pós-Grauação em História da UFSC.
- 41 - *Gazeta do Sul*, 8 dez. 1977, p. 12.
- 42 - Nas eleições de 1965 Ruy Apollo Duarte, militante da Frente Agrária Gaúcha do núcleo de Sinimbu, fez oposição a Werner, mas retirou a candidatura à última hora. Cfe. SITUAÇÃO venceu: Harry Werner reeleito presidente da AFUBRA. *Gazeta do Sul*, 16 set. 1965. p. 1.
- 43 - TRABALHADORES se organizam para concorrer às eleições na AFUBRA com espírito construtivo. *Gazeta do Sul*, 26 mai. 1979. p. 7.
- 44 - SUCESSÃO na AFUBRA: oposição prega inovações e maior sintonia com empresas. *Gazeta do Sul*, 21 jul. 1979. p. 16.
- 45 - WERNER diz que os associados autênticos saberão dar a verdadeira resposta à atuação da diretoria. *Gazeta do Sul*, 21 jul. 1979. p. 17.
- 46 - WERNER ganha fácil na AFUBRA. *Gazeta do Sul*, 21 jul. 1979. p. 1 e 8.

- 47 - STEIN quer o fim do voto por procuração. *Gazeta do sul*, 31 jul. 1979. p. 9. OPOSIÇÃO quer anular eleições da AFUBRA. 3 Abr. 1980. P. 10 E 11.
- 48 - Sindicato das Indústrias do Fumo, cuja base territorial foi estendida a todo o estado do Rio Grande do Sul por um Ato Ministerial de agosto de 1978. Cfe. ATUAÇÃO do Sindicato da Indústria do Fumo. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 30 dez. 1982, Edição sobre os municípios, p. 5.
- 49 - Ver, por exemplo, as seguintes matérias da *Gazeta do Sul*: Agricultores estão alarmados com o preço do fumo e falam em abandonar a cultura. 27 dez. 1979. p. 5; Plantador fala em diversificação. 12 jan. 1980. p. 8; FETAG e Sindicato insistem: querem aumento de 113% para o fumo. 3 jan. 1980, p. 11.
- 50 - MINISTÉRIO do Planejamento e Secretaria da agricultura reestudam preço do fumo. *Gazeta do Sul*, 12 jan. 1980 p. 7; CFP conclui estudos sobre nova cotação para o fumo. *Gazeta do Sul*, 21 fev. 1980 p. 6.
- 51 - SINDICATOS pedem que agricultor segure o fumo até que saia solução sobre o preço. *Gazeta do Sul*, 09 fev. 1980. p. 9.
- 52 - AFUBRA alerta sobre o risco do boicote do fumo e não assume responsabilidade. *Gazeta do Sul*, 21 fev. 1980. p. 6.
- 53 - CFP fixa índice oficial do custo de produção do fumo em 78,28 por cento. *Gazeta do Sul*, 22 mar. 1980. p. 8.
- 54 - PIQUETES impedem a entrega do fumo nas indústrias. *Gazeta do Sul*, 11 jan. 1986. p. 10.
- 55 - GRUPO de fumicultores promove assembléia para discutir preço. *Gazeta do Sul*. 22 fev. 1989. p. 5. FUMICULTORES descontentes com o preço do produto tem assembléia hoje. *Riovale Jornal*, 22 fev. 1989. p. 2.
- 56 - LIMBERGER diz que sindicatos e AFUBRA estão aliados às empresas. *Riovale Jornal*, 25 fev. 1989. p. 2. A matéria refere-se à visita que os deputados Adão Preto (PT) e Mário Limberger (PMDB) fizeram aos fumicultores acampados em frente às fábricas. Segundo Limberger, "*a AFUBRA sempre foi o braço direito das multinacionais desde os tempos em que Harry Werner era seu presidente*". SINDICATOS não aprovam a mobilização do grupo. *Gazeta do Sul*, 24 fev. 1989. p. 5. ENTIDADES representativas dizem que piquetes prejudicam o fumicultor. *Riovale Jornal*, 04 mar. 1989. p. 6.
- 57 - AGRICULTORES decidem abandonar piquetes em frente às fábricas. *Gazeta do Sul*, 02 de mar. 1989. p. 6.
- 58 - RODRIGUES, Cari. Protesto dos fumicultores vai para as estradas. *Zero Hora*, Porto Alegre, 03 mar. 1989.
- 59 - COMISSÃO do fumo quer trazer os piquetes novamente a Santa Cruz. *Gazeta do Sul*, 07 mar. 1989. p. 8.
- 60 - IMPASSE na venda do fumo arma conflito no interior; confronto entre BM e colonos e agressão a caminhoneiros deixam saldo de 20 feridos. *Gazeta do Sul*, 9 mar. 1989. p. 1 e 6.
- 61 - FUMICULTORES suspendem piquetes e querem diálogo. *Gazeta do Sul*, 10 mar. 1989. p. 5.
- 62 - GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 41.



- 63 - FUNDAÇÃO de um novo sindicato é uma farsa, diz Oswino Etges. *Gazeta do Sul*, 18 abr. 1989.
- 64 - CONTANDO nossa história. *Pé de fumo*, Jornal do SINTRAFUMO, nº 1, set. 1990. p. 4.
- 65 - REPRESENTANTE do SINTRAFUMO foi excluído. *Gazeta do Sul*, 8 jan. 1994. p. 6.
- 66 - POR QUE os dirigentes da AFUBRA não aceitam a representação do SINTRAFUMO nas negociações com as fumageiras. *Gazeta do Sul*, 08 jan. 1994. p. 6.
- 67 - GEWEHR, Albino Oto. *Solução do IPI sobre cigarros é apontado como solução*. Texto datilografado (1993).
- 68 - SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 51.
- 69 - INDÚSTRIA aceita estudar compra integral do fumo da safra 92/93. *Gazeta do Sul*, 27 fev. 1993. p. 10.
- 70 - Cfe. entrevista concedida por Hélio Fensterseifer, presidente do SINDIFUMO: INDÚSTRIA quer reduzir o volume produzido na Região Sul. *Gazeta do Sul*, 24 jun. 1993. p. 5.
- 71 - DÁ medo imaginar fim do ciclo do fumo. *Gazeta do Sul*, 17 jul. 1993. p. 15.
- 72 - PRODUÇÃO no Sul do Brasil bate novo recorde. *Riovale Jornal*. 24 jul. 1993, p. 15.
- 73 - PRODUTOR busca informações. *Gazeta do Sul*, Suplemento Gazeta Rural, 03 set. 1993. p. 4.
- 74 - SOUZA CRUZ. *A pequena propriedade no ano 2.000 (análise e sugestões para viabilidade)*. p. 3.
- 75 - Ibidem. p. 10.
- 76 - LAMARCHE, Hughes (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 197.
- 77 - LENIN, Vladimir Ilich. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 59.
- 78 - Ibidem. p. 64.
- 79 - Mas há também médias e grandes explorações. Por exemplo na região de Trieste, Itália, onde predomina a monocultura tabaqueira há, inclusive, o arrendamento de terras. Os fumicultores chegam a pagar mil dólares por hectare por safra (meio ano). Cfe. EUROPA reduz a produção de fumo. *Gazeta do Sul*, Suplemento Gazeta Rural, 09 jul. 1993, p. 5.

## CONCLUSÃO

O estudo de caso jamais deve ter a pretensão de universalizar as conclusões alcançadas. Neste sentido, as observações registradas nesta dissertação acerca do trabalho familiar, especificamente o da produção do fumo, não podem ser generalizadas para outros produtos agropecuários, oriundos da produção familiar.

Nosso trabalho, ainda que recaindo sobre uma região e uma atividade produtiva específica, procurou, na medida do possível, não apartar o objeto da pesquisa do contexto regional, nacional e mesmo mundial em que se inseria. Nesta dinâmica, pode-se dizer que o modelo econômico brasileiro, desde o período colonial até meados do século XX, caracterizou-se pelo seu conteúdo agro-exportador com alta concentração de renda e de terras. A constituição de colônias de pequenos proprietários nos estados do Sul do país, a partir do século passado, rompeu, de certa forma, com o padrão estabelecido.

O surgimento e o desenvolvimento das colônias de imigrantes europeus está inserido num movimento mais amplo, que é o da expansão do modo capitalista de produção. O objetivo econômico primordial das mesmas era o atendimento das necessidades do mercado interno e não o da exportação da produção agrícola. É neste sentido que a Colônia de Santa Cruz, fundada em dezembro de 1849, enquadra-se na dinâmica do espaço de atuação do capital.

A Colônia não recriou o tipo de "camponês" autônomo, independente. Ou seja, aquele trabalhador que, com sua família, pratica somente a economia de subsistência, de autoconsumo. Pelo contrário, as unidades familiares implantadas foram programadas para, inicialmente, abastecer com gêneros alimentícios a cidade de Rio Pardo. Além disso, a administração provincial incentivou o

desenvolvimento de uma produção comercial em pequena escala que possibilitasse aos colonos a formação de um pecúlio. Com este pecúlio saldariam suas dívidas junto ao governo da província, dívidas estas provenientes do assentamento e dos primeiros anos passados na Colônia. E mais: a melhoria relativa das condições materiais de existência dos imigrantes do local - tão necessária para que novas levas de imigrantes fossem atraídas para o Rio Grande de São Pedro - poderiam ser satisfeitas às expensas dos próprios colonos. A venda da produção agropecuária, além de gerar impostos para o poder público, colocava dinheiro na mão dos colonos. Este era aplicado não somente para a satisfação das necessidades básicas individuais de cada família, mas foi também utilizado para financiar a abertura de estradas, para o erguimento de escolas, igrejas, etc. Isto é, o Estado repassou à comunidade em formação o ônus da implantação da infra-estrutura indispensável.

Neste sentido é que houve, em Santa Cruz, a especialização na produção do tabaco. Paralela a esta cultura principal, que era destinada quase que exclusivamente para o mercado, vicejava a policultura. Além do fumo, no entanto, também o excedente da produção agropecuária era destinada à venda pelos pioneiros.

Os colonos, desde o princípio, estiveram duplamente vinculados ao mercado: ao adquirirem dos comerciantes os gêneros não obtidos nos próprios lotes coloniais e ao venderem a sua produção aos donos das casas comerciais. Em razão disso os comerciantes, que normalmente centralizavam as informações a respeito do preço das mercadorias e que monopolizavam os meios de transporte, puderam acumular riquezas às custas de um intercâmbio que lhes era profundamente vantajoso. Adquiriam os produtos oriundos da Colônia a preços bastante reduzidos e vendiam os artigos necessários aos colonos por valores que, via de regra, estavam muito acima do preço natural. Esta situação era possibilitada pelo fato de os agricultores, para se reproduzir, carecerem do adiantamento das mercadorias fornecidas pelos comerciantes. Como não possuísem recursos para o pagamento à vista dos artigos adquiridos, abriam

contas. Em consequência, ao se endividarem, ficavam totalmente dependentes dos vendistas que lhes haviam feito o adiantamento. Assim, sentiam-se obrigados a entregar a produção para saldarem o montante devido.

Os comerciantes, a partir desta troca desigual, tornaram-se também transportadores e usurários. Acumularam capital que posteriormente investiram nas indústrias de beneficiamento, notadamente de banha e de fumo. Eram homens de grande influência e prestígio na localidade em que atuavam, já que a maioria dos moradores da redondeza estava atrelada econômica e ideologicamente ao seu poder. E, por estarem diretamente conectados com o mercado fumageiro, podiam orientar os colonos sobre os melhores tipos e qualidades de tabaco que encontravam colocação. Assim, como se viu ao longo desta dissertação, a produção do fumo santa-cruzensense esteve, desde o início, subordinada aos ditames do capital comercial.

As agroindústrias fumageiras, ao se consolidarem, transformaram Santa Cruz no grande centro de beneficiamento da solanácea do estado. Gradativamente, o controle do processo de produção da matéria-prima para o cigarro foi sendo intensificado e se transferiu das mãos dos comerciantes para o capital agroindustrial. Este, ao introduzir os fumos de secagem em estufas, implantou ao mesmo tempo o sistema integrado de produção. Ou seja, o capital tomou as rédeas do processo produtivo e mercantilizou o conjunto das atividades, fazendo com que as relações de mercado permeassem a produção desde o início do cultivo do tabaco, e não somente no momento final.

O modelo de produção integrada, colocado em funcionamento originalmente pela subsidiária da British American Tobacco, foi seguido pelas agroindústrias de capital local. A alteração do agente subordinador não teve, entretanto, o significado de ruptura para os plantadores. Eles deixaram de ser fregueses dos comerciantes para tornar-se fregueses das agroindústrias. Ademais, muitos deles viram-se atraídos pelas tecnologias (estufas, adubos

químicos e pesticidas) introduzidas que modernizaram significativamente o processo produtivo. Aqueles que persistiram plantando nos moldes tradicionais passaram a estar em atraso, isto é, abaixo do padrão médio de produção.

Da mesma forma, a internacionalização do ramo fumageiro, ocorrida a partir do final dos anos 60, também não provocou resistências por parte dos fumicultores. Ao contrário, a chegada das multinacionais deu um novo alento à cultura. A desorganização e insegurança do mercado existente durante os anos 50 e 60 foram substituídas pelos investimentos financiados pelas empresas e pela garantia da total aquisição da produção. Como as indústrias, à época, passaram a competir pelos fornecedores da matéria-prima, houve algum poder de barganha por parte dos colonos. E, mesmo impondo novas tecnologias no processo produtivo - para adequar a produção local às exigências do mercado internacional - que, a partir dos problemas ocorridos na Rodésia, buscou se abastecer com fumos nobres no Sul do Brasil, as regras estipuladas foram acatadas sem problemas pelos plantadores.

Para os fumicultores era preferível adaptar-se a uma subordinação ainda maior do processo de trabalho a dedicar-se a outra cultura. Levando em consideração a reduzida extensão das propriedades, a topografia acidentada, a escassez de maquinário, a falta de uma política agrícola para os cultivos típicos da pequena produção, o fumo apresentava-se ainda como uma boa opção. Era, para a grande maioria dos colonos, a tábua de salvação para a reprodução sócio-econômica das unidades de trabalho familiar. Ou ainda: para os plantadores, que historicamente estiveram subordinados aos comerciantes e às agroindústrias, o controle mais rígido e sistemático levado a cabo pelos instrutores das fumageiras não foi entendido como algo que tivessem necessariamente que temer, mas como coisa que lhes garantiria a sobrevivência.

Como foi visto neste trabalho, o tabaco em Santa Cruz é obtido basicamente através da mão-de-obra familiar. Conseqüentemente, as relações de produção estabelecidas para a sua obtenção, e

que permeiam as diversas fases do cultivo, não podem ser conceituadas como sendo de natureza plenamente capitalista. Ou melhor, as relações internas, existentes no processo produtivo na propriedade do colono, não são de natureza essencialmente capitalística. Já a produção tabaqueira, vista no seu conjunto, deve ser inserida na lógica do modo de produção capitalista. Ela enquadra-se perfeitamente no processo de acumulação, centralização e reprodução do capital.

Neste contexto é possível asseverar que, na fumicultura, é absolutamente viável detectar a forma contraditória de desenvolvimento do capitalismo. Ao mesmo tempo em que, de um lado, são reproduzidas relações assalariadas ao nível do beneficiamento do fumo, de outro, as agroindústrias também reproduzem as relações familiares de produção no campo.

O predomínio do trabalho familiar na cultura do fumo deve-se ao fato de o grupo familiar estar mais sujeito ao auto-sacrifício e à auto-exploração. Como no cálculo do custo de produção do fumo a mão-de-obra representa cerca de 60% do total, o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho é fundamental. Combinando a agricultura de subsistência com a de mercado, os colonos, historicamente, suportaram vender a produção por preços bastante baixos. E isto pelo fato de a reprodução da família, em grande parte, estar garantida pelos valores de uso obtidos na propriedade. Destarte, graças a uma prolongada e intensificada jornada de trabalho, os colonos conseguiram e prosseguem conseguindo produzir tabaco e vendê-lo por valores menores do que se fosse obtido por trabalhadores assalariados.

Ao que tudo indica, a produção familiar do tabaco persistirá sendo, no Sul do Brasil, a melhor alternativa para as agroindústrias do ramo. É sabido que o fumo brasileiro possui boa cotação no mercado internacional. O seu baixo preço e a alta qualidade são as causas que colocam o país na condição de segundo exportador mundial. Ambos os fatores estão estribados no trabalho familiar em que o fumo é produzido. A qualidade da matéria-prima de-

ve-se fundamentalmente à quantidade de trabalho manual nele empregado. Isto é, a obtenção do fumo é ainda uma atividade artesanal. Uma virtual tecnificação do processo produtivo no âmbito rural possibilitaria a economia de trabalho. Ao mesmo tempo, entretanto, certamente cairia o padrão de qualidade do fumo obtido.

Vários segmentos da região precipitadamente têm alardeado o fim do ciclo do fumo. O pessimismo está baseado nos problemas surgidos na comercialização da safra 92/93 e na anunciada superprodução havida em escala internacional. A crise, no entanto, não aponta para o fim ou para a estagnação da economia fumageira, mas para uma reordenação da produção mundial. Ainda que o consumo mundial de cigarros venha a cair, a redução da produção da matéria-prima dar-se-á naqueles países em que os custos de produção forem mais elevados. Ou seja, o fumo continuará a ser plantado onde puder ser adquirido por preços mais baixos. No caso do fumo do Brasil, além da boa qualidade, deve ser enfatizado o seu preço que é extremamente baixo. Enquanto que no Brasil o quilo de fumo oscila entre 1 e 1,5 dólar, na Alemanha e no Japão o preço pago ao produtor chega a 13 dólares; na Argentina alcança 2,5 dólares. O fumo brasileiro é, indiscutivelmente, um dos melhores e mais baratos. E é por isto que as lavouras da *Nicotiana tabacum* não desaparecerão tão cedo da paisagem da região.

No que diz respeito ao projeto que as agroindústrias fumageiras têm para os colonos, ele vai no sentido de diversificar a produção e transformar o fumicultor em um microempresário rural. De acordo com o proposta, os plantadores de fumo devem intensificar o trabalho e direcioná-lo para diferentes atividades, para terem várias fontes de rendimentos e não dependerem somente do dinheiro obtido com a venda do fumo. De acordo com esta estratégia, os colonos terão de se tecnificar minimamente para aumentar a produtividade do trabalho. Esta tecnificação, que não alterará substancialmente a forma de produzir fumo, será mais notada nas outras atividades dos colonos e, possivelmente, provocará uma diferenciação sócio-econômica entre os produtores.

Curiosamente, a alternativa dos fumicultores, em teoria parece também passar necessariamente pela diversificação. Entretanto esta deverá vir acompanhada da redução da área da *Nicotiana tabacum* plantada. Dependendo menos do tabaco e dedicando-se a outros cultivos, o colono terá condições de quebrar os laços de dependência que o atrelam à agroindústria fumageira. Dependendo menos da venda do fumo, poderá ter maior poder de barganha. Neste caso a tecnificação não seria prioritária e, ao invés da diferenciação, estaríamos diante da reprodução das unidades familiares.

Por fim, cabe destacar que, enquanto os fumicultores não deixarem suas posições individualistas para se organizar coletivamente e defender os seus interesses comuns, poucos avanços poderão ser obtidos. Já as indústrias valem-se de métodos ardilosos e sofisticados para atingir seus objetivos. Possuem sob controle a entidade representativa dos fumicultores, a AFUBRA, cujos dirigentes lhe são subservientes. Quanto às negociações de ajuste dos preços, como foi possível mostrar, são uma farsa que apenas legitima a extração do sobretrabalho das empresas sobre o fumicultor. Oligopólios capitalistas que atuam em várias regiões do globo terrestre, como a R. J. Reynolds, a Philip Morris, a British American Tobacco, a Universal Leaf, negam a livre concorrência e as leis do mercado, quando se trata da aquisição da matéria-prima necessária à fabricação de cigarros.

Contudo é indispensável acrescentar, ainda, que a problemática que envolve a produção e comercialização do fumo não pode ser formulada em termos maniqueístas. Assim como as agroindústrias não são um demônio cuja função é explorar e castigar, os plantadores de fumo também não podem ser estudados a partir de uma idealização romântica. O lucro, a acumulação e a reprodução do capital constituem a essência dos empreendimentos capitalistas; não é, por conseguinte, prática exclusiva das empresas fumageiras de Santa Cruz do Sul. Por outro lado, romantizar a recriação da pequena produção familiar voltada para o autoconsumo é mover o



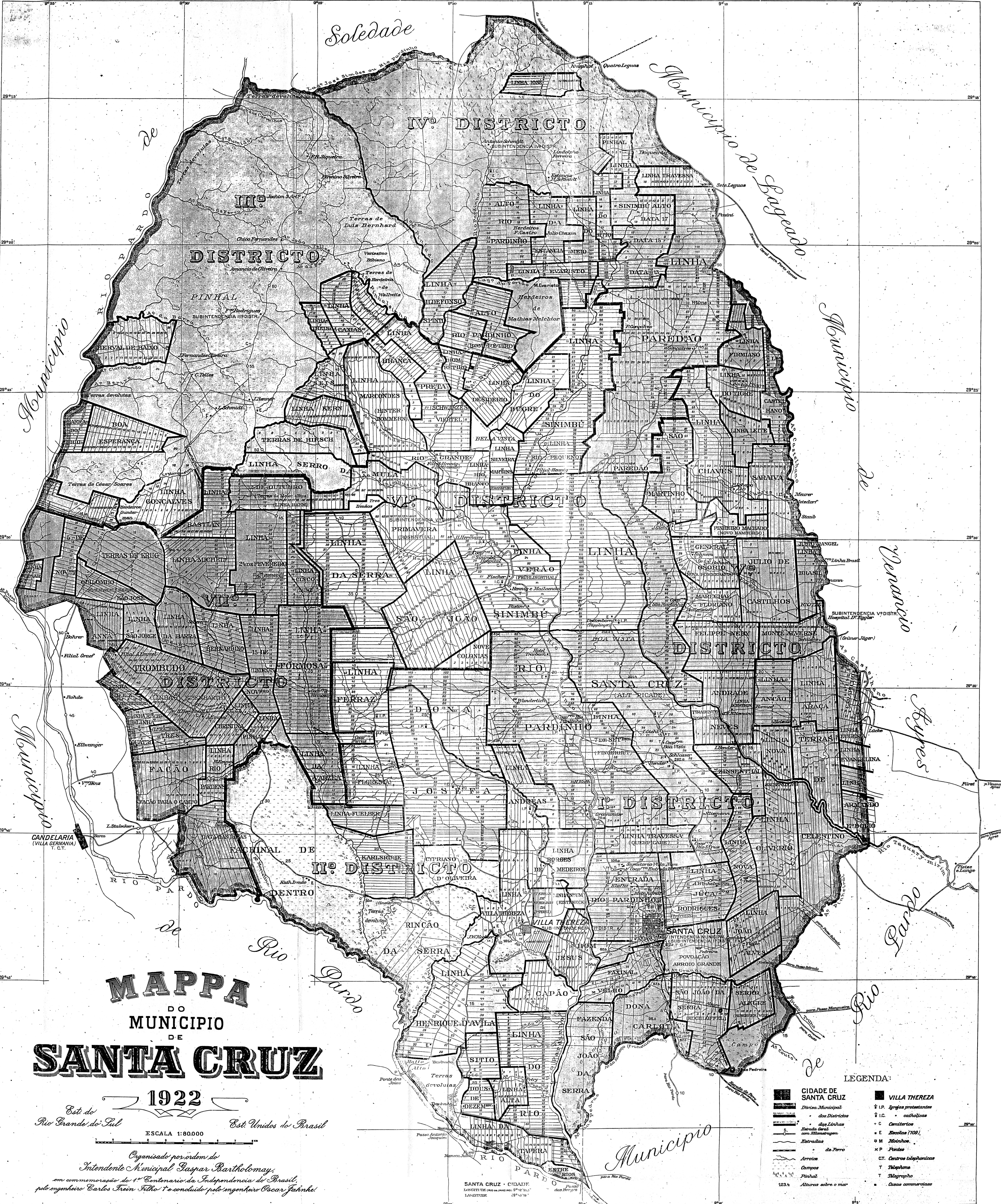
moinho com águas passadas. É negar qualidade de vida. É negar direito de cidadania.

O baixo padrão de qualidade de vida dos colonos produtores de fumo contrasta com a renda per capita de mais de 7 mil dólares, atribuída aos habitantes do município de Santa Cruz. Os grandes responsáveis pela geração da riqueza na capital do fumo não recebem nem de longe o equivalente ao valor produzido pelo seu trabalho. Foi visto que significativa parcela deste valor, incorporado em cada fardo de fumo, é apropriado pela agroindústria fumageira. Esta porém, individualmente não deve ser responsabilizada pela precária situação material de existência dos colonos santa-cruzenses. Se com o fumo está ruim, sem ele certamente a situação seria ainda pior. O problema está no sistema capitalista; está no modo como ele atua num país com as peculiaridades do nosso; está, também, nos governantes que dirigiram e dirigem este modelo econômico, altamente concentrador de riquezas, e que não está voltado para o atendimento das necessidades básicas do conjunto da população; está na inexistência de uma política agrícola.

A solução dos problemas dos plantadores de fumo passa, portanto, necessariamente pela adoção de uma política agrícola que atenda a pequena produção familiar do campo. E é neste sentido que a luta dos fumicultores da região não pode ser desconectada dos demais movimentos sociais existentes no campo brasileiro.

**ANEXO 1 - MAPA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE 1922**





Soledade

Município de Sapucaia

Município de Capangue

Município de Pardo

Município de Rio Grande do Sul

# MAPPA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ 1922

Est. do Rio Grande do Sul Est. Unidos do Brasil

ESCALA 1:80.000

Organizado por ordem do  
Intendente Municipal Gaspar Bartholomay,  
em comemoração do 1º Centenario da Independencia do Brasil,  
pelo engenheiro Carlos Trein Filho e concluido pelo engenheiro Oscar Jahnel

- LEGENDA:
- CIDADE DE SANTA CRUZ
  - Direção Municipal
  - das Linhas
  - com Alameda
  - Estradas
  - de Ferro
  - Arvores
  - Campos
  - Pinhal
  - Alturas sobre o mar
  - VILLA THEREZA
  - I.P. Igrejas protestantes
  - I.C. catholicas
  - Cemiterios
  - E. Escolas (1909)
  - M. Moinsas
  - Pontes
  - CT. Centros telephonicos
  - T. Telephone
  - T. Telegrapho
  - Casas commerciaes

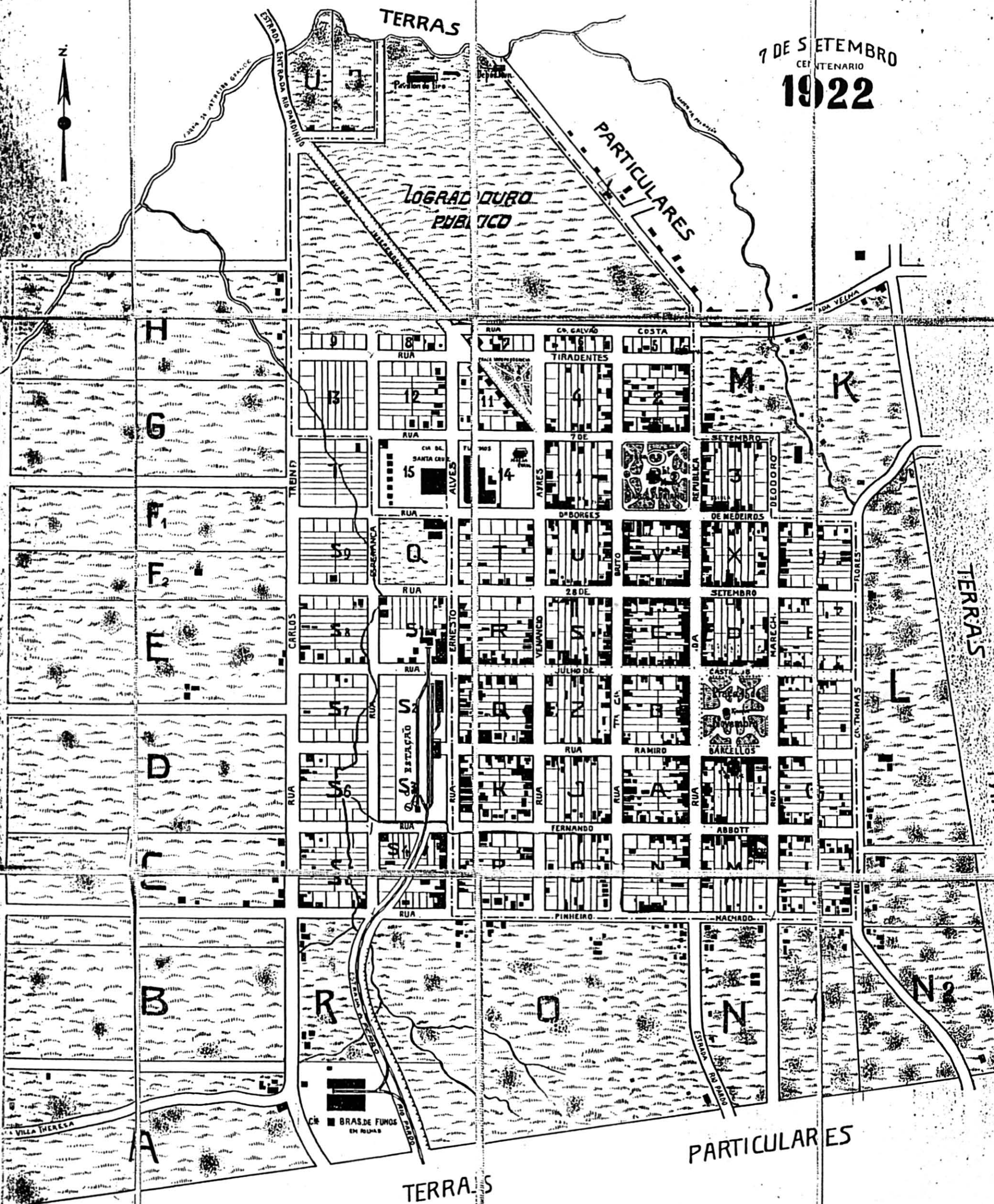
SANTA CRUZ - CIDADE  
LONGITUDE (RIO DE JANEIRO) 51° 12' 30"  
LATITUDE 23° 43' 18"



**ANEXO 2 - PLANTA DA CIDADE DE SANTA CRUZ DE 1922**

# CIDADE DE SANTA CRUZ

7 DE SETEMBRO  
CENTENARIO  
1922

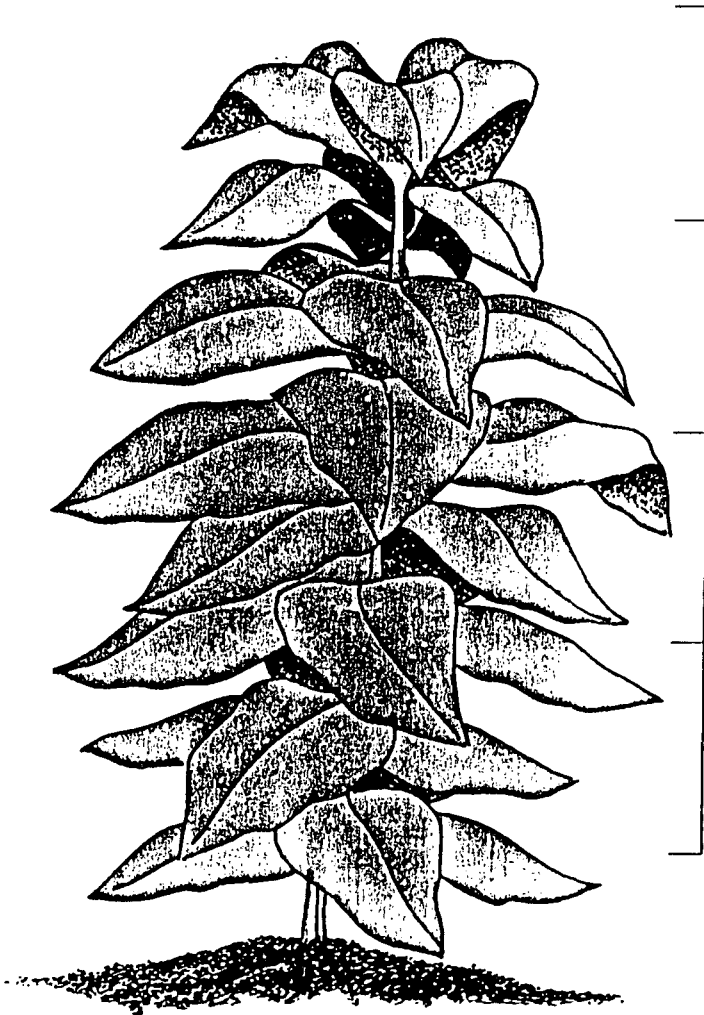


ORGANIZADO  
POR ORDEM DO INTENDENTE MUNICIPAL  
S<sup>o</sup> GASPAR BARROSO THOLOMAY

ESCALA 1:7500

**ANEXO 3 - CLASSIFICAÇÃO DE FUMO - GRUPO ESTUFA**

CLASSIFICAÇÃO DE FUMO-GRUPO ESTUFA



T



B



C



X



CLASSES

Segundo a posição da folha na planta

T - Ponteiras

Últimas folhas, em torno de 5

B - Meeiras

Folhas do meio superior da planta, em torno de 7

C - Semimeeiras

Folhas do meio inferior da planta, em torno de 6

X - Baixeiras

Primeiras folhas, em torno de 5

SUB-CLASSE

Segundo a cor das folhas

L - Folhas cor limão

O - Folhas cor laranja

R - Folhas com mais de 50% de cor acastanhada com fundo laranja ou limão.

TABACO EM FOLHA — GRUPO ESTUFA

Sub-Grupo Segundo Acondicionamento das Folhas	Classe Posição na Planta	Sub-Classe Coloração das Folhas	Tipos Qualidade	Sub-Tipos Anormalidades	Resíduos
FM - Folhas Manocadas	T	O - Laranja	1	K	SC (Fragmentos de Lâminas)
	B	L - Limão	2	G2	
	C				
FS - Folhas Soltas	X	R - Acastanhado	3	G3	ST (Fragmentos de Talos)

CLASSIFICAÇÃO DE FUMO — GRUPO ESTUFA

Combinando-se Classe, Sub-Classe, Tipos e Sub-Tipos, obtêm-se 48 classificações:							
T01	TL1	TR1		C01	CL1	CR1	
T02	TL2	TR2	T2K	C02	CL2	CR2	C2K
T03	TL3	TR3	T3K	C03	CL3	CR3	C3K
B01	BL1	BR1		X01	XL1	XR1	
B02	BL2	BR2	B2K	X02	XL2	XR2	X2K
B03	BL3	BR3	B3K	X03	XL3	XR3	X3K
		G2			SC		
		G3			ST		

Classificação do tabaco em folha portarias 875 de 22/09/78 e 309 de 02/10/80 - Ministério da Agricultura

**ANEXO 4 - CUSTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO DE FUMO VIRGÍNIA**  
(FONTE: Associação dos Fumicultores do Brasil)



CUSTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO DE FUMO VIRGINIA			
DISCRIMINAÇÃO	SAFRA:92 US\$/HA	PARTICIPA ÇÃO %	IMPOSTO US\$
<b>1. CUSTOS VARIÁVEIS</b>			
Mão de obra	1.553,23	59,5	-
Operações com animais	25,60	1,0	1,80
Operações com máquinas	37,36	1,4	2,65
Operações com benfeitorias	20,30	0,8	-
Suprimentos agrícolas	406,72	15,6	9,82
Lenha	229,07	8,8	38,94
Seguros de produção	71,67	2,7	-
Funrural	88,00	3,4	-
Despesas Financeiras	29,20	1,1	-
SUB-TOTAL	2.461,15	94,3	53,21
<b>2. CUSTOS FIXOS</b>			
Deprec.animais/máquinas	21,07	0,8	1,56
Deprec. implementos	63,47	2,4	11,06
Deprec. benfeitorias	40,71	1,6	5,80
Correção do solo	22,87	0,9	-
SUB-TOTAL	148, 12	5,7	18,42
TOTAL	2.609,27	100,0	71,63

Produtividade	Kg./Ha	2.030
Custo operacional	US\$/Kg	1,29

Datada pesquisa e cálculo: 25/11/91  
Cotação do dólar comercial: CR\$ 796,50

CUSTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO DE FUMO VIRGINIA					
SAFRA: 91/92					
DISCRIMINAÇÃO	UN.	COEFICIENTE QT./HA.	VALOR US\$/UN	VALOR US\$/HA	IMPOS- TOS US\$
<b>1. MÃO DE OBRA</b>					
Canteiro de mudas	dia/H	8,5	6,59	56,00	-
Plantio	dia/H	28,1	7,27	204,25	-
Tratos culturais	dia/H	33,4	7,31	244,31	-
Colheita	dia/H	80,3	7,44	597,19	-
Classificação	dia/H	59,2	7,44	440,46	-
Diversos	dia/H	1,5	7,35	11,02	-
SUB-TOTAL	dia/H	211,0	7,36	1.553,23	-
<b>2. OPERAÇÕES COM ANIMAIS</b>					
Junta de bois	hs.	101,1	0,19	19,66	0,86
Parelha - burros/cavalos	hs.	29,7	0,18	5,24	0,94
Aluguel de animais	hs.	0,3	2,33	0,70	-
SUB-TOTAL	hs.	131,1	0,20	25,60	1,80
<b>3. OPERAÇÕES COM MÁQUINAS</b>					
Microtrator	hs.	4,5	1,53	6,89	0,51
Trator médio	hs.	3,8	4,93	18,72	1,92
Energia elétrica	Kw.	35,2	0,05	1,80	0,22
Tecedeira elétrica	un.	0,5	3,28	1,64	-
Aluguel de microtrator	hs.	0,1	3,30	0,33	-
Aluguel de trator médio	hs.	0,6	13,30	7,98	-
SUB-TOTAL				37,36	2,65
<b>4. OPERAÇÕES/BENFEITORIAS</b>					
Estufa	un.	0,4	44,63	17,85	-
Paiól	un.	0,4	6,13	2,45	-
SUB-TOTAL	un.	0,8	25,38	20,30	-
<b>5. FERTILIZANTES</b>					
Adubo 10-10-10	Kg.	4,9	0,20	1,00	-
Adubo 10-18-20	Kg.	520,0	0,24	124,72	-
Adubo 7-15-15	Kg.	8,4	0,22	1,85	-
Superfosfato	Kg.	13,4	0,24	3,19	-
Salitre potássico	Kg.	385,4	0,23	90,06	-
Uréia	Kg.	0,3	0,20	0,06	-
Adubo orgânico	Kg.	206,5	0,13	26,49	-
SUB-TOTAL	Kg.	1.138,9	0,22	247,37	-

Data da pesquisa e cálculo: 25/11/91  
Cotação do dólar comercial: CR\$ 796,50

CUSTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO DE FUMO VIRGINIA					
SAFRA: 91/92					
DISCRIMINAÇÃO	UN.	COEFICIENTE QT./HA.	VALOR US\$/UN	VALOR US\$/HA	IMPOS- TOS US\$
<b>6. INSETICIDAS</b>					
Carbaryl 7,5%	Kg.	9,4	0,75	7,04	-
Carbaryl 48/50% FW	Kg.	0,2	6,90	1,38	-
Orthene/Cefanol 15%	Kg.	0,8	22,76	18,21	-
Orthene/Cefanol 30%	Kg.	2,5	11,71	29,27	-
Furadan 5% G	Kg.	8,7	2,35	20,48	-
<b>SUB-TOTAL</b>	Kg.	21,6	3,54	76,38	-
<b>7. FUNGICIDAS</b>					
Dithane/Manzate	Kg.	0,5	3,64	1,82	-
Tecto 60%	Kg.	0,2	30,40	6,08	-
Ronilan 60%	Kg.	0,1	1,50	0,15	-
<b>SUB-TOTAL</b>	Kg.	0,8	10,06	8,05	-
<b>8. ANTIBROTANTES</b>					
Contato	L.	7,1	3,21	22,78	3,87
Sistêmico	L.	1,1	19,61	21,57	3,67
<b>SUB-TOTAL</b>	L.	8,2	5,41	44,35	7,54
<b>9. HERBICIDAS</b>					
Enide 50 PM	Kg.	0,1	10,50	1,05	-
Devrinol	Kg.	0,1	3,00	0,30	-
<b>SUB-TOTAL</b>	Kg.	0,2	6,75	1,35	-
<b>10. DIVERSOS</b>					
Brometo de metila 1,5 lb.	lata	3,6	2,35	8,46	-
Papalesmas/metalesmas	Kg.	0,2	1,15	0,23	-
Fio para varas/fardos	Kg.	1,5	2,09	3,14	0,53
Fio para tecedeira	cone	2,3	4,45	10,24	1,74
Semente adubação verde	Kg.	0,1	0,40	0,04	0,01
Frete/suprimentos	cg.	0,5	14,22	7,11	-
<b>SUB-TOTAL</b>				29,22	2,28
<b>11. OUTROS CUSTOS</b>					
Seguros de produção	M/pés	16,2	3,38	71,67	-
Lenha	m3	34,1	6,72	229,07	38,94
Correção do solo	T	0,9	25,41	22,87	-
Fumrural 3%	Kg.	2.030,0	0,04	88,00	-
<b>SUB-TOTAL</b>				411,61	38,94

Data da pesquisa e cálculo: 25/11/91  
Cotação do dólar comercial: CR\$ 796,50

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Delnida Martinez. Aspectos geográficos da cultura fumageira no estado do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Geografia*, Belo Horizonte, XX(3): 295-313, jul./set. 1958.
- AMADO, Janaina. *Conflito social no Brasil: a revolta dos "mucker"*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- AMIN, Samir, VERGOPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª ed.
- ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- AVÉ-LALLEMANT. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e desnacionalização* (a experiência brasileira (1964 - 1974)). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BELATO, Dinarte. Os sistemas integrados de produção. In: BAGGIO, Adelar Francisco (org.). *Elementos de cooperativismo e administração rural*. Ijuí: FIDENE, 1983. 137-159.
- BELL, John Fred. *História do Pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BESKOW, Paulo Roberto. *O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BRUM, Argemiro Jacob. *Rio Grande do Sul: crise e perspectivas*. Ijuí: Livraria UNIJUÍ Editora, 1988.
- BRUM, Argemiro Luís et al. Processo de modernização na agropecuária e o complexo agroindustrial. In: BAGGIO, Adelar Francisco (org.). *Elementos de cooperativismo e administração rural*. Ijuí: FIDENE, 1983. 69-93.
- BURBACH, Roger, FLYNN, Patricia. *Agroindústria nas américas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- CAIRO, Nilo. *Guia pratico da cultura e preparação do fumo*. São Paulo: Casa Editora "O Livro", 1922.
- CAMPIS, Luiz Augusto Costa a. *Agroindústria e pequena propriedade: o caso do milho híbrido no Vale do Rio Pardo*. Campina Grande: UFPB, 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, 1994.
- CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia / USP, 1980.

- CASTRO, Ana Célia et al. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira*: síntese das transformações. Brasília: BINAGRI, 1979.
- CEDIC. *Perfil Setorial do fumo*. Porto Alegre: Gráfica Editora Fotogravura do Sul Ltda, 1974.
- CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*: período colonial. Porto Alegre: Globo, 1970.
- CORREIA, Roberto Lobato Azevedo. Corporação e organização espacial: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 53(3): 33-66, jul. / set. 1991.
- CRAVO, Veraluz Zicarelli. *A lavoura de fumo em Irati*; a produção familiar e capitalismo. Curitiba: IHGEP, 1982.
- CUNHA, Jorge Luiz. *Os colonos alemães de Santa Cruz e a fumicultura*: Santa Cruz do Sul; Rio Grande do Sul - 1849/1881. Curitiba: UFPR, 1988. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1988.
- CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonization*. Ein Beitrag zur Geschichte der deutschbrasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südrasilien zwischen 1824 und 1914. Hamburgo: Universidade de Hamburgo, 1994. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Hamburgo, 1994.
- DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: ícone / UNICAMP, 1985.
- DELORENZO NETO, A. *O trabalhador temporário em São Paulo, no ABC e no Rio de Janeiro*. São Paulo: Gráfica Editora Real, 1977.
- DESER. *Anotações do Seminário sobre a Integração da Pequena Produção na Região Sul*. Chapecó: mimeog., 1990.
- DORNAS FILHO, João. *Aspectos da economia colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959.
- ETGES, Virginia Elizabetha. *Sujeição e resistência*: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.
- FALCON, Francisco. *Mercantilismo e transição*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização tecnológica da agricultura*: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988.
- FONTOURA, J. Waldemar. *Guia geral do município de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: s/ed. 1956.
- FRANK, André Gunder. *Acumulação mundial 1492 - 1789*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- FUERSTENAU, Vivian. *O crédito rural no Brasil e seus efeitos sobre a agricultura gaúcha: 1965/85*. Porto Alegre: FEE, 1988.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.

- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1984.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GODINHO, Rute E. A dinâmica populacional de Santa Cruz do Sul. In: *Estudos de população VI - Santa Cruz do Sul*. São Paulo: CEBRAP, 1980.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1988.
- GRESSLER, Paulo. *Os velhos Gressler*. Candelária: Tipografia Francisco Schmidt, 1949.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. O complexo agroindustrial como etapa e via de desenvolvimento da agricultura. *Revista de Economia política*, São Paulo, 2(3): 147-151, jul. set. 1982.
- \_\_\_\_\_. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GUIMARÃES, Mário Kruehl. *Crédito rural: enfoques da política agrária brasileira*. São Paulo: Nobel, 1974.
- HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul; a terra e o homem*. Porto Alegre: Globo, 1941.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo I - a época colonial. São Paulo: DIFEL, 1960.
- HOOGENSTRAATEN, C., GOBBATO, C. Locais para a cura do fumo. *Revista da Escola de Engenharia de Porto Alegre*, Porto Alegre, 9: 422-434, jan./fev. 1924.
- IANNI, Octávio. *O ciclo da revolução burguesa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A classe operária vai ao campo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- IÓRIO, Maria Cecília. Integração agroindustrial: terceirização no campo? *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, Publicações do CEDI, 269(15): 44-47.
- JACOBUS, André Luiz. A utilização de animais e vegetais na pré-história do RS. In: KERN, Arno et al. *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. p. 63-87.
- JAEGER, Luiz Gonzaga. *A invasão bandeirante no Rio Grande do Sul (1635 - 1641)*. Porto Alegre: Typographia do Centro, s/d, 2ª ed.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *O colono-polaco: a recriação do camponês sob o capital*. Curitiba: UFPR, 1983. Dissertação (Mestrado em História Econômica do Brasil) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1983.

- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra II*. Publicações da Europa / América, s/d.
- KLEUDGEN, Peter. *Die deutsche Kolonie Santa Cruz - Provinz Rio Grande do Sul - Südbrasilien - von P. Kleudgen, bevollmächtigten Agenten gennater Provinz*. Hamburg: Druck von J. I. Nobiling, 1852.
- KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder - história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- KOENIGSWALD, Gustavo. *Rio Grande do Sul*. São Paulo: Verlag des Verfassers, 1898.
- KRAUSE, Silvana. *Economia, política e religião em Santa Cruz do Sul na República Velha*. Porto Alegre: UFRGS, 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.
- KUNTZ, Rolf (org.). *François Quesnay: economia*. São Paulo: Ática, 1984.
- LAGEMAN, Eugênio. Imigração e industrialização. In: LANDO, Aldair Marli et al. *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 114-134.
- LAMARCHE, Hughes (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- LANDO, Aldair M., BARROS, Eliana Cruxên. Capitalismo e colonização - os alemães no Rio Grande do Sul. In: *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 9-46.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *O antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LA SALVIA, Flávia, HANDSCHUCH, Nibliamater S. B. Processo de colonização do Rio Grande do Sul. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 19(17): 3-43, 1974.
- LAYTANO, Dante de. *Açorianos e alemães no desenvolvimento da colonização e agricultura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1948.
- \_\_\_\_\_. Os açorianos. In: *Enciclopédia Riograndense*. Canoas: Regional, 1956.
- LENIN, Vladimir Ilich. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos*: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.
- LIEDKE, Elida Rubini. *Capitalismo e camponeses* (relação entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul). Brasília: UNB, mimeog., 1977.
- LINHARES, Maria Yedda, SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da agricultura brasileira*; combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOEFFLAD, F. et al. *Centenário da colonização alemã em Rio Par-dinho* - município de Santa Cruz do Sul - 1852/1952. Santa Cruz do Sul: Bins & Rech, 1952.
- LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LOVISOLO, Hugo Rodolfo. *Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.

LUDWIG, Alfredo. *Centenário da colonização de Santa Cruz do Sul (1849-1949)*. Santa Cruz do Sul, manuscrito original do AHCM, (1949).

\_\_\_\_\_. *Uma viagem pelo Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tip. do Centro, 1940.

\_\_\_\_\_. *A colonização nos países da América do Sul e particularmente a colonização alemã no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas de Ludwig, 1916.

LUZ FILHO, Fabio. *Aspectos agro-econômicos do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1937.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTIN, Hardy Elmiro. *Santa Cruz do Sul: da colônia a freguesia 1849-1859*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.

MARTINEZ-ALIER, Vera. As mulheres do caminhão de turma. In: PINSKY, Jaime (org.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1979. p. 69-100.

MARTINS, José de Souza. As lutas sociais no campo. *Cadernos de justiça e paz*, Curitiba, 1(1): 45-53, set. 1980.

\_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa: Avante, 1982.

\_\_\_\_\_. *O capital*: crítica da economia política. Volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed.

\_\_\_\_\_. *O capital*, livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo: Editora Moraes, 1985.

MENEZES, João Bittencourt. *Município de Santa Cruz*. Santa Cruz: Lamberts & Riedl, (1914).

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto. A cerâmica Tupiguarani no Vale do Rio Pardo e a redução jesuítica de Jesus Maria. In: *Anais do II Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1977. 77-86.

\_\_\_\_\_. O Tupiguarani no Vale do Rio Pardo e a influência missionária. In: *Anais do V Simpósio de Estudos Missionários*. Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1983. 188-206.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil*. Porto Alegre: PUC, 1991. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, 1991.

MÉTRAUX, Alfred. The guarani. In: STEWARD, Julian H. (ed.). *Handbook of South American Indians: the tropical forest tribes*. Washington: United States Government Printing Office, 1948.

MONTALI, Lília T. *Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista; produção de fumo em Santa Cruz do Sul*. São Paulo: USP, 1979. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1979.

MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão*. Porto Alegre: São Lourenço de Brindes, 1981.



- MOREAU, Raymond. *La culture du tabac*. Paris: Société de Presse et D'édition Tabacole / Editions Delmas, 1951.
- MOREIRA, Ruy. A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil. *Terra Livre*, São Paulo, nº 6: 19-63, ago. 1989.
- MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1988.
- MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec: EDUC, 1989.
- NAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo, Marx*: considerações sobre a história do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- NARDI, Jean Baptiste. *A história do fumo brasileiro*. Rio de Janeiro: ABIFUMO, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O fumo no Brasil colônia*. São Paulo: Brasiliense. 1987.
- NIEDERHUT, Carl Friedmund. *100 Jahre Deutsches Leben in Brasilien*. São Leopoldo: Rotermund, 1924.
- NOGUEIRA, Arlindo Rocha, HUTTER, Lucy Maffei. *A colonização de São Pedro do Rio Grande do Sul durante o Império (1824-1889)*. Porto Alegre: Garatuja / Instituto Estadual do Livro, 1975.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- PANITZ, Werner Roberto. *Cultura e industrialização do fumo*. Porto Alegre: Departamento Estadual de Estatística, 1954.
- PAULILO, Maria Ignez. *Produtor e agroindústria*: consensos e dissensos. Florianópolis: UFSC, 1990.
- PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925.
- PEREZ, Maria del Carmen Granell. *Erosion y practicas agrícolas en la cuenca del Río Pardo, RS, Brasil*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1990. Tesis (Doctoral) - Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio, Universidad de Zaragoza, 1990
- PIMENTEL, Fortunato. *O Rio Grande do Sul e suas riquezas*. Porto Alegre: Livraria Continente, s/d.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- \_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Santa Terezinha, 1934.
- RAFI. De onde vem as sementes e para onde vão. In: HOBELINK, Henk (editor). *Bioteχνologia*: muito além da revolução verde. Porto Alegre: Riocel, 1990. p. 22-37.

- RAMBO, Balduino. A imigração alemã. In: *Enciclopédia Riograndense*. Porto Alegre: Globo, 1948.
- RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- RIZZI, Aldair Tarcísio. *O capital industrial e a subordinação da pequena produção agrícola; o complexo avícola no sudoeste paranaense*. Curitiba: UFMG, 1984. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 1984.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara B. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Alimentar o Paraná Província; a formação da estrutura agro-alimentar*. Curitiba: UFPR, 1992. Tese (Concurso para Professor Titular em História do Brasil) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1992.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: EPU / Ed. USP, 1974.
- SCHALLENBERGER, Ernelo, HARTMANN, Hélio Roque. *Nova terra, novos rumos: a experiência de colonização e povoamento no Grande Santa Rosa*. Santa Rosa: Barcellos Livreiro, 1981.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio. Migrantes da amzônia: a tradição tupi-guarani. In: *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1991. p. 295-330.
- SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974.
- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. *O trabalhador safrista*. (Porto Alegre), mimeog., 1981.
- SILVA, Elmar Manique da. Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890). In: DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sérgio (org.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 55-91.
- SILVA, José Graziano da. Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. *Revista de economia política*, São Paulo, 3(4): 21-55, out./dez. 1983.
- \_\_\_\_\_. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- \_\_\_\_\_. *A modernização dolorosa; estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SILVA, José Graziano da, KAGEYAMA, Angela A. A produção camponesa e o desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil. In: *Anais do Seminário A Agricultura Brasileira nos Anos 90*. Curitiba: Editora da UFPR, 1991. p. 153-177.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

- SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979.
- SIMON, Mário. *Os Sete Povos das Missões*: trágica experiência. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil: 1500 / 1820*. São Paulo: Nacional, 1977.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. *Manual de cultura, colheita e preparação do tabaco*. Rio de Janeiro: Cotrim & Campos, 1865;
- SORJ, Bernardo et al. *Camponeses e agroindústria*; transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- STERTZ FILHO, Roberto. *Memórias de um professor rural*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.
- STROBEL, Gustav Hermann. *Relatos de um pioneiro da imigração alemã*. Curitiba: IHGEP, 1987.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1990.
- TEJO, Limeira. Contribuição à crítica da economia riograndense. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, Editora da Livraria do Globo, 3: 74-91, dez./fev. 1945/6.
- TRANSNATIONALS INFORMATION EXCHANGE. *Tabaco*. Belo Horizonte, mimeog., Seminário sobre Cadeias Alimentares, 1991.
- TRINDADE, Héliogio. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Sulina, 1991.
- UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre: São Lourenço de Brindes, 1981.
- WAIBEL, Léo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos / MEC, 1975.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O camponês: um trabalhador para o capital*. Campinas: mimeog. 1979.
- \_\_\_\_\_. *Capital e propriedade fundiária*: suas articulações na economia de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Trajetória social e projeto de autonomia*: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1989.

WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ESTSLB / Instituto Cultural Português, 1979.

WILKINSON, John. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo: Hucitec, 1986.

WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940.

WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

#### OUTRAS FONTES IMPRESSAS

##### - JORNAIS

- *Gazeta de Santa Cruz*, Santa Cruz do Sul. 1945 a 1956.
- *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul. 1957 a 1994.
- *A Voz do Progresso*, Santa Cruz do Sul. 1954 a 1958.
- *Pé de Fumo* - Jornal do Sindicato dos Trabalhadores da Cultura do Fumo do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Cruz do Sul, (1990 - 1993).
- *Pé de Fumo* - Boletim Informativo (1990 - 1994).
- *Peleia* - Jornal Intersindical para a Formação e Luta dos Trabalhadores, Santa Cruz do Sul, nº 1 ao 22 (1990 - 1994).
- *Rio Vale Jornal*, Santa Cruz do Sul. 1976 a 1993.
- *Zero Hora*, Porto Alegre, 21 mar. 1993. Caderno de Economia p. 8-9;
- *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 30 dez. 1982.
- O produtor de fumo, Florianópolis, Souza Cruz, (1983 - 1993).

##### - RELATÓRIOS E MENSAGENS

- RIO GRANDE DO SUL. Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Diversos de 1828 a 1889.
- RIO GRANDE DO SUL. Relatórios dos Presidentes do Estado do Rio Grande do Sul. Diversos.
- Relatório da administração central das colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao Illm. e exem. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, digníssimo presidente da mesma província, pelo agente intérprete da colonização Carlos de Kosseritz. Porto Alegre, Typographia do Jornal do Commercio, 1867. p. 17.
- SANTA CRUZ DO SUL. Mensagens apresentadas ao Conselho Municipal de Santa Cruz pelos Intendentes Municipais. Diversos.

- SANTA CRUZ DO SUL. Relatórios apresentados aos Interventores Federais do Estado do Rio Grande do Sul pelos Prefeitos Municipais de Santa Cruz. Diversos.
- ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. Relatórios de Atividades.
- Relatório Anual da Companhia de Cigarros Souza Cruz - exercício de 1964.
- BOLETINS, CATÁLOGOS E ÁLBUNS
  - Álbum Comemorativo do Cincoentenário da Proclamação da República (1889-1939). Porto Alegre: Rotermond, 1939.
  - ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES DE FUMO EM FOLHA DO RIO GRANDE DO SUL. Estatutos da Associação dos Plantadores de fumo em Folha do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: Lamberts Riedel & Cia Ltda.
  - Centenário de Santa Cruz do Sul 1878-1978. Santa Cruz do Sul: Amrigs Gráficos e Editora, 1978.
  - CIA. DE CIGARROS SOUZA CRUZ. *A cultura do fumo de estufa no sul do Brasil*. s/ data.
  - Companhia de Fumos Santa Cruz no 25 aniversário de sua fundação; pequena monografia histórica de um estabelecimento industrial e comercial que nasceu, viveu e venceu. Santa Cruz do Sul, Oficinas Gráficas da Cia. de Fumos Santa Cruz, 1943. AHCM.
  - GUIA DO TERCEIRO MUNDO 89/90. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, 1989.
  - R. J. REYNOLDS. *Reynolds hoje*. março de 1990.
  - *Revista da Cacex*, Rio de Janeiro, 21(1.006): 2-6, 21 jul. 1986; 23(1.065): 4-14, 22 fev. 1988.
  - *Revista Veja*, São Paulo, Suplemento Veja Rio Grande do Sul, p. 6-9
  - SOUZA CRUZ. *80 anos de Brasil*. Encarte especial da Revista Veja nº 765 et seq., 1983.
  - SOUZA CRUZ. *A pequena propriedade no ano 2.000 (análise e sugestões para viabilidade)*. s/d.
  - SOUZA CRUZ. *Perfil Souza Cruz*. Pirai: Companhia Industrial de Papel Pirahy, 1988.
  - SOUZA CRUZ. *Retrato de uma grande empresa*. Abril de 1983.
- CENSOS
  - Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dos anos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985.
  - Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dos anos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.